

10 ARTIGOS
ACADÊMICOS

RESENHA
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA
OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO

ENTREVISTA
CHRISTINA TOREN

VOLUME 11 - Nº 1 - ED. 2013

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



www.habitus.ifcs.ufrj.br



Volume 11 – Número 1 – Edição 2013www.habitus.ifcs.ufrj.br

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas 2013](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809 -7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Bárbara Lima Machado, Bárbara Rossin Costa, Caio Pereira Lobato, Danielle Araujo Bueno dos Santos, Edelson Costa Parnov, Elisa Mendes Vasconcelos, Guilherme Moreira Fians, Lidiane dos Anjos Matos, Lília Maria Silva Macêdo.

Conselho Editorial

André Pereira Botelho, Bruno Sciberras de Carvalho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lengueta, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial 2013.....	4
Idealismos Brasileiros e uma Discussão sobre o Pensamento de Rui Barbosa.....	9
Razão, emancipação ou controle? A proposta de discussão feita por Adorno e Horkheimer.....	25
A influência do ambiente acadêmico sobre os trabalhadores do IFCS.....	36
A Norma Jurídica e a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro.....	49
Fantasmas Existem?: A Aparição da Música de Protesto no Pagode Baiano.....	65
www.habitus.ifcs.ufrj.br	2

O Capitalismo e suas Crises, Contradições e Superação.....	76
Da invisibilidade à denúncia: o uso discursivo do conceito de violência e seus efeitos.....	91
Oracy Nogueira e o estudo das relações raciais.....	100
Entre a Governabilidade e a Inconstitucionalidade.....	118
Não nos representa! Imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio.....	136
Resenha Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição.....	157
Uma Antropologia Além da Cultura e da Sociedade: Entrevista com Christina Toren.....	165
An Anthropology Beyond Culture and Society: Interview with Christina Toren.....	178

EDITORIAL | VOL. 11 – Nº 1 – ANO 2013**AGORA SOMOS O AMANHÃ! NOVAS PERSPECTIVAS A FRENTE DA
TRAJETÓRIA DE 10 ANOS DA REVISTA HABITUS**

A angústia por não saber como começar... A dificuldade em encontrar as palavras mais adequadas para exprimir ideias ainda confusas... A tentativa de organizar o enorme fluxo de vozes que ecoam por seu pensamento ou, pelo contrário, o total silêncio em sua cabeça. Ao fim de alguns minutos, horas (ou até mesmo, dias), elaboram-se as primeiras frases e logo surgem novos dilemas, hesitações e recomeços. É preciso escrever, ler, reler, reescrever e revisar até que as palavras soem daquela forma familiar, como se já estivessem escritas em nós antes que fossem colocadas no papel - até que o rude rascunho se transforme em um artigo!

Certamente, muitos jovens estudantes da área das Ciências Sociais já vivenciaram esta situação ao se colocarem diante de uma página em branco para produzir os seus primeiros trabalhos acadêmicos. Ao longo da elaboração de um texto surgem questionamentos e deflagram-se pequenos conflitos que podem tornar a experiência da escrita desafiadora e desconcertante. Escrever é, sem dúvida, um exercício intelectual importante, mas é preciso enxergá-lo como um momento de um contexto mais amplo que vai da aprendizagem à produção de conhecimento.

Após enveredar-se por diversas leituras, o estudante amplia seu horizonte de reflexão - sua visão sobre o mundo se torna mais apurada. Aventura-se, então, em discussões consigo mesmo e com os outros. Começa a confrontar perspectivas e a fazer perguntas. Procurando pelas respostas, inicia novas leituras e explora novos universos sociais, por meio de um trabalho de pesquisa sistemático e organizado ou caótico e desordenado. Deixando rastros no caminho, as ideias que resultam desse processo são estruturadas nas linhas de um texto, que ao ser lido por outros estudantes é reinventado no quadro de outras reflexões. Em síntese, no movimento de realização desses primeiros trabalhos, o estudante vai travando um diálogo com o conhecimento das Ciências Sociais, contribuindo para sua constante dinamização e renovação.

Essa breve descrição caracteriza em traços gerais a atmosfera de incertezas e empolgação que envolve o universo da graduação em Ciências Sociais, no qual a *Revista Habitus* surgiu - criada por três jovens estudantes que idealizaram um espaço para a publicação dos trabalhos de graduandos dessa área.

É imensa a responsabilidade de escrever o editorial desta edição, já que a *Revista Habitus* está comemorando 10 anos de existência. E como em qualquer aniversário não podemos deixar de fazer um retrospecto; de traçar acontecimentos e reminiscências; de estabelecer metas e objetivos; de reconhecer erros e acertos. Muitas foram as transformações, dificuldades e conquistas pelas quais passamos. E independentemente de terem sido positivas ou negativas, boas ou ruins, foram reconhecidamente necessárias para o crescimento da Revista, como também para o aperfeiçoamento pessoal e intelectual de todos aqueles que de alguma forma participaram dela seja como: autor (a) de artigo ou resenha, entrevistado (a), parecerista, conselheiro (a) ou membro do comitê editorial. É também com muito orgulho que escrevemos este editorial, sobretudo, porque ele comprovadamente atesta a publicação do nosso 11º volume, que ao contabilizarmos com edições anteriores soma: 119 artigos, 16 entrevistas e 3 resenhas. E igualmente, a nossa participação em um empreendimento grandioso: a expansão das Ciências Sociais no Brasil e no mundo.

No decorrer dos anos, as mudanças pelas quais passamos refletem um constante esforço de renovação. Desde a quantidade de artigos, visto que atualmente não publicamos menos de 10 por edição, até a reformulação dos nossos manuais de procedimentos editoriais. A partir do ano de 2009 as publicações deixaram de ser anuais e se tornaram semestrais na busca por absorver o crescente número de trabalhos submetidos. Fomos do HTML (*Hypertext Markup Language*) ao OJS (*Open Journal Systems*), sistema que nos permitiu aprimorar o processo de publicação de artigos e o gerenciamento da revista como um todo. Tornamo-nos, ao longo dos anos, uma revista de dimensões nacionais – e porque não internacionais, como poderão ver na entrevista com Christina Toren, professora da University of St. Andrews, Scotland. Passamos a aceitar artigos de graduandos de Ciências Sociais de diferentes universidades e procuramos correspondentemente atender tal diversidade ao contarmos com a colaboração de pareceristas de todo Brasil. Para estabelecer um canal vivo de comunicação entre a Revista e os estudantes, atuamos nas redes sociais, projetando nosso periódico para públicos mais amplos. Procurando uma articulação cada vez mais estreita com o ambiente da graduação, no presente ano iniciamos a organização de eventos por ocasião do lançamento das edições, promovendo seminários com professores e possibilitando que estudantes exponham seus trabalhos.

Entretanto, se a cada edição a revista adquiriu uma nova feição, algumas características permanecem. Nesse sentido, uma de nossas principais marcas é trazer à tona a multiplicidade de temas e perspectivas que os trabalhos publicados apresentam, traduzindo a diversidade que permeia o universo da graduação. Configurando um grande mosaico de trabalhos, colocamos em evidência a criatividade e a ousadia das contribuições de jovens pensadores e pesquisadores das Ciências Sociais.

Descobrimos, diante da qualidade do que é publicado pela *Revista Habitus*, que muitos artigos serviram e servem como referência bibliográfica para outros artigos, bem como para monografias, dissertações e teses. Fazendo, assim, com que uma ideia tenha vários

desdobramentos; com que uma resposta crie novos questionamentos. Percebemos, portanto, que a *Revista Habitus* não é um “estacionamento” de artigos, mas um “cruzamento”, um ponto de intersecção onde os conhecimentos estão em movimento constante. Ela não é o fim, mas a continuidade, ou até mesmo, a descontinuidade de uma trajetória. Um caminho que se faz fundamentalmente pelo trânsito e pelo deslocamento. Além de ser um espaço para divulgação, é também um espaço para realização de pesquisas e consultas referenciais; e porque não, um espaço de encorajamento, já que também nos sentimos capazes de sistematizar o conhecimento que produzimos quando vemos um colega, com o mesmo nível de formação que o nosso, produzir argumentos tão brilhantes e enriquecedores.

É preciso muita coragem para submeter um artigo a procedimentos editoriais porque lidamos com prováveis rejeições, críticas e divergências em relação ao que escrevemos. Não só pressupostos teóricos estão em jogo, como também sentimentos, que são atenuados ou aguçados ao sabor ou dissabor de circunstâncias que não podemos controlar. Como membros de comitê editorial percebemos que além de questões epistemológicas e metodológicas, há aquelas eminentemente éticas não só relacionadas com seriedade com que devemos tratar um artigo, mas também com o nosso compromisso em manter a *Revista Habitus* como espaço plural, inovador e contemporâneo. Um lugar que dê visibilidade para produções que tem comprometimento não só com o que é acadêmico, mas, sobretudo, com o que é social e político. Um ambiente no qual os artigos são muito mais do que artigos. São, sobretudo, os resultados das lutas, que nós graduandos, empreendermos para ter o reconhecimento que tanto almejamos no meio acadêmico.

A presente edição marca o fim de uma jornada de 10 anos de trabalhos editoriais e a continuidade desta trajetória que certamente nos colocará diante de novos desafios nos anos que se seguirão. Diante deste quadro é com enorme satisfação que vemos, mais uma vez, os esforços de meses de dedicação e trabalho se transformarem em mais uma edição.

Este primeiro número do décimo primeiro volume da *Revista Habitus* reúne variados trabalhos, a começar pelo artigo “Idealismos Brasileiros e uma discussão sobre o pensamento de Rui Barbosa” escrito por Leonardo Octavio Belinelli de Brito no qual a partir de uma revisão das críticas de Oliveira Vianna e Lamounier às obras de Rui Barbosa, o autor analisará a conturbada relação Estado e Sociedade, dando especial atenção aos idealismos que permeiam o pensamento político e social brasileiro.

Em seguida apresentamos o artigo elaborado por Filipe Barreiros Barbosa Alves Pinto e Rômulo Santos de Almeida. Articulando uma análise que atravessa o pensamento de autores fundamentais das Ciências Sociais - Kant, Weber, Adorno e Horkheimer -, o artigo discute as diversas interpretações sobre o uso da razão, enfatizando a maneira como tais interpretações deslocam-se entre polos opostos, como é sintetizado em seu título: “Razão, emancipação ou controle? A proposta de discussão feita por Adorno e Horkheimer”.

Partindo de questionamentos a respeito da interferência do ambiente acadêmico sobre os trabalhadores de uma instituição educacional no que diz respeito as suas expectativas educacionais e ao seu consumo cultural, Rodrigo Dias saiu a campo para realizar uma investigação. Os resultados desta pesquisa são desdobrados e problematizados no artigo “A influência do ambiente acadêmico sobre os trabalhadores do IFCS”.

O artigo da estudante Lorena Miguel, "A Norma Jurídica e a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro", apresenta uma análise das diferentes características do sistema carcerário do país, focando na Lei de Execução Penal (LEP) e sobre os direitos e garantias fundamentais da Constituição.

Em “‘Fantasmas Existem’: A Aparição da Música de Protesto no Pagode Baiano”, o autor Maycon Lopes nos traz uma reflexão sobre a fase inicial do grupo musical Fantasmão, invocando igualmente as inovações produzidas dentro do pagode baiano.

O artigo do estudante Bernardo Salgado, "O Capitalismo e suas Crises, Contradições e Superação", aponta para a insustentabilidade do sistema capitalista pautado na sua própria reprodução, limitação e contradição, que conserva e intensifica a desigualdade socioeconômica e a concentração de capital.

No artigo “Da invisibilidade à denúncia: o uso discursivo do conceito de violência e seus efeitos”, Patrícia Marcondes Amaral da Cunha, partindo da análise de uma campanha do governo estadual de Santa Catarina de combate à violência sexual de crianças e adolescentes no ambiente doméstico, nos oferece uma rica abordagem acerca do conceito de violência, bem como dos efeitos que a denúncia desse tipo de violência acarreta.

Daniel Ferreira Wainer em “Oracy Nogueira e o estudo das relações raciais”, apresenta referências bibliográficas praticamente desconhecidos de um dos mais notórios estudiosos da realidade racial brasileira. O artigo tem como objetivo não só trazer novas reflexões sobre Oracy Nogueira como também sobre a complexidade das relações raciais no Brasil.

O artigo de Leonardo Silva apresenta o panorama do debate acerca do sistema político brasileiro contemporâneo a partir de uma revisão bibliográfica. A análise - que direciona um olhar mais atento para a questão do uso de medidas provisórias, problematizando o seu impacto na dinâmica da construção da democracia brasileira -, resultou no artigo “Entre a governabilidade e a inconstitucionalidade: uma análise da democracia brasileira pós-1988”.

Em “Não nos representa! Imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio”, Caio Pereira Lobato faz uma análise do movimento carioca e dos significados intrínsecos a sua cosmologia política, que estão para além da tríade de relação comando-odediência, coerção e representatividade. Assim apresenta duas tendências político-ontológicas, imanência e

transcendência; a primeira tendo como características autonomia e horizontalidade e a segunda soberania e representatividade.

Na resenha do livro *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*, Lília Maria Silva Macêdo discorre sobre como os autores dos artigos dessa coletânea abordam a categoria juventude e as formas como os jovens percebem a passagem para a vida adulta, tomando marcos como a entrada no mercado de trabalho, a saída da casa dos pais e a paternidade/maternidade.

Ao longo desses 10 anos de Revista, muita coisa mudou nas Ciências Sociais. Entre essas transformações, podemos citar os crescentes debates sobre a oposição Natureza e Cultura, e também as críticas formuladas ao uso dos conceitos de Sociedade e Cultura. Para tratar desses debates, entre outros, entrevistados para essa edição a antropóloga Christina Toren, professora da University of St. Andrews. Graduada em Psicologia pelo University College London e doutora em Antropologia Social pela London School of Economics, Christina propõe o diálogo entre disciplinas como Psicologia, Antropologia e Filosofia, e desenvolve suas formulações principalmente a partir de pesquisas de campo em Fiji.

Por fim, não podemos deixar de registrar nossa gratidão a todos os professores que colaboraram com a avaliação dos trabalhos que compõe esta edição tão especial. Nossos agradecimentos são para os professores: Alvaro Banducci Junior, Carlos Alberto Lopes de Sousa, Christian Edward Cyril Lynch, Cláudio Novaes Pinto Coelho, Cristiana de Azevedo Tramonte, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Eduardo Martins de Lima, Fernando Cordeiro Barbosa, Francisco Rüdiger, Georgina Gonçalves dos Santos, José Geraldo Alberto Bertoncini Poker, José Glebson Vieira, Leandro de Oliveira Galastri, Luís Antonio Groppo, Luiz Antônio Machado, Maria Carla Corrochano, Maria da Graça Jacintho Setton, Maria do Socorro de Souza Vieira, Maria Laura Cavalcanti, Melissa de Mattos Pimenta, Nilton Júnior, Osmundo Santos de Araújo Pinho, Paulo Magalhães Araújo, Patrice Schuch, Renato da Silva Queiroz, Sônia Sampaio, Tania Teixeira Laky de Sousa, Thadeu de Sousa Brandão, Victor Leandro Chaves Gomes, Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior.

Desejamos uma boa leitura! 🍷

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

IDEALISMOS BRASILEIROS E UMA DISCUSSÃO SOBRE O PENSAMENTO DE RUI BARBOSA

BRAZILIAN IDEALISMS AND A DISCUSSION OF RUI BARBOSA'S THOUGHT

*Leonardo Octavio Belinelli de Brito**

Cite este artigo: BRITO, Leonardo Octavio B. de. Idealismos brasileiros e uma discussão sobre o pensamento de Rui Barbosa. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.09-24. Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013.

Resumo: O presente artigo visa, em um primeiro momento, analisar a importância da revisitação dos clássicos do pensamento social e político brasileiro baseado na hipótese de Oliveira Vianna e de Gildo Marçal Brandão, professor da Universidade de São Paulo, acerca de suas possíveis linhagens. Em um segundo momento, visa discutir a crítica de Oliveira Vianna a Rui Barbosa, atribuindo-lhe a classificação de “idealista constitucional”. Em seu terceiro momento, o artigo pretende demonstrar, a partir de uma perspectiva idealista constitucional, elementos que possibilitem a revisão da crítica de Vianna, permitindo um delineamento mais claro das posições de Rui Barbosa.

Palavras Chaves: Pensamento Brasileiro, Rui Barbosa, Oliveira Vianna, Constituição, Liberalismo, Conservadorismo

Abstract: This article seeks, first, to analyze the importance of revisiting the classics of Brazilian social and political thought based on Gildo Marçal Brandão, professor at the university of São Paulo, and Oliveira Vianna's hypothesis about their possible lineages. In a second phase, it aims to discuss Oliveira Vianna's critique on Rui Barbosa, characterising him as "idealistic utopian". In his third point, the article intends on presenting elements that enable the revision of Vianna's critique, allowing for a clearer delineation of Rui Barbosa's positions.

Keywords: Brazilian Thought, Rui Barbosa, Oliveira Vianna, Constitution, Liberalism, Conservatism

1. Introdução

A revisitação do ensaísmo dos anos 30 tem constituído um campo prolífico das Ciências Sociais no Brasil, uma vez que não é uma área bem delimitada, fazendo conexões com a História, a Geografia, dentre outras Humanidades. Através de um arcabouço de instrumentos analíticos, que vem sendo acumulado desde a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, essa revisitação tem tido como resultado análises historiográficas e interpretações que visam contribuir para novas formas de abordagens dos dilemas e padrões fundamentais da sociedade brasileira.

Além deste fator que por si só já tornaria tal área de pesquisa muito atraente, temos outro: a vasta e rica diversidade de “intérpretes do Brasil” que tem um forte impulso na década de noventa e vem constituindo uma área de estudo mesmo antes do surgimento de Universidades, possibilitando o surgimento de uma “ciência” autônoma [1]. Seria possível considerar tais interpretações como anticientíficas e, portanto, pouco produtivas [2]. Mas não parece ser assim. Se, por um lado, essas interpretações ensaísticas [3], são anteriores à institucionalização das Ciências Sociais, são, por outro lado, a partir delas que nós temos o surgimento de análises mais profundas de alguns dos problemas mais importantes da formação da nação. Apenas mais tarde, nos meados dos anos 50, é que esses debates se tornam “mais científicos”, com a institucionalização das ciências sociais nas universidades.

Um dos problemas da formação da nação, a questão sobre a forma política, pensado a partir de dois ensaístas, é o tema do presente artigo. E ele se situa, de alguma forma, dentro da hipótese lançada pelo Prof. Gildo Marçal Brandão em sua tese de livre docência, intitulada *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. Dentro desse contexto, faz-se necessário explicitar a que se refere tal hipótese.

Esta idéia de linhagens do pensamento político brasileiro é delineada em alguns textos de Oliveira Vianna, e de forma mais precisa em *O idealismo da Constituição*. Estas linhagens nada mais são que modos de se relacionar com a realidade, de pensá-la problemáticamente. Dessa forma, o estudo do pensamento político brasileiro possibilitaria a visualização de espécies de “famílias intelectuais”. Oliveira Vianna, talvez o primeiro a reconhecer a existência de tal fato, reconhece duas linhagens: os “idealistas orgânicos” (do qual faz parte) e os “idealistas utópicos” ou “idealistas constitucionais” [4]. Portanto, apesar de ser impossível uma completa dissociação entre forma de pensar e ideologia presente no pensamento, a análise deverá se concentrar no primeiro destes dois pontos [5]. Nas palavras de Brandão:

... a ênfase analítica será posta na descrição das “formas de pensar” subjacentes – estruturas intelectuais e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada. Mapear estruturas intelectuais que se cristalizam historicamente como *a priori* analíticos, e ver como se articulam com a perspectiva política mobilizada – eis o núcleo do trabalho. (BRANDÃO, 2007, p.30)

Quanto aos “idealismos” propostos por Oliveira Vianna, temos que “idealismo orgânico” advém de uma raiz mais conservadora (cuja origem estaria no Visconde do Uruguai) que, de certa forma, predominou no país desde o século XIX até o início do XX. Para esta corrente de pensamento, o Brasil seria um país absolutamente fragmentado, atomizado e, por isso, inorgânico. Assim, o Estado seria, além do elo que uniria esse povo fragmentado, o único garantidor da liberdade civil.

Daí surgem as críticas aos liberais, por supostamente não enxergarem a realidade tal como se apresenta, insistindo em transplantar instituições políticas estrangeiras no Brasil. Ainda neste mesmo raciocínio, a democracia e a federação instituídas no Brasil durante a proclamação da república seria nada mais do que entregar o Estado para as oligarquias, uma vez que não é possível ter tais instituições onde o povo não é educado para isso. E é exatamente por isso que a solução dessa corrente passa por um Estado “educador”. Este Estado deveria ser centralizador, atuar acima dos interesses de partidos políticos, evitar a luta de classes e educar as elites para a direção do bem público. Ademais, este Estado deve construir a ordem sobre a liberdade, ser coercivo, portanto, para depois termos uma possível democracia. Esta seria a interpretação que apontaria para a existência de um “autoritarismo instrumental”[6].

Por sua vez, para os “idealistas constitucionais”, mais alinhados ao pensamento liberal, trata-se de dar maior importância para a liberdade individual. Não à toa, propõe uma intensa reforma do Estado brasileiro, uma vez que este nunca teve tais características já que acreditam que o Estado forte “sufocaria” o povo, prejudicando o surgimento de uma sociedade civil. Assim sendo, apenas com as reformas institucionais do Estado é que se poderia instituir a democracia e, dessa forma, viabilizar as reformas econômicas e sociais necessárias. Uma de suas principais bandeiras era a fórmula “centralização política com descentralização administrativa”, influenciado pelos moldes norte-americanos. No entanto, a crítica conservadora, como Alberto Torres e o próprio Oliveira Vianna, apontava para a dificuldade de se implantar tal esquema num país em que as oligarquias dominavam a vida política e social.

Portanto, a questão central para tal corrente não é, de fato, a cultura do povo e sim o arranjo institucional que garantiria a democracia e a liberdade individual. Tributários do pensamento liberal propõem um Legislativo soberano, um Executivo responsável e um Judiciário garantidor da ordem política e civil. Desse modo, podemos entrever uma grande confiança dessa corrente no poder da lei, da palavra escrita que transformaria a cultura. E é nesta corrente que Rui Barbosa se insere.

Com este quadro colocado, podemos ver que, a despeito das formas de pensar, o Estado brasileiro é papel central nestas reflexões. Assim sendo, as análises e críticas feitas de parte a parte devem passar necessariamente pela sua atuação na sociedade, seja na forma de um Estado tutelar ou na forma de Estado auto-limitado.

A seguir, retomaremos um debate marcante entre estas formas de pensar, expondo diferente perspectivas acerca da relação Estado e Sociedade no país. Primeiramente, veremos como Oliveira Vianna interpreta o pensamento e a ação de Rui Barbosa.

2. Oliveira Vianna e a crítica ao idealismo constitucional de Rui Barbosa

Oliveira Vianna, em seu livro *Instituições Políticas Brasileiras*, faz uma ferrenha crítica ao que chamará de “marginalismo político” das elites brasileiras. “Elites” aqui devem ser entendidas como elite intelectual, ou seja, aos bacharéis em Direito que se espalharam pela política brasileira desde o século XIX, vindos, muitos deles, da Universidade de Coimbra. Bello descreve essa corrente como possuidora de “tendência semelhante ao sentimentalismo, gosto idêntico das frases e das velhas fórmulas jurídicas, facilidade análoga em fugir do real e do positivo, equilibrada, no entanto, pelas reações freqüentes do senso prático...” (Bello, 1940, p.19)

É justamente nesse ponto que Oliveira Vianna inicia sua crítica, ao dizer que os “idealistas constitucionais” desprezam os “preconceitos e sentimentos do nosso povo-massa – subjacente às vistosas estruturas políticas e constitucionais que eles estão a organizar desde 1934, desde 1891, desde 1824...”. (VIANNA, 1952, p.16)

Logo, a realidade social não faria parte das preocupações de tal corrente na construção das instituições políticas, mas estas poderiam alterar aquela. O povo seria algo abstrato. O poder da lei transformaria a realidade social. Assim, qualquer Estado é possível para qualquer povo.

Ainda de acordo com sua lógica, Vianna afirma que tal forma de pensamento é diretamente derivada da formação cultural estrangeira dos nossos “homens do pensamento”. Essa é a característica principal do denominará “marginalismo” dessa elite

porque [...] vivem todos eles entre duas culturas : uma – a do seu povo, que lhes forma o subconsciente coletivo ; outra – a européia ou norte-americana, que lhes dá as idéias, as diretrizes do pensamento os paradigmas constitucionais, os critérios do julgamento político. (VIANNA, 1952, p.17)

Ao não compreenderem a realidade social em suas legislaturas, esses “marginais” legislarão para a abstração, não para a realidade. E não é apenas na ignorância das classes mais baixas que Oliveira Vianna se baseia em sua crítica, mas também na ignorância da própria elite do país, pois esta também não teria educação política para lidar com “um aparelhamento constitucional majestoso e moderníssimo”. (cf. VIANNA, 1952, p.20)

Dessa forma, o Estado construído através dessas legislaturas seria estranho à sociedade, sendo edificado num momento diferente desta, não emanando da “cultura” do povo. (lembramos que Oliveira Vianna gabava-se de fazer uma análise social e “culturoológica”). É como se tal modo “juridicista” de pensar gerasse, inevitavelmente, idéia semelhante à de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, “somos desterrados em nossa própria terra”.

Oliveira Vianna criticará também a metodologia de pensamento que, de acordo com ele, justifica esse tipo de pensamento “idealista constitucional”. Chamará o método aplicado por eles de “método de legistas e hermeneutas”, devido à preponderância dos textos constitucionais em seu pensamento (e ainda mais por estes textos sempre terem origem estrangeira). Oporá a esse tipo de pensamento o que chamará de “método sociológico”, que diz adotar. Grosso modo, podemos dizer que tal método baseia-se no conhecimento da realidade social, que, de alguma forma, determinaria a lei. A cultura funcionária como substrato da lei.

Vianna apontará o que ele julga ser uma contradição. De acordo com sua visão, é uma grave contradição, uma vez que não conhecem a realidade social, fazer com que a constituição institua a democracia através do sufrágio universal, o que colocaria o país nas mãos dos ignorantes, por serem maioria.

Não a toa, o capítulo seguinte de *Instituições Políticas Brasileiras* trata justamente de Rui Barbosa, que seria, de acordo com Vianna, o expoente máximo da corrente “idealista constitucional”, devido a sua formação teórica com acentuado caráter estrangeiro, com ênfase no modelo anglo-saxônico e, também, por ser um homem de duas épocas, participante ativo tanto do Império, quanto da República: “...homem de formação monárquica e homem de ideologia liberal – Rui foi um marginal típico no sentido culturalógico da expressão” (VIANNA, 1952, p.32).

Ao reiterar suas críticas ao enciclopedismo de Rui Barbosa, Vianna retoma e completa seu raciocínio, ao afirmar que aquele, ao pensar os problemas da pátria, pensaria de modo inglês. E, não só os problemas, mas também todo o arcabouço institucional de Rui Barbosa, como o conceito de liberdade civil, liberdade política, justiça, partidos políticos, dentre outros seriam tirados de fontes britânicas. Talvez devamos lembrar que o primeiro modelo defendido por Rui era a Monarquia Federativa, que, de uma forma ou de outra, retomaria conceitos parecidos com a Monarquia Constitucional inglesa.

Oliveira Vianna dirá que, devido a sua ideologia liberal estrangeira, Rui colocou o Estado como inimigo da liberdade individual, conceito que se aplicaria na Europa. Todavia, no Brasil, apesar de alguns abusos, Oliveira Vianna sugere que o Estado é uma força benéfica, garantidora da liberdade individual. O inimigo desta é o poder local [7].

Um dos traços mais importantes do caráter de Rui Barbosa foi sua combatividade, seja na política, seja na imprensa, seja nos tribunais. Oliveira Vianna analisa essa perspectiva do caráter de Rui Barbosa de forma “natural”, ou melhor, de modo que essa combatividade seria consequência lógica do “marginalismo” de Rui. Lógico porque, ao defender um tipo de pensamento novo (e desconhecido) no Brasil, a saber: o pensamento anglo-saxônico, tinha uma posição única, por ser seu único conhecedor e propagandista. Ainda neste ponto, Oliveira Vianna lamentará a formação do que denominará de “técnica” de fabricação de Constituições, culpando em grande parte Rui Barbosa, por este ter propagado sua “metodologia formalista”.

A essa espécie de “formalismo” exarcebado de Rui, Vianna também culpará pelo seu relativo fracasso na vida política, onde, de acordo com Vianna, Barbosa se comportaria como um inglês dentre brasileiros. Na expressão de Paulo Mercadante, Rui Barbosa se comportava como um “cavaleiro do Liberalismo”. (MERCADANTE, 1978, p. 181)

Oliveira Vianna conclui que três elementos funcionaram, juntos ou separadamente, para que houvesse Rui Barbosa se iludido como fora: o estado embrionário das ciências sociais, a falta de conhecimento relativo ao nosso povo em sua época e uma espécie de “visão única” para alcançarmos determinados objetivos, ou, para usarmos as palavras de Vianna, Rui “identificava os meios de sua tecnologia com os fins de sua ideologia” (cf VIANNA, 1952, ps.50 a 52).

Na próxima seção, apresentaremos a crítica à crítica de Vianna a partir da perspectiva do idealismo constitucional. Para isso, nos valeremos da crítica que Bolívar Lamounier (1999) faz a análise de Oliveira Vianna. Vale destacar que Lamounier, um intelectual crítico do pensamento autoritário brasileiro (LAMOUNIER, 1985), se aproxima da perspectiva liberal alinhada ao pensamento de Rui Barbosa. Este fato, longe de empobrecer ou invalidar a crítica de Lamounier a Vianna, demonstra a proficuidade destes estilos de pensamento que, quando expostas ao debate, demonstram sua vitalidade.

3. Elementos para uma revisão da crítica de Oliveira Vianna

Podemos notar ao nos depararmos com a crítica de Oliveira Vianna a Rui Barbosa, que Vianna não consegue fugir de uma de suas acusações mais fortes ao político bahiano: a de ser um espírito de época. Provido de uma época na qual a ideologia vigente era o inverso do liberalismo democrático de Rui, sendo o que podemos chamar de “autoritarismo de origem cultural”, Vianna foi refém, se não das belas constituições anglo-saxônicas e dos formalismos barrocos, de uma pretensa “positivação” das ciências sociais, da qual foi o maior propagandista em nossa nação (LAMOUNIER, 1999, p.56).

Porém, estaríamos enganados se atribuíssemos tais críticas de Vianna a uma espécie de “ingenuidade” de sua parte. Toda análise social, pretensamente “científica”, realizada por ele tinha um firme propósito: com base em sua cientificidade, legitimar sua proposição de “solução” dos problemas nacionais. Nas palavras de Bolívar Lamounier:

... o que importa porém frisar é que essa ciência social não era politicamente inocente. Ao apelidar de científico todo discurso sobre a realidade social e ao qualificar como mera e enganosa abstração todo discurso sobre as instituições formais, o que ela na verdade era emprestar uma legitimidade supostamente científica a um projeto autoritário que iria rapidamente ganhar corpo, até desabrochar no Estado Novo. (LAMOUNIER, 1999, pág 57)

Ao empregar a sua “metodologia sociológica”, Vianna, auto declarado “conservador”, não fazia nada mais do que propagar a visão de “fatos sociais”, porém, não enxergando hipótese de mudança estrutural. Sua visão estava condenada a ser repetitiva. (LAMOUNIER, 1999, p.58)

Outro elemento da crítica de Oliveira Vianna pode ser revisto e questionado. A sua crença no desconhecimento da realidade social brasileira por parte de Rui Barbosa. Como Vianna não enxergava possíveis saídas, nem da situação de pobreza da população brasileira, nem da sua própria crítica, uma vez que esta era “científica” recaiu na tentativa de acusar Rui de “desconhecimento”. No entanto, como sugere ainda Lamounier, tal fato não teria procedência. A diferença não residiria em conhecimento de um e desconhecimento de outro, mas sim de modos de enxergar a realidade. Se, para Oliveira Vianna, estávamos condenados às “oligarquias” (cf. VIANNA, 1952), para Rui Barbosa esta realidade social constituía a matéria-prima para a construção das instituições republicanas e democráticas.

A crença de Vianna na possível “conversão” de Rui ao “método sociológico”, a cientificidade das Ciências Sociais, caso estivesse vivo, também é rechaçada por Lamounier. Segundo este tal “conversão” seria impossível, uma vez que o propósito de tal método era frontalmente oposto aos fins com os quais Rui se alinhava. Ou seja, era contrário à democracia, à federação e, por vezes, à abolição.

Quanto à essa a questão dos fins buscados por Rui, Lamounier escreve:

Engana-se, porém, quem julgar que fora monarquista por princípio; e mais ainda quem se fiar a ladainha de que vivia enfeitado por tais fórmulas, ‘só por serem estrangeiras’, ou de que as ‘reificava’, imaginando que alguma excelência intrínseca as faria funcionar a contento em qualquer latitude. Rui aceitava, sim, a Monarquia, mas não a ponto de sobrepô-la ao seu ideal abolicionista, democrático e federativo. (LAMOUNIER, 1999,p.82)

Ora, é algo espantoso ver que Vianna escreve algo de sentido semelhante: “esquecem que, se Rui era um espírito intransigente nos *objetivos* ou *fins* da sua doutrina política, não era quanto aos *meios*”. (VIANNA, 1952, p.49)

De uma forma ou de outra, a coerência de Rui parece preservada nas duas análises feitas. Talvez a discussão recaia justamente no que cada um dos citados considerem como “meios válidos” na perspectiva de Rui.

Neste ponto, acreditamos que os “meios válidos” para Rui seriam todos aqueles que preservassem os fins buscados, mas que, ao mesmo tempo, os reforçasse. Sua batalha para construção da formação institucional de um Estado recém-nascido denota justamente tal intuito. Por conseguinte, Lamounier parece mais próximo de tal compreensão, já por ter entrevisto que não é “por todos os meios” que Rui lutaria pelos fins que almejasse, descartando, provavelmente, a

hipótese de “autoritarismo educativo” de Oliveira Vianna. O próprio Rui nos aponta essa direção quando escreve em seu discurso de 13 de outubro de 1896:

Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os Estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas de absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância... (*apud* MANGABEIRA, ps 77 e 78).

E há um artigo que reforça e complementa de sobremaneira a questão posta. O artigo se intitula “República por Todos os Meios”, datado de 22 de Maio de 1893. Neste artigo Rui ataca os jacobinos por, justamente, defenderem “a república por todos os meios”:

Ao escrevermos ontem, no artigo programa desta folha, o nosso apelo aos conservadores brasileiros, isto é, aos republicanos constitucionais, porque fora da república, atualmente, nada se descortina ao longe, de todos os lados, senão a anarquia, ainda não conhecíamos a formação, com que nos acabam de dotar, de um clube que responde no assento batismal pelo nome de *Jacobino*, e cujo declarado objeto consiste em ‘sustentar a república por todos os meios’ [...] Se a instituição, de que se trata, se dignasse adjetivar os meios, contemplados no cálculo de seu civismo, com a qualificação de *legais*, nada teríamos talvez que observar... (BARBOSA, 1956, p.9)

Ainda nesta questão, nas *Cartas de Inglaterra* (BARBOSA, 1966), o jurista baiano responde a uma acusação feita por Afonso Celso. Este teria afirmado que Rui Barbosa estaria curado da “supertição republicana”. (BARBOSA, 1966, vol.2, p.168). O ex-ministro da Fazenda do Governo Provisório responde ao afirmar que superticioso seria aquele que afirma a excelência da forma republicana sobre qualquer outra. Para ele, indiferiria a forma de governo, desde que “ se assegure ao povo o governo representativo e ao individuo o regímen jurídico da liberdade.” (BARBOSA, 1966, p.168). Ao contrário do que teria afirmado o Visconde de Ouro Preto, “a Inglaterra foi sempre a granfe escola dos meus princípios liberais. Não me separei do partido liberal em 1889 como republicano. Afastei-me dele *como federalista*.” (BARBOSA, 1966, p.169). Neste sentido, a argumentação de Lamounier ganha força perante a análise de Oliveira Vianna.

Quanto ao desconhecimento de Rui acerca dos novos métodos científicos, Miguel Reale adverte, em passagem onde comenta as críticas do Rui a José Bonifácio, o moço:

É daquele discurso a crítica acerba à dialética de seu antigo mestre, José Bonifácio, o Moço, que, no seu dizer, se perdia em classificações e sub-classificações, silogizando aristotelicamente, levando a abstração ideológica ao grau extremo da rarefação hegeliana, faltando ‘ao instrumento uma corda, que a lira não admite: a da investigação prática’, e ‘ao talento uma intuição: a da realidade’. (REALE, 1949. p 22)

Dando voz ao próprio Rui, “ *a verdade nesta época de ciência experimental está em que a*

evolução sociológica é a modificadora do direito.” (apud REALE, 1949, p. 22 – grifo no original. Portanto, Rui conhecia as ciências sociais emergentes. Além disso, o Direito não era, em sua visão, uma tecnologia exterior à sociedade, como afirmava Vianna, mas sim um meio interno a ela para a sua organização.

Outro elemento pode ser ainda assinalado. Oliveira Vianna parece não se dar conta das mudanças de trajetórias política e intelectual de Rui Barbosa. Por questão de concisão, vamos nos concentrar aqui em dois momentos centrais nestas mudanças. O primeiro será a Campanha Civilista, empreendida em 1910, e que tem como marca a campanha de Rui Barbosa pela revisão constituintal. A outra será a conferência proferida pelo jurista baiano, quando candidato à presidência da república em 1919, acerca da Questão Social (BARBOSA, 1968). Voltaremos-nos a elas pois assinalam alguns pontos importantes, que podem ser pensados como “pontos de chegada” do pensamento de Rui Barbosa. Aparecem, especialmente na última não apenas o tema da revisão constitucional, mas também a crescente influência do catolicismo (democracia cristã) e também a ideia de reformas trabalhistas, que viriam a desempenhar papel-chave na política brasileira logo depois. Conhecer o conteúdo destas conferências se torna central para a compreensão do pensamento de Rui Barbosa.

Na conferência de 1910, Rui Barbosa, após fazer críticas ao então candidato, e futuro presidente, Hermes da Fonseca, se volta para o tema da revisão constitucional. Depois de assinalar alguns pontos os quais sua proposta não tocará, toca numa questão candente no período: o da dualidade do Poder Judiciário. Assinalando que sua proposta se dá no momento em que “os males da variedade na jurisprudência se vão tornando inoportáveis.” (BARBOSA, 1968, pág 36), Rui Barbosa assinala a distinção entre os Estados Unidos e o Brasil. Lá, cada estado teria controle sobre seu direito substantivo e, por isso, seria correto que tivessem também a liberdade de organizar o seu poder judiciário. “No Brasil, onde o direito substantivo é um só, era ser um só o sistema de processo, e ter o organismo judiciário um caráter uno.” (BARBOSA, 1968, p.36)

Sinteticamente, podemos dizer que sua proposta se dá em duas frentes: a unificação do direito de legislar sobre o processo; e a unificação da magistratura. Caso não fosse possível a realização de tais medidas, Rui proporia a concentração da jurisprudência nacional no Supremo Tribunal Federal, o que equivale a realização da primeira parte de sua proposta com algum impacto na segunda.

Contudo, tais propostas enfraqueceriam os poderes estaduais em benefício, se é possível dizer desse modo, da esfera federal. Rui, na sua segunda proposta, que totalizam dez, se refere exatamente a essa possibilidade e chama a atenção para a necessidade de evitar essa concentração.” Aos tribunais superiores é que deverá caber, não só o processo e suspensão dos magistrados, mas ainda a sua escolha.” (BARBOSA, 1968, p. 38)

O tópico seguinte de revisão se trata de uma questão estilística, ou literária, sobre o texto do

art. 63 da Constituição. O referido artigo diz: “Cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar, respeitados os princípios constitucionais da União.” Para Rui Barbosa, há dois inconvenientes. O primeiro se refere aos referidos “princípios constitucionais da União”. Rui alega que não está claro o suficiente tal proposição, apesar de interpretar que os “princípios constitucionais da União” são toda a Constituição, ou seja, que a Constituição estadual seria legal na medida em que não contradiz a Constituição federal, mas afirma que “matéria, porém, de relevância tamanha, não convém, mormente num país como o nosso, deixá-la ao arbítrio dos interpretadores. Importa que se defina, e em termos que varram de toda ambiguidades” (BARBOSA, 1968, pág 38). O segundo inconveniente é a ausência a explicitação da possível punição. Novamente interpreta que a sanção aplicada seria apenas judiciária, que, em sua visão seria, por vezes, insuficiente.

No próximo tópico, Rui mostra que a Constituição é clara ao exprimir, em seu art. 57, que os juízes federais são vitalícios, logrando de mais privilégios, como não serem passíveis de redução salarial e de suspensão. Ora, isso torna os magistrados estaduais mais expostos aos desmandos do poder. Logo, seria necessário a equiparação de privilégios de maneira federativa, ou seja, em todos os estados.

E, caso a Constituição, nesses novos moldes fosse desrespeitada? “...valeria aqui, só por só, a sanção judiciária, o simples recurso para os tribunais federais? Evidentemente não.”(BARBOSA, 1968, pág 40). E completa:

Os tribunais só intervêm por ação individual, e, decidindounicamente em espécie, só em espécie obrigam a parte vencida. Assim que, não se dando por vencido o Estado infrator senão a respeito de cada caso particular, necessário seria que a magistratura estadual toda recorresse à justiça, para que, naquela região, se restabelecesse a ordem constitucional. Ora a restauração desta é de direito público e de público interesse. Logo, neste hipótese, como nas demais em que a Constituição de um Estado contravier a ordem republicana federativa nas suas bases, cumpre conferir, de modo explícito, ao Congresso Nacional a atribuição de a reintegrar, avocando a si a questão, e resolvendo-a legislativamente. (BARBOSA, 1968, pág 40)

O sexto ponto também se relaciona com o poder de julgar os atos dos estados federados, atribuindo à União tal capacidade. Logo depois, atenta para a questão do estado de sítio. Em suas palavras: “Releva consagrar nela, formalmente, duas idéias, a meu ver ali contidas, mas sobre que a nossa justiça tem vacilado: a de que os efeitos do estado de sítio acabam com a cessação deste, e a de que a ele são imunes os membros do Congresso.” (BARBOSA, 1968, p. 40)

A próxima proposta se refere à necessária regulação da faculdade, tanto de estados como de municípios, de contrair empréstimos externos quando “estes possam vir a empenhar a responsabilidade federal, provocar intervenções estrangeiras, e arriscar a nossa integridade ou prejudicar a nossa reputação” (BARBOSA, 1968, pág 41). A seguinte é vacilante, e trata da possibilidade da extinção do cargo de vice-presidente.

Sua última proposta revisionista é de âmbito econômico. Refere-se:

à proibição ao congresso de inserir nas leis anuas disposições estranhas aos serviços gerais da administração, ou à consignação de meios para a observância de leis anteriores, e à autorização ao governo de vetar parcialmente o orçamento da despesa, onde este colidir com essa regra proibitiva (BARBOSA, 1968, pág 42)

Com relação a outro polêmico ponto, o Código Civil, Rui critica Hermes da Fonseca por este ter expressado a necessidade de criação de um Código Civil “que satisfaça às exigências do regime”.(BARBOSA, 1968, p.53) Para Rui, não há ligação entre Códigos Civis e o modelo institucional do Estado, exemplificando com o caso da França e a Revolução de 1789. Esta não alterou o Código vindo do Antigo Regime. Rui também se expressa sobre a suas tentativas fracassadas de se esquivar da revisão do Código: “Tive, constrangidíssimo, de ceder. Mas, em cada começo de sessão anual, me exonerava, e, a cada tentativa de exoneração, me opunham a mais desenganada recusa.” (BARBOSA, 1968, pág 54)

Na outra conferência mencionada , Ru Barbosa inicia a conferência comentando acerca de Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato. O que seria característico dele é ser um “caboclo acororado”. É sempre governista, nem saber o porquê, sempre ligado a um “fatalismo cego[que] o acorrenta à inércia.” (BARBOSA, 1968, p.215). Seria essa, segundo Rui, a imagem que os “manda-chuvas” da política nacional teriam do povo brasileiro, como uma “ralé semianimale semi-humana de escravos de nascença, concebidos e gerados para a obediência”(BARBOSA, 1968, p.218).

O país, no entanto, não seria isso, mas sim aqueles que compõem a assembléia a qual Rui fala.”O Brasil é este comício imenso, de almas livres” (BARBOSA, 1968, p.222). O país não seria composto por políticos desonestos e “jecas”. Afirmando a “qualidade” sobre a “quantidade”, Rui oferece aos operários que haviam ido assisti-lo a escolha a seguir: Rússia, um colosso militar, com grande “quantidade” de terras e pessoas, mas sem virtudes e, portanto, entregue à fome, à miséria e a anarquia. Ou a Bélgica, menor, mas cheia das “qualidades”, como força, perseverança e correção de caráter, resistindo a todas as adversidades.

Ao alertá-los, Rui enfatiza que não é um “adulador” dos presentes, que deveriam tomar cuidado porque “todas as grandezas são aduladas” e “a vossa tem também seus cortesãos”, mas devem tomar cuidado por serem “a mais nova, a mais inexperiente, a mais desacompanhada”. Rui se põe como um “amigo” dos operários. Rui identifica o trabalho como positivo, como a “santificação das criaturas”. E por ser responsável pelo capital e pela riqueza, caberia ao trabalho a primazia sobre estes. Para se apoiar, cita Abraham Lincoln.

Rui liga a luta pelo trabalho aos abolicionistas, que lutaram pela libertação do “primitivo operariado brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional”. Mas

culpa a República, “com oito quadriênios presidenciais de onipotência, quase todos em calmaria podre” (BARBOSA, 1968, p.283) (não a Monarquia, nem o Governo Provisório) de não ter promovido a “segunda emancipação”, isto é, tomado iniciativas para integrar os libertos à sociedade. A república teria sido reacionária desde o seu início, com o seu presidencialismo tirânico (Cf. BARBOSA, 1968, p.235).

E Rui retorna, em seguida, a relação escravidão e trabalho livre, que teriam como ponto em comum a produção da riqueza por um operariado. Rui liga o abolicionismo à causa operária, ao afirmar que quem se preocupa com o escravo se preocupa com o operário. Mas também se trata de uma “evolução” social, porque ao escravo faltava a humanidade mais básica, enquanto que o trabalhador tem todos os direitos individuais, civis e garantias constitucionais. Mas, ainda assim, falta uma legislação que regule as relações de trabalho de forma mais equitativa, “a cuja sombra o capital não tenha meios para abusar do trabalho.”(BARBOSA, 1968, p.241).

A “reforma social, na sua expressão moderada, conciliatória, cristã, completaria, no operário livre, a emancipação do trabalho, realizada, outrora, em seus traços primordiais, no operário servil.” (BARBOSA, 1968, p.242).

Sobre o socialismo, sistema em prol do qual havia sido feita uma Revolução há dois anos na Rússia, Rui afirma não ser socialista, pois “socialismo é uma teoria, um sistema, um partido” e, neste aspecto, fica clara a aversão de Rui pela teorização sistemática e partidária. No entanto, defende que não se pode reduzir a luta pelos operários ao socialismo, já que ele mesmo apóia o movimento em seus “propósitos razoáveis, nas aspirações irrecusáveis”. (BARBOSA, 1968 p.144)

Afirmando estar com a “democracia social” do cardeal Mercier, que seria “ampla,leal, serena e, numa palavra, cristã”, Rui constata as transformações jurídicas e sociais em prol dos direitos sociais, afirmando que as sociedades modernas já não são mais compostas por somas de indivíduos, mas sim por uma organicidade. “O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.” (BARBOSA, 1968, p.244)

Entrando nas questões mais “práticas” da “questão social”, Rui começa denunciando os estados miseráveis das “casas de operários”, ou como conhecemos hoje, os cortiços. Havia ocorrido uma medida em 1894, mas ainda insuficiente para o contorno da situação.Critica a lentidão do Congresso, além de Hermes da Fonseca, pela passividade diante do problema. Rui denuncia também o trabalho de menores, que não havia sido regulamentado, apesar da iniciativa de Deodoro da Fonseca, e também denuncia a falta de regulamentação das horas de trabalho, cuja proposta surgiu em 1912 e desapareceu em 1917. Disso, Rui conclui que “a sorte do operário continua indefesa” (BARBOSA, 1968, p.269).

Há também na conferência a crítica da higiene no trabalho, cuja falta seria responsável pela expansão de doenças, como a tuberculoso por exemplo. Outro ponto abordado é o caso das operárias grávidas que trabalham até às vésperas do parto. Rui elogia, neste ponto, o industrial

Jorge Street, que teria proposto a licença maternidade de doze meses.

Ademais, Rui sublinha o problema dos acidentes no trabalho que, embora recentemente houvessem tido alguma regulação, eram insatisfatórias e errôneas, além de não cobrirem o trabalho agrícola e rural, “os dois únicos ramos de trabalho naturalmente nacionais” (BARBOSA, 1968, p.270). Estes trabalhos seriam os mais importantes, mesmo porque, até então, o país era eminentemente agrícola. Em seguida, elenca uma série de propostas para a solução de alguns problemas elencados.**[8]**

É necessário, indagar como Rui as realizaria. O primeiro passo, como não poderia deixar de ser, é a reforma constitucional, justamente para tornar a constituição “capaz” de abordar estes temas. Lembremos que a constituição, advogada pelo que Rui chamará de “ortodoxia rio-grandense”, não interferia nas relações capital-trabalho e desresponsabilizava o Estado acerca da educação.

Rui declara seu acordo com os que alegavam que a constituição não dava margem para as reformas. A diferença entre Rui e os ortodoxos seria, segundo o jurista baiano, que os “rio-grandenses” se apegavam a constituição para evitar as reformas e ele, para reformar, queria alterar a constituição.

E é aqui que se encontra o corolário de sua argumentação, segundo o próprio autor. “Se os operários brasileiros são pelo regime da intervenção da lei nas relações do capital com o trabalho, não poderão deixar de ser pela revisão constitucional.” (BARBOSA, 1968, p.301).

Neste sentido, para conservar a nação, a revisão constitucional é fundamental. É neste sentido que Rui emprega a idéia da revisão como “idéia conservadora”. E acusa os gaúchos positivistas de serem anti-revisionistas por quererem “Deus para si e o diabo para os outros”, isto é, defendem um estado das coisas que lhes permitem ter uma “constituição não constitucional” em seu estado. O candidato a presidente apoiado por tal grupo, Epitácio Pessoa, teria declarado tal fato em 1893.

Encerrando sua conferência, Rui novamente exorta pela “conciliação” entre as classes, afirmando que nem todos os males da economia advém da submissão dos operários aos capitalistas, pois não seria muito melhor obedecer aos funcionários de um estado socialista. E dado o estado de guerra econômica entre as nações, a sorte dos operários está ligada as indústrias, de modo que é melhor que as classes cooperem entre si. Neste sentido, Rui alerta os operários contra a “desordem” as quais serão estimulados por outros. Isso porque “o voto é a primeira arma do cidadão. Com ele venceréis. Agora, se vo-lo roubarem, é outra coisa. Com ladrões, como ladrões. Quando a ofensiva nos arrebatou um direito, até onde o exigir a recuperação deste, até aí deve ir a defensiva!” (BARBOSA, 1969, p.314).

Podemos supor que alguém poderia replicar dizendo que a conferência civilista denotaria

muito claramente o fetichismo institucional de Rui Barbosa. Que ele enfatiza o papel das instituições, é bastante claro. Outra coisa é afirmar que a existência de um fetichismo. Como mostram as *Cartas da Inglaterra* e esta conferência, Rui Barbosa, para lembrarmos as constatações de Oliveira Vianna e Bolívar Lamounier, era flexível com os fins.

Já na segunda conferência, há elementos que certamente chamam a atenção e que podem nos levar a crer que Rui foi um “rematado reacionário”. O horror ao conflito, a negação da ideia de classes e o apelo a submissão aos capitalistas são alguns deles. Porém, é preciso pensar contextualmente e naquela situação, a proposição de reformas sociais era, sim, algo absolutamente novo, e denota um conhecimento da realidade social por parte de Rui que Vianna nega. Mostra, também, a mudança do pensamento de Rui, que passa a pregar algo mais “coletivo” do que o individualismo liberal, embora pensando sempre no Estado democrático. Neste sentido, pensamos que uma boa compreensão do pensamento de Rui Barbosa tem que passar por estes elementos.

4. Conclusão

Pretendemos, ao longo do artigo, apresentar as críticas feitas por Oliveira Vianna a Rui Barbosa e alguns elementos que possam nos ajudar a revisá-las. O debate acerca de como pensar a relação Estado e Sociedade no país está longe de ser algo que se reduza ao âmbito acadêmico. O debate sobre a mudança de um povo é algo absolutamente controverso e intenso. Alexis de Tocqueville, para assinalarmos apenas um exemplo, já mostrava em seu brilhante *A democracia na América*, os termos dos debates, comparando uma França católica e um Estados Unidos protestante. No Brasil, o debate ainda não se resolveu em algumas áreas de fundamental importância, como o corporativismo nas estruturas sindicais.

Poderíamos mesmo dizer que o debate entre o jurista saquarema e o advogado bahiano pode ser encarado como um *confronto de utopias*. Se considerarmos, como fazem José Murilo de Carvalho (2005) e Luiz Werneck Vianna (1991), Oliveira Vianna um autor de ideais *iberistas* e entendo por isso a recusa dos ideais modernos (individualismo, capitalismo, utilitarismo e etc.) e o posicionamento favorável a regulação dos conflitos sociais, ao predomínio dos interesses coletivos sobre os individuais e, no caso de Oliveira Vianna, a religião católica, torna-se mais claro um outro ângulo para compreender suas críticas a Rui Barbosa, visto como um arauto da modernidade política no país. Ou, para usarmos um termo de Werneck Vianna (1991), Rui Barbosa representaria o *americanismo* político. Cabe notar, talvez de maneira um pouco arriscada, que há elementos do “último Rui” que entram em consonância com algumas ideias de Vianna. Aparecem na conferência de 1919, como dito acima, o horror ao conflito e o ganho de papel da coletividade sobre o indivíduo, além da influência do pensamento católico.

Gostaríamos ainda de destacar dois elementos que merecem atenção no âmbito do debate entre os idealismos orgânico e constitucional. O primeiro deles é a afirmação, por parte do último, de uma ordem jurídica-moral garantidora dos direitos civis, políticos e mesmo sociais, como

demonstramos na conferência de Rui Barbosa acerca da “Questão Social”. O segundo, bem ou mal, é a afirmação que uma ordem constitucional, fundada em princípios democráticos, só pode vingar caso suas instituições e práticas sejam de fato realizadas. Em contraposição a isso, a vertente autoritária do “idealismo orgânico”, ao sustentar que a necessidade de um Estado centralizador, não deixa claro *como* isso seria possível. Faltaria, neste sentido, uma “pedagogia política”.

E, por fim, se a suposição de que o pensamento político e social brasileiro é, na expressão de André Botelho e Lilia Schwarcz (2011), “um campo vasto ganhando forma”, acreditamos que convenha ressuscitar intelectualmente Rui Barbosa, um autor “semimorto até hoje”, na expressão de Bolívar Lamounier (1999, p.51)

NOTAS

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, onde foi bolsista PIBIC –CNPq e orientado pela professora Doutora Maria Fernanda Lombardi Fernandes, a quem agradece a oportunidade e orientação. Quando submeteu o artigo, cursava o 4º período.

E-mail: leo21underline@hotmail.com.br

[1] Para mais informações : Bolívar Lamounier “ A Ciência Política no Brasil : roteiro para um balanço crítico” in : Bolívar Lamounier (org) *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora UnB, 1982

[2] Florestan Fernandes, por exemplo, foi um crítico da tradição ensaística brasileira. Em dada medida, Florestan Fernandes corroborava a interpretação de que ela seria pouco científica. Curiosamente, como observa André Botelho (2010), um dos livros mais importantes de Florestan Fernandes foi justamente um ensaio, *A revolução burguesa no Brasil*.

[3] Para ficar nos mencionados por Antonio Candido (1995), são exemplares da tradição ensaística *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior.

[4] Brandão descarta o rótulo de Vianna (idealismo utópico) por julgá-lo inadequado, adotando o rótulo “idealismo constitucional”

[5] Ainda neste ponto, há outras formas de pensar, como o “pensamento radical de classe média” e o “marxismo de raiz comunista”. Para mais detalhes, ver : Candido (1974) e Brandão (2007)

[6] O debate acerca do caráter instrumental ou não do autoritarismo pode ser visto em Santos (1978) e Lamounier (1985)

[7] Rememoramos aqui a análise de Vianna, que, em linhas gerais, denuncia o poder local como um fator de atraso para o país.

[8] A primeira se refere ao “seguro operário”. Todas as indústrias seriam forçadas a ter um seguro obrigatório “como condição imprescindível à seriedade prática da indenização prometida.” (BARBOSA, 1968, p. 283) Outra proposta é a igualdade salarial entre homem e mulher, caso desempenhem as mesmas funções. A terceira proposta é simples: “ A lei deve taxar o mínimo à idade operária, assim como ao salário dos menores, e o máximo às suas horas de serviço.” (BARBOSA, 1968, p. 286) A quarta se refere à limitação da carga de trabalho. A quinta se refere ao trabalhonoturno, com vista à reduzi-lo ao essencial, com base em forte inspeção. A seguinte se refere à proibição do trabalho em domicílio. A sétima se refere às mães operárias. Deveriam, de acordo com a proposta, ter um mês de licença anterior ao parto e outro mês subsequente. A oitava se refere aos armazéns de venda aos operários, órgão de exploração do patrão sobre o operário.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Rui. **Campanhas Jornalísticas, obras seletas, volumes 6,7 e 8**. 1956. Edições online: in www.casaruibarbosa.gov.br
- BARBOSA, Rui. **Cartas de Inglaterra**. São Paulo: Editora Iracema. 1968.
- BARBOSA, Rui. **Campanhas Presidenciais**. São Paulo: Editora Iracema. 1968.
- BELLO, J.M. **História da República: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1940.
- BOTELHO, André. **Passado e futuro das interpretações do país**. In- Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v.22, nº1. 2010. PP. 47-66.
- BRANDÃO, G. M. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Hucitec. 2011.
- _____. **A esquerda positiva (as duas almas do Partido Comunista) 1920-1964**. São Paulo, Hucitec. 1997
- CANDIDO, Antonio. **Entrevista à revista Trans/form/ação 1**, Assis, Departamento de Filosofia da FFCL. 1974.
- CANDIDO, Antonio. **O significado de Raízes do Brasil** In: HOLANDA, Sérgio Buarque (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- CARVALHO, José Murilo. **A utopia de Oliveira Vianna** In: CARVALHO, José Murilo (1995). *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1995.
- HOLANDA, S.B de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1936.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira**. Rio, Nova Fronteira. 1999.
- _____. **“Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação”**, in : Boris Fausto (org) *História geral da civilização brasileira – t. III, O Brasil Republicano*, 2º vol, 3ª ed, São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1985.
- MANGABEIRA, João. **Ruy - O Estadista da República**. São Paulo: Editora Martins. 1960.
- MILL, John Stuart. **O Governo Representativo**. São Paulo: Ibrasa. 1964.
- REALE, Miguel. **Posição de Rui Barbosa no mundo da Filosofia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 1949.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem Burguesa e liberalismo político**, São Paulo, Duas Cidades. 1978.
- SCHWARCZ, Lilia e BOTELHO, André. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova, São Paulo, 82, p.11-16. 2011.
- TOCQUEVILLE, Aléxis. **A Democracia na América**. São Paulo, Martins Fontes. 2005.
- VIANNA, F. O. **O idealismo da constituição**. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- **Instituições políticas brasileiras**. São Paulo: José Olympio. 1939.
- VIANNA FILHO, L. **A vida de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1941.
- WERNECK VIANNA, Luiz. **Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Vol 34, nº2. 1991.

Recebido em 13 de novembro de 2009

Aprovado em 06 de maio de 2013

RAZÃO, EMANCIPAÇÃO OU CONTROLE? A PROPOSTA DE DISCUSSÃO FEITA POR ADORNO E HORKHEIMER

REASON, EMANCIPATION OR CONTROL? THE DISCUSSION PROPOSAL MADE BY ADORNO AND HORKHEIMER

*Filipe Barreiros Barbosa Alves Pinto**

*Rômulo Santos de Almeida***

Cite este artigo: PINTO, Filipe Barreiros Barbosa Alves, ALMEIDA, Rômulo Santos de. Razão, emancipação ou controle? A proposta de discussão feita por Adorno e Horkheimer. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.25-35, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013.

Resumo: Este artigo discute as implicações provocadas pelo processo de racionalização. Procuraremos colocar em diálogo o pensamento de Kant, Weber, Adorno e Horkheimer. O objetivo é demonstrar como a interpretação sobre o uso da razão se desloca de um polo, no qual representava a emancipação do indivíduo e de suas potencialidades para o seu oposto, cuja principal característica reside na submissão da razão aos instrumentos por ela criados.

Palavras-chave: Razão, iluminismo, indústria cultural, emancipação e dominação.

Abstract: This article discusses the implications caused by the rationalization process. We will try to put in dialogue Kant, Weber, Adorno and Horkheimer`s thought. The objective is to demonstrate how the interpretation about the use of reason moves from one pole, which represented the emancipation of the individual and their potential to its opposite, whose main characteristic is the submission of reason to the instruments created by it.

Keywords: Reason, enlightenment, cultural industry, emancipation and domination.

1. Introdução

Buscaremos, com este trabalho, explicar sobre o processo de racionalização na modernidade. Para tanto, utilizaremos as ideias de alguns autores que têm essa temática como um dos pontos centrais de suas discussões; são eles: Kant, Weber, Adorno e Horkheimer. Certamente são poucos autores, para abarcar um assunto tão amplo, entretanto suas ideias são importantíssimas e, em conjunto, através de seus diálogos, pontos de convergência e

divergência, parecem suficientes para um breve debate acerca da problemática da racionalização. As interpretações de Kant e Weber serão apresentadas com o intuito de mostrar o caminho que levou Adorno e Horkheimer a desenvolverem uma concepção própria da razão, a qual, para eles, assumiria um caráter instrumental. Os estudos desenvolvidos por esses pensadores são bastante atuais e pertinentes a uma boa análise da contemporaneidade. A contribuição fornecida em seus estudos, além do traçado da cultura ocidental moderna e contemporânea, influencia pessoas interessadas no estudo da publicidade, do consumismo, do crescimento e diversificação da tecnologia. A razão instrumental e os efeitos que dela decorrem serão sinteticamente debatidos, com o auxílio de uma bibliografia adequada.

2. Kant: A razão como libertação do indivíduo

No ano de 1784, em Königsberg, na Prússia, Immanuel Kant buscava responder a pergunta, “O que é iluminismo (ou esclarecimento)?”, chegando ao princípio de que (1995):

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do iluminismo. (p.11).

É visível, como mostram as palavras de Kant, que o iluminismo ou esclarecimento dependem da capacidade individual de se libertar do dogma e da superstição. A saída do estado de menoridade surge quando, através de um imperativo categórico, *Sapere aude!* (ousa saber), todo indivíduo busca um pensamento independente ao evitar que terceiros pensem por ele. Ou seja, esperava-se que o esclarecimento “emancipasse a humanidade do medo e da imaturidade e promovesse sua realização através do desenvolvimento da razão e do controle da natureza” (WHITEBOOK, 2008, p.110). Percebemos que Kant tinha um forte arcabouço racional e moral para justificar o estado em que a pessoa ignorante se encontrava. A razão era a chave fundamental na qual o indivíduo poderia buscar seu bem próprio, pois o libertaria e também lhe ofereceria a verdade. O sujeito do iluminismo seria aquele regido, unificado, centrado nas leis da razão. Teria, além disso, uma identidade bastante individualista, a qual lembra a cartesiana e humanista. O controle da razão era pessoal, ou seja, era o sujeito que decidia se queria pensar ou não. De acordo com Kant (1995):

Com efeito, sempre haverá, alguns que pensam por si, mesmo entre os tutores estabelecidos da grande massa que, após terem arrojado de si o jugo da menoridade, espalharão à sua volta o espírito de uma estimativa racional do próprio valor e da vocação de cada homem para pensar por si mesmo p.12

Em termos históricos, Kant estava imerso no iluminismo, movimento intelectual ocorrido na Europa no século XVIII. Caracterizou-se principalmente por ter na razão o principal fator de

entendimento da realidade. Também foi um grande defensor das ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, que seriam tomadas como um código de ética pela burguesia em ascensão. Nessa ótica, o iluminismo combateu a escravidão, o antigo regime, os dogmas religiosos, abrindo novas concepções e ideais para a modernidade, entre eles o liberalismo e a defesa da propriedade privada.

Do ponto de vista epistemológico, Kant pode ser considerado precursor de uma filosofia que no futuro seria tomada como fazendo parte dos primeiros esforços em construir uma teoria “correta” ou crítica da sociedade. Em sua concepção, existe uma moral apriorística e transcendente que liga a razão ao mundo. Isso implica dizer que cada indivíduo tem capacidades de interpretar o mundo de formas diversas, sendo essa faculdade fundamental na organização das experiências individuais.

Trás para sua filosofia algo inovador, ao identificar o sujeito e o objeto da crítica racional, elementos sem os quais seria impossível elaborar uma “teoria crítica”, como fizeram os primeiros pensadores de Frankfurt. De acordo com isso, qualquer justificação ou crítica para impor limites à razão deve ser encontrada na própria razão, pois a atividade racional deve achar suas próprias barreiras em si mesma. Em outras palavras: para existir autonomia racional e crítica, a razão deve ser autocrítica. Só através disso é possível existir auto-regulação racional e libertação das amarras do obscurantismo e da ilusão (RUSH, 2008).

O que é importante percebermos aqui, antes de partirmos para Weber, é que, para Kant, o uso da razão seria o instrumento capaz de libertar o indivíduo e que permitiria o desenvolvimento das suas potencialidades.

3. Weber: A modernidade sob o jugo da racionalização

Em finais do século XIX e início do século XX outro pensador, cuja importância é central para o entendimento da razão instrumental e da racionalização, foi o sociólogo alemão Max Weber. Seus estudos são voltados para a compreensão da moderna sociedade ocidental, levando em conta sua complexidade e seus problemas. Sua sociologia tem como base analítica o indivíduo, priorizando o modo como a atividade racional e prática dos indivíduos em sociedade são movidas por uma busca interessada pela apropriação do sentido. A racionalização é um divisor de águas nos estudos sobre a modernidade, pela forma como conseguiu abarcar a amplitude das diversas esferas da vida social. Seus estudos foram importantíssimos na construção de uma “teoria crítica” da sociedade, especialmente na construção dos conceitos de ação social, racionalização e os primeiros contributos sobre a centralidade da instrumentalidade racional e técnica na vida social moderna.

Weber estava mais preocupado com o desenvolvimento histórico da racionalização e sua forte relação com a capa de ferro da burocracia moderna. A análise dos processos de racionalização é frequente e perpassa inúmeros estudos da obra do autor. A racionalização se refere, de forma ampla, a um processo cognitivo e prático que ocorre no interior de uma determinada cultura. Sua

teoria da racionalização pode ser vista sob os mais diversos temas, tais como religião, política, Estado e ciência. Para Weber, a vida social é entendida como uma luta pelo sentido da existência, portanto, de um processo racional, através do qual se manifesta a cultura como tentativa de explicar as incertezas e angústias. Weber percebe que a racionalização é paralela ao processo histórico das religiões (uma forma de cultura). Por exemplo, o protestantismo em comparação ao catolicismo tem menos rituais e elementos mágicos de explicação do mundo. Entre Deus e o fiel há uma relação muito mais direta. O que ele percebe dentro da própria história das religiões é o declínio das explicações mágicas e sobrenaturais, o que proporciona um melhor terreno para as explicações racionais.

Weber reconhece que a racionalização não é exclusividade do ocidente moderno, o que é peculiar a ele é o racionalismo, um sistema de explicações baseado, predominantemente na razão. A modernidade e o racionalismo trazem consigo três principais consequências, segundo Weber. A primeira diz respeito ao desencantamento do mundo. Significa que qualquer conhecimento ou crença está disponível a qualquer momento.

Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. [...] Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e cálculos realizam o serviço. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização. (1982, p. 165)

Correlata ao desencantamento do mundo, temos a segunda consequência. Antes da modernidade e do domínio da razão o que se observava era uma unidade das explicações. Por exemplo, cada religião possuía seus julgamentos valorativos sobre o que era bom, certo, bonito e seus opostos. Com a ascensão e a coexistência de diversos sistemas valorativos (o que Weber chama de “politeísmo de valores”) ocorre a autonomização das esferas de valor sendo regidas por diferentes instâncias tais como a ciência, o direito e a arte.

Essas consequências acabam por gerar uma terceira, que é o surgimento de um modo de ver e sentir o mundo, um *ethos* racional. Os diversos sistemas de valor e opções oferecidos pelo mundo moderno levam ao privilégio, do que Weber chama de ação racional com relação aos fins. Nesse tipo de ação o indivíduo escolhe o seu objetivo e adéqua seus atos em conformidade aos seus objetivos. Essa ação social, em específico, é a que melhor se encaixa e que predomina no sistema capitalista. Ela é regida, segundo Weber, por uma razão instrumental, aquela que tem um objetivo predeterminado e que no capitalismo trata-se, na maior parte das vezes, da busca pelo lucro. É exatamente a razão instrumental que se torna o grande alvo das críticas dos autores da escola de Frankfurt.

4. Adorno e Horkheimer: O esfacelamento da cultura no reino da indústria cultural

A escola de Frankfurt, corrente de pensamento também conhecida como “teoria crítica” tem seu ápice no período que antecede a segunda guerra mundial. Essa escola era formada por autores marxistas, mas que criticavam os seguidores ortodoxos de Karl Marx. Para os frankfurtianos, compreender as configurações capitalistas do século XX não se resumia em transpor a teoria marxiana tal qual ela havia sido criada. Na tentativa de ampliar e atualizar as ideias de Marx, eles se utilizaram das críticas ao positivismo, do auxílio da psicanálise, da filosofia existencialista, de estudos estéticos, dentre outras disciplinas. Foram influenciados fortemente por Kant, Hegel, Nietzsche, Freud, Weber, Lukács, além, é claro, de Marx.

Antes de partimos para o debate em si, é relevante perguntar, o que faz uma teoria ser crítica? A resposta mais elementar para essa pergunta talvez seja a de que uma teoria é crítica porque ela tem como meta ou objetivo criticar algo. Para o senso comum ela faz todo sentido, mas para os primeiros estudiosos da escola de Frankfurt tal resposta é incompleta. No ano de 1937 o filósofo frankfurtiano Max Horkheimer lança pela primeira vez o conceito de teoria crítica, em um ensaio intitulado “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. A teoria crítica se diferencia da teoria tradicional pelo fato dessa última incluir o idealismo racionalista (o iluminismo, o idealismo de Kant e Hegel, por exemplo) e o materialismo reducionista (que reduz as características reais do mundo a uma base física), todos unidos por um não- historicismo universalista e a uma concepção instrumental da razão (RUSH, 2008). A “teoria crítica” é crítica justamente por se afastar dessas perspectivas. Outra característica dos teóricos críticos é o seu forte viés anti-positivista, ou seja, para eles a realidade não existe por si só, os dados não se separam da teoria, mas se impregnam nela.

Adorno e Horkheimer estão entre os principais autores dessa escola e serão abordados aqui. Eles realizaram importantes análises sobre as configurações do capitalismo no século XX, sobretudo no que diz respeito às suas formas de dominação. O que eles percebem é que a dominação assume maneiras cada vez mais mascaradas e que se infiltram fortemente no sistema cultural. É nesse ponto que o conceito de razão instrumental é absorvido. A supremacia do pensamento racional, o qual outrora fora visto como o caminho para a liberdade humana (como na interpretação kantiana) assume, para os teóricos críticos, na sua forma instrumental, o efeito oposto. Nessa nova forma é o racionalismo que acaba por dominar a sociedade. A razão instrumental é a principal marca do fenômeno (percebido por Adorno e Horkheimer) da indústria cultural, é através dela que a razão instrumental se fortalece e acaba por transformar os sujeitos em objetos. É através desse conceito que podemos notar uma importante diferença do pensamento de Adorno e Horkheimer para o de Weber.

O conceito de indústria cultural pressupõe uma totalidade e uma forte ligação e inter-relação entre diversos elementos sociais. A cultura, por exemplo, não está autonomizada da

mercadoria, muito pelo contrário, estão intimamente relacionadas. Para Weber, a racionalização acaba por refletir na autonomização das esferas de valor. O que o conceito de indústria cultural faz é o contrário, ele nos permite perceber como o campo da cultura acaba se contaminando pelos valores mercadológicos. É essa relação entre cultura e economia, bem caracterizada pela indústria cultural, que acaba por difundir a lógica da razão instrumental. É quando o sistema cultural, como sistema de explicação, preenche-se por uma lógica instrumental, que se expande uma forma de dominação extremamente poderosa. Passaremos agora a esmiuçar esse importante conceito que nos ajudará a perceber melhor como a razão instrumental acaba por objetivar os sujeitos.

A razão instrumental, como foi posta acima, refere-se à ampla operacionalização dos processos racionais. Assim sendo, o indivíduo ou a sociedade que aderem a ela percebem que conhecer é dominar e controlar os seres humanos e a natureza. Tomando emprestado o pensamento de Weber, podemos dizer que essa razão busca atingir os fins com os meios mais eficientes possíveis ou colocando em prática a ação racional com relação aos fins. A indústria de armamentos, por exemplo, segue uma linha de produção fortemente instrumental. A eficiência das armas produzidas se mede pela capacidade de destruição que elas têm.

Antes de falarmos mais a fundo o que vem a ser a indústria cultural, seguindo a definição dada por Adorno e Horkheimer no livro a “Dialética do esclarecimento” (1947), é importante desvulgarizar os conceitos de indústria. A indústria cultural não é um conceito que possa ser aplicado antes do século XIX. É sob o capitalismo monopolista, cujas relações de mercado já estão desenvolvidas, que podemos falar em indústria cultural. Ela se caracteriza, portanto, como um grande aparato de produção de cultura que se espraia de forma abrangente; surge através de um avanço da técnica e de uma concentração econômica e administrativa, levando o que é produzido para áreas cada vez mais diversas e fazendo seus consumidores aceitarem sem resistências seus produtos. Em outras palavras, a indústria cultural é a razão instrumental, funcionando no âmbito da cultura, uma vez que ela é hoje mais indústria do que cultura.

Pode ser definida, sinteticamente, como um grande sistema interligado dos meios de comunicação, como a TV, o rádio, jornal, cinema, entre outros. Tem por função vender, lucrar, ideologizar, educar, naturalizar as relações sociais e padronizar os produtos que ela vende. Segundo Alex Thomson (2006, p.95) “Adorno está interessado na cultura como um todo. A ideia de indústria é acrescentada para qualificar o termo cultura e indicar que essa situação não é natural, inevitável e espontânea”. De fato, a indústria cultural surge como um avanço de processos históricos anteriores, os quais através dos avanços técnicos proporcionaram uma absorção da cultura pela indústria. Mas quais são as principais características da indústria cultural? Como ela utiliza seu poder em benefício próprio?

De acordo com Adorno e Horkheimer, “A cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si

mesmo e todos o são em conjunto” (1985, p.99). Percebe-se então que a indústria cultural subsume o diferente, ou seja, a possibilidade do “novo” acaba sendo abafada por uma produção que busca tornar os produtos cada vez mais semelhantes e padronizados para satisfazer necessidades iguais, facilitando, assim, o consumo e inconscientemente promovendo nos consumidores um ar de naturalidade e, portanto, de não crítica.

É necessário dizer que a indústria cultural é a forma que a lógica mercantil encontra para alcançar a cultura. É exatamente esse caráter mercadológico que faz tudo ser muito parecido. Para os defensores da indústria cultural, entretanto, a semelhança é justificável, pois como muitas pessoas estão envolvidas nessa indústria, faz-se necessário reproduzir em larga escala, para cumprir necessidades iguais. A ideia implícita é a de que os padrões seriam reflexos das necessidades dos consumidores, mas o que Adorno e Horkheimer percebem nesse argumento é a omissão de um detalhe fundamental, o de que o poder exercido pela técnica é o poder dos economicamente mais poderosos, que a racionalidade técnica é, portanto, a racionalidade da própria dominação. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985)

5. A estratégia da padronização e da homogeneidade

O que a indústria cultural faz é transformar o público consumidor em uma massa uniforme, que tem seus gostos e preferências medidos por estatísticas e cálculos de rentabilidade. Há uma determinação comum de poderosos executivos de não produzir nada que não corresponda aos seus gráficos e tabelas, à noção que tem dos consumidores e, sobretudo, ao que foge do comum (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). Através disso o consumidor torna-se um simples objeto, despido de suas particularidades e de sua subjetividade. A indústria cultural, porém, mantém constante esforço para disseminar a noção de que é o público e suas vontades que regem a produção, que são, portanto, sujeitos pensantes livres para escolher o que bem entenderem. Mas como ela faz isso? Quais os meios utilizados pela indústria cultural para fazer pensar que o público é sujeito e não objeto de suas vontades? Há, por exemplo, a constante desculpa proferida por diversos artistas que utilizam a “fórmula do sucesso” de que o fazem, porque estariam atendendo aos desejos do público. Para Adorno, isso não passa de uma desculpa esfarrapada. Podemos nos perguntar se o público já foi apresentado a outras possibilidades de escolha, se seu desejo não é fruto de uma alternativa única. Outra maneira fornecida pela indústria cultural de iludir o público é a existência de produtos com níveis de qualidade diferentes, o que confere uma impressão de individualidade, entretanto, não passa de uma estratégia de quantificação. Cada um deve se comportar de acordo com seu nível e escolher os produtos adequados para cada tipo. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985)

Para Adorno, a esquematização é o primeiro elemento fornecido pela indústria cultural. Por exemplo (1985):

Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música

ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto. p.103

A repetição e o esquematismo, junto a outros artifícios, tais como efeitos e a velocidade frenética dos filmes impedem a atividade da fantasia e do pensamento. O indivíduo é levado a ter que dispende toda a sua atenção em acontecimentos que se sucedem rapidamente e em pequenos detalhes que dão sentido ao enredo do filme. Sentido este que é muito semelhante ao de qualquer outro filme. E o que é pior disso tudo, para Adorno, é que o indivíduo se sente inteligente, pois consegue perceber os acontecimentos antes que ocorram, o que acaba por gerar uma regressão das potencialidades humanas, uma infantilização do público consumidor.

Pode-se dizer que para Adorno, a principal característica da obra de arte é sua busca pelo novo, pelo inusitado, que acaba por ampliar o poder de conhecimento e de experiência do ser humano. Para ele, é através do estilo que a arte transcende a realidade e se torna capaz de explorar o novo. Entretanto, o elemento característico da arte não está na realização do estilo, está, ao contrário, no que difere dele. O que ocorre na indústria cultural é o oposto, a busca pela equivalência ao estilo, portanto, a imitação se transforma no valor absoluto. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). O que ocorre aqui é a exclusão do novo, a indústria cultural: “Ao mesmo tempo que determina o consumo, descarta o que não foi experimentado, porque é um risco” (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 111).

Segundo Adorno, a indústria cultural funciona como uma indústria de diversão e, desta forma, como um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio, um momento de escape do trabalho mecanizado, com a finalidade de se restabelecer para enfrentá-lo novamente. O prazer aí sofre um risco de se tornar aborrecimento, pois para ser prazer não deve ser necessário se esforçar e para isso deve permanecer utilizando-se do que é habitual. Com isso, a indústria cultural apresenta constantemente ao público o objeto de prazer, como maneira de esquecer os problemas cotidianos, mas simultaneamente frustra-os, pois eles não podem usufruir do prazer (ADORNO, HORKHEIMER, 1985). Aqui está uma importante diferença entre a indústria cultural e a arte, pois enquanto aquela excita o prazer que não pode ser alcançado, esta apresenta a satisfação como uma promessa rompida. A indústria cultural busca distrair os espectadores, tenta diverti-los:

Divertir significa não ter de pensar, esquecer o sofrimento. A impotência é sua base. É na verdade uma fuga, mas não uma fuga da realidade ruim, mas da última ideia de resistência que essa realidade ainda deixa subsistir. A liberação prometida pela diversão é a liberação do pensamento como negação. A pergunta retórica: ‘ Mas o que é que as pessoas querem?’ consiste em dirigir-se às pessoas como sujeitos pensantes, quando sua missão específica é desacostumá-las da subjetividade. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 119)

Para Adorno, o caráter mercantil e, portanto, padronizado da arte confirma a liquidação do indivíduo. Ele admite que a característica mercadológica da obra de arte não é novidade, o que é

novo é que ela despreza sua autonomia e deixa de ser também mercadoria, para sê-la exclusivamente. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Adorno e Horkheimer chegam a afirmar que “A cultura é uma mercadoria paradoxal. Ela está tão completamente submetida à lei da troca que não é mais trocada. Ela se confunde tão cegamente com o uso que não se pode mais usá-la”. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p.134). Percebemos então que a cultura acaba sendo negada dialeticamente pela indústria e que os redutos de resistência a essa indústria residem naquilo que ainda não foi racionalizado.

Outro ponto importante no pensamento de Adorno diz respeito à dialética do particular e do universal e o seu esvaziamento com o advento da indústria cultural. Para o autor, o universal se refere ao todo, ao coletivo, está no âmbito da autoridade, enquanto o particular é tudo aquilo que é contrário à totalidade. Falando sobre cultura, o universal seria a indústria cultural e o particular a obra de arte autêntica.

O que ocorre, porém, nas sociedades de capitalismo avançado é que a dimensão econômica transforma-se em universal pela invasão no terreno cultural, que sempre foi o espaço da negação, da crítica, portanto o particular. Essa invasão faz com que a lógica da razão instrumental (típica da ordem econômica) penetre na cultura. Adorno enxerga nesse fenômeno o esvaziamento da dialética entre o particular e o universal, pois a cultura perde seu caráter crítico, negativo e se integra à lógica do sistema capitalista baseado no princípio da equivalência, no qual tudo pode ser trocado.

O esvaziamento dessa dialética representa, no fim das contas, o processo de eliminação do específico, do que está além do princípio de equivalência do mercado. É acabar com o outro, com o estranho, com o específico, com a própria possibilidade da crítica, que é, justamente, a capacidade de pensar além do todo, do que é óbvio. Transferindo essa lógica para o plano da arte podemos pensar que esse processo levaria ao fim da arte, pois para Adorno arte diz respeito à particularidade, à ideia de que é única e não uma cópia, ou que promove algum tipo de inovação e com a invasão da instrumentalidade nesse campo isso iria por água abaixo.

Essa mudança, essa inovação, entretanto, seriam decorrentes do particular em confronto com o universal, das tradições artísticas, ou seja, da emancipação, da crítica e da negação das tradições. O novo viria a partir do conhecimento do campo e da sua crítica. Na indústria cultural, no entanto, não existe a busca pelo novo, não há o particular e se não existe diferença não há estilo, pois para Adorno o estilo é o que possibilita sua negação, mas o que ocorre é uma frequente repetição do mesmo.

Apesar da visão pessimista de Adorno sobre a arte e a sociedade e de enxergar possibilidades escassas de emancipação do sujeito e da arte, é possível perceber a relevância de seu pensamento no terreno artístico. Sua forte ênfase e preocupação com o elemento do novo como característico da arte autêntica e sua crescente escassez alertaram para a importância da crítica e da inovação na arte. Inovação, porém, que vai além das aparências, deve ser uma inovação substancial

que mexa com a própria linguagem e forma da arte. Isso pode ter gerado uma influência sobre grandes artistas que se preocuparam em fazer uma arte crítica, autêntica, inovadora. Podemos pensar, por exemplo, nos artistas das vanguardas que elaboram suas obras tentando romper com as tradições e promover algo único, elaborar uma obra de arte crítica.

6. Considerações finais

A racionalização moderna, amparada pela industrialização e pelo consumismo, produziu a emergência e a crise dos antigos projetos da modernidade, como a liberdade e a felicidade, ambas sustentadas pelos planos emancipadores da razão. Em uma sociedade dominada de tecnicismo e pela impessoalidade burocrática o indivíduo se vê em um mundo de aparências, no qual a virtualidade e a mistificação são características importantes e marcantes. A razão acabou se transformando em um meio técnico, meramente prático e descartável, que visa atingir fins com a maior eficiência possível. Entretanto, essa eficiência está regida pela lógica capitalista, ou seja, será avaliada por sua capacidade de gerar lucros, deixando de lado todo o projeto emancipatório da razão, pois esta se configura numa poderosa forma de controle e domínio das subjetividades.

Esse panorama bastante negativo apresentado por Adorno e Horkheimer e já apontado por Weber, faz com que a análise e a interpretação acerca do uso da razão devam ser repensadas. Apesar da ideia de razão emancipatória estar em autores dos séculos XVII e XVIII, como Kant (apresentado aqui), é uma noção que ainda persiste. Ainda é comum creditar o atraso, a falta de desenvolvimento, a pobreza à carência de conhecimento, de uso da razão e aqui estamos falando de uma razão eurocêntrica, pois aqueles que não compartilham dos cânones do saber ocidental estão fora da possibilidade de conhecimento e, portanto, de desenvolvimento. O que Adorno e Horkheimer nos mostram, é que nos nossos tempos o capitalismo se aproveita da razão e a expropria da sua capacidade emancipatória ao instaurar nela um fim, qual seja: o lucro. Dessa forma, a cultura e, juntamente com ela, os sentidos e a sensibilidade vão aos poucos sendo subsumidos por uma lógica de padronização, de perda da atividade criadora, manipulada por um processo de regressão profunda, arqueada no interior dos centros produtores de cultura. 🌀

NOTAS

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Quando submeteu o artigo cursava o sétimo período do curso de Ciências Sociais e era membro voluntário do Programa de Educação Tutorial de Ciências Sociais. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: filipe.barreiros@hotmail.com

** Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Quando submeteu o artigo, estava cursando o sétimo período de Ciências Sociais. Atualmente está no nono período. E-mail: romulos.almeida@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural** São Paulo: Companhia Editora Nacional, Edusp, 1971.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

KANT, Immanuel. 1995. O que é o iluminismo? In **A paz perpétua e Outros Opúsculos**. Lisboa, Edições 70.

RUSH, Fred. **As bases conceituais da primeira Teoria Crítica** In: RUSH, Fred (org.). Teoria Crítica. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

THOMSON, Alex. **Comprender Adorno**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010, 220p.

WEBER, Max. Ciência como Vocação (p.118-154). In **Ensaio de sociologia**. 1982. Rio de Janeiro, Editora Guanabara. P. 154-183.

WHITEBOOK, Joel. **A união de Marx e Freud: A teoria crítica e a psicanálise**. In: RUSH, Fred (org.). Teoria Crítica. São Paulo: Idéias & Letras, 2008

Recebido em 1 de julho de 2012

Aprovado em 14 de março de 2013

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE ACADÊMICO SOBRE OS TRABALHADORES DO IFCS.[1]

THE ACADEMIC ENVIRONMENT INFLUENCE OVER IFCS'S WORKERS

Rodrigo Dias*

Cite este artigo: DIAS, Rodrigo. A influência do ambiente acadêmico sobre os trabalhadores do IFCS. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.36-48, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013.

Resumo: Este trabalho se propôs a investigar se o ambiente acadêmico pode interferir positivamente nas ambições educacionais e no consumo cultural de trabalhadores de uma instituição educacional, contribuindo para uma educação idealmente mais abrangente. O trabalho de campo foi realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro IFCS/UFRJ, através de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais que trabalham como assistentes administrativos, bibliotecários, seguranças patrimoniais, auxiliares de serviços gerais e operadores de fotocopiadoras. Utilizando a teoria do *habitus* desenvolvida por Bourdieu como aporte teórico, verificou-se que a convivência com o “ambiente acadêmico” afeta estes operadores periféricos, fazendo com que incrementem o seu consumo cultural e demonstrem um desejo pelo crescimento da sua escolarização.

Palavras-chave: *habitus*, ambiente acadêmico, consumo cultural e expectativa educacional.

Abstract: This study has proposed itself to investigate whether the academic environment can affect the educational ambitions and cultural consumption of the workers of an educational institution, contributing to a more comprehensive education. Fieldwork has been realized at the Federal University of Rio de Janeiro's Institute of Philosophy and Social Sciences/ IFCS, through semi-structured interviews with administrative staff, librarians, security guards, general services auxiliary personnel and photocopy operators. Using the concept of *habitus* developed by Bourdieu as theoretical framework, it was found that intimately living with the "academic environment" partially affected peripheral operators, making them increase their cultural consumption and display an interest on their own educational growth.

Keywords: *habitus*, academic environment, educational expectations and cultural consumption.

1. Introdução

O presente trabalho é um estudo preliminar que pretende analisar se uma instituição de ensino pode ter influência sobre os hábitos culturais e sobre a escolaridade dos profissionais que não desempenham atividades diretamente relacionadas com a sala de aula, porém fazem parte deste ambiente acadêmico.

Esta investigação parte da premissa de que o Brasil pretendendo se inserir no cenário mundial como uma “potência”, não só econômica, mas também intelectual, deve incentivar o aumento dos níveis de escolaridade dos seus habitantes. Diante deste cenário seria natural pensar que o sistema educacional poderia ser um excelente agente, capaz de elevar o nível intelectual e cultural do maior número de brasileiros possíveis, não restringindo sua influência apenas aos alunos oficialmente matriculados.

Em outras palavras, espera-se que as instituições educacionais possam contribuir para que todos aqueles que compartilham do ambiente escolar possam incrementar seus bens culturais, que segundo Bourdieu, também possuem um valor significativo, assim como os bens materiais. (BOURDIEU, 2006, p.9) Além disso, no caso brasileiro, essa contribuição educacional mais abrangente, advinda de forma indireta das instituições de ensino, poderia reduzir ainda mais os índices de analfabetismo funcional do país. [2] Ainda que o total de analfabetos funcionais tenha reduzido nos últimos anos, o número de pessoas nestas condições ainda é muito significativo no Brasil. (INAF, 2011) Enriquecer o país através da educação e da cultura é mais do que desejável para o bom desenvolvimento de uma nação.

Para aferir esta possível influência que as instituições educacionais podem ter sobre a escolaridade e sobre os hábitos culturais dos profissionais que trabalham no ambiente acadêmico, procurei analisar a expectativa educacional e o nível de consumo cultural de alguns profissionais que trabalham no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ), entretanto, me detive na análise dos profissionais que não desempenham a atividade de professor.

Todas as atividades que não são desempenhadas por docentes, foram denominadas de “atividade meio”, pois a legislação trabalhista define como atividade meio aquela que é necessária, porém não representa o objetivo principal de uma empresa. [3] No caso universitário, poderíamos dizer que a atividade fim é prover a formação acadêmica, por isso os professores são considerados profissionais que atuam na atividade fim. Todos os outros profissionais (Assistentes Administrativos, Seguranças Patrimoniais, Bibliotecários, Operadores de Fotocopiadoras, etc.) que, no desenvolvimento de suas atividades, promovem a possibilidade da atividade fim ser desenvolvida em plenitude, são considerados profissionais que atuam em atividade meio.

A atividade de campo se deu no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O IFCS é um campus da UFRJ que fica situado na região central da Cidade do Rio de Janeiro e abriga três faculdades: a Faculdade de Ciências Sociais, a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de História, além dos seis programas de pós-graduação: o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, o programa de Pós-graduação em Filosofia, de Pós-graduação em Lógica e Metafísica, de Pós-graduação em História Social, de Pós-graduação em História Comparada e o Programa de Pós-graduação em Ciência Política.

O interesse pelo IFCS teve dois motivos: primeiro por se tratar de um campus da UFRJ relativamente pequeno quando comparado a outros campos da Instituição como o campus da Ilha do Fundão ou o campus da Praia Vermelha. Esta característica estrutural e física do IFCS permitiria entrevistar se não todos, quase todos os funcionários do campus, fato que poderia, não obrigatoriamente, mas possivelmente, aumentar a confiabilidade dos dados adquiridos, sem representar grande esforço logístico de locomoção entre as faculdades. [4]; em segundo lugar, pela possibilidade de colocar em prática o exercício antropológico de estranhamento do familiar, explicitado por Velho (1978, p.39), que nos faz refletir que nem sempre aquilo que é familiar é, necessariamente, conhecido. Como sou integrante deste universo acadêmico, na identidade de aluno de graduação, seria muito salutar experimentar este exercício de estranhamento ao me deparar com o caso IFCS.

2. Aporte teórico

Segundo Pierre Bourdieu, os indivíduos engendram seus pensamentos, suas percepções e suas ações a partir de um sistema de esquemas interiorizado ou profundamente internalizado definido por ele como *habitus*. (BOURDIEU apud MICELI, 2007, p. 349). Bourdieu dedicou boa parte de sua vida ao estudo do tema (BOURDIEU, 1983, 2006, 2007, 2007b). Para ele, os agentes sociais são produtos de condições semelhantes porque estão sob a aplicação de esquemas idênticos. Em outras palavras, o *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, um princípio unificador e gerador de todas as práticas. (BOURDIEU 1983, p.82).

Destarte, restava saber se trabalhar em um ambiente acadêmico, de certa forma, incentivava as pessoas a se interessar mais pelos estudos, de tal forma que passassem a manifestar um desejo pelo acréscimo de sua escolarização, assim como, praticassem um estilo de vida [5] mais engajado com o consumo cultural socialmente classificado como clássico [6]. Ou pelo contrário, se os profissionais de atividade meio estão à margem da universidade e dos hábitos que dela poderiam advir, preocupando-se apenas em garantir seus rendimentos que notoriamente são indispensáveis à sobrevivência.

3. Metodologia empregada no trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado entre março e agosto de 2012 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, onde entrei em contato com 27 pessoas que desenvolvem sua atividade profissional como assistentes administrativos, bibliotecários, seguranças patrimoniais, auxiliares de serviços gerais ou operadores de fotocopiadoras. Muitas vezes, tive que passar o dia inteiro no IFCS, pois há algumas categorias profissionais que atuam em turnos de trabalho, caso dos profissionais responsáveis pela limpeza do campus. Entretanto, logo percebi que o desgaste físico seria muito grande após esta jornada que se iniciava às 9h da manhã e só se findava às 9:40h da noite. Optei por fazer mais incursões, buscando alternar horários matutinos, vespertinos e noturnos, procurando evitar os horários matutinos que eram sempre mais intensos e os profissionais pouco podiam conversar comigo, devido à alta carga de trabalho que se concentrava neste período, mas que ia se reduzindo com o passar do dia.

A ideia inicial era conversar com as pessoas, saber o que elas achavam da universidade, dos alunos, dos professores, etc., para depois saber sua escolaridade, suas ambições e seu envolvimento com as diversas formas de entretenimento. Mas, logo depois de começar os primeiros diálogos, percebi que a falta de um roteiro iria alongar demasiadamente as conversas, pois os meus interlocutores aproveitavam este canal de comunicação para expor todo tipo de situação que envolve sua rotina de trabalho, sua relação com os seus superiores, alguns entraves com outros alunos, problemas familiares que eram trazidos para o ambiente profissional, etc. Todos estes tópicos são muito interessantes e até essenciais para uma etnografia completa sobre o ambiente acadêmico do IFCS, mas eu não tinha muitos meses para efetuar este trabalho inicial, por isso, elaborei um questionário bem pequeno, com cerca de 15 perguntas, somente para orientar as conversas e de certa forma que me permitisse concatenar alguns pontos desse diálogo.

As perguntas foram formuladas de maneira que pudessem apenas minimizar nossa influência sobre as respostas obtidas, uma vez que neutralizar essa influência não seria possível como afirmou precisamente Kuschnir (2003, p.22). Era muito importante que as perguntas não induzissem os entrevistados a mentir sobre sua situação escolar ou sobre suas atividades de lazer. Pois certamente, não deve ser fácil para o entrevistado assumir que não é uma pessoa interessada nos estudos, principalmente para um entrevistador advindo de uma universidade.

De qualquer forma, o questionário produzido era composto por interrogativas que dessem conta da trajetória acadêmica dos entrevistados até o presente momento, assim como, das suas aspirações futuras. Algumas perguntas eram explícitas, entretanto outras eram mais sutis. Consciente de que a polifonia é uma ferramenta útil ao trabalho etnográfico conforme explicitado na obra de Clifford (2002), elaboramos uma das questões que dava a oportunidade explícita aos entrevistados de manifestar sua opinião sobre a influência que o ambiente educacional pode ter sobre as pessoas que trabalham nele, pois nos interessava saber também a opinião dos “nativos” sobre a premissa.

Os entrevistados foram questionados se aquele ambiente construído essencialmente para o ensino tinha alguma influência sobre eles, fazendo com que se interessassem em retomar seus estudos ou mesmo se eles eram influenciados a aumentar seus conhecimentos acadêmicos ou extracurriculares devido ao contato com este ambiente acadêmico.

Em outro momento da entrevista eles foram questionados se havia interesse em ingressar em algum curso de graduação ou pós-graduação. O objetivo não era identificar qual curso despertava maior interesse dos entrevistados, essa informação foi levada em consideração, mas o intuito principal era identificar qual o grau de influência do ambiente acadêmico, de tal maneira que, transformasse o desejo de obter um diploma de graduação em um “fato social” como proposto por Durkheim (1988).

Nos dias atuais, obter um diploma universitário parece ser extremamente coercitivo para o padrão cultural das grandes cidades como o Rio de Janeiro. Estes padrões culturais são tão fortes que obrigam os indivíduos a cumpri-los, pois, não exclusivamente, mas frequentemente, a obtenção de um bom emprego é alcançada a partir da obtenção de um diploma universitário. Almejar o diploma de ensino superior também pode ser classificado como exterior aos indivíduos, na medida em que se manifesta inconscientemente. E por último, o desejo pelo diploma é geral, existe não para um indivíduo específico, mas para a coletividade, independente da idade, da classe social ou do gênero dos indivíduos.

Por este motivo, procurei verificar se no IFCS, os funcionários alimentavam um desejo pelo diploma universitário, mesmo sem mensurar as reais complicações e os possíveis benefícios que esta titulação pudesse lhes trazer.

Também interessava investigar o nível do consumo cultural dos profissionais que atuam em atividade meio no IFCS. Para isto, elaborei perguntas eram mais subjetivas, dificultando uma possível omissão dos entrevistados ou até mesmo uma contradição nas suas respostas.

Em uma das questões, eu perguntava se o indivíduo já havia estado no CCBB (Centro Cultural do Banco do Brasil) [7], entretanto, eu não explicava o que era o CCBB no momento da entrevista, pelo menos não antes do entrevistado responder a pergunta. É claro que depois disso, devido à curiosidade expressada pelos que não sabiam o que era o CCBB, eu fazia uma breve explanação sobre o Centro Cultural.

Contudo, o escopo era interpretar a reação dos entrevistados, aferindo a sua real afinidade com um dos principais pontos de consumo cultural da Cidade do Rio de Janeiro, chegando este a ter sido classificado como “Alicerce da cultura carioca”. Título da reportagem de capa do Segundo Caderno do Jornal O Globo sobre o 1º aniversário do CCBB em 6 de Outubro de 1990 (VIEIRA 2006, p.123).

Ainda no mesmo viés interpretativo acerca do consumo cultural, os entrevistados foram indagados sobre a frequência que eles efetuavam visitas a museus ou a exposições de arte. Eles tinham três alternativas para a resposta: nunca, raramente ou frequentemente.

Além disso, para aferir indiretamente a aptidão que os profissionais tinham para reconhecer objetos quaisquer como manifestações artísticas, os entrevistados foram questionados sobre sua capacidade de realizar uma boa fotografia com quatro objetos. Dois desses instrumentos eram notoriamente fotografáveis, a saber: o “pôr do sol” e uma “alegoria de escola de samba” [8]. E dois instrumentos mais subjetivos, um “acidente de carro” e um “repolho” [9]. Os entrevistados deveriam responder a questão apontando uma das três opções: com certeza, jamais ou talvez pudessem realizar uma boa fotografia com estes quatro temas propostos.

Ainda com o objetivo de verificar a possível aptidão para reconhecer manifestações artísticas dos trabalhadores, foram apresentadas três fotografias que representavam obras de arte, socialmente classificadas como legítimas nos termos de Bourdieu. A primeira fotografia apresentada era da obra “A Persistência da Memória” do importante pintor catalão, Salvador Dalí, conhecido pelo seu trabalho surrealista. (Fig.1) A segunda fotografia era da pintura “O Grito” do norueguês Edvard Munch. O Grito é considerado uma das obras mais importantes do movimento expressionista. (Fig. 2) E a terceira e última fotografia apresentada era da arte contemporânea “Vaso Ruim” do artista brasileiro Nuno Ramos. (Fig. 3)[10]

Ao expor as fotografias eu perguntava aos entrevistados qual era a sensação que aquelas gravuras lhes causava. Se a fotografia lhes agradava, se causava alguma espécie de prazer ou se não lhes causava nenhuma sensação, ou seja, era indiferente. Neste momento da entrevista procurei extrair outros sentimentos que a obra de arte pudesse despertar nos entrevistados como: tristeza, horror, desespero, angústia, etc., enfim, se havia algum envolvimento destes indivíduos com aquelas gravuras.



Figura 1. A Persistência da Memória



Figura 2. O Grito



Figura 3. Vaso Ruim

Outra questão que tentava verificar o nível de envolvimento cultural dos entrevistados se pautava no tipo de estação de rádio que fazia parte do cotidiano desses profissionais. Eu pedia que os entrevistados numerassem em ordem de prioridade três estações de rádio de sua preferência que estivessem disponíveis para ouvintes do Rio de Janeiro. Dentre as 10 opções colocadas haviam estações de rádio de notícias, de música, de música e informação, evangélicas, etc. Eu desejava saber

se eles ouviam somente música, independente do estilo musical, ou se eles se interessavam pelas rádios de notícias também.

Por fim, me restava saber também, quais atividades eles praticavam nos seus momentos de folga. Dentre as opções: assistir TV, dormir, praticar esportes, fazer leitura, ir à praia, passear com a família, ouvir música, consertar coisas em casa, etc. De acordo com Bourdieu aqueles que detêm menor capital cultural são essencialmente aqueles profissionais que mais se sacrificam nas atividades laborais e conseqüentemente levam um estilo de vida distinto das elites, “onde até mesmo nos momentos de folga não sabem descansar e acabam se entretendo com atividades domésticas ou com meios de entretenimento de massa, que nem sempre são prazerosos” (BOURDIEU 1983, p.102-103). [11]

4. Concatenando as respostas

Quando perguntados se trabalhar em um ambiente acadêmico era um agente motivador para o retorno ou mesmo para o aumento da escolaridade, os entrevistados foram unânimes. Todos afirmaram que sim, trabalhar em um ambiente acadêmico incentivava os profissionais a aumentar seus conhecimentos. Além disso, pouco mais da metade dos entrevistados (52%) relatou ter realizado algum tipo de curso curricular ou extracurricular nos últimos 10 anos. Quando o assunto é curso de idiomas, 37% dos entrevistados mencionaram ter começado a fazer um curso de outra língua. De uma forma geral, cerca de 85% dos entrevistados afirmaram ter vontade de aumentar sua escolaridade e só não o fizeram ainda, por falta de tempo. Apenas 15% dos entrevistados afirmaram que não pretendem aumentar sua escolaridade.

Sobre o consumo literário dos entrevistados, cerca de 20% deles afirmaram que passaram a ler mais depois de começar a trabalhar na universidade. Não estou discutindo aqui a quantidade de leitura realizada pelos entrevistados. Interessava-me saber se a rotina literária havia sido incrementada ou não depois de começarem a trabalhar na UFRJ.

Sobre o interesse em ingressar em algum curso de graduação ou pós-graduação oferecido pela UFRJ, destacando que o intuito principal dessa indagação era verificar se a influência do ambiente acadêmico tornava o desejo de obter um diploma de graduação em um “fato social” conforme descrito por Durkheim (1988), evidenciou-se que a maioria dos profissionais tem interesse em ingressar em um curso de graduação ou pós-graduação, de diversas áreas do conhecimento. Mesmo aqueles entrevistados que não chegaram a concluir o a Educação Básica, mostraram interesse em ingressar na graduação caso isso fosse possível.

Gostaria de destacar que esta pergunta iniciou um diálogo inesperado, mas certamente muito reconfortante. Como haviam algumas pessoas que não puderam concluir o Ensino Médio, por inúmeros obstáculos que a vida impõe, eu pude apresentar a nova possibilidade que o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM dá aos não concluintes de se submeterem ao exame com o

objetivo de obter o diploma de Ensino Médio. Para alguns deles, esta informação representou uma nova perspectiva sobre o futuro. Como eles não possuem tempo disponível para retornar a uma sala de aula, ficaram muito felizes com esta possibilidade de obtenção do diploma. Ainda que o seu desempenho no ENEM não seja garantido, ter proporcionado uma nova perspectiva para eles foi muito gratificante e por isso guardarei este fato eternamente na memória.

Sobre a questão que indagava se o indivíduo já havia estado no CCBB (Centro Cultural do Banco do Brasil), ressaltamos novamente que no momento da entrevista não explicávamos o que era o CCBB a fim de aferir a ligação do entrevistado com o Centro Cultural. Esta pergunta evidenciou que, somente entre os assistentes administrativos havia essa familiaridade com o CCBB. A grande massa de trabalhadores que atuam na limpeza, na vigilância, nas fotocopiadoras, etc., não sabia sequer o que era o CCBB e houve casos em que já haviam trabalhado no local, mas mesmo assim não se recordavam das especificidades culturais. Entre os profissionais que não haviam estado no CCBB, apenas 22% já tinham ouvido falar do Centro Cultural, enquanto a grande maioria, 78%, sequer sabia da existência do CCBB.



Figura 4. Apenas 1/3 dos entrevistados havia estado no CCBB.

Sobre a frequência que os entrevistados efetuavam visitas a museus ou exposições de arte, 55% dos entrevistados disseram nunca visitar museus, 30% já haviam estado em um museu e responderam que raramente visitam lugares desse tipo e 15% dos entrevistados disseram que costumam ir frequentemente a museus ou exposições de arte. Ressalto que entre os que afirmaram visitar frequentemente museus ou exposições de arte, 95% eram servidores administrativos da UFRJ e entre os que nunca visitam museus ou exposições de arte, 96% eram trabalhadores da limpeza, vigilantes e operadores de fotocopiadoras.

Ao observar a reação dos entrevistados diante das obras de arte historicamente reconhecidas como tal, foi possível notar que os entrevistados até despertavam interesse pelas obras de arte apresentadas, entretanto a grande maioria se mostrou indiferente ao conteúdo das gravuras. Poucos foram os que procuraram proferir comentários sobre a obra, excetuando-se o quadro de Edvard Munch, intitulado “O Grito”, que despertou sensações ruins nos entrevistados que chegaram a citar angústia, terror, etc., ao analisar a obra. Poucos entrevistados, menos de 10% do total, já conheciam as pinturas. Daqueles que conheciam ao menos uma obra, todos eram servidores administrativos da UFRJ. Ainda assim, os entrevistados que não conheciam as obras de arte

disseram que se as peças estivessem em exposição nos corredores da universidade, parariam para analisar.

A partir da análise indireta que aferia a aptidão que os profissionais tinham para reconhecer objetos quaisquer como manifestações artísticas, onde indagávamos aos entrevistados sobre sua capacidade de realizar uma boa fotografia com quatro objetos em questão, o “pôr do sol”, uma “alegoria de escola de samba”, um “acidente de automobilístico” e um “repolho”, foi possível comprovar que há uma capacidade de perceber objetos quaisquer como manifestações artísticas por parte dos trabalhadores entrevistados.

No quadro abaixo, pode-se observar que houve grande aceitação para uma possível fotografia quando o objeto a ser fotografado era o pôr do sol ou uma alegoria de escola de samba do carnaval carioca. Diferindo dos resultados apresentados por Bourdieu (1983), os entrevistados mostraram-se receptivos à possibilidade de fazer uma boa fotografia com um acidente automobilístico ou com um repolho. Ainda que esse percentual seja apenas de 18% para a possibilidade de fazer uma boa fotografia com um acidente automobilístico, o fato relevante é que mais da metade dos entrevistados afirmou ser capaz de fazer uma bela fotografia de um repolho. Em tese, o repolho e o acidente automobilístico deveriam ser objetos menos notáveis como manifestação artística, pelo menos para aqueles que não detêm um capital cultural significativo, de acordo com a teoria de Bourdieu, que obteve em sua pesquisa um percentual de 8,1% para a apreciação do repolho e de 1,8% para a apreciação do acidente automobilístico.

Você faria uma boa fotografia com um:	Com	Talvez	Jamais
	Certeza		
Pôr do Sol	100%	0%	0%
Acidente de Carro	18%	29%	53%
Escola de Samba	47%	35%	18%
Repolho	53%	18%	29%

Figura 5. Há de se ressaltar o grande número de pessoas que julgaram ser possível realizar uma boa fotografia de um repolho, o que demonstra uma percepção artística diante de objetos menos clássicos.

Sobre o tipo de estação de rádio ouvida pelos entrevistados, as estações mais citadas foram as que têm como base da programação apenas Música (44%), em segundo lugar rádios que tocam Música e Informação (20%) computando o mesmo número de citações das rádios que tocam apenas

informação (20%). Em último, porém com um número significativo de citações, ficaram as rádios destinadas ao público evangélico que foram citadas por 16% dos entrevistados.

De acordo com Bourdieu, há uma ligação entre o gosto e o estilo de vida. O estilo de vida denuncia até mesmo no uso do tempo livre, servindo de distinção das escolhas e do gosto. Mostrando que os menos instruídos se sacrificam muito mais para alcançar e para manter suas necessidades básicas prejudicando suas atividades culturais nos momentos de folga que ficam limitadas aos lazeres pré-fabricados concebidos para produção cultural de massa e a manutenção da sua moradia. (BOURDIEU 1983, p. 18-43).

Com o resultado apresentado abaixo, fica claro que a maioria dos entrevistados dedica seu tempo livre para realizar pequenos consertos em sua residência, no caso dos homens e para manter o lar arrumado, no caso das mulheres. De maneira geral, podemos dizer que dedicam a maior parte do tempo livre para cuidar do lar. Em segundo lugar dedicam grande parte do tempo para assistir TV, em contrapartida apenas uma minoria de 6% relatou efetuar algum tipo de leitura nas horas de folga.



Figura 6. Poucos usam o tempo livre para o consumo literário, a grande maioria se concentra na manutenção da moradia ou em entretenimento cultural de massa como a TV.

5. Considerações finais

Ainda que os profissionais de atividade meio do IFCS tenham afirmado que o ambiente acadêmico incentiva os funcionários a retomar os estudos, foi identificado que há muitos obstáculos que dificultam que eles retornem ou aumentem sua formação escolar. Entretanto, o ponto positivo é que o consumo literário desses profissionais sofreu alterações positivas depois que eles começaram a trabalhar na UFRJ.

Também ficou claro que o fato de desejarem aumentar sua escolaridade, muitos desejam ingressar na universidade, mas não sabem o curso que gostariam de fazer, mesmo assim desejam obter o diploma universitário por classificarem como “correto” de se fazer ou porque grande parte das pessoas possui um diploma, fato que corrobora a premissa de que obter um diploma pode ser visto como um fato social.

Mesmo apresentando uma habilidade diferenciada capaz de perceber manifestações artísticas em situações não clássicas como nas fotografias de um repolho ou de um acidente automobilístico, os entrevistados se mostraram raros visitantes de museus ou galerias de exposição de arte. Em especial, demonstraram pouca familiaridade com o Centro Cultural Banco do Brasil, grande expoente carioca para os consumidores culturais da cidade, ainda assim, ressaltaram que observar as fotografias que reproduziam as obras de arte lhes agradava.

Os entrevistados demonstraram que não costumam se envolver culturalmente de forma mais ampla durante suas horas de folga. Eles afirmaram preferir ouvir apenas música em detrimento de informação quando o assunto é estações de rádio e dedicam grande parte do tempo para arrumar ou consertar a casa e quase nunca usam o tempo livre da folga para passear com a família ou ler livros ou revistas.

Diante desses dados podemos concluir que os profissionais de atividade meio que trabalham no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro se acham afetados positivamente pelo ambiente acadêmico no qual realizam suas atividades laborais, entretanto o que se percebe é que o *habitus* desenvolvido pelo meio acadêmico não conseguiu orientar completamente as atitudes desses profissionais, ainda que em algum momento o tenha feito.

Desta maneira, os resultados obtidos corroboram uma hipótese de que o processo de socialização das formações modernas pode ser considerado um espaço plural de múltiplas relações sociais. (SETTON 2002, p.60). Ficando evidente que no caso dos profissionais que atuam em atividade meio no IFCS, o convívio com o ambiente acadêmico preencheu parte da componente cultural que valoriza o consumo de arte e o desejo pelo aumento da escolarização e da leitura, entretanto não foi suficiente para fazer desses trabalhadores exímios consumidores de cultura. Talvez o ambiente familiar e as condições de moradia, bem como a faixa de remuneração estejam contribuindo para a dicotomia entre consumo cultural e sobrevivência desses indivíduos.

Provavelmente, através de um estudo mais aprofundado, fosse possível comprovar que esses indivíduos não detêm um capital cultural suficientemente incorporado capaz de inculcar hábitos culturais mais clássicos. De forma geral, se percebeu que o ambiente acadêmico tem afetado positivamente os profissionais que atuam em atividade meio no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, produzindo um desejo pelo aumento da escolaridade e da leitura desses indivíduos, o que pode ser extremamente útil na formação global de um cidadão e também na constituição de uma grande nação. 🌐

NOTAS

*Aluno do 5º Período de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).
E-mail: rodias@ufrj.br

[1] Este estudo foi realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante o primeiro semestre de 2012, como atividade de campo da disciplina “Prática De Questões Antropológicas Contemporâneas” e contou com a orientação do Professor Doutor Fabiano Monteiro.

[2] A Unesco define analfabetismo funcional como a situação de instrução de alguém que assina o próprio nome ou é capaz de fazer cálculos simples e ler palavras e frases isoladas, mas não é capaz de interpretar o sentido dos textos, não é capaz de usar a leitura e a escrita para seu desenvolvimento pessoal, nem para fazer frente às suas demandas sociais (Greco DB, Mota JAC. A experiência do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. *Bioética* 1998; 6: 197-201).

[3] As expressões atividade-fim e atividade-meio foram concebidas no âmbito do Direito do Trabalho para distinguir as atividades diretamente relacionadas às finalidades institucionais da empresa, seu objeto social, daquelas que lhes fossem instrumentais, acessórias, auxiliares à sua persecução. (*Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - abril | maio | junho 2010 | v. 75 — n. 2 — ano XXVIII*)

[4] O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro funciona em um prédio histórico situado no Largo de São Francisco de Paula, no centro do Rio de Janeiro. O prédio abrigou a Academia Real Militar, a Escola Politécnica e, depois, a Escola Nacional de Engenharia. Com o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia, da antiga Universidade do Brasil, o IFCS funcionou de 1967 a 1969 em uma casa da Rua Marquês de Olinda no bairro de Botafogo. Quando foi transferido para o atual prédio do Largo de São Francisco de Paula em finais 1969 onde funciona até hoje. O prédio composto por quatro pavimentos tendo a forma de um retângulo vazado ao centro e ocupa um grande quarteirão do centro do Rio de Janeiro, bem próximo a Praça Tiradentes.

[5] Conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem a mesma intenção expressiva. (Bourdieu 2006, p.165).

[6] O que nas palavras de Bourdieu se traduz em um consumo de bens culturais legítimos como a música, a literatura, a pintura, etc. (Bourdieu 2006, p. 9)

[7] O Centro Cultural Banco do Brasil ocupa o histórico nº 66 da Rua Primeiro de Março, prédio de linhas neoclássicas que, no passado, esteve ligado às finanças e aos negócios. No final da década de 80, resgatando o valor simbólico e arquitetônico do prédio, o Banco do Brasil decidiu pela sua preservação ao transformá-lo em um centro cultural. Inaugurado em 12 de outubro de 1989, transformou-se em polo multimídia e fórum de debates, com 17 mil metros quadrados, o CCBB RJ integra muitos espaços num só, onde a arte está permanentemente em cartaz. (Site do CCBB acessado em agosto de 2012).

[8] No carnaval do Rio de Janeiro, “alegorias” é termo que designa os grandes carros decorados que pontuam a passagem das escolas de samba pela passarela. São, assim, grandes, quase gigantescos objetos e podem ser considerados uma das mais expressivas formas da arte popular contemporânea. São formas de arte coletiva de natureza e destino rituais, pois são feitas para ser vividas e integralmente consumidas em sua passagem pela passarela. (Cavalcanti 2006).

[9] Segundo Bourdieu, a aptidão para pensar objetos quaisquer e ordinários enquanto belos e justificáveis de uma transfiguração artística através da fotografia, o mais acessível dos instrumentos de produção artística, está fortemente ligado ao capital cultural herdado ou adquirido. (Bourdieu 1983, p.90).

[10] Nuno Ramos nasceu em 1960, em São Paulo, onde vive e trabalha. Formado em filosofia pela Universidade de São Paulo, é pintor, desenhista, escultor, escritor, cineasta, cenógrafo e compositor. Começou a pintar em 1984, quando passou a fazer parte do grupo de artistas do ateliê Casa 7. Desde então tem exposto regularmente no Brasil e no exterior. Participou da Bienal de Veneza de 1995, onde foi o artista representante do pavilhão brasileiro, e das Bienais Internacionais de São Paulo de

1985, 1989, 1994 e 2010. Em 2006, recebeu, pelo conjunto da obra, o Grant Award da Barnett and Annalee Newman Foundation.

[11] Um exemplo clássico está presente nos trabalhadores que não conseguem dispensa em tempo hábil para efetuar uma viagem antecipadamente e precisam se aglomerar nas estradas nos períodos de feriado prolongado. Estes indivíduos acabam sofrendo com a existência de engarrafamentos desproporcionais, em troca de alguns dias folga longe da capital.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de Classe e Estilos de Vida**. In: Pierre Bourdieu: Sociologia Org. Renato Ortiz São Paulo. Atica. 1983.

_____. (2006). **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo; Edusp - Zouk

_____. (2007). **Campo do poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe**. In: A Economia das Trocas Simbólicas. Organização e Seleção Sergio Miceli, São Paulo, Perspectiva.

_____. (2007b). **Modos de Produção e Modos de Percepção Artísticos**. In: A Economia das Trocas Simbólicas. Organização e Seleção Sergio Miceli, São Paulo, Perspectiva. 2007.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **“As alegorias no carnaval carioca: visualidade espetacular e narrativa ritual”**. In: *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Vol. 3, n. 1, pp. 17-27. 2006.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX/James Clifford**; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2002.

DURKHEIM, Émile. (1988). **As Regras do Método Sociológico**. Coleção Tópicos. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2007.

GRECO D. B e MOTA J. A. C. **A experiência do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais**. *Bioética* 1998; 6: 197-201.

KUSCHNIR, Karina. **Uma pesquisadora na metrópole: identidade e socialização no mundo da política**. In: KUSCHNIR, Karina; VELHO, Gilberto. (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico. 1ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, p. 20-42. 2003.

MICELI, Sergio. **Pierre Bourdieu: A Economia das Trocas Simbólicas**; Introdução, Organização e Seleção Sergio Miceli, São Paulo, Perspectiva. 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacinto. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. In: *Revista Brasileira de Educação*. N. 20. São Paulo. pp. 60-70. 2002.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: *A Aventura Sociológica*. Org. Edson de Oliveira Nunes. Rio de Janeiro, Zahar Editores. PP 36-46. 1978.

VIEIRA, Marco Estevão de Mesquita. **Distinção, cultura de consumo e gentrificação: o Centro Cultural Banco do Brasil e o mercado de bens simbólicos**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB. Brasília. 292 Fls. 2006.

Recebido em 31 de março de 2013

Aprovado em 8 de junho de 2013

A NORMA JURÍDICA E A REALIDADE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

LEGAL STANDARD AND BRAZILIAN'S REALITY PRISON SYSTEM

*Lorena Marina dos Santos Miguel**

Cite este artigo: MIGUEL, Lorena Marina dos Santos. A Norma Jurídica e a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-64, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O artigo apresenta um estudo de diferentes características do sistema carcerário brasileiro. Apoiando-se em trabalhos acadêmicos, avalia a realidade do sistema carcerário e, focando-se na norma jurídica, estuda a Lei de Execução Penal (LEP) e os direitos e garantias fundamentais da Constituição. Além disso, o artigo relaciona o sistema vigente com fatores externos como, por exemplo, a reincidência e o aumento da violência. Por fim, são também avaliadas as iniciativas vigentes, nacionais e estaduais, de ressocialização.

Palavras-chave: Norma jurídica; Sistema carcerário; Ressocialização; Reincidência.

Abstract: This paper presents a study of different characteristics of Brazilian's prison system. Drawing on scholarly work, it assesses the reality of the prison system and, focusing on the rule of law, studies the Penal Execution Law (LEP) and the Constitution's fundamental rights and guarantees. Furthermore, the article relates the current system with external factors such as the increasing violence and recidivism. Finally, existing initiatives of rehabilitation are also evaluated in national and state level.

Keywords: Legal standard; Prison system; Rehabilitation; Recidivism.

1. Introdução

O tema violência e todas as questões relacionadas a ele são assuntos constantes na sociedade brasileira. As discussões são abundantes, porém não desencadeiam mudanças significativas no âmbito social, apenas o aprisionamento dos cidadãos em moradias com sistemas de seguranças modernos. Está sendo ignorada uma das problemáticas mais significativas envolvendo o assunto: o processo carcerário e suas consequências. É necessário discutir o que a lei garante e propõe, o quanto isso está sendo ignorado, e suas consequências para a sociedade.

Acompanhando as mudanças de mentalidade e econômicas, as leis penais e o sistema carcerário tiveram diferentes momentos ao decorrer da história mundial. As punições tiveram suas principais mudanças ao decorrer do século XVIII, quando pararam de ser espetáculos públicos, passando a ser reservados e burocráticos. No Brasil, as mudanças ocorreram acompanhando os momentos políticos. O código penal sofreu diversas alterações até sua versão atual, escrita no novo período democrático iniciado na década de 80.

A Constituição e as leis brasileiras são consideradas entre as mais avançadas nas questões humanitárias. Na prática, entretanto, estas são constantemente ignoradas, fazendo com que o Brasil seja diversas vezes levado a cortes internacionais. Desde seu primeiro artigo, a norma jurídica garante aos seus cidadãos a dignidade humana, e direitos humanos são encontrados durante toda sua formulação - que também propõe como deve ser o processo carcerário e as medidas após o fim deste.

Há uma diferença considerável entre a teoria e a prática. A população civil já acostumou-se com imagens de cadeias e penitenciárias lotadas, onde os prisioneiros recebem um tratamento degradante. Os direitos da Constituição são desrespeitados e a Lei de Execução Penal (Lei N. 7.210, de 11 de Julho de 1964) é ignorada. Essas questões chegam a tais níveis que certas cadeias foram fechadas e seus presos foram transferidos.

As consequências para a sociedade são grandes, seja no campo moral ou social. A maior parte da população não se importa com esses acontecimentos e muitos, de fato, os apoiam. Essa postura forma um ambiente hostil para os egressos, os quais, após toda a experiência do sistema carcerário, encontram dificuldades para a reinserção social, voltando muitas vezes para os mesmos hábitos criminais que os levaram à prisão no princípio.

Embora existam diversas problemáticas envolvendo a questão, há projetos que procuram alternativas para a melhora do sistema carcerário. Há programas nacionais, como o Educando pela Liberdade, e estaduais, como o FAESP no Rio Grande do Sul, entre outros. Procurando estudar como esses trabalhos funcionam e suas consequências, é possível expandi-los para, assim, alcançar um maior número de detentos e egressos.

2. A história jurídico-penal mundial e brasileira

O Direito Penal foi uma das primeiras e principais linhas do Direito. Teve diversas versões ao longo do tempo, sendo considerado, em diferentes momentos, a resposta de deuses ou da sociedade aos crimes. Também já foi visto como ferramenta para punição, vigilância e reeducação. Michel Foucault, possivelmente maior estudioso na área, trata sobre o assunto em seu trabalho 'Vigiar e Punir' (1987).

Foucault descreve na primeira parte como ocorriam as punições antes do fim século XVIII e início do século XIX, destacando como os prisioneiros eram submetidos a espetáculos punitivos.

Contudo, com a mudança de época, as punições passaram a ser “menos diretamente físicas, uma certa discrição na arte de fazer sofrer, um arranjo de sofrimentos mais sutis, mais velados e despojados de ostentação.” (FOUCAULT, 1987). Na segunda parte de seu trabalho, ‘Punição’, o autor mostra que protestos contra os suplícios eram comuns, de forma que eles passaram a ser considerados algo vergonhoso, excesso e “cruel prazer de punir”. Após a punição adquirir cunho negativo, o carrasco começou a ser igualado ao criminoso.

A partir desse momento, a aplicação da pena transformou-se em um procedimento burocrático, visando à correção e a reeducação. O foco mudou: Não era mais o corpo, sim a alma, como indica Foucault. Após o pedido de punição generalizada, o foco era que a justiça criminal punisse ao invés de vingar. A “humanidade” deveria ser considerada como medida. Foucault conta sobre a suavização das penas, creditando seus maiores reformadores: Beccaria, Servan, Dupaty, Duport, Pastoret, Target e Bergasse.

Por causa dos reformadores, não houve somente a alteração nas penas, também houve uma elevação geral do nível de vida, forte crescimento demográfico, e multiplicação das riquezas e propriedades. Esses efeitos também se deram pela diminuição de crimes de sangue e das agressões físicas. Ao decorrer do século XVIII, a maioria dos crimes caracterizavam casos de delitos contra a propriedade, já que a riqueza trouxe crimes desse tipo.

Com as mudanças sociais e de mentalidade, precisava-se de novas táticas, já que alvo era mais tênue e mais difuso no corpo social. Procurou-se homogeneizar o exercício e diminuir o custo econômico e político, aumentando sua eficácia. Assim, constituir uma nova economia e uma nova tecnologia do poder de punir eram os motivos essenciais para a reforma penal do século XVIII, como afirma Foucault (1987).

A punição servia para representar para outros o que poderia lhes acontecer caso cometessem o mesmo crime. Assim, procuravam-se castigos que fossem de tal forma desvantajosos que acabassem com a atração pela ideia do delito. Foucault trabalha tais castigos no seu segundo capítulo, ‘A mitigação das penas’, discutindo esses sinais-obstáculos para a não realização de um crime.

Contudo, o governo não buscava apenas punir mais, como também reformar os punidos, de forma que os reformadores tinham papéis importantes após as mudanças realizadas. No método dos reformadores, “a coerção individual deve então realizar o processo de requalificação do indivíduo como sujeito de direito, pelo reforço do sistema de sinais e das representações que fazem circular” (Idem, 1987). Já no aparelho da penalidade corretiva, o ponto não é a representação, é o prisioneiro e a suspensão de certos direitos, como os direitos sobre seu corpo e tempo.

A principal ferramenta para tal foi a disciplina, que no decorrer dos séculos XVII e XVIII transformou-se em fórmula geral de dominação. Formou-se uma política de coerção, uma manipulação calculada do corpo, de seus elementos, de seus gestos e de seus comportamentos. “O

corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (Idem, 1987). A disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, ”corpos dóceis” – famosa expressão para determinar o que ocorre nas prisões.

É possível perceber elementos do sistema carcerário contemporâneo nas reformas realizadas desde séculos anteriores, começando pelo fato de não ser mais baseado em punições visíveis a população, mas sim mais reservado e burocrático. A função não era mais somente punir, mas também ser a imagem do que aconteceria àqueles que enveredassem pelo mesmo caminho. Por fim, havia também a tentativa de reeducação, realizada através da disciplina.

No caso brasileiro, o pensamento jurídico-penal pode ser resumido em três fases: período colonial, código criminal do império e período republicano. O primeiro Direito brasileiro foi copiado da legislação portuguesa, fenômeno denominado bifurcação brasileira, uma transplantação do organismo jurídico-político luso no território nacional.

Na realidade, a lei penal aplicada era contida nos 143 títulos dos Livros das Ordenações Filipinas do início do século XVII, e orientava-se no sentido de severas punições e ampla e generalizada criminalização. Dentre essas punições, predominava a pena de morte, porém também havia açoite, galés, amputação, degredo, multa e a pena-crime arbitrária, que ficava ao critério do julgador, já que era inexistente o princípio da ilegalidade. Assim sendo, equivaliam ao período que precedia as primeiras modificações apontadas por Foucault.

Durante o período imperial, o código escrito por Bernardo Pereira foi escolhido para ser o novo código criminal por permitir maior desenvolvimento das máximas jurídicas e equitativas e também por maior divisão das penas. É considerado um texto liberal, clássico e mais simples do que o anterior, tendo influência de Beccaria. No que tange à pena, fixava a regra geral de sua aplicação: “nenhum crime será punido com penas que não estejam estabelecidas na lei”, que hoje seria o princípio da legalidade.

O código sofreu diversas alterações até que o Desembargador Vicente Piragibe redigiu a consolidação das leis, sancionada como texto oficial em 1890 e com vigência até 1941. Após outras alterações, o código passou por uma revisão, aproximando-se do código italiano, em função do período da ditadura de Getúlio Vargas.

É um código rigoroso, rígido, autoritário no seu cunho ideológico e impregnado de “medidas de segurança” pós-delituosas que operavam através do sistema da “dupla-via”. Seu texto corresponde a um “tecnicismo jurídico” autoritário que, com a combinação de penas retributivas e medidas de segurança indeterminadas, desemboca numa clara deterioração da segurança jurídica.

O código foi novamente revisto e adulterado no período da ditadura militar. Porém, após diversas revisões, essa versão nunca entrou em vigência, sendo os parâmetros penais definidos então pela Lei 6.416/77. Com a abertura política na década seguinte, atualizações foram feitas e

foram alvos desse movimento atualizador o Código Penal, Processual Penal, e a lei de Execução Penal.

As novas leis constituem uma verdadeira reforma penal, posto que apresentam uma nova linha de política criminal, mais em conformidade com Direitos Humanos. Algumas das diferenças são: a eliminação da possibilidade de perpetuação da pena, a possibilidade da concessão do livramento condicional, e a volta da pena de multa ao sistema brasileiro com o dia-multa. Após tantas alterações, o código recebeu novas leis, porém continuou com as mesmas diretrizes nas últimas décadas, o que tem sido criticado frente a novas questões da contemporaneidade.

3. As garantias e propostas na norma jurídica brasileira

A diferença entre o que está escrito na norma e a realidade brasileira já é um fato de conhecimento geral. Elogiada como uma das constituições mais modernas humanisticamente e democraticamente, a Constituição brasileira fica longe de cumprir suas promessas e garantir o básico que se propõe. Quando se trata do processo carcerário em geral, essa verdade não se altera.

Embora seja um termo complexo e vago, a dignidade humana é garantida desde o primeiro artigo da Constituição, muito embora seja, na prática, negada constantemente aos presos através dos casos de descaso, maus tratos e tortura – no inciso III do art. 05, esta proibida junto ao tratamento desumano ou degradante. O Art. 05 (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) garante também que: não haverá penas cruéis (inciso XLVII); as penas serão cumpridas em estabelecimentos distintos de acordo com a natureza do delito (inciso XLVIII); é assegurado ao preso o respeito à integridade física e moral (inciso XLIX). Essas são algumas das leis desrespeitadas continuamente, não considerando aquelas violadas (como prisão ilegal e informação da prisão a familiares) no início do processo penal por foco em questões posteriores.

A Lei de Execução Penal (Lei N. 7.210, de 11 de julho de 1954) (LEP) é elogiada, já que, como outras partes da norma brasileira, é considerada moderna e democrática. Isso se deve ao fato de que é baseada no conceito de que a pena privativa de liberdade deve ter como base o princípio da humanidade, sendo que qualquer forma de repreensão dispensável, cruel ou degradante é antagônica ao princípio da legalidade.

A LEP, no art. 01º, determina que a execução penal tenha como objetivo proporcionar condições para a integração social harmônica dos condenados. No art. 03, é apresentada a garantia dos direitos que não foram atingidos pela sentença ou pela lei. O capítulo I do título II discorre sobre como deve ocorrer a classificação dos presos, o que determinará a divisão dos condenados e garantirá a individualização da execução penal. Os cinco artigos que tratam sobre isso, do 05 ao 09, determinam como o processo será feito e por quem, garantindo um tratamento respeitoso feito por especialistas como psicólogos e assistentes sociais.

No capítulo II, em 18 artigos, é tratada a assistência a ser dada aos prisioneiros, incluindo

assistências material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. É importante ressaltar que o egresso, definido no art. 26 como aquele que é liberado definitivo pelo prazo de um ano, e o liberado condicional, tem direito a assistência também. O art. 25 determina que o Estado deve orientar e apoiar a volta à vida em liberdade, como também, se for necessário, a concessão de alojamento e alimentação pelo prazo de dois meses. Após o período de um ano, perde-se a qualificação jurídica de egresso e, se for necessário, ocorre encaminhamento para o serviço social comum.

O capítulo III trata sobre oportunidades de trabalho, vistas como dever social e condição de dignidade humana. Os estudos envolvendo o assunto discorrem continuamente sobre a importância dessa possibilidade. Hassen (1999) aponta a importância da criação de laços sociais entre os presos-trabalhadores e a mudança de relação com o tempo. Outros motivos para a sua importância é a possibilidade da diminuição da pena - cada três dias trabalhados equivale um dia a menos na pena - e a possibilidade de ajudar financeiramente a família. No capítulo IV, são tratados os deveres, direitos e disciplina. Focando na questão dos direitos infraconstitucionais, são discutidos, no art. 41 do inciso I ao XVI, o direito à alimentação suficiente, visitas, conhecimento de atestado de pena a cumprir, e outras questões.

Não somente a Constituição e a LEP garantem direitos aos presos. Há também a Resolução nº 14 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), na qual são determinadas, em 65 artigos, as regras mínimas para o tratamento do preso. Entre as regras estabelecidas na CNPCCP, estão regras de tratamento aos prisioneiros que devem ser obedecidas pelos executores da pena, sendo estas adaptadas das normas redigidas pela ONU.

Em 1995, a principal organização internacional determinou, nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros, diversas questões que devem ser consideradas por seus países participantes. Importante citar sobre as regras que tratam sobre a participação familiar e sobre a importância do auxílio à retomada da vida social fora da prisão. (BATISTELA e AMARAL, 2008)

É possível perceber através dessa determinação que os serviços e órgãos que auxiliam os egressos a “redescobrir o seu lugar na sociedade devem arrumar-lhes os documentos necessários, habitação, trabalho, roupas decentes e adequadas ao clima e estação e outros meios suficientes para chegarem ao lugar que se destinam ou subsistirem logo no início da liberdade.” (SILVA e CAVALCANTE, 2010)

Para auxiliar a situação do egresso foi criado a Central Nacional de Apoio ao Egresso (CNAE), pela Resolução nº 15, de 10/12/2003 do CNPCCP. A CNAE tem como objetivo a estimulação de patronatos e apoiar outras experiências de assistência ao egresso, focando no mesmo objetivo, a ressocialização.

Assim aconteceria o que Foucault (1987), um dos maiores nomes na questão carcerária, afirma que é preciso: “que a justiça criminal puna em vez de vingar”. Continuando a usar as palavras do autor: “Entre o crime e a volta ao direito e à virtude, a prisão constituirá um ‘espaço entre dois

mundos', um lugar para as transformações individuais que devolverão ao Estado os indivíduos que este perdera.”

Portanto se fosse seguido o que a lei propõe, a lei penal teria duas funções: reparar o ato cometido pelo criminoso, e impedir que mesmas ações sejam repetidas. Contudo, a realidade é que o próprio sistema prisional é responsável pelo retorno dos ex-presidiários ao crime, já que os seus direitos são negados e o tratamento dado é diferente dos padrões legais e constitucionais – causando o sentimento de revolta robustecido pela falta de assistência e a falta de preparação para retornar ao convívio social. Isso leva ao fenômeno da reincidência criminal.

4. A realidade do processo carcerário brasileiro

Afirmar que o sistema prisional brasileiro difere de suas obrigações não é inovador. Contudo, é necessário conhecer e compreender o que acontece dentro do mesmo para ser possível saber quais mudanças são necessárias e como realizá-las. Afirmar a falência do sistema não é o suficiente para o estudo. O porquê disso é início para explicar por que a ressocialização tão elogiada e necessária é considerada plano de idealistas.

O processo de penas teve três principais fases: o de vingança penal, humanitário e o científico. O primeiro, como o nome indica, é caracterizado pela visão de que a pena do criminoso era uma vingança e, como já mencionado, dura até o século XVIII. Durante os séculos seguintes, haverá um novo pensamento, o humanitário, que vai questionar as arbitrariedades do sistema carcerário. Por fim, durante o período científico serão realizados estudos acadêmicos sobre o tema. É possível relacionar essas fases com certos momentos do sistema carcerário brasileiro.

Um dos motivos principais que leva a prisão a ser da forma atual é o modelo escolhido. O modelo brasileiro possui um caráter de suposta proteção dos cidadãos e da defesa social (do patrimônio e dos indivíduos). Esse modelo ignora o transgressor e sua possível ressocialização, já que se importa com aqueles que estão fora do sistema, buscando a segurança desses através da privação da liberdade dos indivíduos considerados perigosos para a coletividade (VASCONCELLOS, 2007).

Logo esse sistema prisional, se um dia focou na ressocialização dos presos, perdeu por não focar realmente neles, causando uma socialização na cultura carcerária, que só aumenta as chances de reincidência criminal. Como Ribamar (2003) aponta, “no Sistema Penitenciário, a maioria das vezes os prisioneiros ou prisioneiras estão a inteira disposição dos guardas de presídios, um tribunal interno sem regras fixas, sem defesa que, ‘condena’ os internos ao isolamento ou a castigos diversos”. Ele ainda menciona que “mesmo as iniciativas que visam à formação educacional e profissional dentro das instituições carcerárias possuem, sobretudo, o objetivo de preenchimento do ócio dentro da unidade, não se constituindo efetivamente em instrumento de reeducação dos indivíduos”.

Lemos, Mazzilli e Klering apontam que o envolvimento do preso com o trabalho é impedido por ações das organizações carcerárias que primam pela segurança e disciplina. O sistema penitenciário, mesmo se preocupado com a reintegração dos indivíduos na sociedade, exerce uma relação de total subordinação, impedindo qualquer iniciativa e assim massificando a condição do preso (LEMOS, MAZZILLI e KLERING, 1998).

Portanto, não só há um descaso com o preso e a criação de um ambiente de socialização da cultura carcerária, como também o tratamento dado aos presos é passível de ser considerado desumano. Deputado estadual do Rio de Janeiro e presidente, na época, da Comissão da Comissão de Direitos Humanos, Marcelo Freixo discursa na Alerj, em 08/04/2009, sobre as condições da Polinter de Necez, entre São Gonçalo e Niterói, após denúncia. O deputado descreve que em um lugar para duzentas pessoas havia oitocentas, o local não tinha luz natural, ventilação natural ou água potável. Ele também aponta que havia doentes e pessoas que estavam vivendo nessas condições há dois anos. **[1]**

O relatório da Anistia Internacional, em 2007, demonstra que casos como o previamente citado não são exceção. A Anistia aponta que denuncia constantemente as violações cometidas no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, como o uso de tortura e força excessiva, além de condições cruéis, desumanas e degradantes nas quais vivem os detentos. O relatório afirma que, em novembro de 2005, a Comissão Interamericana ordenou que todos os detentos do centro de detenção provisória da Polinter fossem transferidos e que a mesma fosse fechada. **[2]**

Temas que são consequência da crise do sistema carcerários são apontados por Cezar Roberto Bitencourt. Ele aponta como efeitos negativos: “problema do auto conceito do recluso; problema sexual na penitenciária; violência carcerária; elevados índices de reincidência; anulação da personalidade do recluso etc.” (BITENCOURT apud DA SILVA, 2008)

É necessário também saber quais são os perfis sociais que são maioria dentro desses sistemas, já que representam, em grande parte, uma camada excluída do sistema capitalista. Os dados do CNPCP sobre a população carcerária indicam que o sistema geral possui atualmente 496.251 presos. Desses, 259.090 são homens em sistemas fechado, semi-aberto e abertos. Nesses mesmos sistemas, as mulheres contabilizam 33.788. No sistema provisório, 154.780 homens e 9.903 mulheres.

Como dados mais específicos são difíceis em larga escala, é importante utilizar estudos mais localizados para se ter uma dimensão melhor do problema. Em estudo realizado na prisão Lemos Brito antes de sua desativação, a pesquisadora Edna del Pomo de Araujo (2007) chegou a tais resultados: “78,8% dos detentos são homens e têm entre 21 e 40 anos de idade. A pesquisa na Lemos Brito provou que 68,9% dos internos possuíam renda anterior à detenção entre um e três salários e que o nível de instrução era baixo – 64,6% dos detentos possuíam o ensino fundamental incompleto. O número alto de baixa escolaridade também surge na pesquisa realizada no CRF de

Araraquara (DA CUNHA, 2010), prisão feminina, onde é informado que “86% de 78 mulheres que participaram da pesquisa iniciaram no mercado de trabalho antes dos 18 anos de idade. Destas, 83,58% estavam no mercado informal, ou seja, sem direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.”

Os números não causam surpresa, mas ajudam a formar um perfil claro dos grupos sociais predominantes no sistema prisional. Os estudos demonstram que a maioria é composta por jovens, com baixa educação, salário baixo e grande parte pertencente ao mercado informal. É possível perceber que é o mesmo grupo social que é excluído socialmente, permitindo que seja apontada a relação com a forma que o sistema capitalista exclui grande parte da população e mantém a sociedade numa estrutura vertical. Logo, o sistema prisional é uma consequência do modelo vigente. Bitencourt (2001) afirma que “o Sistema Penal permite a manutenção da estrutura vertical da sociedade impedindo a integração das classes baixas, submetendo-as a um processo de marginalização.”

No caso do Rio de Janeiro, a questão da raça também aparece como um fato significativo. Embora o IBGE indique que no estado há 60,6% de brancos e 38,8% de negros e pardos, quando a questão é o sistema prisional há uma inversão. Assim os números totais são de 59,3% de negros e mulatos e de 40,7% de brancos. (JULIÃO, 2009) Obviamente, não se está traçando uma relação de causalidade entre a cor e criminalidade, mas sim levantando o ponto de que os negros são a maioria entre as classes econômicas mais baixas como também do sistema prisional.

Por fim, após sair desse sistema, o preso terá que passar pela estigmatização, a qual Bauman (2007) aponta como elemento transformador da identidade social dos ex-presos. Após o processo pelo qual passou, o preso sofreria um fenômeno de ‘desculturação’, assim perdendo a capacidade de viver em liberdade, perdendo o senso de responsabilidade sobre si próprio do ponto de vista econômico e social.

A dificuldade de encontrar emprego, causada pela ficha criminal, não permite que após sua liberação o egresso volte a participar ativamente da sociedade. Se na atual sociedade, a avaliação ocorre através da atividade econômica realizada, os ex-condenados estão, novamente, na parte mais baixa da estrutural vertical.

Não há somente a negação pela falta de contribuição econômica, também há a estigmatização social pelos seus atos criminosos. Assim, a premissa de que o cumprimento da pena compensaria o erro frente à sociedade é falsa. Não que isso seja uma surpresa, entretanto, não se pode propagar o discurso quando não se espera que tenha viabilidade real, transformando-o em uma fala falsa ou hipócrita.

5. As consequências do atual sistema carcerário

Embora Adorno (apud DA CUNHA, 2010) afirme que “a prisão é uma máquina de produzir

‘corpos dóceis’ – economicamente produtivos e politicamente neutralizados em sua capacidade de revolta e resistência” -, a realidade mostra que é o contrário, que os ex-presidiários saem com mais raiva e preparados para cometerem o mesmo ato que os levaram para a prisão ou piores.

Isso não é surpreendente quando, como afirma Oliveira (1997), a prisão é "um aparelho destruidor de sua personalidade" pelo qual:

Não serve para o que diz servir; neutraliza a formação ou o desenvolvimento de valores; estigmatiza o ser humano; funciona como máquina de reprodução da carreira no crime; introduz na personalidade a prisionalização da nefasta cultura carcerária; estimula o processo de despersonalização; legitima o desrespeito aos direitos humanos.

Esse sistema não só não garante tratamento digno aos condenados, como também aumenta a violência no mundo externo, aquele que supostamente se estaria protegendo, já que é dentro do cárcere que as principais organizações criminosas surgiram e, até hoje, são organizadas por homens dentro da mesma. As organizações surgiram após o aumento populacional nas cadeias e das condições de vida precária que nelas vigoravam. “Organizar-se era uma forma de se proteger, evitando assassinatos e estupros por outros presos. Era também uma maneira de tentar dialogar com as autoridades e reivindicar melhores condições de vida na prisão”. (DA SILVA, 2010)

Uma das justificativas usualmente utilizadas na sociedade para a forma como o sistema prisional funciona atualmente é o impedimento das pessoas de cometerem crimes, como se o sistema ruim fizesse as pessoas terem medo de serem presas nele. Números comprovam que isso não ocorre. Pelo contrário, o número de presos aumentou nos últimos anos como indica números do InfoPen.

Acabamos com uma sociedade mais violenta, já que o sistema carcerário transformou-se em um lugar onde os criminosos se organizam, que não diminui o número de presos e não auxilia para a ressocialização do condenado. A reincidência é um dos maiores problemas do sistema carcerário brasileiro. Há três classificações de reincidência: legal, penitenciária e criminal. Focando-se na classificação penitenciária, se entende por ressocialização quando “o delinqüente, independente do crime cometido, após ter sido liberado, retorna para o sistema penitenciário, devido à nova condenação judicial, para cumprir nova pena ou nova medida de segurança.” (JULIÃO, 2009)

Os números sobre reincidência são difusos, contudo, mesmo quando a diferença entre eles são grandes, continuam sendo altos. Segundo o Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), 70% dos presos reincidem, número apoiado pelo Departamento Penitenciário Nacional em relatório de 2008. Já a pesquisa de Sérgio Adorno, realizada durante a década de 80 em São Paulo, indicava o retorno de 29,34% dos presos e a pesquisa de Julita Lemgruber, realizada na década de 90 no Rio de Janeiro, indica 30,7%.

É possível discutir sobre os métodos utilizados ou sobre o período estudado, já que “nos últimos anos, a média de crescimento da população prisional gira em torno de 9% ao ano. Seguindo este ritmo, estima-se que ocorrerá, no período de 2000 à 2010, o mesmo da década (1989 à 1999), na qual se dobrou a população carcerária.” (JULIÃO, 2009). Independente dos motivos ou quais números cheguem mais próximo à realidade, os números são elevados se for considerado um sistema que supostamente trabalha para a ressocialização daqueles condenados previamente.

A pesquisa realizada por Julião (2009) para sua tese de doutorado entrevistou diversos detentos reincidentes para questionar o motivo da reincidência. As respostas foram: 16,2% dos reincidentes afirmaram que cumpriram novas condenações em função de flagrantes forjados; 49,9% justificaram tal retorno em função da falta de trabalho e/ou necessidade; 6,5% alegaram revolta e 12% por más companhias, 31% alegaram que a passagem anterior por uma prisão influenciou no seu retorno ao mundo do crime.

A partir de seu estudo, Julião chega a certas conclusões:

quanto maior o período de confinamento, maiores as taxas de reincidência penitenciária **[3]**; as transferências sucessivas de internos para unidades com critérios de segurança menos rígidos, humaniza o cárcere e desestimula a reincidência **[4]**; e que a maior participação do presidiário em programas externos (trabalho, educação, visitas à família etc.) diminui as chances de reincidência penitenciária.

É passível de se concluir que o sistema carcerário não cumpre com o seu papel com os presos durante sua estadia e que leva à consequências muito maiores do que as de dentro de seu espaço físico. Não que houvesse explicação passível para o trato que se é dado aos condenados, porém, mesmo com a escolha de um modelo que privilegie a sociedade, o sistema carcerário brasileiro falha com os mesmos.

6. Programas de ressocialização

Mudanças precisam ser realizadas para ocorrer alguma mudança na situação atual. Um dos caminhos possíveis é o uso de penas alternativas que não retiram o condenado do meio social mas impõem-lhe uma responsabilidade social, como prestação de serviços à comunidade, e doação de alimentos aos necessitados. Quando esses métodos não têm espaço, a outra oportunidade é através dos programas de ressocialização

Frente a tais questões sociais preocupantes, algumas medidas estão sendo realizadas para mudar, pelo menos em parte, a situação atual. Diferentes projetos estão sendo realizados em diferentes escalas e de diferentes formas. Há projetos tanto nacionais quanto estaduais com diferentes formas de atuação: alguns oferecendo trabalho e educação, enquanto outros tentam mudar a forma como o sistema está sendo administrado.

Um dos trabalhos mais diferenciados é o da APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, existente desde 1972, reconhecida internacionalmente. A organização jurídica tem um trabalho diferenciado por utilizar de diferentes métodos na administração das prisões. No método APAC, o regime é o tempo para recuperação, o semi-aberto para a profissionalização, e o aberto para a inserção social. Assim, o trabalho aplicado em cada um desses regimes deve ser de acordo com a finalidade proposta.

Nos presídios sob administração da APAC, não existem policiais civis nem militares, os internos têm as chaves de todas as portas e portões da unidade – inclusive entrada e saída. No interior da unidade há lanchonete e sorveterias, o dinheiro não é proibido, o uso de roupas normais é permitido. Todas essas mudanças implicam na porcentagem de reincidência: 4,5 por cento, contra 85 % de instituições tradicionais.

Os projetos principais focam no esforço de oferecer oportunidades de educação e trabalho. Não são raros os Estados que tem esse tipo de programa, tanto que, no trabalho de Lemgruber, é identificado que no período do estudo 83,3% dos Estados tinham convênio com a Secretaria de Educação para desenvolver projetos. Ela também identificou que 17,3% dos internos estão ligados a alguma atividade educativa.

Um dos maiores projetos, antes de sua desativação, ocorria na cadeia Lemos Brito no Rio de Janeiro, onde 87% dos internos estavam envolvidos com algum tipo de atividade. Essa alta participação se deve em parte por ser um requisito básico para a solicitação de reivindicação junto à direção da penitenciária. 38,8% dos presos estavam iniciando ou reiniciando o seu estudo, parceria com o Colégio Estadual Mário Quintana. Havia também oportunidades nas oficinas de atores, parceria com a faculdade de teatro da Unirio, fábrica de papéis recicláveis, aulas de informática, oficina de artesanato e outras atividades.

As atividades não são positivas apenas financeiramente, como também pela questão psicológica. 78,8% dos internos responderam no questionário que não temiam serem discriminados após a liberdade. O motivo dado foi o suporte psicológico que as atividades existentes proporcionaram através da descoberta de um talento laborativo ou artístico, assim elevando a autoestima. (DE ARAÚJO, 2007)

Outro Estado que tem atividade é a Bahia com o programa Menos Presos, mais Cidadãos. Este programa da Secretária da Justiça possibilita aos presos acesso a atividades laborativas, educacionais e profissionalizantes, bem como oferece alfabetização e ensino fundamental na área do trabalho com parceria com diversas empresas.

Há também o Centro de Progressão Penitenciária (CPP) em Brasília, voltado para empregar os presos. Há cinco unidades prisionais do sistema penitenciário no distrito abrigando em média 320 presos, todos em regimes semi-aberto, e que, na sua maioria, prestam serviços remunerados nas administrações regionais e em empresas públicas e privadas, através de convênio firmado entre

os respectivos órgãos e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP).

No Rio Grande do Sul, há um projeto voltado para conseguir trabalhos, com a diferença de que se concentra no egresso. A Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Presidiário (FAESP) trabalha desde 2007 focando a ajuda em relação à educação, trabalho, saúde e ajuda material. Através de parcerias com empresas públicas e privadas, busca oferecer trabalho temporário para egressos. No tocante a educação oferece ensino comum e profissionalizante. (MADEIRA, 2004)

Internacionalmente há o projeto da UNESCO, Proyecto Educando para la Libertad: la Educación en Establecimientos Penitenciarios que, em 2008, apresentou o relatório sobre como o processo está sendo levado no Brasil. Os estados participantes são Acre, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco.

Embora muitos desses projetos sejam elogiados por sua atuação, muitos encontram dificuldades estruturais. Na pesquisa de Julião (2009), ele tratou sobre as dificuldades que escolas (77% das que estudou) que oferecem aulas para presos sofrem. Destacou: “dificuldades diversas na condução dos presos às salas de aula; falta de material didático; falta de recursos pedagógicos para os internos e falta de respeito às regras internas de segurança.” Outra dificuldade é para aqueles que finalizaram seus estudos e fizeram o vestibular e passaram a ter a oportunidade de ir para a universidade: Muitos perdem a matrícula por não receberem permissão para ter regime semi-aberto.

Julião também questionou os motivos que levaram os presos a voltarem a estudar: “85,7% afirmou que o principal motivo para frequentar a escola se concentra na busca por aprender novos conhecimentos; 74% justificou o interesse de concluir os seus estudos; e 70% que foi para obter a remição da pena.” Um número interessante é que 82,4% dos alunos veem as atividades educativas oferecidas como um direito deles. Essa visão é importante por saberem que o Estado deve oferecer mais do que está disposto.

Lígia Madeira (2004), na sua pesquisa sobre o FAESP, buscou conhecer os interesses daqueles que buscaram a fundação. 78,6% dos egressos procuravam oportunidades de emprego, enquanto os outros procuraram os cursos profissionalizantes e outros recursos. Embora a organização auxilie, a maioria afirma que estava decidida a parar com a ‘vida no mundo do crime’. Na visão dos egressos, estar ressocializado é ter trabalho para poder consumir e prover a família, voltar a estudar, e não ser conhecido como criminoso.

Através dos números apresentados é possível concluir que a existência de projetos que buscam auxiliar a ressocialização é fundamentais para todos, visto sua importância para a diminuição dos casos de reincidência. É necessário que cresça o número de pessoas que possam utilizar de seus exercícios e mais presídios que os forneçam. Contudo, não é apenas um projeto que auxiliará a melhora da situação atual. É preciso repensar o projeto carcerário brasileiro.

7. Conclusão

A qualidade da norma jurídica brasileira, infelizmente, difere da situação social do país na atualidade. Todavia, não é possível simplesmente continuar com uma lei ineficiente, 'letra morta', e continuar com um projeto que falhe com os prisioneiros e a sociedade. Esse sistema não beneficia ninguém, por que o preso é tratado de forma degradante, a sociedade continua insegura e o Estado passa a ser uma máquina ineficaz.

É necessária discussão em diversos patamares, principalmente a melhoria social para diminuir o número de condenados, tratamento justo àqueles que estão dentro do sistema e ajuda àqueles que saíram do mesmo. Deve-se modificar a forma que se vê os menos favorecidos na sociedade capitalista competitiva brasileira.

Os projetos tratados são passos significativos, porém pequenos, próximos ao que ainda devem ser feito. É necessário mais investimento para que possam oferecer oportunidades para mais pessoas, como também conscientizar outros que há um caminho diferente a ser tomado. É o início de uma tentativa fundamental e urgente, embora por enquanto, seja somente isso, infelizmente. 🌀

LISTA DE SIGLAS

APAC – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado

CNAE - Central Nacional de Apoio ao Egresso

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CPP - Centro de Progressão Penitenciária

FAESP - Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Presidiário

FUNAP - Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

InfoPen – Sistema de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execução Penal

NOTAS

*Aluna da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), vinculada ao curso de Ciência Política. E-mail: lorenamsmiguel@gmail.com.

[1] Discurso realizado por Marcelo Freixo na Alerj, em 08/04/2009 <Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/2a8a42e1ee8882c9832575920072bfb7?OpenDocument>> Acesso em: 16 junho. 2012.

[2] Relatório da Anistia Internacional. Brasil, “entre o ônibus em chama e o caveirão”. Londres, 2007

[3] Informações disponíveis: www.infopen.gov.br

[4] Os trabalhos de Sérgio Adorno e Julita Lemgruber são relatados no trabalho de Elionaldo Julião (2009).

REFERÊNCIAS

ATISTELA, Jamila Eliza; AMARAL, Marilda Ruiz Andrade. As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros da ONU e a lei de execução penal brasileira: uma breve comparação. In: **Iv Encontro de Iniciação Científica e III Encontro de Extensão Universitária**, vol. 4, nº 4, 2008. <Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1661/1583>>. Acesso em: 17 junho. 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BITENCOURT, César Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo. Editora R.T, 2001.

DA CUNHA, Elizangela. Ressocialização: o desafio na educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedec**, vol. 30, 2010. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a03v3081.pdf>> Acesso em: 16 junho. 2012.

DA SILVA, Patrícia Gomes. Ressocialização do sentenciado. 2008. <Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Ressocializacaodosentenciado.pdf>>. Acesso em: 17 junho. 2012.

DE ARAÚJO, Edna del Pomo, Prisão e socialização: a penitenciária Lemos Brito. **Revista CEJ** nº 36, 2007, pag. 87 <Disponível em: <http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/748/928>> Acesso em: 16 junho. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir – História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987

HASSEN, Maria Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico sobre trabalho, crime e prisão**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1999

JULIÃO, Elionaldo. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro**. 2009. <Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/elionaldo_tese_final_parte_textual.pdf>. Acesso em: 17 junho. 2012.

LEMOS, Ana Margarete, MAZZILLI, Cláudio, KLERING, Luís Roque. Análise do Trabalho Prisional: um Estudo Exploratório. **RAC**, v.2, n.3, 1998.

MADEIRA, Lígia. A atuação da sociedade civil na ressocialização de egressos do sistema penitenciário, **VIII Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, 2004 <Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel38/LigiaMoriMadeira.pdf>>. Acesso em: 16/06/2012

OLIVEIRA, Edmundo. **Política criminal e alternativas à prisão**. Rio de Janeiro: Forense, 1997,

PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em História**. 4 edição. Rio de Janeiro: Editora Imagem Virtual, 2002.

RIBAMAR DA SILVA, José. Prisão: ressocialização para não reincidir. 2003 <Disponível em: http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/monografia_joseribamar.pdf>. Acesso em: 16 junho. 2012.

SILVA, Iranilton Trajano da; CAVALCANTE, Kleidson Lucena. A problemática da ressocialização penal do egresso no atual sistema prisional brasileiro. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, a. 5, nº www.habitus.ifcs.ufrj.br

581. 2010. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2038>>
Acesso em: 16 junho. 2012.

VASCONCELLOS, Fernanda Bestetti. Trabalho prisional e reinserção social: função ideal e realidade prática. **Revista Sociologia Jurídica**, nº 05, 2007 <Disponível em: <http://www.sociologiajuridica.net.br/antigo/revo5fervasconcelos.htm>>. Acesso em: 16 junho. 2012.

Recebido em 26 de junho de 2012

Aprovado 13 de abril em de 2013

“FANTASMAS EXISTEM”: A APARIÇÃO DA MÚSICA DE PROTESTO NO PAGODE BAIANO

“GHOSTS EXIST”: THE APPARITION OF PROTEST MUSIC IN PAGODE BAIANO

Maycon Silva Lopes*

Cite este artigo: LOPES, Maycon Silva. “Fantasmas existem”: A Aparição da Música de Protesto no Pagode Baiano. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.65-75, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013.

Resumo: Este ensaio busca refletir sobre a fase inicial do grupo musical *Fantasmão*, e, sobretudo, acerca das inovações discursivas produzidas dentro do gênero conhecido como pagode baiano. Deslocando o corpo negro como objeto erótico através da sua performance de palco sem coreografia (CHAGAS, ANDRADE, LOPES *et al.*, 2009), o grupo problematiza as hierarquizações sociais baseadas na raça. Ao abdicar do discurso e gestuais eróticos, que marcam este gênero musical, o *Fantasmão* cruza as categorias marginais procedentes da negritude e da pobreza, localizando no gueto uma dimensão de comunidade, que parece ainda mais fortalecida quando trava diálogo com outros gêneros musicais da “cultura negra”, como o rap e o reggae.

Palavras-chave: Música, Cultura Negra, Periferia.

Abstract: This essay seeks to reflect on the initial phase of the band *Fantasmão*, and on the discursive innovations produced within the genre known as *pagode baiano*. Dislocating the negro body as an erotic object through its performance from the stage without choreography (CHAGAS, ANDRADE, LOPES *et al.*, 2009), the group problematizes the social hierarchies based on race. In abdicating erotic discourse and, which characterize this musical genre, *Fantasmão* crosses marginal categories deriving from black culture and poverty, localizing in the ghetto a dimension of community that seems still further strengthened when it dialogue with other musical genres from "black culture" such as rap and reggae.

Keywords: Music, Black culture, Periphery

Pagodeiros, corpos vazios e sem ética

lotam os pagodes rumo à cadeira elétrica
Eddy, releitura da música 'Jesus chorou', 2008

Desse jeito, nosso jeito, estilo vagabundo
Eddy

1. Música E Vida Na Bahia, Ou Uma Breve Introdução

Não precisamos ser observadores tão perspicazes para dar-mos conta da imponente presença da música na cidade de Salvador. Nos carros que passam nas ruas, nas aglomerações que se formam em frente às lojas de conveniência dos postos de gasolina – regularmente convertidas em bares, com direito à pista de dança, nas noites do fim de semana e mesmo durante a semana –, nos próprios bares, e atualmente em dispositivos móveis (tal qual celular) dentro dos ônibus. A jornalista alemã Petra Schaeber (1997. p. 145-6) pontua que “parece não haver outro lugar onde o recurso à música seja tão constante como no Brasil, especialmente na Bahia, cujo cotidiano é marcado intensamente pela prática dos rituais musicais, sobretudo aqueles associados ao Carnaval”.

Também o operário que ergue mais uma unidade da Universidade Federal da Bahia, o faz enredado pela melodia; leva um aparelho de música e seleciona sua trilha. A impressão é que não há ação cotidiana em que a música não penetre, ou que ao menos não possa penetrar. É importante lembrar que para escutarmos aquela canção que, muito embora sem consentimento prévio, acompanha a nossa caminhada rumo à padaria, não precisamos necessariamente de um dispositivo tecnológico; além de podermos nós mesmos cantá-la, a memória muitas vezes parece ritmada, sonora, musical. Músicas as quais nem mesmo somos afeitos, mas que de tanto escutá-las aqui e acolá, em alguns momentos não nos deixa o pensamento e nos inquietamos em busca de uma explicação para isso.

Para entretenimento inusitado de alguns e perturbação de outros, diversas vezes grupos de rapazes que estão nos últimos assentos do ônibus urbano rompem o relativo silêncio do percurso e entoam, com o auxílio de batuques improvisados, quer dizer, de materiais que momentaneamente lhes servem de instrumentos musicais, músicas que se inserem, sobretudo, no gênero conhecido como pagode baiano. Nas praias da cidade é comum deparar-se com bandos de adolescentes e jovens adultos, em sua maciça maioria negros, cantarolando músicas de pagode enquanto se banham. Em geral essas músicas apresentam letras de duplo sentido e forte teor erótico. Pergunto-me nesses momentos o quanto a exploração da temática sexual elevaria o potencial de acolhimento dessas músicas e o quanto elas contribuem, disponibilizando certo discurso (e gestual), para a produção da identidade de certos grupos, tornando-se, desse modo, parte quase que fundamental

para a apresentação em contextos mais ou menos específicos de uma masculinidade negra erotizada.

Justamente devido a essa habilidade de, mais que simples e mecânica adesão, incorporação estética e discursiva de elementos que tangenciam o próprio processo de consumo de música – acredito que, pelo menos no Brasil, mais do que qualquer outra arte – escolhi um produto cultural para pensar a negritude e compreender o seu uso, o seu projeto. No caso específico de Salvador, Lima (1998. p.161) advoga que ela tem sido “instrumento fundamental através do qual [os jovens negros e mestiços da Bahia] elaboram e reciclam identidades”. Apoiado na sua tese de música como sentido compartilhado, busco compreender o fenômeno Fantasmão.

2. O Que É (E O Que Não É) O “Pagodão”

O pagode baiano, ainda quando não havia se estabelecido propriamente como um gênero musical, tem seus primórdios em meados da década de 90, com a grande aparição midiática do grupo Gera Samba, que depois passou a se chamar É O Tchan!. Por sua vez, a música do É O Tchan! dialoga com a tradição do samba de roda do Recôncavo da Bahia, onde estaria a matriz cultural do pagode (MOURA, 1996; SÁ, 2004; CHAGAS, ANDRADE, LOPES et al., 2009).

Gostaria aqui de chamar atenção que na pesquisa realizada por Döring (2004) acerca da tradição do samba de roda da Bahia ela apresenta uma citação de Koster, datada de 1942, quando o autor pontua sobre as “alusões obscenas” dos versos do samba. No mesmo trabalho, há menção do historiador Geraldo Costa Leal, que observa uma roda de samba na Bahia e faz referência ao “corpo em requebros, recebendo carícias das próprias mãos que ficavam inquietantemente eróticas”. Em Zamith, ainda mencionada por Döring, aparece a importância, para o samba de roda, da relação entre música, letra e coreografia. Sobre o samba chula, uma variação do samba de roda, Guilherme de Melo, também citado por Döring, alude à sátiras picantes presentes em algumas músicas.

Na verdade há uma tradição do vínculo de músicas com temáticas “maliciosas” (e de duplo sentido) e danças consideradas “lascivas” com a população negra do Brasil, que originalmente as praticam, e com a cultura popular de um modo geral, como é o caso do samba de roda (IKEDA, 1986). O etnomusicólogo Alberto Ikeda (1996) nos lembra, por exemplo, dos gêneros musicais lundu e do maxixe, caracterizado “especialmente pela maneira lasciva executada pelos casais, cujos movimentos corporais lembravam a própria performance sexual” (idem. p. 86). Nos seus trabalhos, Ikeda (1996, 2006) afirma que os bailes em que se dançavam tais gêneros, remetidos ao século XIX, importavam não apenas como locais de lazer, arte e sociabilidade, mas também como de produção de identidade dos negros, estrato socialmente excluído. Configurava-se ali também, segundo o autor, um espaço de contestação ao conservadorismo católico e patriarcal. Ikeda (2006) nos aponta, entretanto, que o fenômeno de inclusão sonora, de uma música originalmente produzida pelos negros e cujo consumo fora ampliado para outros setores da sociedade, não tem equivalência com a inclusão social desse estrato periférico.

É importante recuperarmos esse passado, que sugere um “parentesco” do pagode com o samba de roda e com outras tradições da chamada cultura negra, pois há nele elementos que uma série de bandas posteriores ao surgimento do É o Tchan! irão retomar – por exemplo, a banda Harmonia do Samba –, elementos esse que, como traços característicos que são reprisados, recuperados, configurarão o pagode enquanto um gênero musical. Aqui proponho que pensemos o gênero musical como um corpo mais ou menos coeso que reúne expressões sonoras, verbais, melodias e temáticas específicas (JANOTTI JUNIOR, 2008), o diferenciando assim dos demais gêneros, que por sua vez também agrupam um conjunto de bandas que se filiam à sua proposta.

No entanto, como mostrarei em breve com o caso Fantasmão, além dos aspectos estéticos, técnicos e discursivos do produto cultural em si, o que o define como pertencente a este ou aquele gênero são também as imagens, entrevistas e rotulações por parte de fãs, críticos, da imprensa em geral e do próprio grupo. Desse modo, há todo um entorno comunicativo que não pode ser ignorado, que situa o gênero socioculturalmente e que fundamenta o seu reconhecimento, não o poupando, outrossim, de ambiguidades e disputas que envolvem o processo de rotulação da música (idem).

Mas qual seria afinal o modo como o pagode baiano se apresenta? Ou como pode uma banda ser inscrita neste gênero musical? Pois bem, em geral – e daí a importância de resgatar o legado do É O Tchan! – as músicas de pagode têm investido em “letras singelas com temática picante ou lúdica – explicitamente sexual ou de duplo sentido, apelando para trocadilhos” (SÁ, 2004. p.42). As bandas costumam dispôr nas suas apresentações de dançarinos e/ou dançarinas, quando não o próprio vocalista, que, em performances erotizadas, enlaçam música, dança e sexo, tal qual no forró eletrônico analisado por Trotta (2009). Além disso, o pagode costuma elaborar a imagem do homem negro hiperviril e da mulher cujo corpo-objeto estaria sujeito ao desejo masculino – constituindo-se de modo geral como uma música, no sentido mais estreito que essa afirmação possa conotar, feita por homem heterossexual. Não pretendo discutir aqui o machismo presente em grande parte das composições do pagode e nem mesmo tecer comentário sobre a opinião daqueles – a mesma elite intelectual que defende a distinção entre baixa e alta cultura – que desqualificam o pagode pelas suas letras, mas apenas apresentar sumariamente esse segmento musical.

Com relação à pertença do Fantasmão ao pagode, o próprio então líder da banda, Eddy, advogou que o que o grupo fazia era outra música, se tratava de “groove arrastado”; declaração, todavia, que não foi suficiente para assim fundar um novo segmento musical. Certamente seu argumento contrário à inclusão da banda no pagode, ou, pelo menos, um pagode diferenciado, diz respeito tanto às letras do Fantasmão como também à própria hibridez melódica, uma mescla entre pagode e rap, dialogando com o último em ambos os aspectos. De todo modo, como defendem Chagas, Andrade, Lopes et al. (2009), o Fantasmão se apresenta desde o início do grupo em eventos típicos de pagode e suas músicas são veiculadas por rádios que executam o gênero, o que

decididamente influenciou para que a banda fosse incorporada a este segmento musical. Isso me leva a crer, portanto, que é inserido no próprio movimento do pagode baiano – que tem no É o Tchan! o fenômeno pioneiro e de dimensões muito mais amplas, dado o crescente interesse, sobretudo da juventude, por esse gênero musical (SÁ, 2004) – que o Fantasmão irrompe uma significativa pluralização do seu campo discursivo, complicando as fronteiras entre os gêneros.

Antes de dar prosseguimento à análise, gostaria de ressaltar que a mescla de gêneros musicais operadas pelo Fantasmão é permitida pelo próprio processo de globalização, mediante o qual há uma troca de estilos e de músicas de jovens negros de diferentes países que compreendem a área que Paul Gilroy designara Atlântico Negro (SANSONE, 2003). De acordo com Livio Sansone (2003), a mobilização desse intercâmbio oferece a possibilidade de redefinição da “diferença” a partir da estetização da negritude (cabelo, indumentária, etc.) e da música. Na Bahia, ainda segundo o antropólogo, a gestão da aparência física tem sido seminal para a construção da negritude dos jovens de cor. Dessa forma, o que ele considera uma “nova identidade negra baiana” (idem. p.148) tem deslocado a negritude da tradicional cultura afro-baiana, ligada, sobretudo, ao sistema religioso (candomblé), e a produzido via apresentação de um corpo negro original, reinterpretando a África, a América do Norte e a moda juvenil. Deixa-se o protesto político convencional, as organizações e associações, para, a partir do lazer, buscar status e dignidade. Seria, pois, através do estilo que entrelaça juventude e negritude, que os jovens baianos, alinhados à “cultura negra internacional”, estariam “reivindicando a participação negra na ‘modernidade’ e nos rituais de consumo em massa (Vianna, 1998; Sansone, 1992b)” (idem. p. 145).

3. “Fantasmão, Negão”: A Proposta Primeira Do Grupo

O que me interessa nesse texto é discutir o deslocamento instaurado pelo Fantasmão no pagode, música feita predominantemente por jovens negros e mestiços da periferia de Salvador (MOURA, 1996) e que tem predominância de fãs, segundo pesquisa realizada pelo jornal Correio, nas classes D e E da cidade. Se muitas vezes o corpo negro foi usado no pagode como se este fosse o único capital cultural do negro com a diáspora africana (HALL, 2003), na fase inicial do Fantasmão poderíamos nos perguntar onde estaria este corpo que agora aparece dissociado da constante erotização a ele atribuídas pelo pagode. No caso da mulher, por exemplo, que sempre foi recrutada para vestir trajes mínimos em suas danças sensuais, no DVD A Confraria dos Fantasmas, objeto privilegiado desta análise, aparece vestida coberta por uma longa e folgada mortalha branca, que apenas deixa transparecer na sua “quebradeira” o relevo das suas formas. Na coreografia da música Quebre igual à negona, em que o vocalista “dedica a todas as afrodescendentes”, quem deseja ver zonas erógenas, é constrangido por uma quase antierótica mortalha, que ali parece autonomizar a “negona retada”, como a qualifica o vocalista, na medida em que ela não se apresenta como que um corpo a serviço do desejo masculino. Se o corpo da negra, em sua potente e vertiginosa quebradeira,

continua a se constituir como um forte capital cultural, ele rompe de algum modo com o pacto do pagode entre corpo e sexualização.

São também várias as letras em que a banda convoca o público para um senso de comunidade; uma ligação que é forjada, sobretudo, a partir de determinada origem social subalterna. Se para Lima (2002), o Ilê Ayê reforça a marca (fenotípica) negra, o Olodum a origem (africana) negra, e a Timbalada as noções de pessoa e indivíduo – em que se evita a essencialização das identidades, ou seja, uma identidade já dada e naturalizada (não construída) – eu diria que o Fantasmão utiliza como estratégia de reconhecimento do público o cruzamento de raça e classe enquanto marcadores sociais de diferença. Isso pode ser conferido, por exemplo, na música Conceito, em que a banda assume uma posição explicitamente anti-racista, onde advoga que a superação do mesmo é crucial para o desenvolvimento do Brasil:

Com um conceito renovado / andaré nossa nação / sou filho de preto / quero respeito / quem mora no gueto não é ladrão!

Mais adiante, na música Sou negão, que Eddy declara ser o “hino dos guetos” e representar não só a periferia de Salvador como a de todo o Brasil, canta:

Eu sou da favela, eu vim do gueto / Batendo na panela / Derrubando preconceito / Pra você que pensa que negro correndo é ladrão / Tem branco de gravata roubando de montão

Nesta música há referência a uma anedota racista muito corrente no Brasil, em que o piadista pergunta o que seria um negro correndo, e a resposta óbvia revela como a raça[1] é considerada historicamente como símbolo de status social (AZEVEDO, 1996; PIERSON, 1971). Na mesma canção em que desmistifica certo esquema avaliativo que associa raça a comportamento, o vocalista, ao mesmo tempo em que assume seu lugar de fala, que afirma sua identidade (centrada na raça), interpela o ouvinte:

Eu sou negão, eu sou do gueto / e você quem é? / Sou Fantasmão, eu sou do gueto / e você quem é?

É uma constante estratégia de identificação do público a citação de bairros específicos da periferia de Salvador nas músicas da banda. Em Conceito, canta-se o Lobato, o Retiro, a Fazenda Coutos, o Castelo Branco, e, em dado momento do show[2], Eddy fala “Alô, Pau Miúdo”, mencionando a localização espacial dos seus principais interlocutores. Ainda na música Conceito, diz a letra:

Na senzala do Barro Preto / todo mundo é irmão / Tá na cara, tá no coração / no cabelo, na pele, no compasso / sou eu, Fantasmão

Esse sentido de comunidade criado pelo grupo atravessa tanto a localização geográfica (o gueto), que toca, de certo modo, na questão da classe, como também à negritude. Como argumenta o antropólogo estadunidense Donald Pierson (1971) – autor de clássica etnografia sobre relações raciais nos anos 30 na Bahia – embora no Brasil não exista casta baseada em classe, mas apenas classe, “estas classes estão ainda consideravelmente identificadas com a cor” (idem: p.358). Ou seja, o preconceito com quem pertence à raça negra articula-se ao preconceito contra aqueles que pertencem às classes desfavorecidas (idem), que na sua maioria mora em bairros pobres (AZEVEDO, 1996)[3].

Weller (2000), por sua vez, observou que, nos rappers de São Paulo por ela estudados, a identificação com os norte-americanos se dava tanto devido à segregação social oriunda da sua raça, como também por ser habitante de bairros periféricos da metrópole, reforçando o cruzamento das subalternidades. Embora este trabalho não se trate de uma imersão etnográfica, método que poderia verificar com maior propriedade a minha hipótese, arrisco que os “fantasmaníacos” – os fãs do Fantasmão –, se identificam com a banda devido ao caráter de interrelação entre raça e classe. Ambas são centrais no chamamento do gueto nas letras, ou na própria mortalha usada pelo vocalista, em que está grafada a palavra favela, e sobre a qual repousa, presa ao pescoço de Eddy, uma grande corrente – adereço comumente utilizado pelos rappers. Muitos meninos negros e mestiços da periferia da cidade também utilizam uma corrente, além de um boné disposto muitas vezes com a aba a esconder-lhes a parte superior da face e que no vocalista do Fantasmão parece representado por uma viseira. Tanto o boné quanto a corrente fazem parte da indumentária “brau”, figura negra e masculina que povoa o folclore urbano de Salvador (PINHO, 2005). A estética brau, conforme pontua Pinho (2005) em citação a Sansone, nasce da incorporação de roupas e acessórios comumente atribuídos aos negros norte-americanos, que desafia tanto os cânones da cultura afro-baiana como as normas estéticas hegemônicas. Desafia com os seus trajes aberrantes e choca com o seu comportamento considerado demasiado agressivo (idem). Segundo Pinho (2005), essa figura de raça, gênero, e – eu acrescentaria – classe, amedronta a classe média. Talvez venha justamente daí a origem do nome da banda, desse reconhecer-se fantasma no seio (ou nas margens) da sociedade.

É certo que o Fantasmão flerta com o rap tanto na melodia quanto na exploração da temática de combate ao preconceito, mas o diálogo com outros gêneros não se limita em A Confraria dos Fantasmas. Quando, no DVD, Eddy convida o líder do grupo de reggae Adão Negro, Sergio Cassiano, e clama por uma “Bahia consciente” através da sua música, que ele diz se alinhar à “luta pela cidadania”. Juntos, cantam a música homônima do Adão Negro, cuja letra diz existir um “aperttheid disfarçado todo dia” e revela a voz de um eu-lírico feminino que se incomoda por ser telespectador de TV e, todavia, não se sentir nela representado, e quando isso acontece, ele está restrito à cozinha.

Já fui mucama, mas agora sou 'neguinha' / 'Minha pretinha, nós gostamos de você' / Levante a saia,
saia correndo pro quarto / Na madrugada patrãozinho quer te ver

Os versos expostos acima pertencem à mesma canção, que, após aludir a escravidão, denuncia a exploração sexual da mulher negra pelo homem branco (e senhor). Ao final, tecendo um mundo possível, mas incerto, de ascensão social do negro, ela se indaga se um dia será possível tornar-se patroa, ver “um negro no poder”. Ou seja, ainda numa sociedade de classes e raças, subverter o seu lugar.

O sentimento de pertença e comunidade fica também visível quando, antes de iniciar a música Gaiola, Eddy saúda “todos os irmãos que se encontram privados de liberdade”, “mandando um alô” à (Penitenciária) Lemos de Brito. A letra, cujo título funciona como metáfora de prisão, é como que um monólogo dirigido a um “parceiro”[4] que vacila[5], para quem pergunta “Oh, pra quê andar errado?/ Pra quê andar assustado?” e adverte que “escute o que eu te digo, é palavra de irmão/ quem vacila na quebrada, vai cair no gaiolão”. A letra afirma ainda que o mundo do crime é uma ilusão e pede que você “não pise na bola”, “não seja um laranja” para não entrar nesse universo, ou seja, que não se deixe ser usado por alguém que possua mais poder. Outra canção que dialoga e alerta para a vulnerabilidade dos habitantes do gueto à sedução do “mundo do crime” e a violência dessa realidade é a Lá vem PM, que faz referência quase que imediata a grandes festas como o carnaval ou mesmo shows de menores proporções, em que a polícia leva majoritariamente jovens negros presos. Também no início da música Eu sou negão, seguem os versos:

Se vocês apoiam, eu não sei / eu deixo ao seu critério / mas eu não curto os manos / que pintam o
cabelo de amarelo / que vão na TV chorando dizendo que foi da favela / é aí que você se engana... /
eles nunca fizeram parte dela / Ladrão que é ladrão não chora /Homem que é homem não rebola

A canção produz claramente uma ética que define o que é ser da favela, ser ladrão e ser homem: aqueles que não se arrependem dos seus atos, não titubeiam ou demonstram insegurança.

4. Comentários Finais

Acredito que não apenas o hibridismo entre o pagode e o rap produzido pela banda Fantasmão, como também o diálogo com o reggae através da participação especial do líder do Adão Negro no show de gravação do seu DVD – fenômeno midiaticamente significativo –, tenha fortalecido o engajamento do grupo e conformando-o ao que é vulgarmente chamada de “música de protesto”. O que estou aqui cunhando de música de protesto faz referência ao conteúdo contestatório das letras, que revela um discurso textual politicamente engajado, elaborado a partir da consciência de um lugar ocupado socialmente. Essa vertente de música no pagode baiano não é exatamente inaugurada pelo Fantasmão, mas foi este grupo que a ela se enquadrou mais radicalmente (CHAGAS, ANDRADE, LOPES et al., 2009). Ainda que Eddy já não participe da banda

e que o próprio Fantasmão atualmente esteja alinhado à vertente mais mainstream, por assim dizer, do pagode, cabe-nos perguntar se o êxito do trabalho inicial do grupo chegou a abrir espaço na cadeia produtiva do gênero como um campo profícuo explorado por outros grupos.

Com personagens da periferia como protagonistas e tendo o microfone como armamento, segundo versa a música *Eu sou negão*, a canção aparece de fato como uma importante arma para a negociação, articulação de diferenças sociais e identidades (LEME, 2001), se tornando muitas vezes elemento determinante para a compreensão de certas realidades. Ela emerge ainda como criadora de sentidos de etnicidade, tendo como “eixos de articulação muito mais centrados na direção lúdica, estética, comportamental, do que na política e na militância, como é o caso nas formas mais 'tradicionais' de manifestação da etnicidade” (SILVA, 1998. p.211).

Finalmente, o único momento em que a figura feminina aparece em cena é na coreografia de determinada música. Diferente de outros gêneros diaspóricos como o funk, do Rio de Janeiro, no pagode baiano a mulher não é produtora ou protagonista. Mas por quê? Quais especificidades da cultura local, de Salvador e/ou do próprio gênero pagode, responderiam esta provocação? Talvez investigações futuras possam dizer. 🌀

NOTAS

*Aluno da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do curso de Ciências Sociais, na habilitação em Bacharelado em Sociologia. E-mail: mayconslopes@gmail.com

[1] Falo aqui em “raça” e não em “cor da pele”, conforme escreveram originalmente Azevedo (1996) e Pierson (1971), pois, segundo Guimarães (2008) a análise do uso da categoria “cor” revela, na verdade, que “a classificação por cor é orientada pela ideia de raça, ou seja, que a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum” (idem. p. 76).

[2] Vale aqui ressaltar, e por isso também se deu a escolha de um DVD da banda, que os grupos de pagode, tal qual os de forró eletrônico, investem muito mais na produção do espetáculo do que propriamente na gravação de um CD (CHAGAS, ANDRADE, LOPES et al., 2009) – o show é o principal produto cultural desses gêneros.

[3] Para uma exploração mais detida a respeito da significância da categoria raça na segregação espacial na cidade de Salvador, consultar Carvalho e Barreto (2007).

[4] “Parceiro” é uma gíria que, tal qual “brother” (ou “mano”), “pivete” ou “man”, são bastante utilizadas em Salvador. Essa, em especial, que é bastante (mas não só) utilizada por jovens moradores da periferia, expressa um tratamento a partir da camaradagem e do companheirismo, afetos do qual o Fantasmão tenta se aproximar.

[5] Quem vacila é o descuidado, aquele que não é (auto-)vigilante e que por isso é mais vulnerável. É também popularmente chamado de “vacilão”.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. Uma sociedade multi-racial de classes. In: _____. **As elites de cor numa**

sociedade brasileira: um estudo de ascensão social & **Classes sociais e grupos de prestígio**. Salvador: EDUFBA, EGBA, 1996. p. 67-72.

CARVALHO, Inaiá Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação residencial, condição social e raça em Salvador. *Cadernos Metrópole*, v. 18, p. 251-273, 2007.

CHAGAS, Ledson; ANDRADE, Álvaro; LOPES, Guilherme *et al.* A relação da banda Fantasmão e o gênero musical Pagode Baiano. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA O SOM DO LUGAR E O MUNDO, 10., 2009, Salvador.

CORREIO. Axé perde para MPB, pagode e som sertanejo no gosto dos baianos. 21/08/2011. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/noticias/detalhes/detalhes-1/artigo/axe-perde-para-mpb-pagode-e-som-sertanejo-no-gosto-dos-baianos/>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

DÖRING, Katharina. O samba da Bahia: tradição pouco conhecida. *Ictus*, 5, p. 69-92, 2004.

GODI, Antonio Jorge Victor dos Santos. A música no processo de legitimação da cultura negra contemporânea. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil**: um país de negros?. Rio de Janeiro: Pallas, 1999. p. 273-284.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 63-82.

HALL, Stuart. Que negro é esse na cultura negra?. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 317-330.

IKEDA, Alberto T. Ao prazer, ao gozo, ao maxixe (... também quero rebolar). *Cultura Vozes*, São Paulo: v. 90, n. 3, p. 85-94, mai./jun. 1996.

_____. Canções obscenas e de duplo sentido no cancioneiro popular brasileiro. *Comunicações e Artes*, São Paulo: v. 17, p. 199-224, 1986.

_____. Do lundo ao manguê-beat. *História Viva*, São Paulo: n. 3, p. 72-75, mar./2006.

JANOTTI JUNIOR, Jeder. De que lado você samba?: uma proposta de análise midiática da música popular massiva. *Ícone*, Recife: v. 10 n. 2, p. 1-14, dez./2008.

LEME, Monica. “Segure o Tchan!”: identidade na “axé-music” dos anos 80 e 90. *Cadernos do Colóquio*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 45-52, 2001.

LIMA, Ari. Funkeiros, timbaleiros e pagodeiros: notas sobre juventude e música na cidade de Salvador. *Caderno do CEDES*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 77-96, 2002.

_____. O fenômeno Timbalada: cultura musical afro-pop e juventude baiana negro-mestiça. In: TELES, Jocélio; SANSONE, Livio (Orgs.). **Ritmos em trânsito**: sócio-anthropologia da música baiana. Salvador, São Paulo: Dynames Editorial/ Programa a Cor da Bahia/ Projeto Samba, 1998. p. 161-180.

MOURA, Milton. Esses pagodes impertinentes...: algumas reflexões sobre o sofisticado e o vulgar no âmbito da música popular em Salvador. *Textos de Cultura e Comunicação*, Salvador, v. 36, n. 36, p. 53-66, 1996.

PIERSON, Donald. **Branços e prêtos na Bahia**: estudo de contacto racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

PINHO, Osmundo. Etnografias do *brau*: corpo, masculinidade e raça na reafricanização em Salvador. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 127-145, jan./abr. 2005.

SÁ, Simone Pereira de. Notas sobre a indústria do entretenimento musical e identidade no Brasil. *Comunicação, Mídia e Consumo*, São Paulo, v. 1, p. 35-49, 2004.

SANSONE, Livio. O local e o global na Afro-Bahia hoje. In: _____. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador/Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas, 2003.

SCHAEBER, Petra. Música negra nos tempos de globalização: produção musical e management da www.habitus.ifcs.ufrj.br

identidade negra – o caso do Olodum. In: SANSONE, Lívio; SANTOS, Jocélio Teles dos (Orgs.). **Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana**. São Paulo: Dynamis, 1997. p. 145-159.

SILVA, Suylan Midley e. O lúdico e o étnico no funk do “Black Bahia”. In: TELES, Jocélio; SANSONE, Lívio (Orgs.). **Ritmos em trânsito: sócio-antropologia da música baiana**. Salvador, São Paulo: Dynames Editorial/ Programa a Cor da Bahia/ Projeto Samba, 1998. p. 201-217.

TROTTA, Felipe. Música popular, moral e sexualidade: reflexões sobre o forró contemporâneo. *Contracampo*, Niterói, v. 20, p. 132-146, 2009.

WELLER, Wivian. **A construção de identidades através do hip hop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers turcos-alemães em Berlim**. Caderno CRH, Salvador, n. 32, p. 213-232, jan.-jun. 2000.

Recebido em 19 de março de 2013

Aprovado 15 de junho em de 2013

O CAPITALISMO E SUAS CRISES, CONTRADIÇÕES E SUPERAÇÃO - O PAPEL DA TEORIA SOCIAL MARXISTA NA ATUALIDADE

CAPITALISM AND ITS CRISIS, CONTRADICTIONS AND OVERCOMING - THE
ROLE OF SOCIAL MARXIST THEORY NOWADAYS

*Bernardo Salgado Rodrigues**

Cite este artigo: RODRIGUES, Bernardo Salgado. O Capitalismo e suas Crises, Contradições e Superação – O Papel da Teoria Social Marxista na Atualidade. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.76-90, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O objetivo do presente artigo é apontar a insustentabilidade do sistema capitalista pautado na sua própria reprodução, limitação e contradição, que sustenta e intensifica a desigualdade socioeconômica e a concentração de capital. Logo, pensadores sociais do marxismo servem como base teórico-metodológica no que se refere a uma análise das crises cíclicas do sistema capitalista, assim como sua ulterior superação prática, que ensejaria a ascensão do socialismo.

Palavras-chave: marxismo, socialismo, capitalismo, contradições, crises.

Abstract: The objective of this article is to point out the unsustainability of the capitalist system guided in its own reproduction, limitation and contradiction, that sustains and enhances the socioeconomic inequality and the concentration of capital. Therefore, social thinkers of marxism attend as theoretical and methodological basis in relation to an analysis of the cyclical crisis of the capitalist system, as well as its practical surpassing, which would cause the rise of socialism.

Keywords: marxism, socialism, capitalism, contradictions and crisis.

1. Introdução

Atualmente, visualiza-se uma crescente busca por análises que busquem identificar e sistematizar as crises cíclicas capitalistas, tanto conjunturais como estruturais. Entretanto, uma visão da reprodução, capacidade de inovação e de conservação do sistema é significativo para a compreensão da crise atual; logo, a teoria social marxista aparece como uma corrente metodológica de profunda significância para que a realidade possa ser compreendida através de análises condizentes com a história de formação do sistema capitalista e

com sua presente forma de sustentação, assim como para sua futura superação. A insustentabilidade do sistema capitalista - que possui como base a desigualdade, a concentração e centralização de capital, a dominação – é visível, se fazendo necessária sua mudança.

O marxismo, desde sua formação até a complexidade do mundo contemporâneo, se configurou e configura como uma nova ciência, baseada em novos supostos filosóficos, que rompe com a tradição historiográfica liberal, consistindo, segundo interpretações realizadas do pensamento marxiano, na ascensão do materialismo histórico-dialético. O marxismo, ou “teoria social marxista”, como é apresentado no texto, não é uma alternativa de análise social dentre outras, ou pelo menos não se apresenta assim; busca, portanto, superar o pensamento científico e filosófico vigente até então, formalizando uma nova forma de analisar a realidade.

Os autores utilizados dialogam no tocante a como o modo de produção capitalista deve ser superado, afirmando que a insustentabilidade do sistema é intrínseco a sua própria reprodução; assim como a afirmação recorrente do paradoxo, da contradição do sistema capitalista; e a necessidade de um sistema que seja diferente do vigente. Apesar de muitos possuírem análises da realidade, enfoques e abordagens distintas para uma possível transformação social, ainda assim, dialogam com a temática central.

Os pensadores que serão citados no presente trabalho, apesar de realizarem seus escritos em tempos distintos, possuem um mesmo fator em comum, um denominador equivalente: a subjugação, exploração e violência do sistema de produção capitalista, buscando alternativas que condiziam com seu tempo e que, transplantados para o presente, ensejam alternativas originais para um debate teórico que incite uma transformação prática.

Evidentemente, as contribuições dos autores que serão utilizados no presente artigo – assim como de muitos outros autores do pensamento marxista e de outras vertentes – se encontram de forma resumida e sucinta, de modo que uma maior ênfase na análise e estudo de suas publicações originaria um trabalho hercúleo e insustentável para os fins aqui desejados. Destaca-se, entretanto, a importância do esforço de sintetizar os pensamentos dos autores na busca de uma interpretação integrada no tocante às crises e contradições capitalistas e o pensamento social marxista, que possui elementos essenciais para se compreender o mundo de hoje.

Vale frisar que o intento principal do presente artigo seria de instigar os leitores a se aprofundarem nos escritos e interpretações de tais autores, sendo um preâmbulo para estudos mais profundos em suas obras, de fundamental importância na atualidade. Logo, buscou-se destacar as passagens nas quais tais autores dialogam com o tema central, não ignorando as suas múltiplas contribuições para o pensamento marxista.

2. A questão da Revolução em Rosa Luxemburgo

No tocante a discussão da revolução, totalmente avessa aos ideais de Bernstein, que defendia que a revolução era desnecessária, pois se poderia chegar ao socialismo através de reformas graduais do capitalismo, Rosa Luxemburgo busca situar – a partir de um conhecimento científico de Marx – o sentido revolucionário da luta pelas reformas, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim. Em seu livro, *Reforma ou Revolução?*, esse debate se intensifica, no qual Rosa Luxemburgo se posiciona contrária ao modelo reformista e revisionista proposto por Bernstein, uma vez que o sistema capitalista não necessitaria de reformas a fim de que melhorias econômicas e sociais fossem engendradas, mas sim, seu extermínio, uma vez que ele é, em si, excludente, concentrador e desigual. Ela acentuou que reformas ininterruptas do capitalismo se traduziriam no apoio permanente à burguesia, deixando de lado a possibilidade de construção de uma sociedade socialista, que era seu real objetivo. Para Luxemburgo, (2010, p.88)

Os dois meios, graças aos quais se propõe Bernstein a realizar a reforma socialista, isto é, cooperativas e sindicatos, evidenciam-se pois absolutamente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Aliás, o próprio Bernstein tem disso uma vaga percepção, quando os considera apenas como meios de reduzir o lucro capitalista, enriquecendo assim os operários. Mas, com isso, renuncia espontaneamente à luta contra o modo de produção capitalista, dirigindo o movimento socialista apenas no sentido da luta contra o modo de repartição capitalista.

Rosa Luxemburgo busca, portanto, desmascarar o revisionismo, demonstrando que ele não procura suprimir as contradições capitalistas, mas apenas atenuá-las, suavizá-las. Ela explica que a teoria bernsteiniana nada mais é do que uma generalização teórica do ponto de vista do capital isolado, o que demonstra que sua análise econômica cometia os mesmos erros da economia clássica burguesa, sem realizar uma ruptura consistente que permitiria uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora.

Entretanto, vale destacar que Rosa não incorre no erro de opor a reforma e a revolução como dois entes separados: há um reconhecimento do papel das reformas, como meios, que educariam e conscientizariam o movimento operário em torno de um projeto de emancipação pela via revolucionária, que consistiria no fim desejado, o socialismo. Ainda assim, a sua conclusão teórica no livro é que o reformismo, quando desprovido de uma estratégia de ruptura com o capitalismo, tem como significado prático a inserção da ideologia burguesa no interior do movimento operário, o que ensejaria uma continuidade do sistema vigente, e não sua ruptura. Para ela, (2010, p.58)

As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais das relações de produção da sociedade socialista, mas, inversamente, as relações políticas e jurídicas estabelecem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Muro este que não é arrasado, antes, porém, reforçado, consolidando pelo desenvolvimento das reformas sociais e da democracia. Por conseguinte, é somente o martelo da revolução que poderá abatê-lo, isto é, a

conquista do poder político pelo proletariado.

3. O Estado e a revolução em Lênin

Lênin, em seu livro “O Estado e a revolução” (2007, p.10-144), discute a sua concepção do Estado pós-revolução socialista, no qual discuti a teoria marxista em diálogo com os anarquistas e especialmente aqueles a que chama de oportunistas, os pensadores e partidos socialistas que tendiam a uma interpretação de evolução gradual do capitalismo ao socialismo defendendo os meios parlamentares como legítimos, quando não únicos para a luta do proletariado frente aos capitalistas.

No caso do Estado constituído pela ditadura do proletariado, este consistiria a verdadeira democracia: toda a sociedade, ou sua maior parte, teria acesso a governança. Além do que, o Estado proletário não poderia ser perpetuado com a tomada de algumas medidas essenciais para seu futuro definhamento: a destruição do seu aparato burocrático e militar permanente; todas as funções públicas deveriam ser de mandato imperativo e revogável a qualquer momento; nenhum cargo público deveria ser gratificado com um salário maior que o de um operário.

Em suma, o Estado não é força do exterior imposta à sociedade, sendo produto dessa mesma sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento, utilizando-se de meios de oprimir e explorar a classe dominada. Possui, portanto, o desempenho de um papel aparentemente mediador, colocando-se como representante oficial de toda a sociedade - acima das classes. No entanto, é o Estado de uma determinada classe, que busca ela própria representar toda a sociedade.

Para Lenin, o proletariado não pode derrubar a burguesia sem antes conquistar o poder público e transformar o Estado em proletariado organizado como classe dominante, no qual tal substituição se ensinaria pela destruição do poder de Estado burguês pelo proletariado.

Entretanto, é importante frisar que trata-se de um Estado de transição para o comunismo: com a propriedade coletiva dos meios de produção, finda a exploração do homem pelo homem, instituindo-se formas mais democráticas de participação de toda a população nas diferentes esferas da vida social e política, onde o desenvolvimento cada vez maior das forças produtivas e a alta produtividade do trabalho vão tornando possível a aproximação ao princípio da distribuição do produto do trabalho segundo as necessidades de cada um. Com a ausência de exploração, a possibilidade de participação e, conseqüentemente, a inexistência de motivos para indignação e revolta, vão fazendo com que, ao mesmo tempo que se torna desnecessária a repressão, as pessoas formem o hábito de observar as regras de convivência a tal ponto de tornarem-se capazes de administrar conjuntamente e tomar da sociedade o produto do trabalho segundo as necessidades e não além delas; o Estado, portanto, vai se tornando supérfluo. A ditadura do proletariado, nesse contexto, seria um Estado que se extingue, num processo gradual, prolongado.

Em suma, Lênin nega a viabilidade do controle revolucionário do poder pela burguesia, suscitando o problema do papel do proletariado na revolução e da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, no qual o reestabelecimento da doutrina de Marx e Engels sobre o Estado e o papel da ditadura do proletariado na revolução socialista é imprescindível para uma análise conjuntural das crises e superação do sistema vigente, uma vez que se propõe a analisar o socialismo pós-derrocada do sistema capitalista.

4. A questão da Hegemonia em Antonio Gramsci

A hegemonia, segundo Gramsci, consistiria na junção entre o consenso e a coerção, no qual ambos caminham juntos em um binômio dialético, visualizando a hegemonia como um aspecto ideológico, no qual o plano cultural recebe uma ênfase especial, em detrimento do economicismo. O conceito de hegemonia serve para aquele grupo que se encontra no poder, visualizando a sociedade como o ambiente de luta entre hegemonia e contrahegemonia, entre polos hegemônicos e contrahegemônicos. Logo, a burguesia, para ser elite, alia força, mas também consentimento das outras camadas. Para ele, o conceito de hegemonia começa a surgir através de uma reforma moral na busca do estabelecimento de uma nova hegemonia; como uma necessidade de agir politicamente e reformar moralmente, no qual um controle moral é necessário para que a hegemonia de um grupo qualquer seja implementada.

Ainda no que se refere a hegemonia problematizada por Gramsci (1988, p.33), o autor afirma que “o fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; (...) que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa.” Logo, a hegemonia se constrói justamente nessa relação em que o grupo dominante fornece certas concessões ao grupo dominado, para que estes vivam subordinados, mas sendo este fato algo natural e conivente, no qual visualizariam, através dos “sacrifícios”, uma melhora na sua vida. Esse processo, segundo o autor, inibe o potencial revolucionário do grupo dominado, servindo como uma base para a sustentação do bloco hegemônico.

A partir de suas noções de guerra de movimento, com a utilização da força, e guerra de posição, com a utilização do consentimento, afirma que a segunda deve prevalecer a primeira, uma tomada de poder paulatina, de mostrar como o poder vigente é contraditório e maléfico; o poder de persuasão é importante para a vida política, minando-se as forças antagônicas ao demonstrar as razões e a legitimidade de sua causa. Para ele, os partidos socialistas deveriam agir dessa maneira, não tentando tomar o poder pela força, mas pelo consentimento de que o sistema capitalista não seria o modo de produção adequado para a humanidade.

Conjuntamente, há o conceito de crise orgânica proposto pelo autor que deve ser entendido a partir de uma perspectiva de totalidade, pois engloba uma dupla dimensão, a econômica e a política. Segundo Gramsci, as crises econômicas, a despeito do novo aparato institucional e

ideológico do Estado ampliado, são permanentes do modo de produção capitalista, posto que elas resultam das contradições intrínsecas desse sistema social. Para Gramsci, as categorias de estrutura e superestrutura são essenciais neste estudo.

Na sua opinião, uma crise de grandes proporções, intitulada de crise orgânica, ocorre no momento em que as contradições insanáveis na estrutura – derivadas do descompasso entre o avanço revolucionário das forças produtivas e a conservação de antigas relações sociais de produção – não são mais contidas dentro dos limites impostos pela superestrutura. Rompem-se, assim, os laços entre estrutura e superestrutura, e o bloco histórico ameaça desagregar-se completamente, abrindo um período histórico de convulsões políticas, econômicas e sociais.

Entretanto, Gramsci não via uma ligação direta, automática, entre crise econômica e revolução socialista, criticando as teses economicistas do marxismo, que atribuíam às crises econômicas um evento catastrófico capaz de levar o capitalismo ao colapso final. “Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (2002, p. 44).

Os aspectos econômicos, assim, podem ser favoráveis a uma movimentação espontânea das massas populares diante dos efeitos da crise, onde as relações de força estabelecidas em determinado momento histórico de uma formação econômico-social determinarão o seu porvir.

Um segundo aspecto da crise orgânica é o seu lado político que, segundo Gramsci, é a principal característica da crise em uma sociedade ocidental. A crise orgânica manifesta-se no plano superestrutural (ideológico-político) como uma “crise de hegemonia”. Afirma que (2002, p. 60)

O processo [da crise] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.

Na crise de hegemonia, tais classes deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais corrosivos da crise sobre a sociedade como um todo. Logo, (2002, p. 184).

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. A crise consiste justamente

no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados.

Gramsci, portanto, elabora o seu conceito de crise orgânica, interligando-o ao seu conceito de hegemonia. O objetivo era conhecer os novos padrões de dominação e acumulação burgueses para ajudar na elaboração de novas táticas e estratégicas revolucionárias proletárias, as únicas capazes de superar os resultados das crises orgânicas capitalistas. O autor reforça ainda seu argumento de organização política para chegar ao socialismo através da revolução, da luta, sendo totalmente contrário e crítico ao espontaneísmo de que os trabalhadores naturalmente teriam uma noção de esquerda e de que as mudanças viriam de forma natural, alertando para a necessidade de uma organização contrahegemônica.

5. A questão do Estado para Nicos Poulantzas

Para Poulantzas (2000, p.173), o aparelho econômico de Estado se apresenta como foco da fração monopolista detentora da hegemonia no seio do bloco no poder; se encontra relacionado com outros aparelhos e dispositivos, possuindo participação no mecanismo político do conjunto do Estado sob um caráter político.

A função econômica do Estado de intervenções como recursos de contratendência a baixa tendencial da taxa de lucro (2000, p.177), que atingem o processo de produção e reprodução, relacionando essa baixa tendencial à expressão das lutas populares contra a exploração, contra a extração de mais valia por parte dos exploradores, apresentando como contratendências a desvalorização de uma parcela do capital constante, elevando a taxa média de lucro, e a alta da taxa de exploração e de mais valia relativa - alta da produtividade do trabalho -, que desvalorizaria o capital a fim de elevar a taxa de lucro médio em favor dos superlucros do capital monopolista. Os limites estruturais da intervenção do Estado capitalista na economia, variáveis segundo as fases do capitalismo, relações de classe e formas de Estado, desmistificam as tendências keynesianas de um Estado racionalizador-administrador capaz de impedir ou gerar suas próprias crises. Esses limites são próprios da produção, reprodução e acumulação do capital. (2000, p.194)

Um dos principais pontos propostos por Poulantzas (2000, p.200) referente a relação entre a economia e o Estado seria a necessidade indispensável de transformação do aparelho econômico do Estado como condição necessária para a intervenção do Estado na economia, no caso de ascensão da esquerda no poder com um caráter socialista. O processo deveria conchamar no espaço econômico não somente pelo Estado e sua ulterior transformação, mas pelas massas populares, pelas formas de democracia direta na base. Logo, a via democrática para o socialismo proposta pelo autor consistiria, basicamente, no requestionamento da hegemonia do capital monopolista.

6. O sistema-mundo nas visões de Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi

Dois autores que utilizaram a conceituação teórica de Antonio Gramsci em seus trabalhos foram Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, enfocando o seu conceito de hegemonia no plano internacional ou, como os próprios autores denominam, no sistema-mundo. Para muitos estudiosos da teoria do sistema-mundo, quando uma hegemonia passa a utilizar cada vez mais a força, a coerção, para que seus objetivos sejam alcançados, constata-se um início de uma eclosão da hegemonia vigente, uma vez que o consenso é relegado a um segundo plano. Logo, a conjuntura atual pode ser analisada sob esse prisma teórico de eclosão do sistema, segundo esses estudiosos, uma vez que a utilização da coerção em detrimento do consentimento se encontra nas diversas ações realizadas pelos países hegemônicos a fim de manterem sua hegemonia no mundo, assim como a do sistema.

Para Immanuel Wallerstein (1999, p.489), a definição do sistema mundial seria de um sistema social que possui limites, estruturas, grupos, membros, regras de legitimação e coerência, utilizando-se de uma distinção ao longo da história desses sistemas mundiais, que consistem em duas formas: os impérios-mundos – no qual existe um único sistema político sobre a maior parte da área, por mais atenuado que possa estar seu controle efetivo – e a economia-mundo – onde tal sistema político único não existe sobre toda sua extensão. Define o local e o período inicial de criação da economia-mundo como a Europa do século XVI, baseada em uma particular divisão do trabalho, com a criação de Estados nacionais nas áreas do centro.

Para ele (2000, p.253), o moderno sistema mundo possui um elemento central em seu funcionamento, que consiste em um ritmo cíclico marcado pelo crescimento e queda de poderes hegemônicos no interior do sistema. A economia-mundo capitalista, portanto, existiria desde o século XVI até o presente, sendo suas fronteiras espaciais abrangendo a Europa, posteriormente a América-ibérica, e finalmente se expandindo para cobrir todo o globo, tornando-se um sistema histórico, que nasceu, se desenvolveu e um dia deixará de existir. A hegemonia, portanto, no sistema interestatal se refere a situação em que a rivalidade entre grandes poderes é desequilibrada, quando um poder pode largamente impor suas regras e desejos na economia, na política, militarmente, diplomaticamente e culturalmente.

O ascenso e a queda de poderes hegemônicos no sistema interestatal é apenas um aspecto de toda a maquinaria política no funcionamento do capitalismo como um modo de produção. Existem, para o autor, dois mitos do capitalismo: que é definido pela livre circulação dos fatores de produção e pela não interferência da máquina política no mercado, atestando que o sistema-mundo desenvolve um esquema no qual as estruturas do Estado são relativamente fortes nas áreas do centro, enquanto que, em contrapartida, se encontram enfraquecidas na periferia. De fato, o capitalismo é definido pela parcial livre circulação dos fatores de produção e pela interferência seletiva da máquina política no mercado, sendo que o capitalismo é, em si, definido, fundamentalmente, pela acumulação de capital interminável.

No que se refere a ideologia e a política estabelecidas pelos centros hegemônicos (2000, p.257), durante o período de sua hegemonia, tendem a evocar um liberalismo global, defendendo o princípio de livre circulação dos fatores de produção na economia-mundo, no qual poderes hegemônicos geralmente estão dispostos a interferir em processos políticos de Estados para assegurar suas vantagens. Para o autor, pode-se estabelecer uma relação entre as guerras mundiais e o estabelecimento de hegemonias, no qual as lutas são muito dramáticas no campo militar e político, mas o efeito mais profundo está no campo econômico, onde o ganhador se expande economicamente, e o pós-guerra é definido para assegurá-lo e protegê-lo da erosão. As consequências de cada guerra incluem uma reestruturação do sistema interestatal em forma condizente com os interesses para relativa estabilidade do novo centro hegemônico. Com isso, o sistema retorna um novo longo período de expansão competitiva, até que um outro Estado consiga conquistar a tríplice vantagem competitiva – na produção, no comércio e nas finanças – que define a hegemonia.

Entretanto, a diferença atual para os outros poderes hegemônicos seria que a economia-mundo capitalista está atualmente entrando em um período de crise estrutural como um sistema histórico. Logo, não seria mais possível utilizar o conceito de hegemonia como um modo de organizar nossa percepção de processo; este conceito não é uma essência cuja eterna recorrência está para ser demonstrada e depois antecipada. A economia-mundo capitalista é incompreensível, portanto, a menos que se analise claramente quais são suas formas políticas e como elas se relacionam com outras realidades.

Na visão de Giovanni Arrighi (2001, p.36), a hegemonia é mais do que a dominação pura e simples, incorpora um poder adicional que é da competência do grupo dominante, que conduz a sociedade em uma direção que não apenas atende a seus interesses, mas também é percebida pelos grupos subalternos como servindo a um interesse geral. Constata que quando os grupos subalternos confiam em seus governantes, os sistemas de dominação podem ser exercidos sem a utilização da força; a capacidade dos grupos dominantes apresentarem seus elementos de dominação com credibilidade, como algo que atende não apenas a seus interesses, mas ao dos subordinados.

Diante de sua investigação, Arrighi (2008, p.183-282) aponta quatro controvérsias: se há a probabilidade de surgir uma nova nação hegemônica; se o equilíbrio de poder entre as nações foi afetado pela globalização, solapando o poder dos Estados; se o poder dos grupos subalternos, nas condições de trabalho e vida, estaria sendo arruinados; e se o mundo estaria chegando ao final de cinco séculos de dominação ocidental no sistema mundial moderno, referente a mudança de equilíbrio de poder entre as civilizações ocidentais e não-ocidentais.

Arrighi (2008, p.283-383) afirma que a atualidade se encontra em meio a uma mudança sistêmica, que consistiria em “um processo de reorganização radical do moderno sistema mundial que altera substantivamente a natureza dos integrantes do sistema, sua maneira de se relacionar

uns com os outros e o modo como o sistema funciona e se reproduz.” O resultado, portanto, seria uma história da expansão do sistema mundial moderno em direção às suas atuais dimensões globais, através de reorganizações fundamentais, que ocorrem em períodos de transição hegemônica, que poderiam ser definidos como momentos de mudança do principal agente dos processos mundiais de acumulação de capital e das estruturas político-econômicas.

Para ele, as crises hegemônicas são caracterizadas por três processos: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial, a escalada dos conflitos sociais e o surgimento intersticial de novas configurações do poder. Para ele, esses três processos estão associados a um padrão da natureza capitalista do sistema mundial moderno.

Concomitantemente, as expansões financeiras possuem uma importância para a análise sistêmica do autor devido aos seus momentos de transformação estrutural do moderno sistema de Estados nacionais soberanos, sendo um aspecto integrante das crises hegemônicas e da transformação das mesmas em colapsos sistêmicos, denominado como caos sistêmico. O caos sistêmico seria a situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável. As expansões financeiras possuem um impacto contraditório, uma vez que mantêm a organização do sistema sob controle, inflando temporariamente o poder do Estado hegemônico em declínio através da liquidez nos mercados financeiros mundiais. Entretanto, as expansões financeiras fortalecem o alcance da competição interestatal e interempresarial, aumentando os conflitos sociais, assim como transfere o capital para estruturas emergentes mais seguras e lucrativas.

Logo, os colapsos hegemônicos aparecem como o momento decisivo das transições hegemônicas, apresentando-se como momentos em que a organização sistêmica que fora instaurada pela nação hegemônica em declínio se desintegra, instalando-se o caos sistêmico, assim como surgem novas hegemônias. Entretanto, o autor (2001, p.42) alega que uma nova hegemonia só pode surgir caso a crescente desorganização sistêmica for acompanhada de novos órgãos governamentais e empresariais, com maior capacidade organizacional em nível sistêmico que o complexo hegemônico anterior; o novo complexo tem que ser dotado de maior capacidade sistêmica do que o antigo complexo hegemônico.

Para Arrighi, cada ciclo é diferente do anterior em dois aspectos: a maior concentração da capacidade organizacional exercida pelo Estado hegemônico, em comparação com o seu predecessor, e o maior volume e densidade dinâmica do sistema reorganizado pelo Estado hegemônico. Este modelo, portanto, estabelece um padrão de repetição – a hegemonia levando à expansão, a expansão ao caos e caos a uma nova hegemonia – que é visualizado também como um padrão de evolução.

O objetivo desta análise sistêmica realizada pelo autor é estabelecer analogias entre as transformações presentes e passadas, a fim de identificar circunstâncias históricas e sistêmicas que podem fazer o resultado das transformações atuais divergirem das transições hegemônicas do

passado, a fim de que especulações sobre o futuro sejam menos vagas, com a intenção inclusive de trazer esclarecimentos acerca da dinâmica da atual transição hegemônica para um destino ainda incerto.

7. A questão do Espaço para David Harvey

Em sua formulação teórica em *A produção capitalista do espaço*, Harvey vai de encontro a concepção de Marx – para quem a transição socialista reservava resultados distintos de lugar para lugar – quando assegura que a manutenção do capitalismo se deve à transformação das relações espaciais e à ascensão de estruturas geográficas específicas. Para o autor, é fato que Marx se concentrou na análise do tempo, e não do espaço, o que pode justificar algumas das lacunas que restaram na sua teoria em relação à própria geopolítica do capital, mas por outro lado é aceitável quando se dimensiona a importância do tempo na produção capitalista.

As possibilidades efetivas do capitalismo de continuar se reproduzindo mais amplamente no espaço, segundo David Harvey (2005, p.43), são cada vez mais escassas, uma vez que essa expansão possui limites históricos e estruturais. Segundo o autor, “o sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.”

Para Harvey, de maneira geral, a acumulação capitalista deve satisfazer três de suas pressuposições fundamentais: 1) a existência de um excedente de mão-de-obra, ou seja, um exército industrial de reserva que imprima sobre os trabalhadores empregados uma pressão para o rebaixamento dos salários; 2) oferta de meios de produção (máquinas, matérias-primas, infraestrutura, etc.) para o consumo produtivo do capital e 3) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Assim, diz Harvey, “em cada um desses aspectos, o progresso da acumulação capitalista talvez encontre uma barreira que, uma vez atingida, provavelmente precipitará uma crise de determinada natureza” (2005, p.45).

A rigidez de certos arranjos que montam a estrutura de relações entre capital, Estado e trabalho, a supervalorização em certos ambientes construídos e a saturação da capacidade de consumo do mercado interno levam também à expansão, já que, via de regra, “quanto mais difícil se torna a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação de capital”. (2005, p.48) Logo, a relação direta e necessária entre a expansão geográfica – ainda que limitada – e a acumulação capitalista se apresenta como indispensáveis para a própria reprodução do capital, no qual sua superação se torna necessária para que um novo modo de produção possa emergir.

Ainda segundo Harvey, (2005, p.64)

O capitalismo apenas consegue escapar de sua própria contradição por meio da expansão. A expansão é, simultaneamente, intensificação (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim

por diante) e expansão geográfica. Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação. Se o modo capitalista de produção prevalecer em todos os aspectos, em todas as esferas e em todas as partes do mundo, haverá pouco ou nenhum espaço restante para a acumulação adicional. (...) Muito antes que se atinja tal situação, o processo de acumulação fica mais lento. A estagnação se imporia, acompanhada por toda uma gama de problemas econômicos e sociais.

Ao longo do tempo, a produção capitalista perde a estabilidade regional gozada anteriormente. Mais do que isso, se chega a um ponto dicotômico no qual as forças de acumulação e superacumulação representam a alternativa de que se servem capitalistas e trabalhadores para se moverem, mas também a forma pela qual são constrangidos e estimulados a permanecer em localidades distintas. Enfim, Harvey conclui, de forma coerente, que as novas contradições do capitalismo se revelam mediante a formação e reformação das paisagens geográficas.

Para ele, interpretando Marx, o capitalismo tenderia a produzir barreiras para o seu desenvolvimento, caracterizando em crises endêmicas ao processo de acumulação capitalista. As crises periódicas teriam, portanto, o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação, caracterizando uma mudança do processo de acumulação para outro nível. Entretanto, essas crises cíclicas tendem a desgastar o próprio modo como se articula a renovação do sistema, uma vez que existem limites estruturais do próprio sistema capitalista.

8. A questão do Capital para István Mészáros

A síntese de István Mészáros, inspirada em Marx e na radicalidade crítica de Rosa Luxemburgo, resulta num trabalho original e indispensável, que interpreta criticamente o passado recente e a contemporaneidade, oferecendo um manancial de possibilidades para aqueles que estão olhando para o futuro, “para além do capital”.

Na visão de Mészáros (2005, p.100), o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação. Para ele, as implicações de uma crise sistêmica, estrutural, são plausíveis, afetando “o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos (...) mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.”

Sua análise é de suma importância para o momento atual de crise capitalista, no qual diversas correntes teóricas buscam explicações. “Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais” (2005, p.106). Em uma análise do Estado, o Mészáros (2005, p.124) afirma que em razão de seu papel constitutivo e sustentador, ele deve ser entendido como “parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para seu funcionamento ininterrupto.” Logo, para o autor, o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. A crítica

à política e ao Estado desdobra-se em crítica aos sindicatos e aos partidos, colocando o grande desafio de forjar novas formas de atuação capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação entre ação econômica e ação político-parlamentar.

No sistema do capital, toda “harmonização” assume a forma de um equilíbrio estritamente temporário do conflito, uma vez que ele aparecerá recorrentemente. As crises consistem, portanto, em uma necessidade para o próprio sistema capitalista se reproduzir, uma vez que

crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises. (2005, p.797)

Logo, “o deslocamento das contradições somente é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças no interior do próprio sistema relativamente autônomo” (2005, p.797). Logo, por esse motivo que uma crise estrutural coloca em risco a própria existência do complexo global. Nas crises, há sempre espaço para a acumulação de capital por parte de algumas pessoas, mesmo que implique em malefícios para outros. Sendo o sistema capitalista um “modo de controle sociometabólico incontrolavelmente voltado para a expansão” (2005, p.131), ou ele sustenta o rumo de seu desenvolvimento impelido pela acumulação, ou implodirá; o perigo para o sistema capitalista consiste, portanto, na perspectiva de que a acumulação e a expansão do capital se deterem por completo, demonstrando como essa lógica incontrolável torna o sistema do capital essencialmente destrutivo.

A ruptura radical com este sistema sociometabólico do capital deve ser global, sendo impossível sua efetivação no âmbito de um único país. Além disso, na visão do autor, como a lógica do capital estrutura seu sociometabolismo e seu sistema de controle no âmbito extraparlamentar e do Estado, qualquer tentativa de superar este sistema que se restrinja à esfera institucional está impossibilitada de derrotá-lo e fadada ao fracasso. Portanto, somente através de um vasto movimento de massas radical e extraparlamentar poderia ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital.

Com a iminente eclosão do sistema capitalista – que se caracteriza como sendo expansionista, destrutivo e incontrolável – o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, crônica e permanente; a partir da não resolução de sua crise estrutural, emerge o espectro da destruição global da humanidade, sendo a única forma de evitá-la a colocação em pauta na atualidade histórica da alternativa socialista. Logo, preocupado com a transição para o modelo socialista, Mézáros (2005, p.789) afirma que

Veremos em um momento de que forma as potencialidades objetivas da ofensiva socialista são inerentes à crise estrutural do próprio capital. Agora o objetivo é acentuar uma contradição principal:

a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar esta potencialidade em realidade.

O intento do presente trabalho, portanto, coaduna – além de se apresentar como uma alternativa – com essa interpretação final do autor de que há uma carência de instrumentos políticos e base teórica sólida que ensejem uma mudança em potencial do sistema vigorante.

9. Conclusão

A busca de uma maior inteligibilidade dos estudos acerca das crises cíclicas do sistema capitalista que, na maioria das vezes, se realiza através de um prisma econômico, é essencial para a compreensão do modo como a periodicidade das crises ocorrem e as mudanças que engendram; entretanto, a não realização de um estudo da historicidade das crises no que tange ao social implica numa incompreensão da complexidade com que o sistema capitalista se regenera e, portanto, a uma incapacidade prática para sua superação. A teoria social marxista se apresenta como uma necessidade para que as mudanças que são ensejadas e desejadas sejam, de fato, consumadas.

Logo, a prerrogativa de uma crise estrutural e que ensejaria a derrocada do sistema capitalista é plausível, pois um sistema que constrói arranjos para posteriormente desarranjá-los; um sistema que se pauta na criação de um problema e na posterior venda da solução a fim de que, com isso, se possa engendrar a formação de lucro e de manutenção do mesmo; que faz com que as pessoas sonhem os sonhos que o próprio sistema quer que elas sonhem, em um processo de mercantilização do desejo, consistindo na produção de um modelo de desejo, o modo como se deve obtê-lo e os meios para obtê-lo; cuja medida humana é a medida da mercadoria, que afirma que para ser, é preciso ter, em uma lógica de prazer espontâneo; que possui, como “sete pecados do capital” a exploração, a opressão, a discriminação, a alienação, a especulação, a repressão e a militarização; um sistema cuja lógica inerente é a produção da desigualdade, constituindo parte da base que o sustenta, é um sistema no qual, para todos aqueles que desejam um mundo onde a igualdade prevaleça, é insustentável.

Em suma, buscou-se alinhar pensamentos de autores marxistas para analisar o contexto das crises do sistema capitalista. A necessidade de um maior diálogo e construção teórica crítica se faz cada dia mais necessária na atualidade para que os anseios e as mudanças sociais desejadas sejam realizadas. Recorrendo a Karl Marx (2011, p.25), “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” Ainda parafraseando Marx (1977, p.15) nas Teses sobre Feuerbach, “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; trata-se, porém, de o transformar.” Cabe aos homens a mudança e a transformação do mundo que desejam; se ela ocorrerá ou não, somente o futuro dirá.



NOTAS

*Aluno do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: bernardo_salgado_@hotmail.com

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI**. Boitempo Editorial. 2008.

ARRIGHI, Giovanni. SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Contraponto e Editora UFRJ. 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3**. Editora Civilização Brasileira, 2ª edição, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Editoria: Civilização brasileira. 3ª Edição. 1988.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Editora: Annablume. 1ª Edição, 2005.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Editora Expresso Popular. 1ª Edição, 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Biblioteca ciência e sociedade, 11, publicações escorpião. 1967.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** Editora Expressão Popular, 2ª Edição, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. – **Cartas Filosóficas e Outros Escritos**, Editorial Grijalbo, 1977.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Boitempo Editorial, 2011.

MESZAROS, István. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2005.

POULANTZAS, Nicos, **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Editora Graal, 4ª Edição. 2000.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial – La agricultura capitalista y los orígenes de La economía-mundo europea em el siglo XVI**. Siglo ventiuno editores. 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The essential Wallerstein.**, The New Press New York. 2000.

Recebido em 11 de abril de 2012

Aprovado em 21 de novembro em de 2012

DA INVISIBILIDADE À DENÚNCIA: O USO DISCURSIVO DO CONCEITO DE VIOLÊNCIA E SEUS EFEITOS

FROM A BLIND EYE TO A WATCHFUL EYE: THE DISCURSIVE USE OF THE CONCEPT OF VIOLENCE AND ITS EFFECTS

*Patrícia Marcondes Amaral da Cunha**

Cite este artigo: CUNHA, Patrícia Marcondes Amaral da. Da invisibilidade à denúncia: o uso discursivo do conceito de violência e seus efeitos. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais- IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.90-99, Julho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Julho. 2013.

Resumo: A partir de uma campanha do Governo do Estado de Santa Catarina de combate à violência sexual intra-familiar contra crianças e adolescentes, este artigo se propõe a refletir sobre a expansão do conceito de violência e o uso de estatísticas para referendá-lo, bem como a discutir as repercussões que o procedimento de denúncia desta modalidade de violência tem, tanto em termos da judicialização das relações sociais quanto em relação às implicações para o atendimento realizado por órgãos de proteção à criança e ao adolescente.

Palavras-chave: violência sexual, denúncia, judicialização, órgãos de proteção à criança e ao adolescente;

Abstract: Based on the analysis of a campaign promoted by the Government of the State of Santa Catarina, Brazil, to fight sexual violence against children and teenagers committed within the family, this paper aims to discuss the expansion of the concept of violence and the use of statistics to reinforce it, as well as to evaluate the repercussions brought by the procedure of reporting this type of violence, both in terms of the judicialization of social relations and its implications to the service offered by child protection agencies.

Keywords: sexual violence, reporting, judicialization, child protection agencies

1. Introdução: propondo outras lentes para olhar a propaganda

No primeiro semestre de 2009, a mídia televisiva e as emissoras de rádio de Santa Catarina passaram a veicular uma propaganda da Secretaria do Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação do Governo do Estado contra a violência sexual e a

exploração sexual infanto-juvenil com o seguinte conteúdo: “90% dos casos de violência ou abuso sexual acontecem dentro da própria casa. Não finja que você não vê. Denuncie [1]”.

Partindo de alguns aspectos trazidos à tona pela propaganda acima, gostaria de propor uma reflexão acerca do tema da violência sexual contra crianças e adolescentes organizada em dois blocos: o primeiro se refere ao uso indiscriminado do significante ‘violência’, significante que tem sido (re) produzido [2] de forma acrítica e cujo significado se encontra em franca expansão. Tal expansão se fortalece através do uso de estatísticas que não só ratificam os significados atribuídos a tal significante, mas sensibilizam a população acerca das dimensões que esta violência tem tomado, contribuindo para a formação daquilo que certos autores definem como a cultura do medo.

O segundo bloco de questões gira em torno do procedimento da denúncia defendido pela propaganda. Sugiro uma discussão sobre o caráter repressivo desse procedimento, que teria supostamente o poder de impedir a propagação da violência sexual no país. Abordo ainda uma leitura de como entendo a cegueira da mulher retratada na propaganda. A partir de análises iniciais sobre o tema, interrogo se o procedimento da denúncia seria mesmo capaz de iluminar a visão das mulheres ou se se trata de uma discussão mais profunda acerca dos mecanismos de poder presentes nas relações conjugais.

Conforme Rifiotis procurou apresentar em vários momentos (1997, 2006, 2008), a expansão semântica quanto ao que se denomina violência configura-se como uma questão atual seja na literatura científica, nos meios de comunicação, no imaginário social. Para ele, ao significante vazio violência passam a ser colados diversos significados que trazem consigo a idéia de que a violência é algo que se localiza no outro (exterioridade), que é um fenômeno necessariamente negativo, e, que, portanto deve ser extirpado (negatividade) e que tal termo guarda-chuva seria capaz de aglutinar fenômenos de características diversas (homogeneidade). A construção simbólica da violência, como diz o autor, é também algo que está em constante desenvolvimento: “O seu campo semântico [da palavra violência] tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativa” (RIFIOTIS, 2008: 226).

Um exemplo de onde esta proliferação semântica tem ocorrido é o espaço das relações familiares, relações estas que são colocadas em evidência, no Brasil, a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. A idéia de violação de direitos proposta neste documento rapidamente se atrelou à categorização de certas atitudes dos pais e familiares dentro de categorias como violência psicológica, física, sexual e negligência.

2. A construção dos olhares sobre a violência: a violência doméstica e a cultura do medo

Para tentar esboçar a construção do conceito de violência doméstica, Gonçalves (2003) refaz um percurso histórico e afirma que, a partir de 1860, os médicos passaram a observar mais de perto os diversos tipos de lesões apresentadas por crianças que chegavam aos hospitais de cidades européias (e das americanas, um pouco mais tarde, no século XX), concluindo que tais lesões não tinham relação direta com os relatos feitos pelos pais do que as havia causado. A autora comenta a resistência encontrada no meio médico para que os pais fossem culpabilizados pelos traumatismos apresentados pelos filhos e que teria sido apenas em 1962, nos Estados Unidos, a partir do artigo *The Battered Child Syndrome* [3] que se passou a usar cientificamente o conceito de abuso físico perpetrado por pais contra crianças.

Ainda conforme os relatos históricos dessa pesquisadora, na década de 70 o assunto começou a ser alvo de interesse de sociólogos e, na década de 80, os aspectos psicológicos dessa família considerada abusiva também viraram tema de pesquisas. Se, inicialmente, os estudos focavam na disfuncionalidade das famílias ou no seu isolamento social, aos poucos passaram a entender o abuso atrelado às suas condições de vida, suas dinâmicas internas e externas, concepções mais amplas de sociedade e infância e práticas de como educar e criar as crianças.

Sobre estes estudos, a autora faz algumas ressalvas acerca de discussões que se centraram na inserção cultural da família e nos aspectos culturais que definem quais comportamentos são aceitos ou não como violentos. O paradoxo que a autora percebe é o fato de que, na medida em que certos padrões de comportamentos são culturais, eles podem colaborar para a aceitação ou tolerância do que alguns colocam como abuso contra criança. Citando trabalhos na linha antropológica de autores como Korbin (1991), Gonçalves se questiona se não deveríamos abrir mão de definições universais do abuso ou ainda até que ponto essas concepções universais das legislações internacionais servem para serem aplicadas às realidades locais. Na opinião da autora,

como resultado da tentativa de promover a conjunção entre o que é universal e o relativismo que não se coloca com clareza, há ainda muita polêmica em torno do tema, e essa polêmica termina por se traduzir em definições de violência que são múltiplas e apontam diferenças da maior relevância entre os fenômenos que querem identificar (2003: 119).

Um dos pontos que mais chama atenção no trabalho de Gonçalves (2003) é o fato da pesquisadora defender que esta discussão não interessa apenas aos meios acadêmicos. Entender a construção dessas categorias de violência tem a ver com os efeitos que são produzidos na intervenção com as famílias. Entre a expansão e a contração dos conceitos (há aqueles que defendam um e outro lado da questão), “a concepção de violência conquista um valor operacional que pode ser traduzido como valor moral” (2003: 120).

Conforme Emery e Laumann-Billings, pesquisadores americanos citados por Gonçalves, quanto mais se expande o conceito de violência contra as crianças, maior intervenção familiar se justificaria e, portanto, mais efeitos iatrogênicos [4] poderiam ser causados. Conforme eles,

estamos preocupados com o alcance exagerado da definição de violência familiar, com a interpretação errônea de suas conseqüências putativas, e com a intervenção sem conhecimento de seus riscos e benefícios. Com efeito, vários estudiosos sugerem algumas tentativas para aliviar o problema da violência familiar, ou os problemas advindos dela, podem de fato apresentar efeitos iatrogênicos (1998, apud GONÇALVES, 2003, p.120).

Podemos dizer que Glassner (2003) segue a mesma linha de argumentação ao tratar dos efeitos que as preocupações extremas com os diferentes tipos de perigos podem ter. Embora esteja pensando o molestamento sexual de crianças em outros ambientes que não o doméstico, o sociólogo americano discute o que ganham as vítimas com o frenesi causado pela discussão. O autor fala sobre a distância excessiva que se cria entre, por exemplo, professores homens e seus alunos e alunas, uma vez que qualquer contato físico com a criança é proibido. A conseqüência maior desse pânico generalizado, diz ele, é o fato das creches americanas (e porque não apontar as brasileiras) terem sido “refeminizadas” (2003:26), excluindo dos quadros profissionais professores e cuidadores homens.

Ele escreve, ainda, que a percepção exagerada do risco, tornada concreta por pesquisas alarmistas, pode acabar tendo o efeito contrário do que se espera. A título de ilustração, a informação da alta incidência de câncer difundida por certas pesquisas mais do que estimular as mulheres americanas a procurar programas de prevenção, acabou fazendo com que poucas fizessem o auto-exame ou que muitas adiassem a ida ao médico para exames de rotina, citando o medo em relação à dor e aos problemas financeiros que a doença poderia acarretar. Segundo o Glassner, estudos com a população americana em geral em relação ao câncer, mostraram que houve “correlação inversa entre medo e prevenção” (2003:25), concluindo que “é melhor que aprendamos a pôr em dúvida nossos medos supervalorizados antes que eles nos destruam” (2003:24).

Outro ponto em comum entre ele e Gonçalves (2003) é a crítica ao uso que tem sido feito de estatísticas e as conclusões muitas vezes falaciosas a que as várias pesquisas chegam. A pesquisadora brasileira explica que a multiplicidade de definições sobre a violência, as diferentes amostras populacionais que são utilizadas, os períodos em que os levantamentos são feitos requerem que as comparações, quando possíveis, sejam feitas de forma cautelosa. Em estudos sobre violência física, por exemplo, estamos falando de violência episódica ou crônica? De violência que foi perpetrada acidental ou intencionalmente? Em que medida estar-se-ia avaliando violências com graus de severidade semelhante e esta severidade, analisada com que critérios [5]?

Todavia, Glassner (2003) adverte que culpabilizar a mídia ao instigar ou apaziguar certos medos seria simplificar a questão. Retomando os estudos de Mary Douglas em *Risk and Culture*, o autor assinala que cada sociedade tem a disposição vários riscos e perigos para selecionar, mas alguns deles nos contaminam “por [sua] importância específica [...] ou porque ofendem os princípios morais básicos da sociedade, ou porque possibilitam crítica a grupos e instituições vistos

com maus olhos” (2003:37). A título de ilustração, durante os anos 1990 nos Estados Unidos, diante do risco trazido por uma suposta contaminação de amianto na água de escolas públicas americanas, substância esta possivelmente cancerígena, 10 bilhões de dólares foram desviados de reformas em edifícios deteriorados para a eliminação do amianto da água. Nas palavras do sociólogo,

A incapacidade brasileira de enfrentar a violência urbana tem o mesmo fundamento da americana: qualquer mudança em sociedades tão desigual [sic] é vista e sentida com pavor. E continuamos a investir nossos medos nos alvos mais improváveis, a dissimular aquilo o que efetivamente nos inquieta (2003:18).

Nesta linha de raciocínio, Gonçalves salienta que nos programas de proteção à criança e ao adolescente, por exemplo, não bastaria firmar um compromisso com a criança como forma de solucionar a questão. Antes, é necessário um conhecimento das contradições da cultura que legitimam tais atos considerados violentos para que então se possa atuar junto dos códigos jurídicos de forma, para autora, menos universalista de pensar a educação infantil e o relacionamento familiar. Segundo esta autora, quando não fazemos isso, “o compromisso com a defesa da criança [acaba servindo] para subtrair à análise as condições de sua produção, condições estas que deveriam ao contrário ser tomadas como base que informa qualquer futura intervenção” (2003:139).

3. Contemplando a questão das estatísticas

Buscando relacionar as discussões que foram feitas até o momento e a propaganda em questão, podemos aproximar o enunciado de que 90% dos casos de violência ou abuso sexual acontecerem dentro da própria casa e a importância da criticidade das leituras estatísticas. Ao defender a periculosidade do ambiente doméstico, a propaganda não está sozinha. Tal discurso está presente nas argumentações de vários teóricos que escrevem e pensam sobre a família: Giddens (2005:167) nos diz que “o lar é de fato o lugar mais perigoso da sociedade moderna. Em termos estatísticos, uma pessoa de qualquer idade ou sexo está mais sujeita a ataques físicos dentro de casa do que a noite nas ruas”; Debert e Gregori (2008:170) confirmam essa informação, também apoiadas em estudos estatísticos, mas restringem o perigo a mulheres e crianças: “O lar é o espaço onde as mulheres e as crianças correm maior risco”. Gonçalves (2003:126) relembra estudos nacionais e internacionais que defendem que “a casa é o lugar mais perigoso para uma criança, o lócus privilegiado dos atos sociais responsáveis pelos índices de morbidade e mortalidade na infância”.

Ao analisar a mensagem divulgada pela propaganda, podemos pensar que a afirmação de que o lar é um lugar perigoso por ser onde as agressões ocorrem em maior frequência nos choca. Na verdade, não tenho um contra-argumento pronto para rebater o caráter de cientificidade dado a essa afirmação pelas estatísticas, mas assim como nos alertou Foucault (2004:51), ao analisar o

discurso, temos tarefas: “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”.

Penso que o início da resposta estaria em não ceder à procura de dados mais ou menos fidedignos, como se fosse possível comprovar a validade estatística de tal afirmação. Além disso, talvez seja importante analisar as descontinuidades desse modelo de família moderna, que se estruturou no século XVIII justamente como uma forma de se individualizar, de se proteger dos males causados pela vizinhança, pela criadagem, pelas amizades (ARIÈS, 1981) e que hoje passa a ser denunciada pelos males que lhe são intrínsecos e internos.

Pistas sobre os efeitos de afirmações categóricas como a da propaganda podem ser encontradas em Pinheiro (2003) quando ressalta a dificuldade que temos de distinguir medos banais dos medos avassaladores, ou seja, de entender que “os percentuais estatísticos que impressionam e apavoram muitas vezes não contem números confiáveis e pretendem ser validação estatística de ocorrências pouco significativas”. Ilustrando sua argumentação, explica que o risco de ser vítima de homicídio não é o mesmo em qualquer região das grandes cidades. No caso de São Paulo, em algumas comunidades populares, a taxa de homicídio é de quase três vezes a média na região metropolitana, no entanto o medo é disseminado de forma quase que homogênea.

Vindo ao encontro do que Pinheiro (2003) propõe, Gonçalves argumenta que diante de pesquisas que se pautam em categorias de análise tão recentes, ou que apresentam certos problemas metodológicos como os que foram citados acima, tirar conclusões tais como a de que “a casa é o lugar mais perigoso do mundo pode ser, no mínimo, falacioso” (2003:130).

4. Os telespectadores e o procedimento da denúncia: a judicialização das relações sociais

Ainda sobre a propaganda, percebe-se que ao se estimar valores tão altos para periculosidade do ambiente doméstico, o telespectador é provocado, convocado a tomar medidas efetivas. Essa idéia é reforçada pelo chamamento “não finja que você não vê”. Por fim, é dada a orientação do que se espera que ele faça, com orientações claras de onde fazê-lo. Será que a propaganda estimula apenas a nossa indignação ou quando coloca dados estatísticos lado a lado com o imperativo da denúncia também não acaba nos dando a impressão de que estaríamos fazendo efetivamente uma “análise do fenômeno violento”? Conforme nos alertou Rifiotis, o discurso analítico e a denúncia são processos distintos, mas que podem acabar se incorporando um ao outro: “[...] o grau de adesão [ao discurso contra a violência] pode ser de tal ordem que temos que nos perguntar se o discurso da indignação não passa a ocupar um lugar analítico, confundindo-se análise e denúncia” (2006:30).

Podemos questionar ainda a quem se dirige esta propaganda. Estar-se-ia reforçando a idéia de que uma vez que tudo que se passa no ambiente doméstico em relação ao cuidado dos filhos é de

competência da mulher, caberia também a ela a responsabilidade de denunciar algo que teria sido feito por seu marido contra sua filha? Ou será que essa convocação se estende a toda e qualquer pessoa que conviva com a criança, até mesmo fora do ambiente familiar? Em que medida a mensagem se dirige ao homem e como a responsabilização dele é retratada? Reprimindo-o pela via da ameaça de ser denunciado, pela via da necessidade de auto-controle ou outra? Por que a denuncia é apontada como primeira (e única?) solução para a violência familiar? Quais os outros efeitos uma política denunciatória poderia acarretar?

Com essa discussão, não se defende que os casos de violência sexual não devam ser notificados e seus agressores responsabilizados na forma da lei e nem que a denúncia não seja um dos mecanismos capaz de proteger a criança. Porém, como pontuamos anteriormente, a denúncia como principal ferramenta de transformação das relações familiares nos remete a um discurso indignado e, conseqüentemente, reforça aquilo que mencionamos brevemente como característica desse suposto objeto violência: a exterioridade. Considerar os envolvidos na cena apenas dentro do modelo dicotômico vítima-agressor e postular que cabe ao agressor apenas a estigmatização limita a análise do que ocorre num contexto doméstico de violência sexual. Nas palavras de Rifiotis (2006:30), temos: “A indignação acompanha a exteriorização e, no limite, a estigmatização do outro considerado apenas como ‘agressor’, além de postular uma polaridade e negar a existência de vínculos significativos entre os sujeitos”.

Tal afirmação parece ser relevante na medida em que, enquanto psicóloga de um Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente, escuto mulheres que chegaram a fazer denúncia de que seus companheiros teriam abusado sexualmente de suas filhas, registrando pessoalmente boletim de ocorrência nas delegacias especializadas. Porém, no decorrer dos atendimentos, mesmo com relatos bastante detalhados das crianças de como se passou o abuso, estas mulheres passam a duvidar da ocorrência do fato, e diante da dúvida, negam-se a exigir a saída do marido (e pai ou padrasto) da residência da família ou resistem em afastar-se do companheiro para proteger a criança. Será que poderíamos continuar falando de cegueira nesses casos? O que não se pode enxergar nessas situações [6]?

A “judicialização das relações sociais”, isto é, esse “duplo movimento: de um lado a ampliação do acesso ao sistema judiciário, e por outro, a desvalorização de outras formas de resolução de conflito” (RIFIOTIS, 2008: 235) pode ser verificado tanto nos procedimentos de denúncias aos órgãos de proteção à criança como em contextos tais como a criação das Delegacias de Defesa da Mulher. Debert e Gregori são duas pesquisadoras que reconhecem as conquistas alcançadas pelas lutas feministas ao defender os direitos das mulheres. Porém, elas lançam um olhar crítico à produção de mecanismos jurídicos que acabam, por exemplo, focando a intervenção dentro de um modelo de tecnologia do *self*, ou seja, o trabalho com “categorias individuais subjetivas como a auto-estima e o auto-respeito de modo a garantir o *empowerment*” (DEBERT e GREGORI, 2008:175). A semelhança com a propaganda aqui é clara – a mulher cega é aquela que

finje que não vê. Se fosse empoderada, saberia que não poderia se omitir. Para as autoras, “o empoderamento produz um indivíduo ativo no império da escolha, em que cada um deve fazer o trabalho por si mesmo, não em nome da conformidade, mas como condição para se tornar livre” (ibidem).

Assim como Glassner (2003) apontou quando falou dos medos, ou quando Gonçalves (2003) falou da ênfase na criança, percebemos que os focos de análise são desviados, isto é, tem aspectos da questão que insistem em não aparecer. Debert e Gregori defendem que ao abordar isso que se convencionou de violência contra a mulher (ou violência doméstica, conjugal, familiar), é preciso refletir sobre as articulações entre violência e gênero para “avançar a análise sobre as dinâmicas que configuram posições, negociações e abusos de poder nas relações sociais” (2008:176). Contudo, elas explicam que a categoria gênero não se basta; ela não pode ser isolada, já que perpassa outras categorias como classe, raça e idade, onde outras relações de poder estão presentes.

Já para Rifiotis, o lado ainda obscuro seria o dos significados locais que o fenômeno da judicialização oferece, tendo em mente que judicialização das relações sociais não é sinônimo de mais “acesso à justiça, democratização e cidadania” (2008:232).

Enfim, acho que mais do que esclarecer o que queria ao resgatar a propaganda, acabei lançando questões que me inquietam não só na prática de psicóloga de um Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente, mas também enquanto futura antropóloga. Embora esse trabalho tenha focado quase que inteiramente na violência doméstica, espero ter feito um texto amigável àqueles que lidam com o tema da ‘violência’, nas suas mais variadas acepções, em suas práticas institucionais, isto é, nas delegacias, nos hospitais, nas escolas, dentre outros espaços públicos, para provocar um curto-circuito no discurso da indignação como armadilha ou problema, fazendo-os enxergar como a indignação pode vir a ser, dentre outras coisas, uma “oportunidade” (RIFIOTIS, 2006). 🌀

NOTAS

* Aluna do 7º período de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: patricia.marcondes@yahoo.com.br

[1] O comercial completo está disponível em http://www.youtube.com/watch?feature=player_detailpage&v=oNzWZEdj1Nk. Acesso em: 25 fev. 2013. Apesar de este anúncio ter sido exibido no ano de 2009, o tema do “não fechar os olhos para a violência contra crianças e adolescentes” retornou, por exemplo, na campanha lançada pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal para o Carnaval de 2013. O slogan “Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie” faz parte da propaganda, que está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=6TtZnhZqTaQ>. Acesso em: 25 fev.2013.

[2] Embora Foucault nos fale das regras de formação dos discursos, o filósofo francês pontuou em seus trabalhos as relações entre o discurso e prática e o fato de que os discursos são constantemente re-atuais na nossa prática cotidiana. Não apenas os reproduzimos, mas os (re) produzimos: “É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (2004:35)

[3] Artigo escrito pelos médicos Kempfer, Silverman e Steele (citado em GONÇALVES, 2003).

[4] Iatrogenia: “Alteração patológica provocada no paciente por tratamento de qualquer tipo” (DICIONÁRIO AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA, edição online).

[5] Gonçalves (2003) exemplifica esse aspecto ao citar os dados oficiais comentados por Emery e Laumann-Billings. Segundo elas, as fontes de informações nos Estados Unidos sobre as estatísticas oficiais, os estudos de incidência e os estudos sobre disciplinamento corporal usam fontes de dados distintas, chegando a resultados também bastante variáveis, dificultando alcançar conclusões e comparações mais confiáveis.

[6] Uso o recurso da impessoalidade aqui não para me referir àquilo que as mulheres não podem enxergar dentro de suas histórias de vidas pessoais, mas o que o cientista humano, seja da área da psicologia ou da antropologia, deixa de ver quando faz generalizações apressadas acerca dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **A História Social da Criança e da Família**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

DEBERT, G.D.; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, vol. 23, n.º. 66, p. 165-185, 2008.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 10ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GIDDENS, A. As famílias. In: **Sociologia**. 6ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**. São Paulo: Francis, 2003.

GONÇALVES, H. S. **Infância e violência no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2003.

PINHEIRO, P.S. Medo em todo lugar e lugar nenhum. In: GLASSNER, B. (2003) **Cultura do Medo**. São Paulo: Francis, 2003.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. **Antropologia em Primeira mão**. PPGAS/UFSC, Florianópolis, p.1-18, 1997.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes das violências e dos conflitos sociais. **Revista de Ciências Sociais**, UFC, [S.l.], v.37, no. 2, p.27-33, 2006.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. **Revista Katálisis**, Florianópolis, vol.11, n.º. 2, p.225-236, 2008.

Recebido em 11 de fevereiro de 2011.

Aprovado em 27 de março de 2013.

ORACY NOGUEIRA E O ESTUDO DAS RELAÇÕES RACIAIS

ORACY NOGUEIRA AND THE STUDY OF RACIAL RELATIONS

Daniel Ferreira Wainer*

Cite este artigo: WAINER, Daniel Ferreira. Oracy Nogueira e o estudo das relações raciais.

Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.100-117, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O presente artigo visa dar luz à contribuição da obra de Oracy Nogueira para o desenrolar do pensamento sobre relações raciais no Brasil. Através de um levantamento pormenorizado da obra do autor realizado no Fundo Oracy Nogueira (IFCS/UFRJ), foram descobertos dois textos ainda não publicados e pouco conhecidos do mesmo; neste sentido, este trabalho pretendeu mostrar as relações entre estes textos e as principais obras de Nogueira, algumas das quais já consagradas, como *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*. Com isto, a pesquisa espera suscitar novas perspectivas e leituras sobre a realidade racial brasileira, especialmente no contexto atual, marcado por profundas transformações.

Palavras-chave: Oracy Nogueira, Relações Raciais, Preconceito Racial, Racismo

Abstract: This paper aims to give light to the contribution of the work of Oracy Nogueira for the unfolding of thought about race relations in Brazil. Through a detailed survey of the work of the author held at Fundo Oracy Nogueira (IFCS/UFRJ), were discovered two texts not yet published and little known; in this sense, this work was intended to show the relationships between these texts and the author's main works, some of which already enshrined, like *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem*. With this aim in mind, this research expects to attract new prospects and readings about the Brazilian racial reality, especially in the current context, marked by profound transformations.

Keywords: Oracy Nogueira, Racial Relations, Racial Prejudice, Racism

1. Introdução

Na perspectiva de estudos da antropologia urbana e no contexto dos estudos de relações raciais, a presente pesquisa visa enfocar a abordagem da temática racial presente na obra de Oracy Nogueira, eminente pensador brasileiro do século XX.

Este autor desenvolveu importante conceituação acerca do funcionamento do racismo brasileiro através da noção de preconceito de marca que, distinta do preconceito de origem (que vigoraria, por exemplo, em países como os Estados Unidos), foi elaborada no contexto das pesquisas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre relações raciais nos anos 1950. Esta noção, bem como a perspectiva comparativa que a embasa, é ainda de fundamental relevância no contexto brasileiro.

Alguns dos trabalhos mais conhecidos de Nogueira a esse respeito são o artigo *Preconceito racial de Marca e Preconceito racial de Origem*, presente no livro *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais* (NOGUEIRA, 1985a); e o relatório das relações raciais em Itapetininga, reeditado pela editora EDUSP como: *Preconceito de Marca. As relações raciais em Itapetininga* (NOGUEIRA, 1998). Ambos serão intensamente explorados nesta publicação como forma de contextualizar a obra do autor; no entanto, esta pesquisa visa, especialmente, estudar detalhadamente outros trabalhos de Nogueira sobre as relações raciais ainda pouco conhecidos. Assim, a partir de um enfoque comparativo entre alguns de seus diversos trabalhos, espera-se que se possa contribuir para uma maior compreensão do conjunto de suas abordagens sobre as relações raciais no contexto dos debates e estudos atuais.

Considerando os relatos autobiográficos e outros materiais documentais existentes no Fundo Oracy Nogueira (IFCS/UFRJ), a pesquisa dará especial destaque a dois trabalhos ainda não publicados do pesquisador paulista: *O 'Estatuto de Puritate Sanguinis' e o Racismo Brasileiro* (NOGUEIRA, 1989), no qual o sociólogo relaciona o desenvolvimento peculiar do racismo no Brasil às normas e parâmetros enraizados no seio da sociedade portuguesa desde antes do Descobrimento; e *Pretos e Mulatos em situações e eventos de nível médio* (NOGUEIRA, 1985b), no qual o autor interpreta a configuração racial de uma série de eventos aos quais esteve presente, de novembro de 1983 a dezembro de 1984, como observador-participante.

Para esta análise ser devidamente contemplada, será realizado um levantamento sobre o período no qual estes textos foram escritos e suas referências principais; buscar-se-á, desta forma, compreender a originalidade que tais trabalhos - ainda pouco conhecidos pelo público acadêmico - apresentam à obra do autor. Partir-se-á de uma pesquisa bibliográfica e documental no Fundo Oracy Nogueira (UFRJ/IFCS) e da leitura aprofundada de alguns de seus trabalhos sobre a temática racial como meio de compreender o percurso geral de sua obra e a forma pela qual estes dois textos articulam-se a seus demais trabalhos.

Espera-se que este retorno à obra de Oracy Nogueira possa suscitar novas perspectivas e leituras sobre a realidade racial brasileira, especialmente em um contexto marcado por profundas transformações, traduzidas na efetivação das mais diversas políticas de promoção da igualdade – ou desigualdade – e por novas configurações econômicas, sociais, políticas e culturais, decorrentes dessas fortes mudanças [1].

2. Formação teórica: influência metodológica da Escola de Chicago e de Donald Pierson

A maioria das pesquisas realizadas por Oracy Nogueira pode, com boas razões, ser filiada à tradição de estudos conhecida como estudos de comunidade, afinal, a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), de São Paulo, onde Nogueira ingressara no bacharelado nos anos 40, era a principal instituição representante desta corrente no Brasil da época. Lá, Nogueira fora aluno de importantes professores, tais como Radcliffe-Brown, Herbert Baldus, Sérgio Milliet, Emílio Willems, entre outros. Entretanto, foi de Donald Pierson que o antropólogo e sociólogo mais se aproximou.

Pierson obtivera seu doutoramento em Chicago, sob a orientação de Robert Ezra Park, renomado professor de um dos principais centros de estudos de comunidade dos Estados Unidos, a famosa Escola de Chicago. O interacionismo simbólico preconizado por esta Escola, e fundamental na formação de Pierson, fora trazido por ele para o Brasil quando o mesmo veio a se tornar professor da ELSP, após a conclusão de seu doutorado em 1939. Para Oracy Nogueira, desta forma, a Escola de Chicago, e mais precisamente Donald Pierson, com quem manteve uma relação de grande amizade até o final de sua vida, foram os dois elementos que mais o influenciaram em sua passagem pela ELSP sendo Pierson, inclusive, seu orientador na monografia de conclusão do bacharelado [2].

Os estudos de comunidade, portanto, oriundos desta vertente das ciências sociais norte-americanas que remonta aos anos 20 - a Escola de Chicago -, representavam um esforço de apreensão holística da realidade social. Em termos metodológicos, refletiam uma transposição para o âmbito das sociedades complexas das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela antropologia no estudo das sociedades ditas primitivas. Assim, as pesquisas realizadas a partir deste viés, acima de tudo fortemente empírico, estavam comprometidas com uma visão de que as sociedades, tanto complexas quanto primitivas, estavam inexoravelmente destinadas a sofrer mudanças sociais.

No Brasil, estes estudos surgiram no bojo do processo de institucionalização universitária das ciências sociais, ocorrido em meados dos anos 30. A partir daí, passou-se a analisar o país com base em modelos explicativos respaldados principalmente em investigações empíricas, as quais se afastariam da tradição ensaística das grandes interpretações [3]. Tal mudança de perspectiva denotou clara virada no campo dos estudos sociais, culturais, históricos e políticos no Brasil, produzindo uma nova forma de se pensar a sociedade brasileira como um todo. Deu-se, por exemplo, uma forte e incipiente união entre a prática e a política a partir daí, afinal, os estudos de comunidade passaram a oferecer subsídios aos mais diversos técnicos (agrônomos, sanitaristas, educadores, etc.) sob a forma de um conhecimento denso e pormenorizado de diferentes realidades existentes no país, o que pôde contribuir, assim, para a formulação e implantação de distintos programas de reforma social.

Após realizar sua monografia de conclusão de curso, Oracy Nogueira ingressa no mestrado e conclui sua pós-graduação com um trabalho sobre a tuberculose, intitulado: *Vozes de Campos do Jordão: experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no estado de São Paulo* (NOGUEIRA, 2009). Nesta dissertação, defendida em 1945, mais uma vez, o sociólogo se ocupa da questão do preconceito e do estigma, mas agora sob um prisma diferente. Desessencializando por completo a ideia de estigma e mostrando que este é, acima de tudo, um problema de atitude social, Nogueira vem mostrar que os mais diversos grupos podem ser vistos de forma preconceituosa, dependendo do contexto em que estão inseridos. Assim, o preconceito só acontece, efetivamente, a partir de um processo relacional que envolve uma atitude negativa por parte de um grupo para com outro, ou seja, não tem a ver com um defeito social, uma imperfeição, ou algo do gênero.

Na dissertação, percebe-se que mesmo mudando de enfoque, o autor mantém o interesse pela questão do estigma e do preconceito; e é esse forte interesse que irá balizar praticamente toda a sua obra, sobretudo seus inúmeros trabalhos sobre relações raciais.

3. Participação em Pesquisa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

No contexto do pós-Segunda Guerra Mundial foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), órgão de âmbito global que tinha como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua consequência mais perversa, o Holocausto. A persistência do racismo, especialmente nos EUA e na África do Sul, o surgimento da Guerra Fria e o processo de descolonização africana e asiática mantiveram a atualidade da questão racial por todo o globo. Assim, iniciava-se um processo de estímulo da produção de conhecimento científico a respeito do racismo, abordando as motivações, os efeitos e as possíveis formas de superação do fenômeno.

Paralelamente, o Brasil despontava cada vez mais no cenário internacional como um país sem preconceito racial, uma possível fonte para se encontrar a chave que poderia superar as mazelas raciais vividas em diversos contextos ao redor do globo. Neste sentido, em 1949, o então diretor do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, Arthur Ramos, antropólogo brasileiro, delinea um plano de trabalho a ser encaminhado para a conferência geral da UNESCO em Florença sobre estudos raciais no Brasil, o qual é aprovado. No entanto, Ramos morre oito meses antes da aprovação, sem definir com maiores detalhes o estudo que tinha em mente, deixando-o nas mãos de Rui Coelho e Alfred Métraux, seus principais coordenadores.

Inicialmente, o projeto seria realizado somente em Salvador, mas, por orientação de Métraux, começou a ganhar caráter nacional, contando com a participação cada vez maior de diversos colaboradores e, assim, abrangendo também cidades como Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, como forma de se compreender diferentes particularidades da questão racial Brasil afora.

A inserção de Oracy Nogueira neste projeto se deu de maneira um tanto quanto casuística: em um primeiro momento, os responsáveis por dirigir as pesquisas no estado de São Paulo seriam Donald Pierson e Roger Bastide. Todavia, Pierson estava comprometido com um amplo estudo de comunidades no vale do Rio São Francisco, de sorte que sugerira o nome de Oracy Nogueira para ocupar seu lugar. No final, as pesquisas em São Paulo acabariam sendo dirigidas efetivamente por Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas Oracy Nogueira também participaria do projeto da UNESCO através de um estudo, que já se encontrava em andamento, sobre as relações raciais em Itapetininga, cidade do interior de São Paulo.

É interessante notar que, ao final do projeto – que teve sua intencionalidade voltada para se encontrar a chave de problemas raciais no mundo através da suposta harmonia racial no Brasil e que, em seu desdobramento, teve seus objetivos ampliados –, constatou-se que o racismo de fato existe no Brasil, mas se manifesta de formas diferentes das encontradas em outros países. Segundo Heringer (2002, s. p.), o principal idealizador do projeto da UNESCO, Alfred Métraux, inclusive declararia certa vez: “um exemplo de país onde as relações entre as raças são relativamente harmoniosas (...) todavia, seria um exagero afirmar que o preconceito racial é ignorado”.

4. O Relatório de Itapetininga: primeiros questionamentos e sua importância para a obra do autor

O “relatório”, tal qual era chamado por Nogueira [4], foi um trabalho que permaneceu por muito tempo desconhecido do grande público. Patrocinado pelo Projeto UNESCO, fez parte de um conjunto de estudos que reuniu diversos pesquisadores em âmbito nacional das mais variadas formações sociológicas. Esta diversidade de formações e tradições muitas vezes culminava em avaliações um tanto diferenciadas da realidade, o que se traduziu de forma muito clara justamente no caso de São Paulo, onde Nogueira faria sua pesquisa.

Os coordenadores do projeto, Roger Bastide e Florestan Fernandes, eram artífices de uma tendência de certo modo distinta de Nogueira. Para eles, o tema das relações raciais era uma porta de entrada para se discutir a estrutura de classes da sociedade brasileira e seus grandes processos históricos; já para Nogueira, cuja formação tinha ênfase nos estudos de comunidade, hegemônicos até então, este tema indicava outro tipo de abordagem. Neste sentido, esses autores seguiriam seus estudos, cada um à sua maneira, e com inserções um tanto quanto diversas.

Devido à preponderância cada vez maior de Bastide e Fernandes no projeto e, sobretudo, à volta do principal aliado intelectual de Nogueira – Donald Pierson – aos Estados Unidos por motivos de saúde, os estudos de comunidade começaram a se tornar marginais, posto que eram alvo de contundentes críticas por parte de correntes mais ligadas ao marxismo. Logo, acusações como a de “anti-historicismo” fariam parte dos bastidores da produção de Oracy Nogueira, redefinindo o lugar ocupado pelos estudos de comunidade. O trabalho de Itapetininga, deste modo, se tornaria

desconhecido do grande público, sendo somente publicado em 1955 [5]. Ele, inclusive, ganharia o prêmio Fábio Prado de Estudos Brasileiros, na ocasião.

Percebe-se, desta forma, que no Brasil a questão do preconceito já era debatida, dividindo opiniões: uma forte corrente não acreditava na ideia de um preconceito específico de raça, pois achava que este era fruto de um preconceito de classe. A pesquisa de Itapetininga veio justamente na contramão desses acadêmicos, jornalistas e pensadores, ao apontar a existência de um preconceito racial específico no Brasil, diferentemente do que muitos pensavam.

Pode-se dizer, portanto, que o estudo de Oracy Nogueira foi um marco neste debate, pois demonstrou a existência do preconceito racial por um prisma diferenciado, mas ainda assim bastante pertinente, através de um estudo de caso exemplar – característica marcante de todo estudo de comunidade.

O trabalho de Itapetininga foi estruturado em duas partes: uma destinada à análise da composição da sociedade local no tempo da escravidão e dos padrões de relações inter-raciais aí vigentes; e outra dirigida à análise da situação em 1940, com atenção especial ao problema do preconceito racial. Uma das críticas levantadas contra a pesquisa de Nogueira – e sua obra, de modo geral –, sobretudo por correntes ligadas ao marxismo, como já foi dito, foi a de ser anti-historicista. Este imbróglio, entretanto, foi se mostrando com o tempo bastante infértil, já que suas pesquisas tinham forte embasamento histórico, combinando tanto dados estatísticos e fontes documentais, como os dados censitários, por exemplo, com a etnografia e a observação direta. No trabalho supracitado, a abrangência de diferentes épocas, desde antes da Abolição, passando pela mesma e indo até momentos bem posteriores, em meados dos anos 1940, denota com clareza o caráter histórico de sua pesquisa.

Outra crítica aos trabalhos do autor, também empreendida por correntes ligadas, sobretudo, ao marxismo e à sociologia mais funcionalista, foi surgindo com o tempo. Oracy Nogueira era criticado por pertencer demasiado à vertente culturalista, o que, de certo modo, pode ser visto como questionável. O pesquisador paulista revelou, especialmente em seu clássico artigo *Preconceito racial de Marca e Preconceito racial de Origem* (NOGUEIRA, 1985a), a existência de uma forte relação entre estrutura e ideologia, nunca negando que a questão racial é também um fenômeno estrutural. Para ele, afinal, a ideologia seria o “cimento” da estrutura social, atuando de forma dialética com esta. É como se Nogueira respondesse, com este tipo de hipótese, diretamente a essas correntes, que começavam a ganhar força no período – início dos anos 50 – a ponto de se tornarem hegemônicas, em detrimento dos estudos de comunidade.

O antropólogo afirmou neste trabalho que, se em última instância é a estrutura que engendra ou dá margem à elaboração da ideologia – da qual o preconceito racial é parte – esta, por sua vez, constitui um dispositivo que sustenta a estrutura, com a qual coexiste em relações dialéticas, ou seja, de influências recíprocas. Assim, haveria relações claras de hegemonia, no

sentido proposto por Gramsci, na estrutura social brasileira, porquanto a estrutura seria a condição de possibilidade da formação da ideologia, através de um processo dialético.

A abordagem de Oracy Nogueira sobre as relações raciais ressalta, sobretudo, um caráter inequívoco: o preconceito é um fenômeno extremamente complexo, que suscita vários tipos de estudo. Esta foi, talvez, a maior das inovações proposta pelo autor em sua forma de abordar o assunto. A ode à heterogeneidade, certamente, foi uma característica de sua perspectiva, levando o pesquisador a colocar, de forma pioneira, o preconceito como um problema de atitude social que permite as mais variadas abordagens.

Neste sentido, dentre seus diversos estudos sobre as relações raciais, um dos que mais se destaca é o Relatório de Itapetininga, pois configura-se, nos dias de hoje, como um excelente exemplo da vertente de estudos de comunidade. Com efeito, é considerado um estudo de caso exemplar, pois revelou padrões de discriminação racial que foram posteriormente estendidos para uma realidade muito mais ampla.

Assim, pode-se perceber que o Relatório foi fundamental, mais especificamente, para a formulação da ideia de preconceito de marca do autor, uma forma de preconceito tipicamente brasileira, que posteriormente seria contrastada com a ideia de preconceito de origem, também formulada pelo pesquisador paulista.

5. Preconceito de Marca x Preconceito de Origem

Do trabalho de Itapetininga, realizado em meados dos anos 40 em virtude da criação do Projeto UNESCO sobre relações raciais no Brasil, decorre a ideia de que aqui subsiste um preconceito real, relacionado à cor, ou seja, diferente do preconceito exclusivo de classe. Este preconceito, chamado preconceito de marca, seria tipicamente brasileiro.

A ideia de preconceito de origem, formulada por Oracy Nogueira após sua estadia nos Estados Unidos por meio de um convênio firmado entre a ELSP e a Universidade de Chicago para realização de seu doutorado, baseia-se, sobretudo na experiência norte-americana. Em seu artigo *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem* (NOGUEIRA, 1985a), o autor vai delineando as ideias principais desta diferenciação comparativa.

Nogueira faz questão de frisar que a elaboração desta tipologia é realizada por um ângulo eminentemente sociocultural, e que essas diferentes noções pretendem demonstrar a existência do preconceito no Brasil e diferenciá-lo dos EUA. Em outras palavras, a elaboração de tais noções não se propõe a explicar como surgem tais preconceitos, embora o autor até faça algumas considerações neste sentido, abordando diferenças estruturais:

O *modus vivendi* entre os europeus de um lado e o dos nativos do outro depende de uma série de fatores: 1. do volume e da densidade da população nativa; 2. do desenvolvimento técnico-econômico dessa população; 3. da variação de similitude entre as condições naturais de cada região e as do

continente europeu; 4. do território oferecer condições para a exploração de algum gênero de produção de fácil absorção pelos mercados europeus que não pudesse ser produzido na Europa; 5. de características culturais dos dois grupos (NOGUEIRA, 1985a, p. 67).

Neste sentido, mais uma vez, o autor procura relacionar a estrutura com a ideologia e a cultura, colocando-as como partes do mesmo todo. O diálogo que Nogueira trava com autores como Antonio Gramsci e Max Weber aparece fortemente neste trabalho, através de noções como a de hegemonia e de tipo-ideal, utilizadas de forma a esclarecer a realidade social investigada.

A utilização do tipo-ideal weberiano, por exemplo, é um recurso discursivo do autor que surge de forma loquaz na formulação das noções de preconceito de marca e preconceito de origem. Em certo sentido, Nogueira faz questão de frisar que ambos os conceitos não deixam de ser apenas noções idealmente construídas, podendo nem sempre corresponder à realidade mais concreta. É importante destacar, todavia, que tais categorizações surgem a partir da realidade empiricamente observada pelo antropólogo paulista, do contraste entre as formas de preconceito percebidas nos EUA e no Brasil; em outras palavras, emergem de realidades culturais concretamente distintas. O próprio autor chega a dizer que a tipologia se desenvolve no contraste existente entre a América latina e a de língua inglesa; no entanto, ele frisa que não se deve esquecer que cada um dos tipos-ideais envolve uma multiplicidade de variações e que também há situações e tradições, neste hemisfério, que não se enquadram nem em uma nem em outra das duas grandes categorias (NOGUEIRA, 1985a).

A argumentação do autor se baseia, mormente, em doze pontos principais. Como Nogueira está trabalhando com tipos-ideais, ele faz questão, sempre, de enfatizar as diferenças entre um tipo e outro. Assim, os doze principais pontos que diferenciam os tipos de preconceito de marca e de origem estão explicitados, de forma mais clara, na sequência.

1. Modo de atuar: onde é de marca determina preterição; onde é de origem, uma exclusão.
2. Definição de pertencimento: onde o preconceito é de marca, o critério é o fenótipo; onde é de origem, a ascendência pertencente ao grupo discriminado.

No Brasil, o limiar entre grupo discriminador e discriminado é fluido, variando subjetivamente em função das características e atitude de quem observa em relação a quem está sendo identificado. Já nos EUA, o negro é definido como “todo o indivíduo que, na sua comunidade, é conhecido como tal” (NOGUEIRA, 1985a, p. 80), sem qualquer relação com traços físicos.

3. Carga afetiva: onde é de marca, ele tende a ser mais intelectual e estético; onde é de origem, tende a ser mais emocional e integral.

No Brasil, a intensidade do preconceito varia em proporção com os traços negróides. Não exclui laços de amizade e simpatia. Traços negróides causam pesar, como um defeito físico. Nos EUA, o preconceito tende a ser antes emocional e irracional, assumindo caráter de antagonismo ou

ódio intergrupal. Suas manifestações são mais conscientes, tomando a forma de exclusão ou segregação intencional da população negra.

4. Efeito sobre as relações interpessoais: onde é de marca, relações pessoais de amizade e admiração cruzam as fronteiras de marca; onde é de origem, relações entre indivíduos de grupos diferentes são severamente restringidas por tabus e sanções negativas.
5. Ideologia: onde é de marca, é assimilacionista e miscigenacionista; onde é de origem, é segregacionista e racista.

No Brasil, há uma expectativa de que o negro e o índio desapareçam pelo sucessivo cruzamento com o branco – é o que indica a ideologia do branqueamento, a qual será tratada mais detalhadamente no penúltimo capítulo deste artigo, intitulado “O Estatuto de Puritate Sanguinis e Pretos e Mulatos” –; este processo constitui, assim, a melhor solução para a heterogeneidade étnica do povo brasileiro. Enquanto miscigenacionista em relação aos traços físicos, a ideologia brasileira é assimilacionista em relação aos traços culturais, esperando que indivíduos de outra origem que não a luso-brasileira abandonem sua herança cultural.

A ideologia brasileira de relações inter-raciais que é parte do *ethos* nacional envolve uma valorização ostensiva do igualitarismo racial. Contudo, ela esconde uma forma velada de preconceito, com a preterição de traços físicos não-brancos e culturais não luso-brasileiros. Nos EUA, a maioria espera que as minorias se mantenham endogâmicas e nucleadas.

6. Distinção entre diferentes minorias: onde é de marca, o dogma da cultura prevalece sobre o da raça; onde é de origem, dá-se o oposto.

No Brasil, minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas. Nos EUA, há maior tolerância para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas.

7. Etiqueta: onde é de marca, a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle dos membros do grupo discriminador, de modo a evitar a suscetibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado; onde é de origem, a ênfase está no controle do comportamento de membros do grupo discriminado, de modo a conter a hostilidade dos elementos do grupo discriminador.

Assim, conforme assinala Oracy Nogueira: “No Brasil, não é de bom-tom ‘puxar o assunto da cor’, diante de uma pessoa preta ou parda” (NOGUEIRA, 1985a, p. 86). Esta ideia é bem exemplificada pelo seguinte provérbio: “Em casa de enforcado, não se fala de corda” (NOGUEIRA, 1985a, p. 86). Em contraposição, em qualquer contenda com uma pessoa de cor, a primeira ofensa que se lhe prega é a referência à sua condição étnica.

Nos EUA, “a ênfase da etiqueta está em expressar a assimetria das relações entre brancos e negros” (NOGUEIRA, 1985a, p. 86). Lá, com efeito, há diversas regras de comportamento que põem

o negro claramente em desvantagem, caso dos ônibus, que acarreta inclusive um movimento pelos direitos civis.

8. Efeito sobre o grupo discriminado: onde é de marca, a consciência da discriminação tende a ser intermitente; onde é origem, tende a ser contínua.

Em geral, o homem de cor, no Brasil, toma consciência aguda da própria cor nos momentos de conflito, ou por ocasião do contato com pessoas estranhas. Nos EUA, a consciência da própria identificação racial é contínua, envolvendo três tendências que se interpenetram: preocupação permanente de autoafirmação que se demonstra por revalorização estética da raça (*black is beautiful*) e glorificação de pessoas de ascendência negra que se destacam; constante atitude defensiva, manifesta, por exemplo, na preocupação obsessiva de banir de todo comportamento simbólico qualquer manifestação deprimente para o grupo negro, mesmo que tal sentido possa passar despercebido pelo interlocutor - caso do termo “noite escura” e da palavra “negro”; aguda sensibilidade a toda referência à questão racial que se exprime em constantes policiamentos de membros do grupo e estranhos acerca de qualquer incoerência ou discrepância em relação a uma ideologia de igualdade racial.

9. Reação do grupo discriminado: onde é de marca, a reação tende a partir do indivíduo, que procura compensar suas marcas; onde é de origem, a reação tende a ser coletiva.

No Brasil, a experiência que provém do problema da cor varia com a intensidade das marcas e com a maior ou menor facilidade do indivíduo discriminado em contrabalançá-las com características socialmente bem vistas, como beleza, elegância, talento, polidez, escolaridade, riqueza, etc. Entre os próprios indivíduos de cor, têm-se a impressão de que é difícil a realização de manifestações de solidariedade. Expressões tais como “grupo negro”, “grupo pardo” ou “grupo branco”, ao serem empregadas no contexto brasileiro, “têm antes o sentido de conjunto de indivíduos com esta ou aquela aparência física, do que de ‘grupos sociais’, já que estes implicam uma organização específica” (NOGUEIRA, 1985a, p. 89).

Nos EUA, “a luta do negro, como negro, seja qual for sua aparência, é, sobretudo, uma luta coletiva. As próprias conquistas individuais são vistas como verdadeiras tomadas de novas posições em nome do grupo todo” (NOGUEIRA, 1985a, p. 89).

10. Efeito da variação proporcional do contingente minoritário: onde é de marca, o preconceito tende a se atenuar nos locais em que há maior proporção de indivíduos do grupo discriminado; onde é de origem, tende a se agravar nos locais em que o grupo discriminado se torna mais *conspicuous* pelo número.

No Brasil, os homens de cor sofrem menos com manifestações racistas no Rio e na Bahia do que em São Paulo, onde são uma cota mais reduzida. Nos EUA, em certos pontos do Norte, ao aumento da proporção de negros tem correspondido um agravamento da questão racial.

11. Estrutura social: onde é de marca, “a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador, ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe” (NOGUEIRA, 1985a, p. 90); onde é de origem, o discriminador e o discriminado permanecem segregados.
12. Tipo de movimento político que inspira: onde é de marca, a luta dos discriminados tende a se confundir com a luta de classes; onde é de origem, o grupo discriminado age como uma minoria nacional coesa.

Este trabalho, talvez o mais conhecido de Oracy Nogueira, projeta de forma cristalina sua contribuição teórica mais clássica no debate sobre a temática racial. Contudo, alguns trabalhos menos conhecidos do autor também fazem considerações bastante pertinentes sobre o tema, a partir de enfoques distintos.

A partir de agora, desenvolverei algumas ideias a respeito do texto já mencionado na introdução, *O Estatuto de 'Puritate Sanguinis' e o Racismo Brasileiro* (NOGUEIRA, 1989). Identificando o diálogo que tal obra trava com outras já bastante clássicas das ciências sociais, pretendo, de forma progressiva, traçar o percurso de Oracy Nogueira no campo dos estudos raciais, chegando posteriormente até outro trabalho também pouquíssimo conhecido do autor: *Pretos e Mulatos em situações e eventos de nível médio* (NOGUEIRA, 1985b). Ambos os textos, inéditos, fazem parte de uma retomada do pesquisador à temática racial, já nos anos 80, após quase duas décadas nas quais se dedicou a outros assuntos e temáticas.

6. O Estatuto de Puritate Sanguinis e Pretos e Mulatos

O “Estatuto” foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, em 1989, tendo sido proferido pelo autor em forma de conferência. Trata-se de hipótese bastante inovadora que visa, a partir de dados do censo no Brasil de várias épocas, de leis promulgadas em Portugal, dados documentais e relatos etnográficos, associar o Estatuto de Pureza Sanguínea, que vigorara em Portugal de princípios do século XVI a fins do século XVIII, a certas particularidades do racismo brasileiro. Difícil definir se Nogueira é bem sucedido ou não; contudo, não se pode negar a vivacidade de sua hipótese.

Neste trabalho, o autor prossegue seus estudos sobre o racismo, conduzindo sua abordagem a partir das mesmas linhas já traçadas em obras anteriores. A diferença entre um preconceito brasileiro e um preconceito norte-americano é aqui, mais uma vez, pressuposta, sendo, no entanto, trabalhada de outra forma. Aqui, a comparação é feita entre o Brasil e a antiga metrópole portuguesa.

Para Nogueira, em Portugal verificar-se-ia uma forma de preconceito relacionada à origem religiosa de certos cidadãos. O chamado “cristão-novo”, judeu recém-convertido ao cristianismo, seria mais um exemplo do chamado preconceito de origem do autor. Em virtude de sua ascendência

judaica, esse indivíduo seria marginalizado pela sociedade portuguesa, assim como o descendente de muçulmanos, pertencendo aos últimos degraus da escala social. A atitude para com este cidadão seria de intensa estigmatização devido à sua origem social, religiosa e cultural, o que dificultaria o acesso a, por exemplo, postos nobiliárquicos e outras posições socialmente relevantes.

A hipótese do antropólogo brasileiro seria confirmada pela legislação de Portugal, desde fins do século XV até o século XVIII. Dentre as leis que incidiriam sobre os cristãos-novos, destacam-se algumas: as Leis antiemigratórias (1499), Cargos Públicos (1514), Ordens Militares (1529), Ordens Religiosas (1550), Matrimônio (1581), Misericórdias (1600), Universidade de Coimbra (1604), Morgados (1671). Todas elas visavam impedir, de alguma forma, os cristãos-novos, bem como mouros, ciganos, entre outros, de participar da sociedade portuguesa, seja proibindo-os de ocupar cargos públicos, de emigrar, etc.

Este típico preconceito português, essencialmente de origem, caracterizar-se-ia pela pesquisa e devida verificação das origens de um indivíduo, como forma de garantir se o mesmo teria o sangue infecto ou não. Neste sentido, cria-se um *ethos* específico em Portugal que institucionaliza o preconceito de origem como prática corriqueira de todos os indivíduos, atingindo seu ápice com casos concretos de delação e acusação. De forma distinta, o preconceito assumiria novas formas no caso brasileiro.

No Brasil, era vedada ao negro a possibilidade de confusão física com a camada dominante; no entanto, ao mestiço – e, sobretudo o mestiço que se clareava após sucessivas gerações – essa possibilidade se tornava cada vez mais real. O ideal do branqueamento seria constitutivo do preconceito brasileiro, insinuando-se e alcançando todos os segmentos da população, e produzindo uma espécie de ideologia do branqueamento, capaz de fundamentar o preconceito de forma escondida e sutil – como já fora elaborado no artigo *Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem* (NOGUEIRA, 1985a). O autor resume, em linhas gerais, sua proposta, enfatizando que há:

congruência entre a necessidade de discrição suscitada pelas referidas normas a quantos eram passíveis de sofrer as respectivas sanções, durante sua vigência [caso português], e a ética de relações raciais ainda hoje em vigor, no Brasil, centrada na mesma imposição de discrição que, sob a aparência de respeito ou proteção à sensibilidade dos discriminados, contribui de um modo sutil para a preservação do ‘status quo’ racial pela persuasão subliminar das próprias vítimas do preconceito e da discriminação (NOGUEIRA, 1989, p. 102).

Assim, o que este trabalho traz de novo, sobretudo, é a noção de que o preconceito de marca – existente no Brasil – seria, na realidade, uma derivação e adaptação do preconceito português de origem, trazendo, inclusive, aspectos deste consigo, como a presença da discrição e do sigilo na ética das relações raciais [6]. Tanto o ideal do branqueamento como a prática de não se salientar o

estigma seriam, para Nogueira, resquílios insofismáveis dos Estatutos que vigiram em Portugal, sendo, de certa forma, fruto dos mesmos.

O autor novamente utiliza Gramsci como forma de esclarecer sua hipótese. Para ele, seguindo o autor italiano:

a ideologia da camada dominante tende a se difundir por todo o corpo social, de modo a minimizar a necessidade do recurso à coerção física na dominação. [Neste sentido] torna-se plausível que a experiência dos cristãos-novos tenha marcado a categoria racial hegemônica, no Brasil, contribuindo, assim, para a formação do *ethos* nacional (NOGUEIRA, 1989, p. 105).

A hipótese de Nogueira presente no *Estatuto*, em certo sentido, assimila-se bastante a um texto muito conhecido da obra de outro importante antropólogo brasileiro, Roberto Da Matta.

No livro *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*, este autor visa dar conta do “problema do racismo à brasileira” ou, em outras palavras, da “fábula das três raças” (DA MATTA, 1981). Tal fábula, nos escritos de Da Matta, compreenderia uma forma de racismo tipicamente brasileira fundamentada em determinações biológicas. Ela seria baseada, sobretudo, nas teorias positivistas de Augusto Comte e seus pressupostos evolucionistas, sendo responsável pela formação de um complexo teórico-ideológico supostamente erudito, aqui no Brasil.

A criação desta fábula, segundo o autor, teria sido responsável por provocar o surgimento de uma ideologia abrangente, utilizada na construção de uma identidade social brasileira que totalizaria e determinaria inexoravelmente o comportamento social, político e cultural de nossa sociedade de forma geral. Ela estaria fundamentada em fatores sempre superiores ao domínio da vontade e dos desejos dos indivíduos ou grupos sociais e teria, como principal efeito, a supressão de qualquer discussão acerca da realidade como um fato social e histórico específico, impedindo possíveis tentativas de transformação. A fábula das três raças, em suma, seria para Da Matta um suporte ideológico pseudocientífico, utilizado para justificar e estabilizar sistemas de dominação social, política e econômica, o que se coaduna claramente com a visão de Nogueira acerca da formação de uma ideologia dominante racista no país que cria todo um *ethos* nacional específico.

O autor, na mesma linha de Nogueira, recorre a características particulares de nossa matriz portuguesa, como o autoritarismo, a hierarquia e a desigualdade, e a comparações com os Estados Unidos, para explicitar o que faz o Brasil, Brasil. Para o autor, afinal, Portugal realizaria um verdadeiro transplante ideológico durante a colonização do Brasil ao trazer as suas formas de classificação social, técnicas jurídicas e administrativas para cá, introduzindo desde os primórdios de nossa formação noções como a de que ninguém é igual perante a lei, noções de segregação racial baseadas na experiência portuguesa de exclusão dos mouros, ciganos e judeus, entre outras. A distinção pelo nome e pela forma de trabalho [7], altamente pessoalizada e desigual, e ainda reveladora de uma mentalidade pouco burguesa, embora comercial, seria somente mais uma das

faces de Portugal responsável por formar esse Brasil desigual e excludente que fabrica o “mito das três raças” para encobrir uma realidade discriminatória e estigmatizante (DA MATTA, 1981).

Assim, de forma resumida, a fábula das três raças seria um projeto político e social para o Brasil que se baseia na tese do branqueamento como um alvo a ser buscado. Se no plano social e político, o Brasil é rasgado por hierarquizações e motivações conflituosas, o “mito das três raças” une a sociedade em um plano biológico e natural uno, prolongado em ritos de Umbanda, na cordialidade, no Carnaval, na comida, na beleza da mulher (e da mulata), e na música, como diria Da Matta. E se a força desse mito ainda persiste nos dias atuais, verifica-se que talvez seja mais difícil do que parece modificar uma ideologia já completamente estabelecida e entranhada no seio da estrutura brasileira.

Com efeito, o trabalho *Pretos e Mulatos em Situações e Eventos de Nível Médio*, realizado entre novembro de 1983 e dezembro de 1984, ressalta, por outro prisma, este caráter excludente da sociedade brasileira (NOGUEIRA, 1985b). Feita de maneira única, esta pesquisa foi fruto de sistemática observação-participante do autor, refletindo assim, as oportunidades de participação do mesmo a diversas situações e eventos. Nas palavras de Nogueira:

[a pesquisa] consistiria em observar, de modo sistemático, a presença (ou ausência) de pretos e mulatos nos corpos docentes e discentes da Universidade de São Paulo. Não desejando assumir o compromisso de desenvolver um projeto formal e sistemático, nem solicitar o patrocínio de qualquer instituição, acabei reduzindo o trabalho à observação da presença ou ausência de pretos e mulatos em situações e eventos, na Universidade de São Paulo e fora dela, de que eu próprio tivesse que participar em decorrência de minhas obrigações profissionais e sociais e que implicassem a frequência de pessoas de nível social médio ou superior, com exclusividade ou absoluta predominância, salvo quanto à ocasional inclusão de casos divergentes que se revelassem enriquecedores da experiência em curso (NOGUEIRA, 1985b, p. 2).

Oracy Nogueira acabou por limitar as observações ao período de um ano, de dezembro de 1983 a dezembro de 1984. Sua hipótese central seria a de que:

os pretos estariam ausentes da maior parte das situações e eventos a serem descritos, enquanto que os mulatos estariam sempre presentes, ainda que sub-representados em relação à sua proporção no conjunto da população (NOGUEIRA, 1985b, p. 2).

Embora o projeto tenha começado com a preocupação de observar situações ou eventos apenas na Universidade de São Paulo, o autor acabou por ampliá-lo para eventos externos e alheios à Instituição, de forma que quaisquer oportunidades de observação que surgissem espontaneamente, dentro do prazo estipulado, seriam bem-vindas.

Assim, o projeto de Nogueira se qualifica como mais um trabalho de forte caráter empírico, mas, ao mesmo tempo, com objetivos teóricos mais amplos. Seria uma espécie de verificação, no

cotidiano de uma das maiores universidades do país e, ainda, na vida social do autor, de diversas teses sobre o racismo existentes no Brasil.

Por exemplo, o autor considera bastante significativa:

a constatação de que os mulatos e pretos observados em eventos como casamentos, funerais e outros, em sua maioria, façam parte seja de casais mistos (em que o outro cônjuge seja branco), seja de famílias mistas (composta de membros brancos e não brancos) (NOGUEIRA, 1985b, p. 75).

Outro fato significativo é a convivência assinalada com casais ou famílias mistas que como tal não os têm a si mesmos e não são tidos pelos convivas, em geral, por não assumirem seus membros mulatos sua identificação como tal. Somados esses casos aos de pessoas com traços negroides evidentes cuja identificação como brancas parece não ser posta em dúvida nem por si próprias nem pelo seu círculo comum de relações, pode-se admitir, para o Brasil, uma definição de 'branco' análoga à de 'negro', corrente nos Estados Unidos: 'Branco é todo o indivíduo que na (sua) comunidade é conhecido como tal' (NOGUEIRA, 1985b, p. 75).

A título de conclusão, Nogueira é bem claro:

devo explicitar que não considero as reflexões colocadas no presente tópico, 'conclusões' da pesquisa e, sim, como associações e hipóteses suscitadas pela mesma e congruentes com as observações e com os conhecimentos sobre a situação racial brasileira decorrentes de outras fontes (NOGUEIRA, 1985b, p. 76).

Pretos e mulatos em situações e eventos de nível médio parece, de certo modo, coroar toda a obra de um autor que sempre se preocupou com a questão racial, mas, antes mesmo dela, do preconceito e da discriminação de forma mais geral. Este último trabalho, por seu caráter menos formal, coloca-se quase mesmo como um exercício de observação cotidiana do autor, já bastante treinado por muitos anos de pesquisa sobre este tema.

Considerando, portanto, assim como Nogueira, que o racismo é uma realidade social do país, presente tanto na universidade, como nas mais diversas configurações sociais, e que o mesmo se projeta como a forma de atuação prática de uma ideologia construída historicamente – o mito das três raças – permanecem muitas dúvidas e indagações: até que ponto esta prática pode ser transformada? Em que direção se pode caminhar para tornar a sociedade brasileira e outras **[8]**, mais justa?

7. Considerações Finais

O mito das três raças, ainda muito em voga no discurso vigente sobre relações raciais no Brasil, teria sido produzido em um período de intensa crise nacional. A partir do movimento de Independência, todos os sistemas de hierarquia do país tiveram que ser reestruturados e transformados, assim como novas lógicas internas tiveram que ser criadas. Fora apresentado à elite

local e nacional, um problema, uma necessidade de se produzir ideologias e mecanismos de racionalização para as diferenças internas do país; em outras palavras, tornou-se necessário criar uma identidade nacional que legitimasse as diferenças internas (DA MATTA, 1981). É nesse contexto, para Roberto Da Matta, que surge a fábula das três raças ou o chamado “racismo à brasileira”, introduzido como ideologia nacional e ainda hoje muito acreditado.

A ideia de um povo misturado, híbrido e igual, onde o preconceito inexistente ou é mais suave do que em lugares como os Estados Unidos, amplamente difundida desde a Independência e presente em obras de autores diversos, faria parte de um projeto já não mais válido. Hoje em dia, a maior e mais fácil circulação de informações pelo território nacional, possibilitando uma maior integração das populações mais distantes, as consequentes e crescentes reivindicações de grupos anteriormente estigmatizados como negros, indígenas e homossexuais, o movimento de elaboração de ações afirmativas, cotas e outros mecanismos legais visando maior igualdade, entre outras transformações, têm demonstrado que o mito das três raças já não pode ser tomado como algo absoluto. Todavia, permanece a seguinte questão: será que ações políticas pontuais podem apaziguar um problema estrutural da sociedade brasileira? Será que, por exemplo, o iminente aumento de estudantes negros em universidades poderia acabar com o ideal do branqueamento, tal como verificado por Oracy Nogueira, Roberto Da Matta, Carlos Hasenbalg, entre outros estudiosos? Pois se verifica uma mudança na forma de pensar as relações raciais no Brasil, introduzindo a partir de ações políticas possibilidades de tornar a sociedade brasileira mais igual, mantêm-se muitas vezes uma mentalidade hierarquizante baseada em um mito fundador altamente preconceituoso. Como não cair na ideologia do embranquecimento, mesmo com as novas políticas afirmativas e outras ações contemporâneas que visam “corrigir injustiças históricas [9]”?

Tais questões permanecem sem respostas claras e definitivas, e merecem atenção e reflexão por parte dos que se interessam pelo problema das relações raciais, afinal, se o mito da democracia racial brasileira tem um sentido negativo, porquanto é empregado como argumento justificador ou legitimador do *status quo*, como se este correspondesse ao melhor dos mundos no que diz respeito às relações raciais, em contrapartida, tem um sentido positivo, quando tomado como a proclamação de um ideal ou valor em contraste com o qual ou inspirado no qual se pode criticar a realidade e tentar melhorá-la, estabelecendo maior coerência entre esta e aquele. E é, em suma, neste sentido, preconizado por Oracy Nogueira, que talvez possamos vislumbrar um futuro melhor para a situação racial brasileira, um futuro com mais igualdade e oportunidades para todos, onde a ideia de democracia deixe de ser um mito e se torne, enfim, uma possibilidade real. 🌐

NOTAS

*Aluno do 9º Período de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Participou do programa de iniciação científica do CNPQ com a Professora Doutora Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti, na área de Antropologia. E-mail: danielfwainer@gmail.com

[1] Foi realizada uma pesquisa adicional na internet e outros veículos de comunicação com o objetivo de se tentar entender como a questão racial tem se ressignificado. Este esforço foi bastante interessante para complementar as informações já levantadas sobre a temática das relações raciais na bibliografia pesquisada. O levantamento feito visibilizou, com clareza, a ostensiva politização que se faz hoje em dia da discussão sobre relações raciais. Os veículos pesquisados encontram-se nas referências bibliográficas.

[2] A monografia consistia em um estudo de caso sobre a atitude de alguns anunciantes de São Paulo com relação a seus possíveis futuros empregados. Trata-se de um trabalho com viés bastante quantitativo, realizado através da aplicação de uma espécie de questionário para os anunciantes. Do trabalho, concluiu-se que haveria certa atitude desfavorável dos anunciantes em relação aos empregados negros (NOGUEIRA, 1942).

[3] Os dois livros talvez mais conhecidos dessa tradição são *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Casa-Grande e Senzala* de Gilberto Freyre.

[4] O autor costumava frisar o caráter de “documento” ou “relatório” do texto.

[5] Integrou o volume *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955), organizado por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Ver as referências bibliográficas.

[6] Mais uma vez, neste texto, o autor cita o provérbio “em casa de enforcado não se fala em corda”, como forma de explicitar a ética da discricção no caso brasileiro. Ela teria surgido, para ele, em Portugal, a partir da tentativa dos cristãos-novos de manter sigilosas as suas origens.

[7] Em Portugal, juízes e oficiais, letrados, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, homens bons e, por último, o povo, formavam uma pirâmide social extremamente desigual.

[8] É interessante notar que mesmo os EUA, com suas inúmeras contradições, agora já são muito diferentes da época de Nogueira, tendo mesmo um negro chegado à presidência. Além disso, já se verificam inúmeras leis que atendem às reivindicações do grupo negro, em um processo de politização da questão racial que já é, na realidade, antigo no país. Mesmo o Brasil, qualificado pelo autor como possuindo, sobretudo, um preconceito de marca, caminha cada vez mais na direção americana de tentar dirimir o racismo através da lei e de instrumentos formais. Estaríamos nos aproximando, cada vez mais, do preconceito de origem norte-americano?

[9] Esta expressão pode ser encontrada em diversos veículos de comunicação e mesmo em fontes oficiais. A título de exemplo, ver o texto de Salatiel (2012), presente nas referências bibliográficas.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Z. Sonho Real. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 out. 2012, Revista da TV, p. 12.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Alessandra; PERBONI, Juraci. Lei sobre preconceito contra gays em 1,4% das cidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2012. País, p. 12.

DUARTE, Rachel. **Lei de cotas raciais para concursos públicos no Rio Grande do Sul depende de sanção de Tarso Genro**. Porto Alegre, 29/11/2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2012/11/lei-de-cotas-raciais-para-concursos-publicos-no-rs-depende-de-sancao-de-tarso-genro>>. Acesso em: 10/12/2012.

FRAGA, Plínio. A Cultura contra a segregação. **O Globo**. Rio de Janeiro, 9 nov. 2012. Segundo Caderno, p. 1.

_____. A Cor do Dinheiro. **O Globo**. Rio de Janeiro, 18 nov. 2012. Segundo Caderno, p. 1.

G1. **Governo publica lei que regulamenta as cotas nas universidades federais.** São Paulo, 15/10/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/10/mec-publica-regulamentacao-da-lei-das-cotas-nas-universidades-federais.html>>. Acesso em: 15/10/2012

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.18 suppl. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2002000700007&script=sci_arttext>. Acesso em: 13 jan. 2013.

MAGGIE, Yvonne. **Legislação racial sempre tem frutos funestos (publicado na Folha de São Paulo, dia 20 de outubro de 2012 – Opinião, Tendências/debates).** Rio de Janeiro, 26/10/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2012/10/26/legislacao-racial-sempre-tem-frutos-funestos-publicado-na-folha-de-sao-paulo-dia-20-de-outubro-de-2012-opiniaio-tendenciasdebates>>. Acesso em: 20/12/2012.

_____. **Celebrando a diferença.** Rio de Janeiro, 23/11/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/yvonnemaggie/2012/11/23/celebrando-a-diferenca>>. Acesso em: 20/12/2012.

NOGUEIRA, Oracy. Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. **Sociologia**, São Paulo, vol 4, n^o4, p. 328-358, 1942.

_____. Relações raciais no município de Itapetininga. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo.** São Paulo : UNESCO-ANHEMBI, 1955. p. 362-554

_____. **Tanto preto quanto branco:** estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiróz, 1985a.

_____. **Pretos e mulatos em situações e eventos de nível médio, São Paulo, 1983-1984.** 1985b (mimeo).

_____. O Estatuto de Puritate Sanguinis e o racismo brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n^o 39, p. 81-111, 1989.

_____. **Preconceito de marca:** as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Vozes de Campos do Jordão:** experiências sociais e psíquicas do tuberculoso pulmonar no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SALATIEL, José Renato. Educação: a polêmica do sistema de cotas. **Página 3: Pedagogia e Comunicação.** 4/5/2012 Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/atualidades/educacao-a-polemica-do-sistema-de-cotas.htm>>. Acesso em: 10/01/2012.

SALDAÑA, Paulo. **Critérios raciais da Lei de Cotas nas universidades podem causar distorções.** São Paulo, 10/08/2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,criterios-raciais-da-lei-de-cotas-nas-universidades-podem-causar-distorcoes,914433,0.htm>>. Acesso em: 6/03/2013.

Recebido em 07 de março de 2013

Aprovado 01 de junho em de 2013

ENTRE A GOVERNABILIDADE E A INCONSTITUCIONALIDADE: UMA ANÁLISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA PÓS-1988

BETWEEN THE GOVERNABILITY AND THE UNCONSTITUTIONALITY: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN DEMOCRACY POST-1988

*Leonardo Silva**

Cite este artigo: SILVA, Leonardo. Entre a governabilidade e a inconstitucionalidade: uma análise da democracia brasileira pós-1988. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.118-135. Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2013.

Resumo: Neste artigo visou analisar as interpretações dos cientistas políticos Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e da jurista Benitez (2002) sobre os efeitos que a forma de governabilidade adotada no regime democrático brasileiro pós-1988 – e, sobretudo, o uso cotidiano de medidas provisórias (MPs) – pode gerar sobre o equilíbrio Executivo/Legislativo e, conseqüentemente, sobre a qualidade da democracia. A partir de uma revisão bibliográfica examinei os debates acadêmicos sobre a consolidação do sistema político brasileiro e sobre os efeitos do uso das MPs. Concluí argumentando que apesar da alegada utilidade e eficiência dos dispositivos e métodos usados para alcançar a estabilização e consolidação da democracia brasileira, eles também são necessariamente corrosivos para o Estado democrático de direito.

Palavras-chave: Democracia brasileira pós-1988; Governabilidade; Inconstitucionalidades; Medidas provisórias; Estado de exceção.

Abstract: In this paper I intend to analyze the interpretations of the political scientists Figueiredo & Limongi (1999, 2007) and of the jurist Benitez (2002) about the effects that the form of governability adopted in the Brazilian democracy post-1988 – and above all the ordinary use of temporary measures – can create on the Executive/Legislative balance and, consequently, over the quality of democracy. Through a bibliography revision, I examine the academic debates about the Brazilian political system consolidation and the effects of the use of temporary measures. I conclude arguing that although the alleged utility and efficiency of the mechanisms and methods used for reach the stabilization and consolidation of Brazilian democracy, they are also necessarily corrosive to the Democratic State of Law.

Keywords: Brazilian democracy post-1988; Governability; Unconstitutionality; Temporary measures; State of exception.

1. Introdução

Meu objetivo central neste artigo é analisar – à luz das pesquisas de Schmitt (2006) e Agamben (2004) sobre o estado de exceção – as interpretações dos cientistas políticos Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e da jurista Benitez (2002) sobre os efeitos que a forma de governabilidade correntemente adotada no regime democrático brasileiro pós-1988 – destacando-se aqui a concentração de poder legislativo no Executivo e, notadamente, o uso cotidiano e sistemático de medidas provisórias (MPs) pelo Presidente da República –, pode gerar sobre o equilíbrio entre Executivo e Legislativo e, conseqüentemente, sobre a qualidade da democracia como um todo.

Devido, sobretudo, à amplitude das questões analisadas utilizo como método a exploração bibliográfica. Este método é levado a cabo por meio da identificação e análise de livros, monografias, teses, dissertações, publicações periódicas, bancos de dados, artigos e informações contidas em sítios da internet que tratam do tema. Como observa Gil (1994, p. 71) uma das grandes virtudes deste método é permitir ao “[...] investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”

Nesse sentido, defino os seguintes objetivos específicos: a) examinar sucintamente as chamadas interpretações pessimistas – representadas aqui pela obra de Mainwaring (2001) – e otimistas – representadas pelo trabalho de Figueiredo & Limongi (1999, 2007) – sobre a estabilidade, a governabilidade e a qualidade do regime democrático brasileiro pós-1988; b) descrever como teóricos da ciência política e da ciência jurídica – Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e Benitez (2002) respectivamente – interpretam as características e prováveis efeitos das MPs sobre a ordem democrática brasileira; c) analisar brevemente o conceito de estado de exceção em Schmitt (2006) e Agamben (2004) e; d) identificar e analisar a luz do conceito de estado de exceção algumas das principais características e efeitos que são atribuídos por Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e Benitez (2002) ao uso cotidiano das MPs.

2. O debate acerca da consolidação do regime democrático brasileiro pós-1988

Devido principalmente à configuração institucional peculiar da democracia brasileira contemporânea – produto, sobretudo, de uma combinação de presidencialismo com representação proporcional e federalismo – ela foi avaliada de formas muitas vezes contraditórias pelos diferentes cientistas políticos que dela se ocuparam. Contudo, apesar desta diversidade de interpretações, pode-se notar a coexistência de duas vertentes principais, as quais foram chamadas por Amorim Neto (2006) de pessimista e otimista. Segundo Amorim Neto (2006, p. 129), não obstante nos Estados Unidos da América (EUA) a interpretação pessimista ainda ser amplamente dominante, no

Brasil as concepções em torno das quais tem se estruturado o debate acadêmico sobre o regime democrático brasileiro pós-1988 foram estabelecidas tanto “[...] pela visão pessimista, defendida especialmente por Ames, Lamounier, Lima Junior e Mainwaring, [como pela] visão otimista, sustentada por Limongi e Figueiredo.”

Posicionando-se do lado pessimista do debate Mainwaring (2001) chegou à conclusão, por meio da análise da estrutura partidária brasileira, de que a democracia no país ainda é significativamente instável e problemática. Para Mainwaring (2001), apesar da tendência atual de se considerar que os partidos políticos tiveram sua importância reduzida, estes últimos ainda continuam sendo tanto os principais representantes políticos como os únicos agentes que tem acesso aos cargos eletivos nas democracias contemporâneas. Nesse sentido, Mainwaring (2001, p. 35) argumenta que o estudo do “[...] caso brasileiro sugere que a democracia tende a ser problemática se, depois de algum tempo de experiência com governos democráticos, um sistema partidário moderadamente institucionalizado não se desenvolve.” Para o autor, a ineficiência e instabilidade do sistema político brasileiro lançam raízes principalmente nessa fragilidade e baixa institucionalização da estrutura partidária (MAINWARING, 2001). Na leitura de Mainwaring (2002), os problemas gerados pela debilidade do sistema partidário e dos partidos brasileiros dificultam a governabilidade, limitam a representatividade popular e o accountability (responsabilização política), corroem a legitimidade democrática e favorecem o elitismo e a patronagem o que, por sua vez, afeta a qualidade da ordem democrática como um todo.

Indo numa direção oposta à de autores como Mainwaring (2001), do lado otimista do debate Figueiredo & Limongi (1999) argumentam que os dados empíricos estão longe de indicarem um comportamento partidário errático e, conseqüentemente, um sistema político tão inadequado e problemático como geralmente se tem atribuído ao Brasil. De acordo com Figueiredo & Limongi (1999, 2007), não há paralisia no processo decisório sendo, na realidade, o comportamento do plenário mais previsível e consistente do que por muito tempo se supôs na literatura. Uma das razões para este significativo disciplinamento está no fato de que a agenda dos trabalhos legislativos é “[...] decidida mediante um processo decisório altamente centralizado e controlado pelos líderes partidários, especialmente, via Colégio de Líderes e pelo presidente da República.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, p. 94). Na visão de Figueiredo & Limongi (1999), este controle ‘sobre o que e quando se vota’ restringiria o espaço aberto às práticas pautadas pelos interesses individualistas, imediatistas e “eleitóreiros” dos congressistas.

Um dos fatores responsáveis por essa concentração e centralização do processo decisório no âmbito legislativo está ligado à continuidade legal existente entre o período ditatorial e o atual regime democrático no que se refere às regras formais que regulamentam as relações Executivo/Legislativo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999). Diferentes dispositivos constitucionais – tais como à capacidade exclusiva de iniciar projetos de lei de em áreas essenciais, de editar decretos com força de lei (medidas provisórias), de emendar a Constituição, de solicitar urgência para seus

projetos de lei, etc. – implantados durante o regime militar, para aumentarem os poderes legislativos do Executivo foram, subsequentemente, incorporados na nova Constituição democrática brasileira de 1988 (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, 2007). Segundo Figueiredo & Limongi (2007, p. 147-148), “[...] toda a legislação produzida pelos militares para fortalecer o Poder Legislativo do Executivo foi incorporada pela nova Constituição. O Executivo hoje tem fortes poderes legislativos e de agenda.” Por isso, desde a Constituição de 1988 o Executivo tem sido o principal legislador na democracia brasileira (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999).

Dentre os dispositivos constitucionais herdados pelo Executivo do período ditatorial, o mais relevante é o decreto com força de lei. O decreto com força de lei é um poderoso instrumento de governo instituído pela ditadura militar que foi relativamente modificado pelos constituintes e incorporado na Constituição democrática de 1988 sob o nome de medida provisória (MP) (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, 2007). Segundo Figueiredo & Limongi (2007, p. 152), “a medida provisória é o instrumento legislativo mais poderoso à disposição do Executivo: ela garante ao presidente o poder unilateral de alterar o status quo já que entra em vigor imediatamente.”

Para Figueiredo & Limongi (2007), seria notadamente o poder de editar e reeditar MPs atribuído ao Executivo pela Constituição de 1988 [1] que – em uma interação complexa com outros aspectos institucionais – contribuiria para tornar possível a governabilidade e a estabilidade da democracia no país. Segundo eles, ao significativo aumento do poder legislativo do Executivo se somaria a atual estrutura organizacional do Congresso brasileiro, que tende a centralizar direitos e recursos nas mãos dos líderes partidários e do presidente da Câmara dos Deputados (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007). Os líderes partidários e o presidente da Câmara determinam a pauta legislativa, “[...] os procedimentos de convocação de votações, de apresentação de emendas e de tramitação em regime de urgência.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007, p. 154).

Assim, a conclusão geral de Figueiredo & Limongi (2007, p. 184) é que hoje a “[...] democracia brasileira é estável ou, o que quer que este termo signifique, está consolidada. Não se teme uma reversão autoritária.”

Não obstante as ressalvas feitas por certos pesquisadores a esta perspectiva [2], no presente artigo adotarei o argumento de Figueiredo & Limongi (1999, 2007) de que o regime democrático brasileiro contemporâneo está hoje relativamente estável e consolidado e de que isso se deve em parte à concentração de poder legislativo no Executivo que foi gerada pela incorporação de certos dispositivos constitucionais gestados no período ditatorial à Constituição de 1988. Nesse sentido, tendo em vista que as MPs são o instrumento legislativo mais poderoso que foi colocado pela atual Constituição nas mãos do Executivo, na próxima seção apresento duas interpretações distintas sobre as principais características e efeitos das MPs sobre a ordem democrática: uma proveniente do campo da ciência política e outra do campo da ciência jurídica.

3. As medidas provisórias e as fronteiras entre o político e o jurídico

Tal como todo objeto de pesquisa, as MPs são interpretadas segundo a perspectiva teórico-metodológica que norteia o procedimento de análise. Pela sua própria natureza socio-histórica as MPs são um *instituto* que ultrapassa as fronteiras entre o político e o jurídico e, conseqüentemente, os limites estabelecidos entre o campo da ciência política e o da ciência jurídica. Tendo isso em vista, nesta seção descrevo sucintamente como determinados teóricos pertencentes a cada um destes dois campos tendem a interpretar este controverso dispositivo constitucional [3]. A partir de uma breve exposição dos principais argumentos dos cientistas políticos Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e da jurista Benitez (2002), demonstro que as dimensões das MPs à que estes diferentes autores atribuem maior ênfase em suas análises são significativamente diversas.

3.1 As medidas provisórias na democracia brasileira contemporânea a partir de uma perspectiva política: o problema da estabilidade e governabilidade

No campo da ciência política Figueiredo & Limongi (1999, 2007) foram dois dos primeiros pesquisadores brasileiros a se dedicarem à análise dos padrões de relacionamento estabelecidos entre Executivo e Legislativo após a promulgação da Constituição de 1988 e, mais especificamente, de alguns dos efeitos gerados pelo uso cotidiano e sistemático de MPs pelo Executivo sobre a nova ordem democrática vigente no Brasil.

Apesar de atentarem para muitas das controvérsias relativas tanto ao complexo processo de introdução das MPs na Constituição de 1988 [4] como ao uso cotidiano e sistemático que tem sido feito delas [5], Figueiredo & Limongi (1999, 2007) argumentam que atualmente a democracia brasileira está consideravelmente consolidada e interpretam as MPs como um dos fatores que contribuíram efetivamente para isto. Na visão dos autores, a prerrogativa de editar e reeditar MPs possuída pelo Executivo associada ao seu poder e dos líderes partidários de determinar a agenda dos trabalhos legislativos, tem contribuído significativamente para a superação da fragmentação institucional e das forças centrífugas do sistema político e, conseqüentemente, para tornar mais governável e estável a democracia brasileira (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, 2007).

Alguns analistas políticos – como, por exemplo, Shugart & Carey (1992 apud FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007) – defendem que num regime democrático em que o Executivo tem muito poder legiferante, este último tenderia a impor sua vontade ao Legislativo, ao invés de buscar a cooperação do mesmo, comprometendo desse modo o processo de deliberação. Porém, para Figueiredo & Limongi (2007) esta ampliação dos poderes do Executivo não significa que ele possa impor sua decisão de forma unilateral sobre o Legislativo, já que, a vontade da maioria do Congresso não poder ser contornada. Isso significaria, na verdade, que na democracia brasileira contemporânea o governo e a sua maioria no Legislativo agem muitas vezes de forma conjunta e articulada. Segundo os autores supracitados:

Em um sistema multipartidário, onde governo de coalizão majoritária é o padrão dominante, instituições dotando o presidente e os líderes partidários de poderes de agenda podem

servir como instrumento para facilitar a coordenação entre membros da coalizão e aumentar a cooperação com o Executivo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007, p. 148).

Assim, contra os argumentos da usurpação do poder legiferante do Legislativo por parte do Executivo ou mesmo da abdicação deste poder do primeiro em favor do segundo, Figueiredo & Limongi (1999) propõe interpretar a concentração de poder legislativo no Executivo, mesmo via MPs, como uma ‘delegação de autoridade’ do Legislativo para o Executivo. De acordo os autores, “o processo decisório na atual democracia brasileira caracteriza-se por um alto grau de delegação de poderes do Congresso para o Executivo e, no interior do Congresso, dos parlamentares para os líderes partidários.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007, p. 149).

Desse modo, poder-se-ia dizer que apesar de terem em vista muitos dos problemas que são relacionados às MPs, Figueiredo & Limongi (1999) defendem que elam tem sido um elemento essencial para a governabilidade e estabilização do sistema político brasileiro.

3.2 As medidas provisórias na democracia brasileira contemporânea a partir da uma perspectiva jurídica: o problema da constitucionalidade

No campo da ciência jurídica Benitez (2002) é uma pesquisadora brasileira que faz importantes contribuições para o entendimento de quais as consequências jurídicas que um uso indiscriminado de MPs pode acarretar sobre o equilíbrio e qualidade da ordem democrática. À luz do direito constitucional contemporâneo, a autora realiza uma análise crítica do uso que foi feito das MPs pelo Executivo no Estado democrático de direito brasileiro entre os anos 1988 e 2001.

Para Benitez (2002), apesar das MPs serem um instituto útil nas possíveis situações de urgência e necessidade, cada vez mais presentes nas sociedades contemporâneas, o uso indiscriminado que muitas vezes tem sido feito dele coloca em dúvida sua viabilidade no regime democrático brasileiro.

Em primeiro lugar, a autora questiona a compatibilidade das MPs com um sistema presidencialista de governo. Segundo ela, as MPs parecem não serem compatíveis com este tipo de regime, ao menos se não se trata de instituir previamente as “[...] adaptações a sua implantação e funcionamento, especificamente no que respeita as formas de controle para evitar um uso indiscriminado, tarefa desnecessária no sistema parlamentarista porque os princípios básicos de funcionamento do regime por si só já garantem essa segurança.” (BENITEZ, 2002, p. 227). Para ilustrar seu argumento de que ao contrário do regime presidencialista brasileiro, nos sistemas parlamentaristas as MPs tendem a funcionar a contento, Benitez (2002, p. 229) cita o exemplo do Estado italiano, onde o governo utiliza os *Provvedimenti Provvisori* [6] “[...] sob sua responsabilidade política, de maneira que, se o Parlamento não os aprova por terem sido tomados sem a devida urgência ou necessidade, isso manifesta desconfiança, o que pode gerar a queda do Gabinete, como já ocorreu.” Conforme a jurista, em contraste ao parlamentarismo italiano, no ‘sistema de governo do Executivo monocrático’ existente no Brasil as MPs podem ser instituídas

pela decisão única e exclusiva do Presidente da República, “[...] que por elas não responde politicamente perante o Poder Legislativo.” (BENITEZ, 2002, p. 229).

Em segundo lugar, no que diz respeito especificamente ao uso que é feito das MPs no Brasil, Benitez (2002, p. 238) argumenta que a prática cotidiana e sistemática de edição e reedição desse instituto por parte do Executivo viola os princípios basilares sobre os quais não só a Constituição de 1988, mas o próprio Estado democrático de direito brasileiro está assentado. De acordo com a autora, por serem uma objetivação das opções valorativas de uma nação nos âmbitos jurídico e político, os chamados ‘princípios constitucionais’ são tanto os elementos que norteiam como os que limitam as diretrizes e normas que podem ser introduzidas numa Constituição (BENITEZ, 2002). Por isso, para que uma norma seja constitucionalmente legítima ela não pode entrar em contradição com esses princípios básicos. Contudo, segundo Benitez (2002) é exatamente essa contradição entre princípios constitucionais e normas que tem ocorrido no caso do uso das MPs no Brasil.

Assim, por violar vários dos princípios básicos veiculados pela Constituição de 1988 – como o princípio de separação dos poderes, o princípio de supremacia da Constituição, o princípio democrático, o princípio de legalidade, princípio de igualdade, o princípio de segurança jurídica – o uso compulsivo que no Brasil tem sido feito das MPs é interpretado por Benitez como um “[...] verdadeiro golpe à Constituição [...]” (BENITEZ, 2002, p. 238),

4. O estado de exceção como paradigma de governo

Como foi demonstrado na seção anterior, apesar de chamarem atenção para aspectos muito importantes das MPs e seus efeitos, tanto a leitura de Figueiredo & Limongi (1999, 2007) quanto a de Benitez (2002) são (assim como toda interpretação sobre uma questão) necessariamente parciais. Enquanto Figueiredo & Limongi (1999, 2007) atribuem uma importância menor ao fato de que o uso que é feito atualmente das MPs no Brasil contribui para minar os fundamentos legais – notadamente, os princípios constitucionais – da democracia, Benitez (2002) não enfatiza que estas são de fato um instrumento constitucional que tem contribuído consideravelmente para a governabilidade e a estabilização da ordem política atualmente vigente.

Contudo, como articular e tentar ir além dessas duas perspectivas que são em grande medida antagônicas? Como supracitado, proponho que o conceito de Estado de exceção pode ser de grande ajuda nessa empreitada; ela será o ponto sobre o qual articularei minha interpretação sobre os argumentos jurídicos e políticos sobre as MPs. Nesse sentido, apresento a seguir tanto a análise de Schmitt (2006) como de Agamben (2004) sobre o estado de exceção.

4.1 O conceito jurídico-político de estado de exceção em Carl Schmitt

Como observa Agamben (2004), em razão do estado de exceção se situar na ‘zona de indeterminação’ entre a política e o direito ele torna-se um fenômeno de difícil definição. Nesse sentido, segundo ele a “[...] tentativa mais rigorosa de construir uma teoria do estado de exceção é obra de Carl Schmitt [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 53). Schmitt foi não apenas um dos primeiros e

mais influentes juristas a estabelecer uma definição explícita do estado de exceção, como ainda colocou este conceito no centro de suas reflexões sobre as relações entre soberania, direito e política.

No seu livro *Teologia Política (Politische Theologie)* publicado em 1922, Schmitt busca, sobretudo, inscrever o estado de exceção – fenômeno considerado essencialmente político, ou seja, extrajurídico – na própria ordem jurídica (AGAMBEN, 2004). Segundo Schmitt (2006), o estado de exceção é um conceito geral da teoria de Estado que se refere à suspensão (total ou parcial) da lei que ocorre dentro da própria ordem jurídica ou, mais precisamente, à suspensão da lei que é levada a cabo com o objetivo de conservação do regime jurídico-político vigente; o estado de exceção é a instauração de uma zona anômica (sem lei) que está simultaneamente dentro e fora do *nomos* (lei). Como afirma Agamben (2004, p. 39):

Na verdade, o estado de exceção não é nem exterior nem interior ao ordenamento jurídico e o problema de sua definição diz respeito a um patamar, ou a uma zona de indiferença em que dentro e fora não se excluem mas se indeterminam. A suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é (ou, pelo menos, não pretende ser) destituída de relação com a ordem jurídica.

De acordo com Schmitt (2006), a importância do conceito de estado de exceção reside, sobretudo, no fato de que a soberania é total e necessariamente atrelada a ele (SCHMITT, 2006). Na visão do jurista alemão, o fio que conecta o estado de exceção à soberania é a decisão. Ao fim e ao cabo, é a decisão sobre o caso excepcional, é a decisão sobre quando e por que deve ser instituído o estado de exceção o que define, segundo Schmitt (2006), quem é realmente o soberano em um regime jurídico-político. Como afirma Agamben (2010, p. 22), para Schmitt o soberano é “[...] aquele no qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de proclamar o estado de exceção e de suspender, deste modo, a validade do ordenamento [...]”.

Por sua vez, é a decisão do soberano que permite que este fenômeno extrajurídico chamado de estado de exceção possa ser ancorado na ordem jurídica. Por isso, “[...] o soberano se coloca fora da ordem jurídica normalmente vigente, porém a ela pertence, pois ele é competente para a decisão sobre se a Constituição pode ser suspensa *in toto*.” (SCHMITT, 2006, p. 8). Assim, para Schmitt (2006, p. 13), o estado de exceção é o momento em que o Estado e a Constituição revelam sua diferença irreduzível, já que, “[...] nessa situação, fica claro que, em detrimento do Direito, o Estado permanece.” Na vigência do “[...] estado de exceção, o Estado suspende o Direito por fazer jus à autoconservação [...]” (SCHMITT, 2006, p. 13).

4.2 A história do estado de exceção segundo Giorgio Agamben

No seu livro *Estado de exceção (Stato di eccezione)* publicada em 2003, Agamben (2004) recupera a teoria schmittiana de estado de exceção e aplica-a ao caso das democracias contemporâneas. Segundo o filósofo italiano, o termo estado de exceção (*Ausnahmezustand*) é originário da doutrina jurídica alemã, mas em outras tradições como a italiana, francesa e anglo-

saxônica também foram cunhados termos análogos, tais como: decreto de urgência, estado de sítio (político ou fictício), lei marcial e poderes emergenciais (AGAMBEN, 2004).

Neste livro Agamben (2004, p. 15) utiliza “[...] o sintagma “estado de exceção” como termo técnico para o conjunto coerente de fenômenos jurídicos que se propõe a definir.” O autor argumenta que longe de ser neutra, “[...] a escolha da expressão “estado de exceção” implica uma tomada de posição quanto à natureza do fenômeno que se propõe a estudar e quanto à lógica mais adequada a sua compreensão.” (AGAMBEN, 2004, p. 15). Segundo Agamben (2004, p. 15):

Se exprimem uma relação com o estado de guerra que foi historicamente decisiva e ainda esta presente, as noções de “estado de sítio” e de “lei marcial” se revelam, entretanto, inadequadas para definir a estrutura própria do fenômeno e necessitam, por isso, dos qualificativos “político” ou “fictício”, também um tanto equívocos. O estado de exceção não é um direito especial (como o direito da guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou seu conceito-limite.

Inspirando-se em Schmitt (2006), Agamben (2004) reconhece que o estado de exceção tem acompanhado (de forma explícita ou implícita) diferentes regimes jurídico-políticos, mas argumenta que somente hoje ele atingiu seu pleno desenvolvimento. Segundo Agamben (2004), atualmente ocorre um intenso processo de expansão e de “radicalização” deste instituto como um método ordinário de governo, de modo que, cada vez mais, a exceção tem tornado-se a regra. Como afirma Agamben (2004, p. 13), o “[...] deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo cotidiana”, tem cada vez mais tornado o estado de exceção “[...] o paradigma de governo dominante na política contemporânea.”

Como demonstra Agamben (2004), a utilização de decretos com força de lei (um dos principais instrumentos do estado de exceção) tem sua origem histórica em situações emergenciais e/ou excepcionais, tais como insurreições, guerras ou crises. Nesse sentido, na Grécia e na Roma antigas já existiam mecanismos semelhantes aos decretos com força de lei, que em caso de necessidade, deveriam concentrar todos os poderes nas mãos de um líder, ou grupo, para que este pudesse tomar as decisões pertinentes com a unidade e a velocidade que a situação exigia, sendo que terminado o período de emergência essa concentração de poder deveria ser suspensa, e o estado normal de direito restabelecido.

Contudo, apesar da existência desses mecanismos congêneres na antiguidade, na visão de Agamben (2004) o estado de exceção, tal como existe hoje, é uma criação da moderna tradição democrático-revolucionária. Para ele, é somente com o surgimento da democracia moderna que o estado de exceção “[...] tende a ser incluído na ordem jurídica e a apresentar-se como verdadeiro “estado” da lei.” (AGAMBEN, 2004, 43).

Para Agamben (2004, p. 19), um dos aspectos primordiais do estado de exceção moderno é “[...] a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário [...]. Na visão do filósofo italiano, foi notadamente a partir das duas guerras mundiais que se intensificou o processo de concentração dos poderes legiferantes no Executivo e, conseqüentemente, a “erosão dos poderes legislativos do Parlamento, que hoje se limita, com frequência, a ratificar disposições promulgadas pelo executivo sob a forma de decretos com força de lei [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 19).

Segundo Agamben (2004), foi durante a Primeira Guerra Mundial e nos anos que a seguiram que ocorreu em países democráticos como a França a experimentação e o aperfeiçoamento de alguns dos principais dispositivos funcionais do estado de exceção moderno e, notadamente, dos decretos com força de lei emitidos pelo Executivo. Agamben (2004, p. 29) também argumenta que foi a partir da Primeira Guerra que se pôde observar nas democracias ocidentais à tendência crescente dos governos “[...] de fazer coincidirem a emergência político-militar e a crise econômica.” Como afirma o autor, como era “[...] previsível, a ampliação dos poderes do executivo na esfera do legislativo prosseguiu depois do fim das hostilidades e é significativo que a emergência militar então desse lugar a emergência econômica por meio de uma assimilação implícita entre guerra e economia.” (AGAMBEN, 2004, p. 26). Assim, na leitura de Agamben (2004) atualmente a emergência econômica tende muitas vezes a assumir o lugar da emergência político-militar como a principal razão da instituição do estado de exceção.

Na Segunda Guerra Mundial, por sua vez, o estado de exceção vigorou na Alemanha nazista durante cerca de doze anos sendo todo poder incorporado no Führer. Do mesmo modo, como demonstram Berthon & Potts (2008), durante a Segunda Guerra até mesmo nos EUA e na Grã-Bretanha, que eram consideradas algumas das nações mais democráticas da época, todos os poderes legislativos também foram concentrados nas mãos no Executivo que, nesse caso, eram o presidente F. D. Roosevelt e o primeiro-ministro W. Churchill respectivamente.

Segundo Agamben (2004), um dos principais pressupostos básicos que justificam a instauração do moderno estado de exceção é o de que se for preciso deve-se suspender o Estado democrático de direito para se salvar a democracia. Para os juristas adeptos dessa linha de raciocínio – que pode ser sintetizada no antigo adágio latino *necessitas legem non habet* (“a necessidade não tem lei”) –, como Santi Romano, Hauriou e Mortati, a necessidade ao mesmo tempo em que não reconhece nenhuma lei, também cria sua própria lei (AGAMBEN, 2004). Contudo, como bem observa Ballardore-Pallieri (1970 apud AGAMBEN, 2004), a situação de necessidade, urgência ou exceção longe de ser um fenômeno puramente objetivo, pressupõe fundamentalmente um julgamento subjetivo de valor; ao invés de estarem dadas de antemão, as situações “[...] necessárias e excepcionais são, é evidente, apenas aquelas [...] que são declaradas como tais.” (AGAMBEN, 2004, p. 46). Por isso, a tentativa de solucionar “[...] o estado de exceção no estado de necessidade choca-se, assim, com tantas e mais graves aporias quanto o fenômeno que deveria explicar.” (AGAMBEN, 2004, p. 46). Tal como o estado de exceção, “[...] a necessidade se

reduz, em última instância, a uma decisão [...]” (AGAMBEN, 2004, p. 47, grifo meu). Desse modo, o que de fato institui o estado de exceção não é nem o direito nem a necessidade, mas sim, um ato político, a decisão do soberano.

5. Possíveis “pontos de contato” entre o estado de exceção e as medidas provisórias

À luz das análises de Schmitt (2006) e Agamben (2004) sobre o estado de exceção, nessa seção abordo algumas das principais considerações feitas por Benitez (2002) e Figueiredo & Limongi (1999, 2007) buscando chamar à atenção para alguns dos principais aspectos e efeitos que parecem ser inerentes ao uso de MPs no regime democrático brasileiro pós-1988.

Nesse sentido, argumento que o conceito de estado de exceção pode ser útil para a compreensão da democracia brasileira contemporânea não por que o Brasil é um ‘Estado de exceção e/ou possui um governo de exceção’ [7], mas sim, pelos paralelos que parecem existir entre as MPs (e o uso que é feito delas) e este instituto jurídico-político.

Em primeiro lugar, do mesmo modo que no caso do estado de exceção, os fatores usados para justificar e legitimar a “força de lei” que é conferida às MPs emitidas pelo Presidente da República (que por sua natureza jurídica não são leis) são a alegada relevância, urgência e necessidade da situação questão.

Em segundo lugar, as MPs também foram progressivamente transformadas, assim como o estado de exceção, de uma medida excepcional em uma técnica cotidiana e sistemática de governo (AGAMBEN, 2004; FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007).

Em terceiro lugar, tendo-se em vista, que é sobre matérias econômicas que versam grande parte da MPs (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007), pode-se dizer que a necessidade do uso de MPs é justificada principalmente pelas situações de urgência econômica. Dessa forma, tal como ocorreu progressivamente com o estado de exceção, o uso das MPs também possui significativas relações com as emergências e crises econômicas.

Em quarto lugar, o uso que é feito das MPs também tende a gerar no Brasil a “confusão” na separação dos três poderes do Estado democrático de direito, que é apontada por Agamben (2004) como típica das nações onde vigora o estado de exceção, o que coloca em xeque não somente o equilíbrio entre o Executivo e o Legislativo, como a própria soberania popular (BENITEZ, 2002).

Em quinto lugar, a constante atribuição de força de lei as medidas legislativas excepcionais emitidas pelo Executivo, que por sua natureza jurídica não são leis, tende a fazer com que o uso excessivo das MPs conduza, assim como também o faz o estado de exceção, a um progressivo ‘isolamento da força de lei com relação à lei’ (AGAMBEN, 2004).

Em último lugar, do mesmo modo que o estado de exceção, o uso ordinário das MPs e as constantes violações de diversos princípios constitucionais que ele acarreta (BENITEZ, 2002) também têm por fundamento último (e implícito) a ideia de que, na situação considerada de urgência ou emergência pelo soberano, o Estado necessariamente conserva sua superioridade frente à Constituição (SCHMITT, 2006, 2007).

Examino abaixo em mais detalhes cada um desses prováveis “pontos de contato” entre o estado de exceção e as MPs.

5.1 Crises econômicas e a “necessidade” do uso das medidas provisórias como uma técnica cotidiana de governo

A Constituição brasileira de 1988 estabelece através do caput do Art. 62 que: “Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional.” Relaciona-se juridicamente, desse modo, o poder de adotar MPs com força de lei, possuído pelo Presidente da República, aos casos de relevância e urgência. Assim, tal como ocorre com o estado de exceção analisado por Agamben (2004), o elemento usado pra fundamentar a legitimidade e a constitucionalidade das MPs é a própria necessidade e urgência das situações a que elas são aplicadas.

Contudo, apesar de ser constitucionalmente autorizado e legitimado pelos casos de relevância e urgência, cada vez mais o uso das MPs tende a se apresentar não como uma medida excepcional, mas sim, como uma técnica ordinária de governo. À semelhança do estado de exceção moderno e do seu mais importante instituto, o decreto com força de lei, as MPs também se transformaram no Brasil “[...] de [um] instrumento derogatório e excepcional de produção normativa [...] em uma fonte ordinária de produção de direito.” (AGAMBEN 2004, p. 31). Como demonstram Figueiredo & Limongi (2007, p. 165), no Brasil atual “[...] a edição e reedição de MPs se tornaram parte cotidiana da implementação de políticas públicas.”

Nesse sentido, e apresentando grandes paralelos com a tendência histórica de progressiva conexão entre o estabelecimento do estado de exceção (e o concomitante emprego de decretos com força de lei) e às emergências de caráter econômico (AGAMBEN, 2004), os principais fatores práticos usados para justificar e legitimar o uso cotidiano e sistemático de MPs pelos presidentes brasileiros são os problemas econômicos do país. Assim, no Brasil atual a intensificação do uso de instrumentos legislativos extraordinários por parte do Executivo – dos quais às MPs são o caso exemplar – não está ligada a situações de emergência decorrentes da eclosão de guerras, pelo menos não de guerras entre Estados-nação. No Brasil democrático pós-1988, a guerra existente é notadamente econômica: o combate à inflação e às crises econômicas.

De fato, como demonstram Figueiredo & Limongi (2007), no Brasil as MPs tratam principalmente de questões econômicas. Como afirmam os autores: “A relação entre a edição de medidas provisória e a gestão macroeconômica fica ainda mais patente quando se analisa o uso do

recurso ao longo do tempo.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007, p. 163). Segundo eles, “[...] os picos de edição de medida provisória coincidem com planos de combate à inflação e as diversas crises que ameaçaram a estabilidade do real.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 2007, p. 163, grifo meu).

5.2 Medidas provisórias, soberania popular e o equilíbrio entre Executivo e Legislativo

No Brasil pós-1988, sendo o povo “[...] o titular da soberania popular, na vigência da democracia indireta transfere tal titularidade aos seus representantes eleitos, os quais compõem um dos três poderes do Estado, o Poder Legislativo.” (BENITEZ, 2002, p. 116). Contudo, apesar dessa definição não é ao Legislativo – tecnicamente o representante da vontade popular – que cabe a decisão sobre o uso das MPs, mas sim, ao Executivo. Isso suscita a questão da soberania popular, pois, como demonstra Schmitt (2006), o verdadeiro soberano de um sistema político é aquele que decide sobre quando e como deve ser instituído o estado de exceção. Nesse sentido, poder-se-ia questionar, por exemplo, se no Brasil pode-se considerar o povo o soberano, já que, é o Executivo e não o Legislativo quem decide quando, por que e como usar MPs [8]. Essa pergunta torna-se ainda mais complexa quando se leva em conta, por exemplo, o fato de que em longo prazo esse uso cotidiano e sistemático de MPs parece ter realmente contribuído para a superação da inflação e estabilização da economia e, conseqüentemente, para a melhoria das condições materiais de vida de muitos brasileiros [9].

Ligado a esse primeiro ponto está o fato de que, tal como no caso do estado de exceção, também se pode observar no Brasil uma “confusão” entre as funções desempenhadas pelo Legislativo e pelo Executivo, derivada do processo de concentração de poder legiferante no Executivo e, notadamente, do uso das MPs como uma técnica ordinária de governo. Como demonstram Figueiredo & Limongi (2007), é o Executivo – com 83% das leis aprovadas desde a instituição da Constituição de 1988 – o maior legislador do país e não o Legislativo.

Isso, por sua vez, suscita o problema dos efeitos do excesso de poder legislativo possuído pelo Executivo, e mais especificamente, do uso indiscriminado de MPs por parte deste último, sobre o equilíbrio jurídico-político entre os três poderes que compõem o Estado democrático de direito brasileiro. Como demonstrado, os efeitos dessa concentração de poder legiferante no Executivo, principalmente via MPs, são bastante complexos ou mesmo ambivalentes: de um lado viola diferentes princípios constitucionais, dentre os quais, o princípio constitucional de separação dos poderes e o princípio democrático (notadamente em sua acepção representativa) (BENITEZ, 2002) e por outro contribui para a governabilidade e, conseqüentemente, para a estabilização do sistema político (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, 2007).

5.3 Medidas provisórias, o ‘isolamento da força de lei em relação à lei’ e a insegurança jurídica

O uso cotidiano e sistemático de MPs também parece conduzir ao problema que Agamben (2004) chamou de progressivo ‘isolamento da força de lei em relação à lei’. Como afirma o Superior

Tribunal Federal (apud BENITEZ, 2002, p. 344), “[...] as medidas provisórias configuram, no direito constitucional brasileiro, uma categoria especial de atos normativos primários emanados do poder Executivo, que se revestem de força, eficácia e valor de lei.” Ou seja, as MPs são atos normativos que não são leis, mas que, no entanto, se ‘revestem com a força, eficácia e valor da lei’.

Segundo Agamben (2004, p. 60), o “[...] conceito “força de lei”, enquanto termo técnico do direito, define, pois, uma separação entre a vis obligandi ou a aplicabilidade da norma e sua essência formal, pela qual decretos, disposições e medidas, que não são formalmente lei, adquirem, entretanto sua “força”. Essa separação, por sua vez, expõe à luz o fato de que a aplicabilidade da lei – ‘enforceability of law’ – depende, em última instância, da força – ‘force’. Pois, como afirma perspicazmente Derrida (2010, p. 9), sem dúvida há “[...] leis não aplicadas, mas não há lei sem aplicabilidade, e não há aplicabilidade ou enforceability da lei sem força, quer essa força seja direta ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica –, coercitiva ou reguladora etc.”

Como demonstra Agamben (2004), o uso cotidiano do estado de exceção tende a apartar a lei constitucionalmente legítima de sua força, já que, nessa situação a regra é que a lei esteja em vigor, mas não se aplique (não tenha “força”), enquanto que atos que não tem valor de lei adquirem sua “força”. De acordo com o filósofo italiano, no caso extremo dessa apartação entre lei e força de lei, “[...] a força de lei flutua como um elemento indeterminado, que pode ser reivindicado tanto pela autoridade estatal (agindo como ditadura comissária) quanto por uma organização revolucionária (agindo como ditadura soberana).” (AGAMBEN, 2004, p. 61).

Segundo depreende-se da análise de Benitez (2002), a separação entre lei e força de lei causada pelo uso compulsivo de MPs no Brasil, coloca o país muitas vezes em uma situação de insegurança jurídica. Como defende a jurista, o uso excessivo de MPs por parte do Executivo fere o princípio de segurança jurídica, ou seja, a previsibilidade, a clareza e a durabilidade do direito. Os cidadãos passam a não saber exatamente quais leis estão vigorando e quais não, fato este que resulta muitas vezes num quadro de insegurança jurídica. Porém, segundo Benitez (2002, p. 326),

é justamente pelo elemento surpresa que muitas medidas provisórias obtiveram sucesso, isto do ponto de vista dos que a emitiram. Muitas medidas operam sim enquanto “ferramentas de política surpresa”, o que fulminava de pronto qualquer chance de previsibilidade do conteúdo que veiculavam.

5.4 Medidas provisórias e a superioridade do Estado frente à Constituição

Como demonstra Benitez (2002) entre 1988 e 2001 o uso compulsivo de MPs levou a violação dos princípios constitucionais basilares do Estado democrático de direito brasileiro – tais como, o princípio da legalidade e anterioridade, o princípio de separação dos poderes, o princípio de justiça social, o princípio de supremacia da Constituição, o princípio de proteção jurídica, o princípio democrático, o princípio de legalidade, princípio de igualdade, o princípio de segurança

jurídica – o que, por sua vez, configura-se como um “[...] verdadeiro golpe à Constituição [...]” (BENITEZ, 2002, p. 238),

Por analogia ao estado de exceção, mostrou-se tanto que o uso das MPs é justificado e legitimado constitucionalmente pela urgência e relevância das próprias situações em que essas medidas são aplicadas (urgência e relevância que são definidas pelo soberano, ou seja, pelo Presidente da República), como que de um ponto de vista prático essa urgência e relevância é predominantemente de cunho econômico.

Contudo, o que legitimaria, em última instância, o uso das MPs como técnica ordinária e muitas vezes inconstitucional de governo na democracia brasileira pós-1988? Mais uma vez, a analogia com o estado de exceção pode ser esclarecedora. Segundo Schmitt (2006; 2007), durante o estado de exceção o direito e Estado revelam sua autonomia conceitual e prática e sua diferença irreduzível, já que, nessa situação, o primeiro é suspenso para que o segundo possa permanecer. Desse modo, no estado de exceção o Estado mostra claramente a supremacia de sua existência frente à da Constituição vigente.

Um raciocínio semelhante pode ser usado para se compreender o fundamento último, a ultima ratio da legitimidade que muitas vezes é conferida ao uso cotidiano das MPs. Em última instância, não é a urgência e, mais especificamente, a urgência econômica, mas antes, a própria conservação do Estado e da ordem estabelecida (do status quo), que legitima esse ‘verdadeiro golpe à Constituição’ que vem sendo desferido pelo uso excessivo das MPs. Assim, fere-se o Estado democrático de direito para salvar a democracia. Ou em outras palavras: violam-se diversos princípios constitucionais basilares [10] para se tornar possível a governabilidade e a estabilização da ordem democrática brasileira.

6. Considerações finais

À luz do que foi dito ao longo deste artigo, pode-se argumentar que o equilíbrio ótimo entre o Legislativo e Executivo num regime democrático concreto longe de estar dado a priori parece ser um elemento necessariamente condicional, ou seja, dependente tanto do sistema político que se está analisando como da perspectiva teórica que norteia o procedimento de análise. Nesse sentido, com base nas pesquisas de Figueiredo & Limongi (1999, 2007) e Benitez (2002) pode-se inferir que apesar de o equilíbrio entre estes dois poderes está bastante distante do constitucionalmente ideal, ele tende a favorecer a governabilidade e a estabilização do regime político como um todo. O mesmo vale para o uso que é feito das MPs (a mais poderosa arma legislativa possuída pelo Executivo): por um lado ele contribui para governabilidade e estabilização e, por outro, viola sistematicamente os princípios fundamentais da Constituição brasileira de 1988.

Posto isso, proponho que tanto o equilíbrio existente entre o Legislativo e o Executivo (que favorece o segundo em detrimento do primeiro), como o uso que é feito das MPs pelo Executivo

causam efeitos necessariamente ambivalentes sobre a complexa ordem democrática brasileira pós-1988. Nesse sentido, o uso do conceito de estado de exceção mostrou-se bastante útil no momento de se pensar a complexidade e ambivalência presentes nestes problemas.

Por fim, pode-se afirmar que apesar de sua alegada utilidade e eficiência, os métodos e dispositivos usados pelo regime democrático brasileiro pós-1988 para estabilizar-se e consolidar-se também podem ser – assim como o estado de exceção – altamente perigosos para a existência do mesmo. Eles podem acabar aproximando em demasia essa jovem democracia dos regimes políticos aos quais ela se diz diametralmente oposta. 🌀

NOTAS

* Aluno do 9º período do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista do projeto de extensão: “Quem tem medo dos transgênicos II?” – Professora orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia da Silva Mazon. Linhas de pesquisa: Sociologia Econômica e Sociologia da Ciência e Tecnologia. E-mail: leosociais2011@hotmail.com.

[1] Em 11 de setembro de 2001 entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 32 que alterou o Art. 62 da Constituição de 1988, relativo às MPs. Além de vedar a edição de MPs sobre certas matérias cuja iniciativa legiferante é considerada exclusiva do Legislativo (como direito penal ou o sequestro de bens financeiros pelo Estado), essa emenda também determina que elas somente podem ser reeditadas uma vez (BRASIL, 2001). Em compensação, o prazo de validade das MPs passou de 30 para 60 dias, ao final do qual, se não aprovada, à medida perde sua força de lei. Vale lembrar, que antes da promulgação da EC nº 32 o Executivo podia tanto promulgar MPs sobre quase qualquer matéria como ainda reeditá-las indefinidamente.

[2] Amorim Neto (2006), por exemplo, defende que apesar de sua inegável importância para o debate atual, a análise levada a cabo por Figueiredo & Limongi (1999, 2007) tende a ser demasiado otimista quanto ao nível de estabilidade e consolidação da democracia brasileira pós-1988. Segundo Amorim Neto (2006, p. 141), esses autores “[...] parecem ter respondido aos pessimistas com um excessivo otimismo empírico, com base em medidas agregadas de produção legislativa.”

[3] Vale ressaltar, que outros teóricos pertencentes a estes dois campos podem ter interpretações diferentes sobre as MPs. Nesse sentido, as interpretações abordadas nesse trabalho são apenas duas de uma multiplicidade.

[4] Figueiredo & Limongi (1999) demonstram como o processo de elaboração do texto relativo às MPs é bastante ambíguo. Segundo os autores, no decorrer da feitura da Constituição de 1988 não foi realizado, até onde se sabe, “[...] qualquer pronunciamento favorável a manutenção do decreto-lei. Ao mesmo tempo, por contraditório que possa parecer, poucos constituintes defenderam que a nova Carta deveria abolir toda e qualquer forma de poder legislativo extraordinário do executivo.” (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, pp. 128-129).

[5] Os Provisórios são o instituto italiano congênere das MPs (BENITEZ, 2002).

[6] Um dos exemplos mais conhecidos sobre o uso indiscriminado desse instituto que é citado pelos autores é o da queda-de-braço entre Executivo e Legislativo que terminou com a promulgação pelo presidente Fernando Collor de Mello da MP nº 168, que estabeleceu um limite aos saques à poupança (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, p. 141). Como se sabe, essa MP foi extremamente impopular e suscitou muitas críticas.

[7] Devido, sobretudo, a forte conotação política que nos últimos anos tem lhe sido atribuído, o termo estado de exceção é muitas vezes interpretado de maneira errônea. Como foi mostrado, esse conceito se refere muito menos a uma ‘unidade política de exceção’ (um ‘Estado-nação de exceção’)

do que a um instituto jurídico-político que possui congêneres em qualquer sistema político contemporâneo. Nesse sentido, poder-se-ia pensar no estado de exceção como uma espécie de tipo-ideal do objeto que se procura aqui analisar (i. e. as MPs).

[8] Este questionamento crítico não deve levar a esquecer que as MPs existem porque a Assembléia Constituinte de 1988 as criou para ser um substituto “democrático” do decreto-lei e que, em última instância, elas ainda permanecem como um poderoso instrumento legiferante do Executivo porque o Legislativo aceita-as como tal. Além disso, como mencionado acima, a Emenda Constitucional nº 32 de 2001 estabeleceu limites mais rigorosos ao uso das MPs pelo Executivo, tais como a impossibilidade de legislar em certas matérias primordiais como os direitos políticos, a cidadania e os princípios básicos da Constituição, o limite de apenas uma prorrogação pelo período de 60 dias (antes uma MP podia ser reeditada indefinidamente) e uma forma de tramitação na qual o decurso de prazo favorece o Legislativo (uma MP que não for convertida em lei no prazo de 60 dias, prorrogável uma vez pelo mesmo período, perde automaticamente sua força-de-lei). Do mesmo modo, nenhum mecanismo constitucional impede que as MPs sejam definitivamente abolidas pelo Congresso Nacional, fato este que poderia ser usado para reforçar o argumento de autores como Figueiredo & Limongi (1999, 2007) de que o Legislativo apenas delegou – por meio das MPs – parte seu poder legiferante ao Executivo e que tal delegação pode ser retirada a qualquer momento. Logicamente, estas importantes ressalvas, apesar de relativizarem e complexificarem a analogia entre o estado de exceção e as MPs, não invalidam o procedimento comparativo.

[9] Refiro-me aqui, sobretudo, ao Plano Real que foi um marco tanto no combate à inflação e na estabilização da economia brasileira quanto no número de edições e reedições de MPs pelo Executivo (FIGUEIREDO & LIMONGI, 1999, 2007).

[10] Como supracitado, apesar de na prática as MPs muitas vezes violarem os princípios constitucionais da democracia brasileira, elas são formalmente previstas pela Constituição de 1988 como um instrumento legiferante para ser usado pelo Executivo em situações que sejam consideradas de urgência e relevância. A legislação vigente no Brasil, contudo, não estabelece quais as características definidoras dessas situações de modo que na prática fica a cargo do Executivo decidir em quais contextos se faz necessário o uso das MPs. Por outro lado, também se deve ter em vista que, fica a critério do Legislativo aceitar ou não as decisões do Executivo por meio da aprovação ou rejeição das MPs e do Judiciário avaliar a constitucionalidade das novas normatizações que forem colocadas em vigor. Estes fatores, eles próprios significativamente contraditórios, apenas parecem demonstrar a grande complexidade e ambivalência das MPs.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

AMORIM NETO, Octavio. Estratégias presidenciais, padrões de governança e disciplina partidária no Brasil pós-Consituente. In: **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer/FGV Editora, 2006, pp. 121-146.

BENITEZ, Maria Gisela Bester. **O uso de medidas provisórias no Estado democrático de direito brasileiro**: análise crítica à luz do direito constitucional contemporâneo. Tese de doutorado em Direito do PDPC-UFSC: Florianópolis, SC, 2002.

BERTHON, Simon & POTTS, Joanna. **Os senhores da guerra**: Hitler, Stalin, Churchill e Roosevelt. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Senado, 1998.

_____. Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001. **Diário Oficial da União**, 12 de setembro de 2001, Seção 1, pp. 1-4.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**: o fundamento místico da autoridade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: MELO, Carlos R. & SÁEZ, Manuel. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 147-198.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV Editora, 2001.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Recebido em 28 de maio de 2012

Aprovado em 22 de junho de 2013

NÃO NOS REPRESENTA!**IMANÊNCIA E TRANSCENDÊNCIA NA ONTOLOGIA POLÍTICA DO
OCUPA RIO**

DON'T REPRESENT US!

IMMANENCE AND TRANSCENDENCE IN THE POLITICAL ONTOLOGY OF OCCUPY
RIO*Caio Pereira Lobato**

Cite este artigo: LOBATO, Caio Pereira. Não nos representa. Imanência e transcendência na ontologia política do Ocupa Rio. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.136-156, Junho. 2013. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de Junho. 2013

Resumo: O presente artigo articula uma interpretação da teia de significados que permeia a cosmologia política interna ao Ocupa Rio – movimento carioca de organização pré-figurativa iniciado na esteira do Occupy e dos Indignados espanhóis. Partindo deste contexto, analisa a proposta inerente ao movimento de uma política para além da tríade de relação comando-obediência, coerção e representatividade. Assim, descreve e caracteriza duas tendências político-ontológicas, uma para a transcendência – imbricada em ideias como representatividade, soberania, verticalidade, votação majoritária e demandas – e outra voltada para imanência – se contrapondo através de “democracia real”, autonomia, horizontalidade, consenso e ação direta. Baseia-se em experiências fornecidas por observação participante e materiais produzidos pelo próprio movimento.

Palavras-chave: Imanência política, representatividade, movimentos sem liderança formal, Occupy, Antropologia

Abstract: The present article articulates an interpretation of the web of meanings that permeate the political cosmology internal to the Ocupa Rio – movement of prefigurative organization initiated on the wake of Occupy and Spanish Indignados. From this context, it analyzes the proposal inherent to the movement of politics beyond the commandment-obedience relation, coercion and representation triad. It describes and characterizes two political-ontological tendencies, one towards transcendence – imbricated in ideas such as representativeness, sovereignty, verticality, majoritarian election and demands - and the other apropos immanence – opposing itself through

“real democracy”, autonomy, horizontality, consensus and direct action. It is based on experiences provided by participant observation and materials produced by the movement.

Keywords: Politic immanence, representativeness, movements without formal leadership, Occupy Rio, Anthropology

Le pouvoir politique comme coercion (ou comme relation de commandement-obéissance) n'est pas le modele du pouvoir vrai, mais simplement un cas particulier.

Pierre Clastres, **La Société contre l'État**, 1974

1. Introdução

Em meio a abalos globais, 2011 foi um ano ímpar. De forma inesperada, - que aos mais nostálgicos remetia a 68 - por todo o globo surgiram diversos movimentos políticos contestadores da ordem estabelecida em seus países - revoltas da “Primavera Árabe”, Occupy, Indignados espanhóis, black blocs gregos etc. Tais movimentações não deixaram intactas nossas praias e, em 22 de outubro, levantavam-se barracas numa ocupação “apartidária, mas não apolítica” em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro. Concebido via internet e nascido em meio à Cinelândia, tinha início o movimento Ocupa Rio. Agremiando punks, secundaristas, universitários, aposentados, *hippies*, moradores de rua, ativistas, artistas, mídia independente, hackers, funcionários públicos, indígenas, anarquistas, etc., se apresentava como uma experiência singular de socialização que ousava se estabelecer sem autorização em meio ao espaço público.

E assim seguiu em meio a constantes transformações, permanecendo na praça como “manifestação permanente” até a remoção perpetrada pela PM no dia 4 de dezembro. Persistiu em uma nova fase como organizador de debates e atividades lúdicas, apenas para renascer brevemente como ocupação ilegal contestatória em meio às múltiplas atividades do Rio +20. Segue ainda hoje como uma rede fluida de ativistas mobilizados via internet e que articula manifestações em datas globais de ativismo e em torno de questões locais como as tentativas de desocupação do antigo Museu do Índio. Dentre as mais diversas temáticas que ambiente tão rico pode propiciar, este artigo procura realizar um exercício interpretativo no qual discursos, símbolos, ações e rituais de dentro do movimento possam ser colocados em um contexto de significação apropriado.

Portanto, passa longe de meus intentos primar por uma narrativa pormenorizada e linear dos principais fatos. Tenciono aqui executar em pequena escala a tarefa etnográfica de dar conta da lógica implícita num modo de vida com seus mitos e rituais; de capturar o significado de um conjunto de práticas; de compreender e articular as relações de uma visão de mundo e um *ethos* (GEERTZ, 1973) que - mesmo tendo um caráter por vezes mais implícito e diretamente sentido do que explicitamente e conscientemente articulado - são próprios ao grupo estudado.

Nesta procura, dou origem a uma ficção; uma ficção não em seu sentido de falsidade ou de irrealdade, mas em sua acepção de algo fabricado, construído: ensaio uma ontografia do político. Estendo aqui a esta palavra o sentido de esfera de atividades que compreendem tentativas de controlar ou influenciar as ações de outros humanos. Ensaio traduzir a mistura de reflexões e intuições que perfazem a cosmologia política do movimento em duas possibilidades ontológicas. A primeira se articula numa recusa radical à autoridade e na negação absoluta do poder; coloca-se como interna ao movimento e fala a linguagem de *imanência*. Quanto à segunda, não tenho pretensões a identificar sua localização real em um local específico pela falta de material empírico – mesmo acreditando que exista em correspondência parcial a instituições hierárquicas estatais, empresariais e da sociedade civil organizada. Constituo-a como um contraponto teórico à primeira; como o antípoda cosmológico a aparecer nas ações e símbolos dos próprios ocupantes. Constituindo-se numa lógica representativa e verticalizada, é construída numa linguagem de *transcendência* e ressoa em teorias políticas como a de Hobbes e no entendimento weberiano sobre o poder. Mas não nos adiantemos.

2. Metodologia da pesquisa, ou como me relacionei com o objeto de análise

Como fontes para composição deste ensaio, utilizei primordialmente minha vivência em campo, obtida durante toda a duração da acampada na Cinelândia em participações intensas e diárias no próprio movimento, inclusive com algumas noites passadas acampando. Contudo, num processo confessional, diria que esta abordagem estava mais perto de uma participação-observante do que propriamente de uma observação participante. Tomei contato primordialmente por interesses pessoais, não motivados por uma pesquisa. Logo em seguida, percebi a riqueza etnográfica propiciada por um grupo de tal heterogenia, que se movimentava de forma “crítica ao capitalismo e à democracia representativa” e em direção à “construção de um novo mundo”. Pretendia fazê-lo em meio às mais variadas atividades sempre abertas ao público, como oficinas de palhaçaria, performances teatrais, aulas de origami, rodas de “anarcofunk”, grupos de ação direta, coletivos de alfabetizadores voluntários, estabelecimento de uma biblioteca pública, discussões sobre Belo Monte e Copa do Mundo, shows de bandas de fanfarra, oferta grátis de comida vegana, manutenção de canteiros da praça, cineclubes abertos, workshops de estêncil, rodas de capoeira, aulas de violão, assembleias, oficinas de pipas, passeatas, *sit-ins*, bloqueios etc. – tudo em meio à Cinelândia. Neste sentido, tomei parte enquanto participante, mas construindo formas específicas de observação e reflexão sobre o que se sucedia. Utilizava minha experimentação como um meio a serviço da observação.

Saliento que, ao menos no presente caso, tal nível de aproximação não consistiu em uma fraqueza, muito pelo contrário. Fui exposto a uma densidade de relações, materiais, afetos e dinâmicas que só seria possível em tal nível de engajamento, por motivos como uma forte “cultura

de segurança”, - algo que alguns informantes entendiam como se proteger de possíveis incriminações ao evitar tratar de certos assuntos com desconhecidos. As intensidades permitidas por estar afetado me expunham a uma riqueza e vivacidade das subjetividades interiores às dinâmicas únicas de tal ambiente - o qual Turner não hesitaria em chamar de *communitas* (TURNER, 1969). Em última instância, chamo atenção para os quatro traços distintivos descritos por Favret-Saada (FAVRET-SAADA, 1990) acerca de uma etnografia na qual o etnógrafo se aproxima de tal forma.

Esta não seria mais do que uma variação – ainda que talvez mais aprofundada – das questões em torno da objetividade da proximidade etnográfica; aquilo que Evans-Pritchard chama de *feeling black* (EVANS-PRITCHARD, 2005) Os principais problemas levantados por tal nível de aproximação puderam ser colocados em suspensão, senão até mesmo totalmente afastados, por meio de anotações descritivas, um olhar focado para as questões antropológicas e do próprio transcorrer do tempo. O distanciamento de mais de um ano entre a experiência vivida no que talvez tenha sido o ápice do movimento e a análise reflexiva metodológica não se demonstra uma fraqueza, muito pelo contrário; permitiram-me completar a transformação de um participante que observa num analista crítico – *to go researcher*.

Desta época, além das experiências e anotações próprias, tenho à disposição diversos relatos, atas, discussões e vídeos disponibilizados no próprio site do movimento e em blogs e algumas entrevistas não padronizadas realizadas com diversos participantes – provenientes de panos de fundo sociais distintos e que se engajaram em momentos, intensidades e formas diferentes no movimento – e realizadas em momentos diferenciados, antes e depois do fim da acampada. Passemos, portanto, à análise do primeiro caso.

3. A primeira tentativa de desocupação – o choque entre concepções imanentes e transcendentais

Transcorria o dia 23 de outubro. Domingo seguinte à primeira noite de acampamento, em torno de 30 ativistas se espalhavam pela praça – com predomínio de jovens próximos aos vinte e cinco anos. A maioria se dividia em grupos, cada um contando cerca de cinco pessoas. Destes, a maior parte se tratava dos chamados “Grupos de trabalho” [1]. O restante cuidava da organização das barracas, produziam cartazes, improvisavam músicas ou mesmo simplesmente conversavam. Por volta do meio-dia, um micro-ônibus e duas viaturas do Grupamento de Operações Especiais da Guarda Municipal estacionavam em plena Rio Branco. Esvaziaram-se, e cerca de doze guardas se posicionaram em linha na lateral da ocupação. Não bem faziam dois dias de acampada e iniciava-se a primeira tentativa de desocupação por parte de uma força policial. O comandante de tal força, sozinho, se aproximou dos ocupantes mais próximos, reunidos em círculo numa reunião. Foi neste instante que, percebendo a situação, deixei de percorrer os diversos grupos e me aproximei para observar.

O guarda demandava saber quem era o líder. Os ocupantes retrucavam dizendo que não tinham líderes. O guarda exigia então representantes, ao que os ativistas respondiam não os ter e que não funcionavam assim. O oficial voltava a realizar suas exigências, afirmando que tinha que entregar uma ordem de despejo, mas só o fazia aos representantes. E os ocupantes mantinham o mesmo discurso, num eterno ritornello. Rapidamente tomando par dos acontecimentos, todos os ocupantes presentes no acampamento se reuniram em torno do guarda, com falas uníssonas a de seus companheiros. Rapidamente, foi proposta e armada uma assembleia em torno do policial – mesmo apesar dos protestos deste. Sentaram-se todos à volta de seu algoz. Vendo sua voz ecoada por todos num “microfone humano” [2], o homem se viu obrigado a seguir o modelo dos ocupantes.

O oficial afirmou vir entregar uma ordem de despejo em nome da prefeitura “mas só posso falar do que se trata com um representante”. Um ativista, tendo a voz amplificada por todos os presentes, afirmou que “não temos representantes. Se veio nos informar sobre uma ordem de despejo, nos informe”. Desistindo por fim de suas expectativas iniciais, o guarda, a esta altura já falando frases curtas para se enquadrar ao microfone humano, respondeu explicando pormenorizadamente a ordem de despejo, que agia com bases em uma lei municipal que proibia acampamento em área pública, e que, frente à resistência, iria executá-la. Todas as falas neste instante já estavam sendo amplificadas por uso do microfone humano, e assim continuariam até o fim da assembleia. Os ativistas revezavam-se de forma espontânea em turnos de fala, qualquer um tendo a liberdade de fazê-lo, ficando implícita somente a obrigação de esperar o fim da fala de outro. Questionavam o guarda acerca do artigo e justificavam a permanência da acampada como “manifestação do povo” e “pacífica”. Este aparentava se sentir intimidado e hesitava em retrucar. Mais ocupantes chegavam à assembleia, convocados via celular e internet por outros ativistas. Um destes era R. [3], ativista que posteriormente descobri ser ator e ter cerca de 20 anos, apareceu com uma cópia da Constituição brasileira e leu o inciso XVI do art. 5º [4], com repetições gradativamente mais entusiasmadas do coro. Logo em seguida, T. outro ativista de cerca de vinte anos - que depois descobri ser estudante de direito - iniciou sua fala afirmando ser participante do “GT Disjurídico” [5]. Afirmou que o GT, procurando garantir uma defesa para a acampada, decidiu por notificar a prefeitura da ocorrência do evento, como consta na Constituição, e que, para tanto, ele e um colega foram à secretaria responsável. Disse que a notificação havia sido negada, mostrando a cópia do documento. Atentou para dois trechos, um que exigia o nome do representante do grupo, preenchendo com “Ocupa Rio”, e o último, onde a prefeitura notificava sua recusa devido à “falta de representante”. Ao fim da leitura, o locutor indagou de forma irônica não saber como alguém pode negar um aviso. Falas rápidas de diversos ativistas se seguiram, afirmando a validade da ocupação independente da vontade da prefeitura.

A direção das falas foi interrompida por R., mulher de cerca de vinte anos, participante de forma mais ativa no disjurídico, que, de forma exacerbada, “queria saber por que uma das nossas colegas falava sozinha com a guarda”. Afirmava que “ninguém a tinha eleito representante” e exigia

sua volta. A atenção de todos momentaneamente se voltou para A., estudante de história da arte, 20 anos. Esta se encontrava conversando com a linha de guardas, posicionada 15 metros da assembleia, no limiar da calçada com os carros estacionados. Alguns de seus amigos passaram então a chamá-la.

Movida pelos chamados, A. retornou à assembleia. Disse: “só estava querendo saber a opinião deles. Sabe, eles não querem nos remover, só estão cumprindo ordens.” Ouvindo-a, muitos ocupantes começaram a chamar os guardas para vir conversar na assembleia; alguns poucos, de forma um tanto quanto irônica, pediam para não ser removidos. A formação policial manteve-se em seu lugar, com alguns membros parecendo constrangidos. Neste instante, o oficial se encontrava a meio caminho entre o círculo da assembleia e a linha de guardas, posicionando-se como um possível intermediador. Dirigiu algumas palavras a seus subordinados, às quais não tive acesso.

O ocupante C., também universitário de 20 anos, se levantou e puxou a fala para si. Começando com “gente, estamos nos iludindo” e afirmou da inutilidade de chamar os guardas. Defendeu que estes cumpriam ordens, “seus superiores nos viam como inimigos” e “é parte da lógica militar” não permitir a seus subalternos se misturarem com os inimigos por medo de contaminação. [6]

Tal fala extinguiu as tentativas de aproximação com a guarda municipal. L., 30 anos, resolveu afirmar que o movimento deveria continuar, independente do que os guardas quisessem, e resistir de forma pacífica, como havia sido discutido no dia anterior em caso de tentativa de uso de força contra a ocupação. A não contraposição por ninguém demonstrava o consenso de tal posição. A esta altura, contavam por volta de 70 ativistas na assembleia, que podia ser acompanhada pelos guardas de sua posição. Frente à organização e intenção de resistência, estes pareciam desistir e ir embora, rumando a seus carros. Contudo, iniciaram a remoção de cartazes afixados pelos ocupantes no dia anterior num ponto de ônibus da Rio Branco próximo às barracas. Manifestantes gritavam que começava a remoção. A quase totalidade dos ocupantes reagiu, dando os braços e fazendo um círculo em volta do respiradouro do metrô (local que continha a maioria dos cartazes naquele momento) e das barracas. Os guardas desistiram frente à resistência organizada e se retiraram. Os ocupantes se regozijaram, muitos se abraçaram e se parabenizaram. Havia resistido ao primeiro choque com forças do Estado.

Início minha análise sobre o Ocupa Rio neste evento, pois, para além de um conflito de interesses, o que se esboça é um choque de duas concepções do que é, ou deveria ser, o político. Isto se desenha desde a primeira interação entre grupos. O oficial da Guarda não consegue conceber que não há líderes, nem mesmo representantes – que não há um *civitas* (HOBBS, 1985), um *corpus* político que transcenda a individualidade dos manifestantes, deliberando e/ou agindo em nome desta. A própria organização de suas ações se contrapõe a esta horizontalidade. Ele é levado à praça para executar ordens provenientes de uma cadeia de comando acima e, por sua vez, se coloca como autoridade sobre seus subordinados. No instante, só ele tem autorização para falar em nome da

Guarda, para representá-la. Aos outros guardas fica interdita até mesmo a interação direta com os manifestantes – salvo a utilização da violência. Será, ao menos naquele momento, sua a decisão de executar a ordem de desocupação – e o fará como representante de uma entidade maior, a Prefeitura. Somente quando se vê englobado no meio de uma assembleia aquiesce a outra possibilidade de organização.

A contraposição dos ocupantes começa a desenhar o que pretendo chamar de ontologia de imanência do político. Todos os ativistas se recusam veemente a corroborar a versão que há líderes. Vão além, se contrapõem de forma enérgica à idéia de representação. Em sua visão, nenhuma instância externa poderia dar conta da multiplicidade de manifestações dos ativistas, chegando mesmo a policiar aqueles que poderiam fazê-lo – como demonstra o caso de A. Mas sua aversão à representatividade se desenvolve para além dos círculos interiores ao Ocupa. Negam a validade de representação por parte do oficial da Guarda, demandando que os próprios guardas participem da assembleia de forma direta. Contra a representação, exigem a *presença*, desejam uma política imanente, dão validade somente à ação não intermediada de cada sujeito. Desautorizam a falar em nome de outros e a entidades que se coloquem como superiores. Contudo, imagino agora que o leitor possa estar a indagar: Mas não se fiam eles, ao menos por um momento, na Constituição, colocando-a como legitimidade maior?

Quanto ao caso da Constituição gostaria de salientar três aspectos: Primeiro, tratava-se de comunidade extremamente heterogênea, onde esta ontografia que pretendo traçar procura constituir tipos ideais, que tentam dar conta de – na falta de melhores palavras – um pensamento hegemônico na acampada [7]. Segundo, apresenta-se como uma forma de autoproteção no momento de reação frente à possível desocupação, procurando uma capacidade de se posicionar frente à Guarda Municipal com uma arma simbólica – a garantia constitucional do direito de livre associação em espaço público. Terceiro, e creio que talvez mais elucidador, o uso da Constituição se dá de forma muito específica: os próprios nativos não fazem demandas ou apelam a instituições oficiais do Estado para a execução da Constituição; o fazem diretamente a partir de sua compreensão, e nada mais. Arrogam a si próprios o direito de interpretá-la e aplicá-la. Simplesmente informam à Guarda Municipal da intenção e validade da resistência. O que está implícito, portanto, é uma horizontalidade para além das dinâmicas internas à acampada: nada transcenderia a ação cotidiana das pessoas; nem mesmo grupos do Estado para tratar questões que tangem o mesmo. Há uma negação do soberano de Hobbes enquanto portador da fala dos súditos. A Guarda Municipal, nesta linguagem de horizontalidade radical, tem questionada sua legitimidade do uso da violência. Não são vistos como representantes autorizados em tais ações por uma entidade superior, mas como pessoas que agem para desmontar o acampamento. Quando por fim ameaçados fisicamente neste sentido, os ocupantes se unem e recorrem à “ação direta” – agem como se já fossem livres e independentes, aspiram a atingir seus objetivos pela sua própria atividade, e não através da ação de outros [8]. O choque de ontologias talvez fique mais claro ao

remetermos à tentativa de informar à prefeitura por motivos de segurança da manutenção da acampada. Dentro da lógica que permeava o órgão municipal, era menos incongruente receber um aviso e negar ter sido avisada do que admitir a existência de um grupo de pessoas cuja organização não tenha uma identidade fixa estacionada sobre a representatividade.

Ressalto que a afirmação de não representação não era própria aos momentos de tensão, mas consistente durante o movimento em todos seus momentos. Creio que a melhor revelação se dê no que se tornou uma forma semipadronizada de lidar com perguntas sobre o movimento. Quando indagada sobre o que era o Ocupa Rio por alguém externo, seja um repórter, seja um representante de alguma organização ou mesmo um mero transeunte, o participante do movimento respondia, quase sempre, com um preâmbulo, tão constante que poderia ser reconhecido como um ritual. Reproduzo uma possibilidade, retirada de um ativista entrevistado por um repórter d'O Dia: “Veja bem, eu falo não em nome da ocupação como um todo. Aqui há pessoas com visões e origens bem diferentes. Falo somente a partir de minha vivência e das conversas com meus companheiros”. Pululavam variações com os mesmos elementos – afirmação da pluralidade da ocupação, de não ser representante e de falar a partir das próprias observações. Via de regra, tais preâmbulos eram seguidos pelo igualmente comum “não temos líderes” – afirmação corroborada pela ausência em toda a acampada de ritos de investidura de lideranças. Mas pode estar o leitor a se indagar: como isto seria possível? Como esta horizontalidade, esta aversão a qualquer forma de representação se dava no dia-a-dia? Como tal ambiente poderia se organizar numa forma não caótica?

4. Assembleias e consenso – a organização via não-representatividade

Durante a acampada, as únicas formas de organização oficializadas e reconhecidas por todos – aquilo que poderíamos nomear as estruturas políticas do grupo analisado – foram os Grupos de Trabalho e as assembleias gerais. Como os “GTs” já foram descritos em outro momento [1], me restringirei às assembleias. Ao contrário do que exigiria uma exemplar etnografia, não reproduzirei aqui nenhuma em sua íntegra. O faço por dois motivos: 1. Pela incompatibilidade da restrição espacial do presente formato e a extensão das Assembleias – em média, com duração de 2hrs, com algumas chegando a mais de 5hrs; 2. O processo da assembleia esteve durante a ocupação em constante modificação de seus pormenores, tais como a ordem de acontecimentos – se o informe dos GTs vem antes ou depois dos informes de indivíduos, se as propostas serão discutidas e deliberadas logo após sua sugestão ou só ao fim da assembleia, entre outros -, a quantidade de assembleias por semana, a existência e tamanho de tempo limite para sua ocorrência e outros [9]. Portanto, restringir-me-ei a elencar os traços que se mantiveram estáveis durante a acampada.

As assembleias gerais ocorriam normalmente no centro do acampamento, iniciando ao fim da tarde. A quantidade de participantes variou grandemente durante os diversos momentos da ocupação. Chegaram a agremiar, em seu máximo de participação, mais de 100 pessoas. Os presentes dispunham-se invariavelmente em forma de círculo, com a maioria das pessoas sentando

no chão e o restante em pé atrás destas, todas se voltando para o interior da roda. Aqueles que falavam o faziam normalmente em pé ao centro, contudo, alguns se mantinham em seu lugar, especialmente em falas rápidas. Durante a assembleia, as falas centrais eram amplificadas pelo uso do microfone humano, o que permitia que os participantes falassem em voz baixa entre si sem atrapalhar o andamento da discussão central. Era comum a movimentação de pessoas entrando e saindo da reunião, ação tomada tanto por ativistas quanto transeuntes interessados. Estas dinâmicas físicas de organização construía um espaço de radical horizontalidade e de descontração.

As assembleias se apresentavam como um espaço apropriado para a tomada de decisões que “pudessem colocar em risco iminente a acampada ou que pretendessem carregar o nome do movimento como um todo”, como demonstrava a fala do informante C. universitário, 20 anos. Não agiam como um órgão de representação, mas como um momento onde, de forma relativamente fixada, as pessoas poderiam se encontrar, conversar de forma abrangente e decidir de forma conjunta possíveis cursos de ação que envolvessem direta ou indiretamente toda a ocupação. Daí a preferência na fala dos nativos por locuções como “foi decidido em assembleia”, ao invés de “A Assembleia decidiu”. Seu foco se dava, portanto, sobre questões mais amplas. As questões menores e que não necessitavam da participação de todos, como a organização e manutenção física do acampamento, a produção de atividades educativas e artísticas, pequenas atos de protesto e ações diretas, eram comumente debatidas e realizadas dentro dos GTs ou por coletivos independentes que se reuniam na acampada. Normalmente, o processo se iniciava com uma rápida proposição pelos ativistas do GT de Processo [10] de um modelo a ser seguido e explicação aos mais novos sobre os “sinais de mão” [11], o papel dos facilitadores [12] e uma sucinta enumeração dos princípios da assembleia- em larga correspondência com os que aqui levantarei.

As assembleias gerais, como todas as outras atividades do Ocupa, se colocaram sempre como “abertas à participação de todos”, como seria repetido pelos mais diversos participantes, nas mais diferentes circunstâncias, incluindo o início de todas as assembleias. A esta abertura, somava-se uma igualdade radical. Todas as pessoas presentes podiam falar o quanto quisessem e propor cursos de ação, desde que seguissem a ordem da lista de falas – caso contrário, tendiam a sofrer sanções morais afetivas, em geral, pedidos mais enérgicos espalhados pela multidão de “espere sua vez”. Quanto às propostas, todos os presentes também detinham o mesmo poder decisório – todos poderiam “vetar”, bloqueando sua continuidade no formato em que estavam. Como reafirmado em diversas conversas informais entre participantes e em explicações do GT de Processo em inícios de assembleias, o bloqueio só se daria quando o participante acredita que a proposta vai contra os princípios do coletivo como um todo e/ou que se sinta tão contrário à idéia que a aprovação desta significaria um abandono por parte dele do Ocupa. Portanto, todas as decisões coletivas sobre rumos de ação eram tomadas em “consenso” de todos os participantes. Contudo, o que é o consenso de que falam os ocupantes?

Trago um trecho do texto das “Diretrizes para a assembleia” formulado pelo GT de Processo e aprovado consensualmente. “Qualquer espaço que se pretenda democrático deva ser avaliado pela capacidade da maioria ter sua vontade atendida, mas também, e principalmente, pelo respeito às minorias e às diferenças. Portanto, todas as decisões tomadas para e em nome do coletivo devem ser tomadas por consenso geral com todos aqui presentes se sentindo contemplados.” Com a ênfase nas diferenças, o que norteia a idéia, portanto, não é a construção da acampada como um espaço uniforme, de uma única bandeira ou identidade, ou então de uma análise correta da realidade exigindo uma única direção de ação. Com um pouco mais de uma semana de acampada, observei P., cerca de 30 anos, trabalhador de audiovisual, um auto-intitulado anarquista tentando explicar para um recém-chegado o motivo de estar na praça como “procurar intersecções de realidades” de diversas pessoas, achando causas e produzindo ações comuns. Aludo também a uma passagem do texto *Produzir o dissenso na acampada*, do participante Bruno Cava: “Consenso não é homogeneidade de opiniões - As discordâncias nessa assembleia servem para construir e não devem servir para desmobilizar a ocupação.” (CAVA, 2011) [13].

A pressuposição subjacente ao processo de produção de consenso – facilmente encontrada nos momentos em que funcionou de forma mais eficiente – não é a conversão de outros ao seu próprio ponto de vista ou a redução a uma única perspectiva; mas levar um grupo com interesses em agir conjuntamente a decidir por um curso de ação em que todos se sintam igualmente responsáveis por sua produção. As decisões coletivas apareciam, portanto, como imanente a todos. Não provinham de uma esfera transcendente superior. Ao invés de votar propostas, limitando-se ao sim e ao não, as propostas são retrabalhadas e reinventadas – por vezes de forma exaustiva, voltando por diversas vezes a GTs para aprofundamento e rediscussão – até que todos consigam conviver com a alternativa apresentada. Eu mesmo presenciei discussões polarizadas, onde o grupo parecia se dividir em duas propostas irreconciliáveis, até que alguém aparecesse com uma idéia que sintetizava as opções: uma idéia a que ninguém se objetasse, que não ferisse o que as diversas pessoas realizavam e produziam no dia-a-dia da acampada sem a necessidade de deliberação em conjunto.

O mesmo P. afirmava ao deputado Chico Alencar quando da visita deste à acampada para conhecer o movimento: “O método é tudo, o conteúdo esta na forma.” De fato. Do ponto de vista nativo, as formas de deliberação dentro da acampada apareciam como formas de pesquisa de um novo fazer democrático, uma “democracia real” a aparecer em diversos discursos de participantes e em uma grande faixa presa ao respiradouro do metrô ao lado das barracas. O acampamento e suas formas de sociabilidade podiam ser vistos como um “laboratório de sociedade” – apontava um popular cartaz preso a uma das árvores. A mudança que os participantes ensinavam estava imbricada na forma de organização.

Faço recurso a algumas ideias fomentadas pelo antropólogo David Graeber, cujos textos sobre sociedades anárquicas e consenso me proveram *insights* para elaboração do artigo. Segundo este:

tomada de decisões por consenso é típica de sociedades onde não haveria formas de forçar uma minoria a concordar com a decisão de uma maioria – seja porque não há Estado com monopólio de força coerciva, ou porque o Estado não tem nada a ver com tomada de decisão local. [...] Democracia majoritária [onde se decide via votação], podemos dizer, só pode emergir quando dois fatores coincidem:

1. Um sentimento de que pessoas deveriam ter igual influência na realização de decisões grupais, e
2. Um aparato coercivo capaz de fazer cumprir estas decisões (GRAEBER, 2003, p. 89; tradução minha).

Dentro desta visão, o Ocupa Rio, se o tomarmos enquanto grupo e totalidade [14], se enquadrava numa sociedade de decisão consensual por sua asserção positiva de ausência de força coerciva, pela ausência de entidades transcendentais aos indivíduos dotadas de legitimidade moral para agir de forma violenta. A partir da negação da organização política através do poder enquanto capacidade de ação violenta, o poder no Ocupa se constituía na capacidade da fala – composta também pelo uso de linguagens não verbais - enquanto produtora e (con)formadora de afetos. O poder passa a não ser exercido *sobre*, mas *com* alguém – na agremiação voluntária, não coercitiva, para produção de fins comuns. O foco se encontra sobre a autolimitação. A ação política na qualidade de imanente se contrapunha ao que Weber define como Estado [15]; age como a negação da esfera da violência enquanto possibilidade de construção da sociabilidade.

Se o indivíduo, por sua própria decisão, não quisesse se ater aos combinados, o que restava aos outros ocupantes era utilizar a palavra para tentar demovê-lo de suas intenções. Existem alguns exemplos de ação contrária ao acertado em assembleia, como o uso de drogas dentro da acampada e a prematura tentativa de uma ligação ilegal de luz. Passemos ao que eu considero como o mais interessante para o presente momento.

5. O afresco no Monumento Guarda Calheiros

Próximo ao fim de uma assembleia de sexta, dia 19/10/2011, uma mulher que eu nunca antes vira iniciaria a sua fala. Apresentou-se como artista plástica e viera propor a execução de intervenções na Cinelândia. Estas seriam uma continuidade de projetos que já havia executado pelo mundo e se desdobraria em duas formas: 1. Auxiliada por crianças, faria pinturas em preto e branco de flores nos postes da praça, colorindo-as à medida que o Ocupa Rio conseguisse grandes vitórias; 2. Pintura de um painel no respiradouro do Metrô – conhecido pelos ativistas como “Monumento Guarda Calheiros” [16]. Apresentado depois de mais de duas horas de uma cansativa assembleia – a maior parte expendida em discussões acaloradas sobre possibilidades de invasão policial pelo anteriormente discutido uso de drogas e possibilidades de resistência – o projeto provocou reações

controversas. Falas se seguiram aprovando com louvor; outras, mesmo concordando com a beleza do projeto, questionavam a capacidade do Ocupa, que passava naquele momento por problemas de organização, comprar uma possível briga com o Metrô. Depois de discussões acaloradas sobre ativistas estarem se policiando com medo de que a polícia o fizesse – mais uma discussão sobre a velha problemática meios/fins –, o consenso se dirigiu em aguardar ao menos um dia para consultar participantes do GT Disjurídico sobre a legalidade de tal ato. A artista, assim confrontada, afirmou fora da assembleia que não seria impedida de pintar. E não o foi.

No dia seguinte, a artista compareceu com seu equipamento, incluindo um andaime, e iniciou a pintura de um mural na parte superior do “Monumento Guarda Calheiros”. Algumas pessoas chamaram sua atenção ao que havia sido discutido em assembleia, ao que ela não aparentou dar muita importância. Na próxima manhã, aparecia um autointitulado representante do Metrô, acompanhado de um guarda da empresa. Estes dois, como tantas outras pessoas que passaram pela “manifestação permanente”, protagonizaram mais uma tentativa infrutífera de procurar o líder, seguida com o que já se tornavam ritos de praxe.

Por fim, a interação acabou se reduzindo a alguns participantes que se interessaram, cerca de sete, e os agentes do Metrô Rio. O funcionário da empresa, identificando-se como o “responsável pela estação”, demandava que não pintassem o respiradouro ou os tapumes de uma obra que ocorria para a instalação de um elevador. As atitudes dos ativistas variavam. Alguns percorriam num sentido de confrontação direta, defendendo a legitimidade da execução do mural num “sistema onde o povo não pode se expressar”, independente da vontade da empresa. Mantiveram-se nesta posição mesmo com a ameaça por parte do representante de posicionar uma guarnição de guardas para remover o material da acampada. Outros, incluso um participante do GT Disjurídico, enfatizavam uma postura mais conciliadora, evitando o conflito. O responsável da estação voltava a afirmar seus pedidos, ao que um ativista respondeu: “Ninguém representa ninguém aqui. O que a gente pode fazer é solicitar que as pessoas não pintem, entende? Mas se alguém pintar, alguém de fora vier e pichar ninguém aqui é o responsável por ninguém”.

Aqui se encontra um exemplo do *ethos* dos ativistas que percorriam o Ocupa Rio. Afirmam a não representatividade e a não possibilidade de intervenção coerciva sobre a ação de outrem. Não viam a manifestação como um todo transcendente e englobante, ao qual as ações particulares poderiam ser imputadas. Estas eram vistas como imanentes somente ao próprio autor. Contudo, isto não implica num atomismo de total independência dos ativistas. O que se estabelecia era uma rede de solidariedade e ajuda mútua entre manifestantes, como demonstrado nas diversas ações conjuntas voluntárias para manutenção da acampada – passando de estabelecimento de infraestrutura, limpeza e alimentação –; execução de atividades artísticas e educativas – como o estabelecimento de um núcleo popular de alfabetização e um cineclube de participação aberta com projeções na Cinelândia; e unidade e votos de companheirismo frente às tentativas de repressão sobre as ações perpetradas pelo grupo – como a ação direta de *sit-in* [17] para bloquear um carro de

som da passeata contra a redivisão dos royalties do petróleo organizada pelo governo estadual, contrapondo-se ao que viam como a pauta e organização verticalizada e imposta desta e afirmar “Este governo não nos representa!”. Ou mesmo em solidariedade à artista que executava o afresco no “Monumento Guarda Calheiros”. Em pouco tempo, esta se juntava ao grupo que discutia, apresentando o projeto escrito ao representante da empresa, mas afirmando não querer que se “metam na minha arte”. [18] A pintura prosseguiu com o apoio de diversos ativistas e, até meu conhecimento, sem a posterior intervenção de representantes da empresa Metrô Rio. O fato torna-se mais interessante pela participação na discussão entre ativistas e o “responsável pela estação” de um dos manifestantes mais ativo no GT de Segurança – grupo que, paradoxalmente, mais se assemelhava e afastava de uma idéia de polícia dentro da acampada.

6. GT de Segurança – uma polícia sem poder de coerção

O GT foi inicialmente criado nos primeiros dias de acampada como a primeira linha de defesa contra a polícia. Os que participavam faziam uma vigilância constante das redondezas, em especial durante a noite, momento menos movimentado da acampada. Serviam tanto como um possível desestímulo ao despejo pela impossibilidade de total surpresa e como sentinelas, prontos a acordar a todos e iniciar convocatória dos demais ativistas via internet e telefone. A esta autodefesa contra a polícia, somou-se outra função. Em pouco mais de uma semana de ocupação, a Cinelândia e suas dinâmicas próprias inundavam a acampada, e não seriam exceções os problemas relativos à segurança comuns aos espaços do Centro do Rio à noite. Os participantes do GT rapidamente se viram tentando evitar assaltos, furtos e brigas, algumas chegando a envolver pedras, facas e até mesmo um caso com arma de fogo. Colocada desta forma, o GT aparece como um grupo tentando manter uma certa concepção de ordem dentro da acampada. Contudo, saliento que não podemos enquadrá-lo como uma força de segurança ou polícia por três motivos.

O primeiro se refere ao que era o princípio fundamental do GT: a não violência. Mais do que em qualquer outro ambiente da acampada, o princípio de “não violência” era perpetrado continuamente nas reuniões e nos turnos de segurança. Conversando com H, um dos participantes mais ativos nos turnos, ouvi-o proclamar: “nossa política oficial é desarmar os conflitos usando o diálogo”. Até onde consegui testemunhar, assim o foi. Quando uma discussão aparentava deflagrar em briga, vários ativistas afirmando a não violência e o diálogo se posicionava entre e em torno dos que discutiam praticamente obrigando-os desescalar o conflito. Nas brigas de fato, a mesma ação tomava lugar, de forma ainda mais enérgica e com a interposição de diversos corpos entre os que brigavam. Nunca se colocava como possibilidade a recorrência a alguma força policial externa à acampada para resolução dos problemas que a atravessassem. Para utilizarmos a tipologia weberiana, a ordem no Ocupa se tratava, portanto, de *convenção*, já que “sua vigência está garantida [...] pela probabilidade de que, dentro de determinado círculo de pessoas, um comportamento discordante tropeçará com a reprovação (relativamente) geral e praticamente

sensível” (WEBER, 2009, p. 21), e não de *direito*, pois não está garantida pela coação “exercida por determinado quadro de pessoas cuja função específica consiste em forçar a observação dessa ordem ou castigar sua violação” (ibidem, p. 22).

O que nos remete ao segundo motivo: como o restante das atividades do Ocupa, o GT era aberto à participação de todos. Caso alguém se interessasse em tomar parte nas atividades, duas atitudes se apresentavam: ir à reunião com hora marcada e divulgada previamente ou simplesmente escrever seu nome ou apelido numa folha normalmente afixada no mural de informações, indicando que turno de segurança seria sua preferência. Não havia um quadro de pessoas designadas. Portanto, o GT de Segurança, assim como todos os GTs, se conformava menos como um grupo e mais como uma série de práticas exercidas conjuntamente. Estamos longe, portanto, de uma polícia, aquilo que Graeber define como “burocratas com armas” “treinados na aplicação científica de força física ou a ameaça de força física para ajudar na resolução de problemas administrativos. [...] Eles [a polícia] são a face ativa do monopólio da violência pelo Estado”. (GRAEBER, 2009, pp. 446-447). Seria impossível considerarmos dentro de uma lógica de transcendência – permeada por organizações verticais que se sobrepõem autorizando ou desautorizando ações – a idéia de uma polícia cujo método de garantia da ordem nunca pudesse ser garantido pelo uso da força ou cuja exigência para ingresso seria somente se auto afirmar como membro.

Esta ampla abertura – implicada numa problemática à identificação por delimitação de fronteiras – nos leva ao terceiro motivo: a impossibilidade de responsabilização do GT pela segurança. A partir da terceira semana da acampada, começaram a ocorrer com maior frequência incidentes de furto. Tal tema foi tratado numa assembleia de sábado, comumente a mais movimentada. Entre intensos debates sobre as falhas de segurança e do GT referido, desdobrando em diversas falas explorando distintos problemas na idéia de impor a outro ativista uma responsabilidade ou dever. A posição que prevaleceu ao final é de não imputação do encargo da segurança ao GT. Os que agiam no GT seriam ativistas que tomam maior iniciativa para salvaguarda da integridade das pessoas na acampada, mas sem se responsabilizar por tal fato. Reproduzo parte da fala de P., ator argentino em torno de 25 anos, uma das últimas: “[o GT] não é o responsável pela segurança, mas sim todos nós. [...] Quem é o GT de segurança? Não somos todos?”. Portanto, a responsabilidade – se é que podemos usar este termo – de manutenção das convenções é imanente ao sujeito, intrasferível e invinculável a outros grupos. É como se o Ocupa se estabelecesse em negação ao *Poder Soberano* em Hobbes; dirige-se contra sua asserção de “eu autorizo e entrego meu direito a me governar, a este homem, ou a esta assembleia de homens, sob esta condição, de que tu entregues teus direitos a ele, e autorize todas suas ações da mesma maneira” (HOBBS, 1985, pg. 227). Sim, o conteúdo está na forma.

7. “Desculpe o transtorno, estamos trabalhando para um mundo melhor”

Detendo-nos sobre a política de imanência do Ocupa e suas posições contrárias a determinações externas, torna-se praticamente inevitável reportar-mo-nos ao conceito de autonomia de Castoriadis. Este a definia como a capacidade de um indivíduo ou de uma comunidade de viver sob regras que eles mesmos criaram, tendo o direito de reexaminá-las constantemente e percebendo-as como fruto de sua própria imaginação institutiva. “Autonomia: *autos-nomos*: (se dar) a si mesmo suas leis [...] sabendo que o faz.” (CASTORIADIS, 1988, p. 96, tradução minha). Dentro da ontologia política do Ocupa, dispor de representação, operar numa lógica de soberania, é deixar de ser autônomo.

Esta noção de autonomia presente no Ocupa tem grande correspondência com a idéia de Zona Autônoma Temporária ou T.A.Z. (sua sigla em inglês). O conceito é criado pelo teórico anarquista contemporâneo Hakim Bey e surge de uma desconfiança da idéia de Revolução como mudança radical de estruturas coercivas. Para este, as revoluções tenderiam a funcionar numa eterna “espiral hegeliana”: “revolução, reação, traição e a fundação de um Estado mais forte e ainda mais opressor” (BEY, 2003, p. 97, tradução minha). O autor enseja, então, um elogio à insurreição. “A T.A.Z. é como uma insurreição que não entra em luta diretamente com o Estado, uma operação de guerrilha que libera uma área (do tempo, do espaço, da imaginação)” (BEY, 2003, p. 99, tradução minha) A idéia de libertação se realizaria não simplesmente através de, mas *na* luta. O objetivo, em plena consonância com a idéia de ação direta, torna-se viver pelo maior tempo possível no mundo no qual se preferiria habitar, um mundo onde não haveria a intermediação da representação.

B., um dos auto-intitulados anarquistas, falava já em 15 de outubro, na primeira reunião de organização, antes mesmo de levantar o acampamento: “ah, o que que vai dar isso aqui? Já tá dando, já tá tocando no interior de cada um, e isso é o importante. Se a gente vai sair daqui e invadir a assembleia [se referia à Câmara Municipal do Rio de Janeiro], se vai fazer uma caminhada até o Palácio Tiradentes, não é muito a questão. A questão é a gente estar reunido e continuar nos reunindo.” [19] O foco está no processo enquanto construtivo; procura-se uma “revolução da vida cotidiana”, para usarmos os termos dos situacionistas (VANEIGEN, 2002). O método se torna uma experimentação na tentativa de realinhar a imaginação constituinte criando-se novos horizontes de possibilidades, produzindo-se uma T.A.Z. Como apontava um cartaz preso no alto do “Monumento Guarda Calheiros”, popular entre diversos ativistas: “Desculpe o transtorno, estamos trabalhando para construir um mundo melhor”. A cosmologia política do Ocupa levava o movimento a se inserir no ramo de políticas pré-figurativas – aquelas que buscam fazer tomar forma no aqui e agora as ideias políticas que desejam ver implementadas no futuro. Ou, como apontava o velho lema anarquista, construir o mundo novo na casca do antigo. Em sua visita ao acampamento no dia 8/11/2011, o filósofo Antonio Negri respondia a uma pergunta sobre qual era a importância do movimento (se referindo não só à Cinelândia, mas ao Occupy globalmente): “um método novo. É este estar juntos, a partir do qual começam a construir, não algumas maiorias, nem organizações, mas momentos de consenso, momentos de forte participação que podem renovar a própria

estrutura da expressão política” [20]. Se a imanência se diferencia da transcendência, os métodos de luta por mudanças considerados como válidos também.

Se a organização social necessariamente nos sobrepassa; se vemos e tentamos construir o *corpus* político como transcendente – uma organização acima de nós, reforçando-se em última instância através da força; se operamos em uma lógica de representatividade, a mudança da organização social só pode existir por meio de pressão às instâncias superiores pela execução do que se demanda – o caso de reformas – ou por meio da quebra e tomada do poder coercitivo – a Revolução enquanto cataclisma. Contudo, se operamos numa lógica imanente, se o *corpus* político é construído pela ação cotidiana não intermediada; se a organização aparece como sendo o meio e o fim de luta – a política é vista como imanente às práticas, como aberta o tempo inteiro para mudanças através de constituições e reconstruções das redes de ações no dia-a-dia. A ação revolucionária potencialmente está em todo lugar – até mesmo em atos como ocupar uma praça simplesmente para conversar – mas não a Revolução. Portanto, o desafio a que se colocava o Ocupa era construir uma rede de insurreições capaz de articular as distintas revoltas de diversos grupos e indivíduos em pontos de interseção, promovendo ações diretas. Posicionava-se enquanto um “fórum público de encontros” - como diria P. a Chico Alencar -, como uma organização de formas alternativas de existência. O Ocupa Rio parecia proceder seguindo a uma velha pichação nas paredes de Paris de 68: “On ne revendiquera rien, on ne demandera rien. On prendra, on occupera”. [21]

8. Considerações Finais

Neste mosaico de vislumbres sobre o Ocupa Rio, pudemos observar como um *ethos* fortemente baseado em valores radicais de horizontalidade (que todos devem ter a mesma influência), liberdade (que todos ajam apenas voluntariamente), independência (que não se faça demandas, mas aja por ações diretas) e solidariedade (apoio mútuo entre ativistas) se vincula a uma visão de mundo que concebe como peremptoriamente equivocada toda forma de representatividade, de fixidez identitária estática e de uso ou ameaça de uso de violência enquanto forma coercitiva. Para facilitar a produção de uma descrição densa (GEERTZ, 1973), procurei definir a partir das estruturas de significado do Ocupa Rio diferenças entre ontologias políticas de imanência e transcendência – termos que são usados não para definir áreas, mas para sugerir tendências. Neste espírito, apresento aqui um quadro comparativo sintetizando as características previamente desenvolvidas.

Quadro comparativo	
Transcendência	Imanência
Representatividade	“Democracia real” e presença
Violência e coerção	Não violência e não coerção
Maioria	Consenso
Partidos	GTs, assembleias e coletivos
Demandas aos representantes	Ação direta
Revolução	Insurreição
Soberania	Autonomia
Imposições	Autolimitação
Poder sobre	Poder com
Verticalidade	Horizontalidade
Identidade e fronteira	Processo e abertura

O presente texto apenas se ocupou de tentar reproduzir e fixar em termos mais duráveis e abrangentes o dito e o feito contido nas ocasiões percíveis no tempo e no espaço da comunidade de análise. Neste mesma direção, coloca-se como tarefa posterior devido à restrição espacial a análise de como se estabeleciam as interações nas mais diversas atividades do ocupa. Se a ênfase de uma ontologia imanente está nas sociabilidades do cotidiano, é preciso se estender para além dos formalismos da assembleia e dos GTs e procurar as práticas paralelas para um entendimento global do Ocupa.

Torna-se igualmente proveitoso deslocar pontos de vista (ainda que possam parecer incongruentes) e somar outras formas de análise a esta procura pelas teias de significados constitutivas da cultura do grupo analisado. Como exemplos de possibilidades frutíferas, indico os seguintes questionamentos: como se constituíam os coletivos englobantes de humanos e não humanos envolvidos nesta produção da política (em especial o papel da internet como mediadora entre pessoas e movimentos)? Como esta concepção distintiva do político se desenvolve quanto às relações de gênero para dentro e fora da acampada (que inclusive contava com um GT Queer promovendo “anarco-terrorismo-queer”)? Que espécie de produção e conformação dos corpos e afetos a economia de relações assimétricas de poder não soberano criava? Quais máquinas sociais (para ficarmos com o termo clastreano) se constituíram dentro do Ocupa como mecanismos de supressão do poder coercitivo e repressão dos maus-desejos? (CLASTRES, 2004) Mas estas são meras propostas de empreitadas para outras ocasiões. 🌀

NOTAS

*Aluno do 9º Período de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: caioplobato@globo.com

[1] “Grupos de trabalho”, ou “GTs”, é um termo nativo referente a uma das principais formas oficializadas. Tratava-se de grupos necessariamente abertos a participação de qualquer pessoa que o desejasse, independente da relação que tivesse com o movimento. Funcionavam de forma não hierarquizada, sem facilitadores, em reuniões na praça e deliberavam sobre questões menores por consenso de todos os presentes no momento, levando questões maiores à Assembleia Geral. Voltavam-se para discussão e execução de tarefas e interesses específicos. Alguns exemplos: GT Comunicação – executava a maioria da comunicação interna – murais e informes - e externa da acampada – site e vídeos; GT Alimentação – diariamente recolhia comida, preparava almoços veganos grátis para dezenas de pessoas e organizava materiais de conscientização sobre comida vegana; GT Ação Direta – proporcionava debates sobre o conceito de ação direta e promovia tais ações pela cidade – como estêncils, grafites etc.; GT Horta Urbana – surgiu especialmente pela ações de pessoas mais envolvidas com causas ambientais e com interesse em ações diretas, agiam na recuperação e recriação dos canteiros da praça. Seu surgimento se dava de forma espontânea: normalmente o(s) interessado(s) simplesmente divulgavam uma hora de reunião e sentavam em círculo na praça com uma placa sobre o que se tratava a reunião ao centro.

[2] “Microfone humano” é uma tática ativista utilizada dentro do Ocupa. Tida por alguns como uma “tecnologia social de informação”, consistia na reprodução simultânea frase por frase por parte dos ouvintes da fala de um participante, permitindo a todos os presentes ouvi-la com clareza. Foi usada deliberadamente com esta motivação antes da aquisição de um microfone elétrico. Contudo, mesmo após a chegada deste, sua prática se manteve absoluta. À justificativa inicial, somaram-se defesas sobre o “calor humano” propiciado; a permissão ao falante de tempo para pensar; a atenção que o receptor passa a ter por necessitar repetir; a “democracia espontânea” da apreciação das falas, já que as que menos interessavam eram gradativa e espontaneamente não repetidas e tendiam a se acabar; e, supostamente, uma paradoxal economia dos tempos de fala: exigindo mais tempo para a propagação de uma mensagem devido à necessidade de sua repetição, o emissor se aterria a locuções sintéticas, diretas aos pontos debatidos. Até onde pude averiguar, tal dinâmica foi absorvida a partir das práticas do Occupy Wall Street. Exemplo em <http://www.youtube.com/watch?v=SKliZzBGimU>.

[3] Por não ter pedido autorização aos participantes, todos os nomes utilizados são fictícios, qualquer correspondência com a realidade sendo meramente uma coincidência.

[4] Constituição federal, Art. 5º, inciso XVI – “Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”.

[5] Este grupo de trabalho se organizava no sentido de fornecer consultorias e linhas de defesa legais à acampada, assim como a realização de atividades e discussões questionando o papel do Direito, do Poder Jurídico e do sistema legal. Tinha como ativistas mais atuantes estudantes de direito, alguns advogados formados e mantinha contato com advogados experientes em movimentos sociais.

[6] Curiosamente, seus medos foram confirmados alguns dias mais tarde. Um guarda municipal, cerca de 30 anos, fazendo a ronda habitual da Cinelândia foi seduzido por uma roda de violão dos acampados, se aproximou, conversou e se interessou. Acabou por voltar no fim do expediente, entrou numa barraca, retirou a farda e, pegando o violão para si, emendou algumas canções. Poucos dias depois aparecia como um participante ativo do movimento. Entre outras tarefas, afirmava fazer um trabalho de convencimento da base da G.M. para não invadir. Até

onde sei, acabou até por iniciar um namoro com uma participante do GT de Comunicação, também de cerca de 30 anos. Também de forma curiosa, esta era formada em antropologia.

[7] Se a descrição etnográfica (ou ao menos uma concepção desta) tem como um dos objetivos tentar criar meios para o leitor transportar-se imaginariamente para dentro de um universo social específico (GRAEBER, 2009), devemos tentar ao máximo constituir as ações e símbolos como permeados de uma coerência de funcionamento interna. A fuga de alguns traços a uma interpretação unitária indica que uma dada cultura não é uma unidade harmônica (e creio que nenhuma o seja), mas cingida por características que por vezes entram em conflito. Aplicando esta lógica à ocupação, diria que esta se colocava em um embate constante, quase constitutivo de seu próprio funcionamento, onde disputavam duas concepções do que se deveria entender como o político, ganhando sempre a de imanência. A transcendente era, praticamente de forma invariável, representada por recém-chegados e por indivíduos externos que faziam demandas à ocupação.

[8] Este termo é amplamente utilizado em círculos anarquistas, e foi utilizado mais comumente pelos integrantes do Ocupa que se identificavam desta forma. Para uma boa discussão sobre o termo, seus diferentes usos, diferenças para com desobediência civil, relação com práticas anarquistas e de movimentos sociais ver GRAEBER, 2009, em especial o capítulo 5.

[9] A constante mudança é demonstrativa de duas características do movimento: 1. Uma vontade constante no Ocupa de inovação, de não estagnação, de colocar-se como um experimento em novas formas de organização; 2. Que consenso se trata, essencialmente, de princípios, e não de um conjunto fixado de regras. David Graeber, antropólogo anarquista e um dos principais organizadores da etapa inicial de Occupy Wall Street, chega a conclusões muito próximas ao analisar a Ação Global dos Povos e coletivos anarquistas que funcionam via processos formais de tomada de decisão por consenso. Ver GRAEBER, 2009.

[10] O GT de Processo foi o que acompanhei de forma mais próxima. Foi proposto por C., novaiorquino de cerca de 30 anos, na reunião logo após o início do acampamento no dia 22/10. A maioria dos participantes mais ativos estava em torno de 20 anos, mas os participantes variavam de perfil, contemplando até um senhor acima de 60 anos, servidor municipal aposentado. O GT foi estabelecido para tentar criar e propor formas de organização para a Assembleia como formas de aumentar sua eficiência e mantê-la adequada aos princípios que permeavam o movimento como auto-organização, associação voluntária, ajuda mútua e oposição a formas de autoridade coerciva. Era comum aos participantes a proclamação que o sucesso do GT seria a declaração de sua inutilidade e sua subsequente dissolução.

[11] Durante o movimento, se desenvolveram de forma consciente e discutida alguns sinais de mão para se facilitar a comunicação sem interromper o debate por ruído. A idéia e o posterior desenvolvimento foram inspirados no Occupy Wall Street.

[12] Os facilitadores eram voluntários que se apresentavam ao início de toda assembleia para ajudar no processo de produção de consenso. Era fortemente encorajado o revezamento destes para evitar concentração de poderes, não tendo uma vez sequer uma pessoa repetindo sua função enquanto tal. Normalmente, eram duas pessoas. Uma sentava-se perto do centro da reunião e redigia sua ata, tentando manter conta de tudo que foi discutido e as decisões tomadas (tarefa algumas vezes executada por mais de uma pessoa). A outra circulava no centro da reunião, muitas vezes de forma abaixada e constantemente levantando-se e se sentando, e fica responsável pela inscrição de pessoas na lista de falas, prezava por manter a ordem desta e tentava levar o grupo a manter uma direção constante na discussão.

[13] O texto pode ser encontrado em <http://www.quadradoslucos.com.br/2026/produzir-o-dissenso-na-acampada/>. Bruno, engajado no dia-a-dia do movimento, detém outros textos muito bem articulados e relevantes no mesmo site. Neste mesmo texto, creio que ele coloque pontos discordantes das minhas acepções e que valem ser conferidos.

[14] Saliento que, ao mencionar o Ocupa Rio como um grupo, o faço do ponto de vista de pesquisador. Realizo um recorte de uma comunidade de análise englobante das práticas e interações dos participantes das atividades dentro da acampada – mesmo que o tenham feito somente uma vez. Diversos ativistas – provavelmente uma grande maioria – discordaria da possibilidade de tentar estabelecer fronteiras identitárias. Para estes, o Ocupa se aproximaria de um espaço de ativismo político resultado do encontro produtivo de movimentos, coletivos e ativistas independentes. Quando surgiram categorias de acusação que dividiam o grupo – como “os da internet” e os “acampados” – inúmeras eram as vozes a afirmar que eram todos do movimento e que este não tinha um dentro ou fora, que ele não passava de uma “rede” difusa e em constante transformação.

[15] Para Weber, o Estado é “uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. O Estado se transforma, portanto, na única fonte do ‘direito’ à violência” (WEBER, 2011, p. 56). Para tentar dar sentido à teia de significados do Ocupa, utilizo esta noção weberiana. Destaco, contudo, que não uso o conceito de política da mesma forma que o autor. Para este, “o caráter político de uma associação só pode ser definido por aquele meio [...] que não é sua propriedade exclusiva, porém constitui um elemento específico e *indispensável* de seu caráter: a coação física.” (WEBER, 2009, p. 34) Nesta visão, o Ocupa Rio não seria uma associação política, sendo apenas “politicamente orientada” e somente na medida em que tentasse expropriar do Estado sua capacidade de exercer violência. Posicionar-se desta forma seria o mesmo que descartar todas as construções nativas. Se pretendo manter-me fiel às minhas observações e levar a sério a tarefa de interpretação da teia de significados que permeia a comunidade de análise, sou obrigado a me movimentar um pouco como Clastres e perguntar em que condições o poder político é pensável. À maneira deste, devo conceber que “o poder político como coerção (ou como relação de comando-obediência) não é o modelo do poder verdadeiro, mas simplesmente um *caso particular*. [...] Não há, pois, nenhuma razão científica de privilegiar esta modalidade do poder como ponto de referência e o princípio de explicação de outras modalidades diferentes” (CLASTRES, 1974, p. 20, tradução minha). Entendo como político a esfera de atividades sociais que compreendem tentativas de controlar ou influenciar as ações de outros humanos.

[16] “Monumento Guarda Calheiros” foi a forma pelo qual ficou conhecido o respiradouro do metrô na Cinelândia, estrutura em forma de paralelepípedo retangular com cerca de 7 metros de altura. O nome, por si só, é um exemplo da descontração e possibilidade satírica dentro do Ocupa. Foi retirado de um guarda municipal que, ao fazer sua ronda habitual pela Cinelândia, foi pego de surpresa pelas centenas de pessoas e os arrastões de maracatu, leituras de poesia, performances teatrais, pintura de cartazes e as dezenas de atividades simultâneas do dia 22/10/2012. Aproximou-se dos grupos e, de forma extremamente refletida e contida, falou que a prefeitura apoiava a manifestação dos cidadãos e pediu que não afixassem os cartazes nos bancos ou nas árvores. Naquele momento ao menos, seu pedido foi acatado, com dezenas de cartazes sendo afixados no respiradouro. Futuramente, o respiradouro veio a dar lugar também ao Mural de Informações, que continha instruções sobre o que fazer em abordagem policial, trechos do artigo 5º da Constituição, representação gráfica dos sinais de mão, noções sobre “democracia real”, informe de atividades etc. O monumento torna-se extremamente significativo do movimento, já que alude à possibilidade de apropriar um grande objeto, remover seu significado original e dar-lhe nova vida, realizando-o de forma autônoma, não intermediada, onde todos simplesmente afixar o que queriam (o que não significa que discussões e pedidos de remoções de cartazes aos seus produtores não ocorressem, em especial com uso de palavras de baixo calão).

[17] Tática ativista utilizada em ações diretas ou de desobediência civil, trata-se de uma forma não violenta de ocupação de uma área onde os participantes sentam-se, normalmente dando-se os braços, e lá permanecendo até terem seus objetivos cumpridos ou serem removidos pela força.

[18] Parte da interação foi filmada, diga-se de passagem, com alguns fins irônicos, e pode ser encontrada em <http://www.youtube.com/watch?v=kokWXaUTZoE>

[19] Parte de sua fala e outras similares foram registradas em vídeo e estão disponíveis em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=OfKhomILE_k

[20] Negri dá uma rápida entrevista a um dos ativistas. Parte desta pode ser encontrada em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=IK-BTGUwWas

[21] “Nós não reivindicaremos nada, nós não demandaremos nada. Nós tomaremos, nós ocuparemos”.

REFERÊNCIAS

BEY, Hakim. **T.A.Z. The temporary autonomous zone, ontological anarchy, poetic terrorism**. New York: Autonomedia, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **Pouvoir, politique, autonomie**. In *Revue de Métaphysique et de Morale 93e Année, No. 1*. Paris: Presse Universitaires de France, 1988

CAVAS, Bruno. **Produzir o dissenso, na acampada**. Outubro de 2011. Disponível em <http://www.quadradosloucos.com.br/2026/produzir-o-dissenso-na-acampada/>

CLASTRES, Pierre. **La Société contre l'État**. Lonrai: Les Éditions de Minuit, 1974.

_____. **Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

EVANS-PRITCHARD, Edward. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRAVET-SAADA, Jeanne. **Être Affecté**. In *Gradhiva, Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*. 8: 3-9. Paris: 1990.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures**. S. ed. New York: Basic Books, 1973

GRAEBER David. **Direct Action: An Ethnography**. Oakland: Ak Press, 2009

_____. **Fragments Of An Anarchist Anthropology**. Chicago: Prickly Paradigm Press., 2004

HOBBS. **Leviathan**. London: Penguin Books, 1985

TURNER, Victor. **The Ritual Process, Structure and Anti-Structure**. Ithaca: Cornell University Press, 1969

VANEIGEN, Raoul. **A arte de viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade Vol.1**. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000, 2009 (reimpressão)

_____. **Política como vocação**. In *Ciência e Política Duas Vocações*. 17ª ed. São Paulo: Editora Cultrix. 2011

Recebido em 28 fevereiro de 2013

Publicado em 06 junho de 2013

RESENHA DO LIVRO TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

BOOK REVIEW
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Lília Maria Silva Macêdo*

Referência completa da obra resenhada: CAMARANO, Ana Amélia. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

Que vai ser quando crescer? vivem perguntando em redor. Que é ser? É ter um corpo, um jeito, um nome? Tenho os três. E sou? Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito? Ou a gente só principia a ser quando cresce? (...)

Carlos Drummond de Andrade. Verbo ser, 1973.

Alguns livros possuem títulos que conseguem traduzir em poucas palavras as ideias mais complexas e os sentidos mais profundos que são extensamente elaborados ao longo das suas páginas. Creio que entre esses livros está a obra *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*, organizada por Ana Amélia Camarano e publicada em 2006, na qual se reúnem contribuições de diversos pesquisadores da área das Ciências Sociais. Por isso, inicio a análise dessa obra propondo uma breve reflexão sobre o seu título.

De acordo com sua definição mais elementar, a juventude pode ser designada como o período da vida humana que corresponde à passagem da infância para a idade adulta. Para muitos jovens, este é um momento crucial para a definição dos rumos de sua trajetória, na medida em que se estabelecem as bases segundo as quais o jovem vai, aos poucos, ingressando na vida adulta. No sentido destas perspectivas, no decorrer dos capítulos que compõem a obra, elaborase um quadro das condições sociais da juventude brasileira na contemporaneidade a partir da análise do processo de *transição para a vida adulta*, como é indicado na primeira parte de seu título. A riqueza analítica deste ponto de vista reside em considerar a juventude de maneira integrada com as demais fases que formam o ciclo da vida humana, permitindo uma compreensão mais ampla e complexa das trajetórias sociais.

Para conduzir essa análise, nos primeiros trabalhos apresentados, selecionaram-se alguns eventos que podem ser tomados como marcos do processo de transição da juventude para a maturidade por se tratarem de experiências que possibilitam ao jovem desempenhar papéis sociais relacionados à condição adulta, mas que não são, necessariamente, compreendidos desta

forma pelos jovens que os vivenciam. Nesse sentido, os acontecimentos destacados são: a saída da escola, colocando fim a vida estudantil que pode representar uma longa preparação intelectual e profissional; a entrada no mercado de trabalho, que em alguns casos contribui para consolidar a independência econômica do jovem em relação à sua família de origem; a união conjugal, por meio da qual o jovem inicia a formação de uma nova família; a saída da casa dos pais ou responsáveis para habitar em outro domicílio e a experiência da paternidade/maternidade, que torna o jovem potencialmente responsável pela formação social de outros sujeitos.

Esses eventos são como parâmetros utilizados para orientar a investigação, mas não se constituem como um caminho rígido seguido pelos jovens em direção à vida adulta. Pelo contrário, os estudos expostos em cada capítulo nos revelam que são extremamente variados os percursos traçados pelos jovens brasileiros na atualidade e que são inúmeras as possibilidades de realização desta passagem. Portanto, ao debruçar-se sobre o processo de *transição para a vida adulta* o livro coloca em primeiro plano a multiplicidade de experiências que costuma ficar oculta sob a categoria *juventude*.

As diversas formas de se *tornar* adulto estão, em alguma medida, relacionadas às diversas formas de *ser* adulto que são gestadas no seio das sociedades em constante transformação. *Vida adulta em transição* é, portanto, a expressão que completa o título do livro, apontando que, no contexto atual, a condição adulta não possui contornos nítidos e bem definidos, podendo assumir formas distintas. Para muitos indivíduos, a idade adulta não se apresenta como um momento estável de suas trajetórias como se tivessem alcançado posições sólidas. Logo, não só a juventude pode ser encarada como um processo em aberto no qual as escolhas, definições e soluções no curso da vida individual ainda estão para serem feitas, como também a fase adulta pode apresentar este caráter amorfo e permeado por indefinições e incertezas.

Inseridos em um quadro social marcado por profundas desigualdades, alguns jovens brasileiros se encontram em condições que contrastam profundamente com a de outras pessoas da sua idade. Assim, a análise do ciclo de vida de diferentes segmentos da população brasileira é o primeiro fio condutor que nos leva a percorrer essas variadas formas de realização da transição para a vida adulta. É para essa direção que se encaminham os trabalhos que iniciam o livro e que foram desenvolvidos por pesquisadoras com experiência no campo dos estudos populacionais. Ana Amélia Camarano, Juliana Leitão e Mello e Solange Kanso utilizam os dados dos censos de 1980 e 2000 para empreender esta pesquisa.

A comparação do ciclo de vida da população masculina com o da população feminina nos revela dados que estão em afinidade com as formulações tradicionais dos papéis de gênero, segundo as quais os homens possuem uma maior inserção na vida pública e as mulheres ficam mais reclusas ao ambiente doméstico. De acordo com o estudo, a vida adulta dos homens brasileiros é fortemente caracterizada pelo trabalho, enquanto a maternidade e o casamento são os eventos

que marcam a vida adulta feminina. No período estudado, verificaram-se pequenas reduções nas taxas de participação dos homens nas atividades econômicas, que não significaram, portanto, uma transformação profunda nesse cenário. Por outro lado, houve um expressivo incremento da atuação feminina no mercado de trabalho, por mais que esta ainda seja inferior a constatada para os homens. Isso nos permite afirmar que muitas jovens estão transitando para a vida adulta pela via do trabalho, que pode passar a ocupar um espaço importante em suas vidas. Contudo, é preciso destacar que o investimento mais intenso nessa esfera torna-se difícil para mulheres que continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado dos filhos.

É importante ainda ressaltar um fator que atingiu significativamente a população jovem masculina nas últimas décadas do século XX. Trata-se dos altos índices de morte por homicídio, conforme nos indicam os dados trabalhados por Helder Ferreira e Herton Ellery Araújo em um capítulo voltado para este tema. Como consequência, processos de transição para vida adulta são bruscamente interrompidos para uma série de jovens que trilham seus caminhos no contexto da violência urbana atual. A investigação dos fatores que contribuem para compor este quadro de violência, bem como a investigação da forma como os homens jovens nele se inserem, é fundamental para a busca de soluções que revertam estes números.

Do norte ao sul do país, as condições de vida das populações situadas nas mais diversas localidades do território nacional podem ser amplamente distintas. Como resultado de um longo processo histórico e social que concentrou dinâmicas econômicas e políticas em determinadas regiões, criaram-se profundas disparidades regionais. Essas diferenças também se expressam na configuração do ciclo de vida destas populações, como é colocado em evidência por mais um dos trabalhos que integra a obra. Traçando uma comparação entre as regiões Sudeste e Nordeste, as autoras destacam que os residentes do Sudeste possuem, comparativamente aos residentes do Nordeste, maior expectativa de vida, maiores taxas de frequência à escola, maior escolaridade e maiores taxas de participação no mercado de trabalho para homens e mulheres.

Quando são examinadas as características do ciclo de vida da população dividida entre brancos, pretos e pardos, as diferenças encontradas revelam, justamente, as desigualdades constituídas historicamente entre estes grupos sociais. Os brancos possuem uma expectativa de vida maior, escolaridade mais elevada e maiores taxas de participação no mercado de trabalho do que os pretos e pardos. Portanto, dentre os jovens negros e nordestinos, muitos realizam a passagem para a vida adulta em meio a um contexto de adversidades socioeconômicas que pode colocá-los à margem do sistema escolar e da esfera do trabalho.

Alguns dos dilemas e conflitos vivenciados pelos jovens dos dias atuais podem estar muito distantes daqueles que foram experimentados pelos jovens das gerações anteriores, uma vez que eles se deparam com diferentes circunstâncias e estruturas sociais. A sociedade brasileira passou por importantes transformações ao longo das últimas décadas que alteraram as relações em

diversas esferas sociais pelas quais os jovens transitam, como a esfera da educação, do trabalho e da família. Assim, em um segundo momento da análise exploram-se as modificações que o processo de transição da juventude para a vida adulta sofreu no decorrer desse tempo, apontando para as novas tendências que passam a influenciá-lo. Para isso as autoras realizam uma comparação entre as características do processo de transição vivenciado pela população jovem de 1980 e aquele experimentado pela população jovem de 2000.

Como afirmado, a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho é um dos movimentos que caracterizam o processo de inserção na vida adulta, uma vez que a escola está fortemente associada ao universo infantil e juvenil, e o trabalho, ao universo adulto. Todavia, no contexto histórico brasileiro, foi somente a partir da década de 90 que ocorreu uma expressiva ampliação do acesso à educação tanto no nível básico quanto no ensino médio. Isto nos leva a crer que para muitos jovens de períodos anteriores, a experiência escolar era muito reduzida e a atuação no mercado de trabalho se dava desde cedo.

Em 1980, mais da metade dos jovens do sexo masculino já havia deixado a escola e se dedicava ao trabalho. Entretanto, em 2000, um número menor de jovens se encontrava nessa situação, apesar de esta ainda ser a condição predominante desta população. Esse dado indica que, para muitos deles, ocorreu um adiamento da entrada no mercado de trabalho, o que pode estar relacionado tanto com o aumento da dedicação aos estudos quanto às dificuldades para a obtenção de empregos, os quais passam a demandar maior qualificação profissional. No caso das mulheres jovens, observamos o movimento oposto, pois o número daquelas que apenas trabalhavam elevou-se nesses anos e tornou-se a condição predominante desta população, enquanto que o grupo das que não trabalhavam e não estudavam sofreu uma forte redução. Completando este quadro de mudanças, para os jovens de ambos os sexos constatou-se um aumento no número daqueles que estavam voltados apenas para o estudo e um incremento significativo no contingente dos que estavam envolvidos com essas duas atividades simultaneamente.

Enriquecendo o debate, em um capítulo dedicado à questão da educação, Felícia Reicher Madeira problematiza o impacto do aumento da escolarização na trajetória dos jovens brasileiros. A percepção que tem se desenvolvido, sobretudo nos países europeus, indica que as novas dinâmicas de organização do sistema produtivo - que requerem maior qualificação dos trabalhadores ao mesmo tempo em que reduzem a oferta de emprego - contribuíram para que parte dos jovens dedicasse mais tempo aos estudos e adiassem a entrada no mundo do trabalho, ampliando, assim, o período de tempo que corresponde à juventude. Em meio a essa discussão, a autora ressalta as especificidades do contexto social brasileiro, no qual, para muitos jovens, essa tendência de permanência no sistema escolar não foi acompanhada por um adiamento dos demais eventos da transição para a vida adulta. De acordo com os dados, para uma parte expressiva da população jovem, o primeiro emprego continua sendo obtido antes do término

dos estudos. Logo, argumenta-se que no caso brasileiro o movimento que se destaca é o rearranjo da sequência com que os eventos se sucedem na passagem da juventude para a maturidade, enquanto que o fenômeno de *prolongamento da juventude* tem menor impacto.

Enfocando outro aspecto crucial do processo de transição, o estudo de Nadya Araujo Guimarães lança um olhar sobre os desafios enfrentados pelos jovens para obterem emprego. Muitos jovens, em suas primeiras experiências profissionais, buscam conhecer e se familiarizar com as diversas ocupações antes de se fixarem em um posto de trabalho. Dessa maneira, a instabilidade costuma ser apontada como uma característica dos percursos profissionais juvenis. Conforme essa visão, com o ingresso na vida adulta, espera-se que essa situação se modifique e os vínculos profissionais se tornem mais sólidos, duradouros e estáveis.

A partir de 1970, a organização do sistema produtivo passou por intensas transformações que repercutiram no mundo do trabalho. Nos grandes centros metropolitanos, a instabilidade se configura como uma característica constitutiva do mercado de trabalho, deixando de ser uma peculiaridade da trajetória profissional dos jovens e estendendo-se para a vida adulta. Assim, frustram-se as expectativas de estabilidade e coloca-se em risco o movimento de autonomia em relação à família que pode ser proporcionado pelo trabalho. Cria-se um contexto de crescentes dificuldades que nos leva a refletir a respeito das possibilidades e perspectivas profissionais que se colocam para os jovens brasileiros na atualidade.

No âmbito dessas pesquisas, um dado chama a atenção: um número significativo de jovens brasileiros não estava trabalhando nem estudando no ano de 2000. Como esses jovens realizariam a transição para a vida adulta estando fora da esfera da escola e do trabalho? Um dos capítulos da obra gira em torno justamente dessa questão. A pesquisa indica que grande parte dos jovens que estavam nessas condições eram mulheres com baixos níveis de escolaridade. Entre elas, muitas eram cônjuges, já tinham tido filhos e residiam em zonas rurais, vivendo em condições econômicas precárias. Essas características nos indicam que, para essas jovens, se tornar adulta pode estar mais relacionado com a formação de uma família, por meio do casamento e da maternidade, do que com a passagem da escola para o trabalho.

Ainda que em uma parcela menor, os jovens que não estão envolvidos com o processo de constituição de família também fazem parte desse grupo, o que significa que não participam de nenhum dos eventos selecionados para a análise do processo de transição. Resta saber sob que bases a passagem para a vida adulta se realizaria para eles. Ainda que sejam necessárias investigações mais profundas, duas explicações são possíveis: a inserção na vida adulta estaria sendo adiada, ou ela se daria por outras vias não previstas neste estudo e que estariam para além das esferas mais convencionais da família, da escola e do trabalho.

Ao formar uma nova família, o jovem passa a ocupar novas posições nas relações do núcleo familiar então constituído, o que o coloca mais próximo da condição social de adulto. Em outras palavras, deixar a casa dos pais, casar e ter filhos são eventos que se combinam no processo de

constituição de família, que é outro importante eixo da transição para a maturidade. De acordo com a sucessão das gerações, os padrões de relacionamentos familiares e conjugais se modificaram e uma das transformações mais importantes foi a admissão - até certo ponto e em cada contexto - da atividade sexual e da maternidade/paternidade para além do âmbito do casamento. Em virtude dessas novas dinâmicas, os eventos relacionados à constituição de família se combinam em ordens diversas na jornada dos jovens brasileiros, resultando em diferentes arranjos familiares.

Em relação aos eventos do casamento e da saída de casa, os dados do estudo mostram que residir com os pais e ser solteiro era a condição predominante dos jovens de ambos os sexos. Para os homens jovens, ocorreu uma leve ampliação deste grupo entre os anos de 1980 e 2000 e, ao mesmo tempo, reduziu-se ligeiramente o número daqueles que eram solteiros e não residiam com os pais. Verificamos, portanto, uma sutil tendência de adiamento da saída do domicílio da família de origem, que se revela com mais força quando observamos o significativo aumento no número de homens que não deixaram a residência de seus responsáveis até os 30 anos de idade. Elevou-se também o número daqueles que não se casaram até essa faixa etária. Diferente do verificado para os homens, entre as mulheres houve uma pequena redução no contingente de solteiras que moravam com os pais, mas a alteração mais significativa foi a diminuição na quantidade de mulheres casadas e que já haviam deixado de viver com a família de origem.

Seguindo essas tendências, de acordo com os dados apresentados em um capítulo dedicado à análise do processo de constituição de família entre os jovens, o percentual de *domicílios com jovens* (nos quais o jovem está na condição de filho) se manteve o mesmo nos anos considerados, enquanto o percentual de *domicílio de jovens* (nos quais o jovem desempenha o papel de chefe de família ou cônjuge) diminuiu consideravelmente.

Considerando mais detidamente as particularidades dos *domicílios de jovens*, os estudos apontam que a maior parte deles é formada por casais com filhos, apesar de se observar certa redução em sua quantidade nos últimos anos. Isso sugere que algumas destas famílias podem ser formadas por casais sem filhos ou jovens que residem sozinhos. Em consonância com os padrões de gênero tradicionais, na maioria dos casos são os homens que ocupam o papel de chefe nessas famílias e as mulheres ficam na posição de cônjuge. No entanto, nas décadas compreendidas entre 1980 e 2000, ocorreram reduções nesses números ao mesmo tempo em que aumentou o número de mulheres chefes de domicílio. Logo, os arranjos familiares tradicionais ainda se fazem muito presentes nas famílias constituídas pelos jovens, porém novas configurações para a organização familiar são moldadas, revirando os papéis de gênero convencionais.

Devemos acrescentar que mesmo nos *domicílios com jovens* identificou-se certo número de jovens que já tinham se casado ou tido filhos. Ou seja, esses eventos foram realizados antes que

eles tivessem deixado de residir com seus pais, com os quais podem manter laços de dependência econômica. Essa situação pode estar relacionada com as dificuldades de acesso a moradia em nosso país. Se, por um lado, esses jovens já começam a assumir posições sociais atreladas ao mundo adulto ao iniciarem o processo de constituição de família pelo casamento ou pela reprodução, por outro lado, nós podemos questionar até que ponto eles podem construir uma autonomia em relação à sua família de origem para a efetiva obtenção desse *status*.

Como por vezes mencionado, muitos jovens passam pela experiência de se tornarem pais e mães. É o que nos indica o aumento da taxa de fecundidade entre as mulheres jovens de 15 a 19 anos, enquanto que para as mulheres de outros grupos de idade ocorreu uma queda neste índice. No âmbito dessa discussão, é preciso destacar as contradições que revestem o exercício da sexualidade entre os jovens. Novas condições começaram a ser gestadas para a aceitação da atividade sexual para além da esfera do casamento, rompendo com uma restrição imposta, sobretudo, para as mulheres. Esse processo, contudo, não foi acompanhado por um diálogo claro acerca da sexualidade nos meios sociais frequentados pelos jovens (como a escola e a família), impossibilitando, assim, uma instrução adequada acerca das responsabilidades que envolvem a vida sexual, como, por exemplo, no que diz respeito ao uso de métodos contraceptivos.

As autoras Maria Luiza Heilborn e Cristiane S. Cabral investigam as implicações desse evento na trajetória de jovens e analisam a maneira como isso afeta a sua inserção na vida adulta. O estudo empreendido pelas autoras aponta que grande parte dos jovens com filhos possuem baixa escolaridade e se encontram em condições socioeconômicas desfavoráveis. De fato, a chegada de um filho pode levar o jovem a abandonar os estudos e, em muitos casos, pode impulsionar uma união conjugal. Entretanto, os dados da pesquisa realizada indicam que, para uma grande parcela dos jovens pesquisados, o evento da reprodução não significou grandes mudanças em sua trajetória, tendo a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho ocorrido antes da chegada do primeiro filho, alguns já estando casados ou residindo com parceiros.

Para a compreensão do sentido da maternidade e da paternidade na vida desses jovens, é preciso ponderar, ainda, o horizonte de valores e relações sociais que envolvem os diferentes grupos sociais. Esses universos simbólicos também são explorados pelas autoras. Elas enfatizam que algumas jovens são socializadas em parâmetros sociais que contribuem para a construção de uma identidade feminina associada à maternidade e ao universo doméstico. Desde a infância, elas ficam responsáveis pelo cuidado de outras crianças e pelos serviços de casa, além de não estudarem. Este contexto pode colaborar para orientar suas trajetórias na direção do evento reprodutivo. Por outro lado, quando o período da juventude é revestido por outras expectativas sociais, como a dedicação aos estudos, a gravidez pode ser vista como precoce e tomada como um evento que desvia as trajetórias de uma direção que seria considerada a mais adequada.

Enveredar-se pelas análises desenvolvidas nos diversos estudos que compõem a obra é como observar uma série de fotografias que registram o cotidiano dos jovens brasileiros. Em alguns desses retratos, vemos meninos e meninas que deixam a escola muito cedo para trabalhar e, dentre eles, alguns se tornam responsáveis pelo sustento de toda a sua família. Outros trabalham e estudam em uma rotina que exige uma grande dedicação e esforço. Há aqueles que permanecem estudando por quase toda a vida e só mais tarde ingressam no mercado de trabalho, no qual alguns circulam por entre diversas ocupações. Muitos jovens deixam a casa dos pais para residir com parceiros com quem se casam e têm filhos. Outros vão morar sozinhos, mas, muitas vezes, continuam dependendo financeiramente de seus pais. Há aqueles que se casam e se tornam pais e mães, mas permanecem morando com sua família de origem.

A diversidade de experiências revelada por essas imagens resulta de um olhar que procura perceber a juventude em movimento, por meio da análise do processo de *transição para a vida adulta* e, ao mesmo tempo, procura perceber o movimento do mundo para o qual essa juventude se dirige, a *vida adulta em transição*. Os dois aspectos são destacados no título da obra; no entanto, é importante observar que esse título consiste em uma pergunta que nos indaga sobre o peso de cada um desses movimentos: *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Acredito que possamos responder que essas duas dinâmicas são complementares: por um lado, os diversos trajetos percorridos pelos jovens em direção à vida adulta podem contribuir para uma reinvenção das formas de ser adulto e, por outro, as distintas formas de ser adulto fazem com que os jovens trilhem novos caminhos em sua direção. 🌀

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). A resenha foi elaborada quando a autora cursava a graduação. E-mail: liliamaria.sm@gmail.com

Recebido em 27 de outubro de 2012

Aprovado em 6 de maio de 2013

UMA ANTROPOLOGIA ALÉM DA CULTURA E DA SOCIEDADE: ENTREVISTA COM CHRISTINA TOREN

AN ANTHROPOLOGY BEYOND CULTURE AND SOCIETY:
INTERVIEW WITH CHRISTINA TOREN

Entrevista realizada por Guilherme Moreira Fians

*Traduzida por Guilherme Moreira Fians e Caio Pereira Lobato**

A entrevistada dessa edição da Revista Habitus é a antropóloga Christina Toren. Christina é australiana, graduada em Psicologia pelo University College London e doutora em Antropologia Social pela London School of Economics. Atualmente, é professora na University of St. Andrews, Escócia.

Seu interesse pela variedade e complexidade dos seres humanos a levou a estudar o processo pelo qual nós nos tornamos quem somos. Em uma constante interface dos conhecimentos da Psicologia com a Antropologia, e se utilizando principalmente dos dados de seus trabalhos de campo em Fiji, Christina contribuiu enormemente com os estudos de parentesco, hierarquia, rituais, conversão religiosa e epistemologia, e foi uma das principais responsáveis por legitimar a inclusão de crianças como informantes, juntamente com os adultos, e com um foco etnográfico nas ideias daquelas, que passam a ser consideradas objetos legítimos de estudo dos antropólogos.

Ela também formulou importantes críticas aos usos que são dados aos conceitos de *cultura* e *sociedade* na Antropologia. Para ela, quando pensamos em cultura, estamos necessariamente invocando o dualismo natureza-cultura e, ao tomarmos essa oposição como dada, somos incapazes de fazer as categorias de nossos informantes funcionarem analiticamente em nossas etnografias. Conjuntamente a outros antropólogos britânicos contemporâneos, como Marilyn Strathern e Tim Ingold, Christina Toren exerce críticas no sentido de não congelamento e objetificação do conceito de sociedade como uma realidade dada. Essas serão algumas das principais questões abordadas nessa entrevista.

Christina é também membro do Conselho Editorial da Revista Habitus, e nos concedeu essa entrevista por *e-mail* em maio de 2013. Para conhecer um pouco mais de suas pesquisas e trabalhos, visite a página: <http://st-andrews.academia.edu/ChristinaToren>

* * *

Revista Habitus: Em seus estudos em Fiji, a senhora não apenas busca entender Fiji, mas também utiliza seu trabalho de campo como um ponto de partida para propor um modelo unificado de ser humano. A senhora chegou lá já com essas ideias, ou elas foram surgindo ao longo da pesquisa de campo?

Christina Toren: O modelo unificado, como eu agora o vejo, é o produto final da minha preocupação contínua em entender e explicar como nós nos tornamos quem somos. É um trabalho de muitos anos.

Talvez eu deva dar uma rápida explicação sobre ele aqui. Seu ponto inicial é a questão de como nós teorizamos a mente. Minha formulação é a seguinte: em relação a qualquer um de nós, mente é um fator dependente da pessoa como um todo, sendo constituída ao longo do tempo em relações intersubjetivas com outros no mundo que nos cerca. O processo de constituição deve ser entendido como simultaneamente biológico, social e psicológico, de modo que a todo momento, em todos os aspectos do nosso ser, cada um de nós manifesta a história das relações sociais que continuam a fazer de nós quem nós somos.

Eu devo continuar a pensar e escrever sobre esse modelo unificado porque há aspectos dele que ainda preciso explicar em detalhes. Por exemplo, eu escrevi em outro lugar que nós humanos, como todas outras coisas vivas, por existirmos inseparáveis do mundo, é dado a nós descobrir e objetificar seus aspectos como uma função da consciência. O desafio para as ciências humanas - para a antropologia, em especial - é demonstrar o processo histórico que continua, ao longo do tempo, a originar as ontologias e as epistemologias a elas vinculadas que, ao mesmo tempo, unem e diferenciam nós, humanos, ao longo do tempo e através das regiões do mundo.

Eu fui a campo em 1981 com interesses teóricos frontalmente direcionados à constituição de ideias. No início da década de 1980, nós falávamos do *simbólico* como se fosse um domínio separado. Então, na minha tese de doutorado de 1986, por exemplo, na qual eu analisava a ideia fijiana de que a hierarquia deve ser tomada como fundamental para a organização social, eu fiz uma distinção entre o uso de acima/abaixo para distinguir entre diferentes planos, e o acima/abaixo simbólico, para distinguir hierarquicamente as pessoas. Estou surpresa, olhando esse trabalho novamente, por quanto tempo eu mantive essa distinção desajeitada, e até mesmo impraticável. Quando o livro derivado da tese veio a ser publicado, no entanto, eu abandonei completamente essa distinção porque, naquele momento, percebi que ela apenas confundia a questão. Eu defendi um modelo micro-histórico de aprendizado como um processo cognitivo, mas foi um longo caminho de lá até o modelo unificado que eu defendo agora.

Revista Habitus: O que a levou a fazer trabalhos de campo nas Ilhas Fiji?

Christina Toren: Na verdade, foi por acaso. Naquela época, meu filho era novo, e eu estava especialmente preocupada que o lugar do meu trabalho de campo fosse bom para ele. Eu não

poderia ir para um lugar onde ele pudesse pegar uma doença séria - como malária, por exemplo. Então, isso limitou bastante as minhas opções. Além disso, naquela época, eu pensava que o que eu queria fazer seria muito difícil, então eu queria ter em mãos boas fontes linguísticas, bons estudos de parentesco, e assim por diante, para que eu não tivesse que começar do zero. Meu orientador na London School of Economics era Maurice Bloch. Ele sugeriu o Pacífico, e eu acabei escolhendo Fiji. Acho que fiz a escolha certa. Fiji é um lugar maravilhoso, de interesse inesgotável. Tive sorte também porque George Milner (que depois foi um dos avaliadores da minha tese) tinha escrito uma excelente Gramática Fijiana para a língua Bauan, e o livro incluía diagramas úteis de parentesco. Eu estava trabalhando no centro de Fiji, e esse trabalho foi extremamente útil para mim.

Revista Habitus: Fiji pode ser considerado um lugar fortemente marcado por conflitos, tanto políticos - por conta da ditadura - como também conflitos religiosos, derivados da convivência nem sempre harmoniosa entre crenças tradicionais em ancestrais, indo-fijianos e fijianos convertidos ao Cristianismo. Como é fazer trabalho de campo em Fiji?

Christina Toren: Eu não vejo Fiji como um lugar “fortemente marcado por conflitos”. Fijianos e indo-fijianos vivem lado a lado há mais de cem anos, e pode-se dizer que tem havido muito pouco conflito entre eles, diante do que poderia acontecer. Profundas diferenças políticas - aí sim, certamente. Por lei, os fijianos não podem alienar a terra; a terra é mantida em posse, como se fosse, de clãs e outros grupos, que têm direito a seu uso, mas não podem vendê-la (é uma lei estabelecida pelo governo colonial britânico). Isso parece fundamentalmente injusto, na perspectiva de um indo-fijiano, pois isso significa que eles têm pouco ou nenhum acesso a terra, e têm que ganhar a vida nos setores comerciais e profissionais. Isso, no entanto, pode ser muito difícil, e muitos indo-fijianos passam por momentos difíceis. Outrossim, foi essa lei relativa à posse da terra que salvou os indígenas fijianos do empobrecimento total. Os fijianos rurais mantêm uma mistura de subsistência e economia monetária, na qual o dinheiro está sempre faltando, e a terra é a verdadeira base de suas vidas. Eles pertencem à terra, e sem ela não poderiam viver. Dito isto, o que também ocorre é que, em geral, fijianos e indo-fijianos continuam a levar vidas muito diferentes, e têm pouco conhecimento uns sobre os outros. Dada suas histórias vividas de forma muito diferente e a ausência persistente de um governo democrático e de liberdade de imprensa, é difícil ver como, em um futuro próximo, algum entendimento genuíno poderá ser alcançado.

Quanto às crenças religiosas, todos os fijianos que eu conheço são cristãos e, para eles, os ancestrais aparecem sob o jugo do deus cristão, e o Cristianismo toma uma forma fijiana. Aqui está um conflito em desenvolvimento aparente, exacerbado pela atual situação política, até onde eu posso ver estando à distância, mas, até recentemente, as pessoas se moviam muito livremente entre as denominações e, apesar das diferenças na doutrina e na prática ritual, eles reconheciam

uns aos outros como cristãos e como parentes. Isso continua a ser verdade, de modo geral, mesmo diante da competição entre as várias denominações cristãs - Metodista, Pentecostal e Católica, por exemplo - porque o parentesco ainda informa toda a dimensão das vidas dos indígenas fijianos e todos os fijianos que são parentes uns dos outros. Pelo menos esse é o caso dos fijianos dos quais eu conheço alguma coisa nas cidades e vilas, e também no exterior.

Talvez interesse a você saber que o atual governo decretou que o termo *fijiano* deve ser um termo inclusivo, referindo-se apenas à cidadania, e que indígenas fijianos devem ser chamados *Itaukei*; a tradução original do inglês para esse termo é *proprietário* (“owner”), mas ele poderia ser igualmente traduzido por *aquele que pertence* (“one who belongs”). Certamente é essa a ideia dos indígenas fijianos - que você pertence ao lugar que é ancestralmente seu, onde você tem os direitos de uso da terra que mantém como posse. Então, por exemplo, se você é um indígena fijiano, sua *verdadeira vila (koro dina)* se encontra na *vanua* (terra, lugar, campo), da qual você mesmo é uma manifestação, independentemente de você ter nascido naquela vila ou ter efetivamente vivido lá. O domínio ancestral é contínuo com aquele dos seres humanos vivos; então, laços com a terra não estão apenas no passado, eles são vividos como presentes, pois os ancestrais ainda estão aqui, habitando e continuando a se manifestar nos lugares que eram deles em vida.

Respondendo à sua questão: Fiji é um lugar fascinante para fazer trabalho de campo.

Revista Habitus: Quais são as principais influências teóricas de suas pesquisas?

Christina Toren: Eu suponho que o primeiro e principal trabalho de Volosinov - seu *Marxism and the Philosophy of Language* - tenha sido uma revelação; ele demole a distinção saussureana entre *langue* e *parole*, e é simplesmente fantástico em sua demonstração de que significados são unicamente feitos – a todo tempo. Do mesmo modo, *The Making of the English Working Class*, de E. P. Thompson, me fez bastante consciente da história como vivida.

Piaget foi uma grande influência, em grande medida por conta de sua percepção de que, para entender humanos, nós temos que entender como eles chegam às ideias que eles sustentam sobre o mundo e sobre si e os outros - isto é, você precisa estudar como as crianças constroem ideias. O que me fez reconhecer sua genialidade, no entanto, foi seu pequeno livro *Structuralism*, que foi um dos seus últimos trabalhos, e no qual fica claro que seu esquema cognitivo é um sistema de transformações auto-regulador – ele é autopoietico, isto é, que se auto-cria, que se auto-produz. Essa é de fato a visão de um biólogo, e isso torna o trabalho de Piaget maravilhosamente utilizável, pois proporciona uma ideia de desenvolvimento cognitivo ao longo do tempo como um microprocesso histórico - uma ideia que me veio com a minha tese de doutorado. Essa ideia me permitiu lidar simultaneamente com continuidade e mudança nas ideias e práticas de uma mesma pessoa, nas ideias e práticas de diferentes gerações, e assim

tornar o *habitus* de Bourdieu operacional. Eu pude ver quando li pela primeira vez (em 1979) *Outline of a Theory of Practice* que o *habitus* não era inerentemente transformacional e que, por essa razão, não podia funcionar, mas, ao torná-lo operacional, eu rapidamente abandonei a ideia como desnecessária. No entanto, eu continuo grata ao Bourdieu por sua observação de que a tarefa do antropólogo é compreender como as pessoas se encantam pelas ideias que elas próprias criaram.

O trabalho dos biólogos Maturana e Varela, que eu li no início da década de 1990, me permitiu pensar na autopoiese humana em geral como um microprocesso histórico, que toma todos os aspectos do ser humano - nossos genes e nossos pensamentos são inteiramente produtos históricos. Qualquer um de nós não tem opção a não ser ir adiante manifestando nossa história, e fazendo a nossa história. E então temos Merleau-Ponty, especialmente seu *Phenomenology of Perception*, que tem sido extremamente importante para mim. Mas talvez o escritor mais influente para mim seja Proust. Eu tenho lido *In Search of Lost Time* desde que eu tinha 20 anos. Eu li sua obra completa três vezes, do início ao fim, e desde então, de vez em quando, eu pego um volume e leio trechos. A profundidade da compreensão de Proust sobre as pessoas e o tempo é cativante, e ele tem um olhar etnográfico para detalhes - para relações entre pessoas, para todos os aspectos de suas vidas, seus corpos, suas roupas, o que elas comem, como elas se movimentam, como elas se sentem, o que elas pensam; tudo está em Proust.

Revista Habitus: No livro *Key Debates in Anthropology*, organizado por Tim Ingold, a senhora participa de um debate no qual defende, juntamente com a antropóloga Marilyn Strathern, a obsolescência do conceito de *sociedade*. Quais são as críticas que a senhora formula ao uso desse conceito?

Christina Toren: Nós estávamos argumentando que a ideia de sociedade é *teoricamente* obsoleta, no sentido de que ela não pode nos ajudar a entender as pessoas que não têm essa ideia de si próprias. Um problema implicado para nós duas é que *sociedade* carrega consigo a ideia do *indivíduo* - a coletividade caracterizada como sociedade, e a pessoa caracterizada como indivíduo. O trabalho seminal de Strathern em *The Gender of the Gift* defende a primazia das relações sociais como uma ferramenta analítica, e uma ideia da pessoa melanésia como *divíduo* - ideias que estão de acordo com sua brilhante análise etnográfica comparativa sobre ideias e práticas melanésias. Quando Marilyn me convidou para participar do debate de 1989, eu me senti honrada, pois ela era professora titular, ocupando a cátedra de Antropologia Social na University of Manchester, e eu era apenas uma iniciante.

Mas eu estou divagando. A tarefa da antropologia, do modo como eu vejo, é fazer os conceitos que encontramos funcionarem analiticamente. Em outras palavras, você deve fazer conceitos indígenas realizarem o trabalho analítico. Você não pode fazer isso se insistir em usar seus próprios termos analíticos, o que pode de fato distorcer seriamente as ideias e práticas as quais

eles são utilizados para transmitir. Logicamente, se você está trabalhando com pessoas que assumem a ideia de *sociedade* - como faz um grande número de pessoas no Reino Unido, por exemplo, ou na França, ou em outros lugares -, então é sua tarefa, como antropólogo, descobrir não só o que esse termo significa para as pessoas (em outras palavras, interpretá-lo), mas também mostrar como se dá o fato de que, entre os seus informantes, *sociedade* é tomada como uma realidade auto-evidente, material. Tornar um termo analítico é mostrar como, para as pessoas que o utilizam, se trata de um mecanismo material no mundo como vivido, de modo que o mundo o confirma como real.

Revista Habitus: Em alguns de seus trabalhos, a senhora formula críticas ao conceito de *cultura*. Quais seriam os principais problemas trazidos pelo uso desse conceito na antropologia?

Christina Toren: Eu nunca achei a ideia de cultura útil. Consideradas como ferramentas analíticas, *cultura* e *sociedade* trazem problemas bem similares; a sociedade complementa o indivíduo, a cultura complementa a biologia. O uso da cultura como uma ferramenta analítica traz consigo a ideia de que há um outro domínio - o da biologia, ou da natureza - que é seu complemento ou contrapartida. Explicações que dependem da ideia de que os humanos têm uma natureza biológica subjacente e uma cultura sobreposta distorcem o que é ser humano. Eu não posso concordar que exista um domínio do universal (biologia) e um domínio do relativo (cultura); isso não faz sentido para mim. Além disso, você descobrirá, na medida em que começar a examinar essa distinção, que ela não se sustenta. Se a capacidade para a cultura nos é dada biologicamente (o que é necessário, se nós devemos manifestá-la), e se ela tem que ser axiomáticamente diferenciada da percepção (o que é preciso para que a distinção natureza-cultura faça algum sentido), então a ideia de cultura se torna completamente incoerente, e certamente não muito boa como explicação. Essa ideia tem uma retenção poderosa em um grande número de pessoas ao redor do mundo, mas, mais uma vez, não é de forma alguma universal. Eu recomendei acima uma análise etnográfica da ideia de sociedade. Da mesma forma, eu recomendo uma análise etnográfica da ideia de cultura tal como usada por aqueles que a tomam como dada. Um estudo aprofundado seria capaz de demonstrar como a ideia de cultura é constituída e como, sendo constituída, vem a ser vivida como real.

Revista Habitus: Considerando essas questões relativas ao conceito de cultura, o que pode ser mantido, questionado e repensado no pensamento que toma por base o Culturalismo? E qual conceito, ideia ou perspectiva metodológica poderia suplantá-lo nos estudos antropológicos?

Christina Toren: Do meu ponto de vista, essa questão é simples, uma vez entendido que literalmente tudo sobre humanos é um produto da história como vivida. Todos os aspectos do

meu ser como uma pessoa particular, dos meus genes até as minhas características fisiológicas, até tudo que eu faço e digo, até todos os pensamentos que eu tive e terei, são o artefato da história transformadora que prossegue fazendo de mim quem eu sou. Eu sou o produto de uma longa, longa história de relações sociais que continuam a me transformar ao longo do tempo, do nascimento à morte. Eu manifesto essa história em todas as minhas características fisiológicas, e em tudo que eu faço, digo e penso. Minha continuidade através do tempo é a de um *sistema de transformações autorregulador* - tudo em mim se transforma com o tempo, mas isso se faz como uma função de um sistema autônomo de auto-regulação que tem a socialidade como seu núcleo.

É importante que fique claro que autopoiese como auto-criação ou auto-regulação não deve ser confundido com escolha, livre arbítrio e agência. Nós não fazemos a nós mesmos à nossa vontade. Nós, humanos, não podemos ser humanos fora de relações com outros que informam quem nós somos, e nós estamos inseridos, junto com esses outros, em um mundo que nos cerca. Intersubjetividade é um processo histórico que proporciona, ao mesmo tempo, continuidade e mudança, de modo que nós humanos transformamos as condições da nossa existência até mesmo quando nós as vivemos. Uma vez que entendamos a história como vivida, fica claro não só que nós não temos necessidade da cultura como uma categoria analítica, mas também que essa categoria fica no caminho da nossa compreensão daqueles que não fazem uso dela.

Revista Habitus: Como a senhora trabalha com a ideia de *epistemologia genética*, de Jean Piaget? Em geral, em grande medida por conta de nossa formação, os antropólogos brasileiros não estão acostumados a lidar com teorias da Psicologia...

Christina Toren: Como eu disse anteriormente, eu considero as ideias de Piaget essenciais. Seu interesse principal é entender como a necessidade que parece ser dada nas nossas categorias de tempo, número, espaço, e assim por diante, poderia ser o resultado de um processo de constituição cognitiva ao longo do tempo, ao invés de uma função dada da mente, como Kant havia defendido. Ele fez um trabalho brilhante ao demonstrar que as pessoas tem que *constituir* suas ideias do mundo. O modelo universal de estágios de desenvolvimento, de Piaget, tem sido há muito desacreditado - realmente, era o que acontecia no final da década de 1970, quando eu estava estudando Psicologia -, e nós temos excelentes estudos que mostram habilidades de bebês recém-nascidos que teriam surpreendido ele. Dito isso, a ideia fundamental de Piaget permanece extraordinariamente útil: (i) ideia do esquema como um sistema de transformações auto-regulador ; (ii) a constituição do esquema ao longo do tempo como uma questão de diferenciação através do funcionamento; (iii) a inevitabilidade desse processo e a necessidade que é seu resultado. O fato de que bebês nascem com habilidades que ele viu como emergindo muito depois não desacredita, por si só, sua abordagem; ao invés disso, torna o desenvolvimento dentro do útero e fora um processo mais rápido e mais complexo do

que havíamos sido capazes de reconhecer até então. Além disso, a visão de Merleau-Ponty de que “o corpo é nosso meio geral de ter um mundo” (1994:203) está de acordo com a insistência de Piaget na inteligência sensório-motora ou prática como o fundamento para o desenvolvimento de categorias lógicas. Há uma grande quantidade de psicólogos que podem ser descritos como neo-Piagetianos.

O que eu reivindico para o meu próprio trabalho é que ele mostra como essas ideias podem ser incorporadas em um modelo que reconhece que a história não é algo externo ao que é ser humano, mas, pelo contrário, que tudo sobre nós manifesta o processo histórico no qual nós vivemos. Então, por exemplo, colocar essas ideias em prática me permitiu revelar como os fijianos rurais, entre os quais eu trabalhei nos anos 1980, chegaram à ideia de que hierarquia é um princípio dado de organização social. Nós devemos fazer um estudo similar entre, digamos, pessoas de classe média no Reino Unido ou nos Estados Unidos para descobrirmos o processo através do qual as pessoas vem a assumir a ideia de que a democracia é, de forma auto-evidente, a única forma adequada de governo.

Revista Habitus: Como a senhora discute a oposição *natureza e cultura*, uma das questões fundadoras da Antropologia, a partir de um diálogo desta com a Psicologia? O que pensar sobre as diversas formas com as quais essas disciplinas, além de outras, como a Genética, lidam com essa oposição?

Christina Toren: Do meu ponto de vista, o maior problema é que a oposição natureza-cultura tende a informar a Antropologia da mesma forma que informa a Psicologia. Afinal, a ideia de *construção cultural* está em toda parte na nossa disciplina, não é? Eu penso estar certa em dizer que sua fonte original se encontra na psicologia acadêmica - ao menos foi onde a encontrei pela primeira vez, em respeito a crianças no trabalho de Kessen (1983). Ficará claro, com certeza, que eu acho as teorias de *construção cultural* e *construção social* igualmente inúteis. Se, como eu defendo, nossa história vivida continuamente se manifesta unicamente em cada um de nós, segue-se que a dimensão genética do meu ser é uma função de uma longa, longa, longa história de relações sociais, assim como todas as outras dimensões do que eu sou. Devo pontuar aqui que a minha é, em grande medida, uma voz isolada. As ciências sociais estão dominadas por cognitivistas que tem muito pouca dificuldade em se acomodar a uma ideia de natureza-e-cultura (apesar de incoerente) como aplicável para além das fronteiras disciplinares. E até mesmo teóricos de sistemas dinâmicos e fenomenólogos biológicos, como Evan Thompson, ainda mantém uma ideia da cultura como um domínio da explicação.

Há, no entanto, uma abordagem antropológica da etnografia que pode formar a base de uma discussão entre antropólogos e psicólogos e ser usada para lidar com a distinção natureza-cultura. Eu me refiro aqui aos trabalhos de Marilyn Strathern, Nancy Munn, Roy Wagner, Eduardo Viveiros de Castro, Jadran Mimica, Marcio Goldman, Peter Gow, Alexandra

Ouroussoff, entre outros, que reconhecem de uma forma ou de outra que ontologia e epistemologia são aspectos uma do outra. Esse é o movimento conceitual crucial, pois nos permite considerar que natureza-cultura é uma ideia historicamente constituída do mundo e do ser humano.

Do modo como eu vejo essa questão, a análise etnográfica dos antropólogos aos quais me refiro mostram que a relação entre ontologia e epistemologia não é propriamente caracterizada como *dialética*, mas, antes, como aparente - como os *dois lados* de uma superfície contínua que é uma fita de Moebius [2], ou os aspectos apresentados da ilusão de percepção causada por um cubo de Necker, no qual, ao se exibir, obvia os outros. Tomemos *From the Enemy's Point of View*, por exemplo, ou *The Fame of Gawa*, ou *The Incest Passions*, ou *An Amazonian Myth and Its History*, ou *How Democracy Works*, ou *Wall Street at War*. Cada um desses fantásticos trabalhos demonstram como a etnografia é capaz de compreender e trazer para o leitor as realidades históricas que as pessoas vivem - não como sobreposições culturais em uma base biológica, mas como dadas a elas, de forma auto-evidente, como reais, o que certamente não exclui o ceticismo e o questionamento como completamente possíveis e de fato desejáveis.

O problema aqui, com certeza, é que o trabalho desses antropólogos é frequentemente considerado *muito difícil*, até mesmo por antropólogos, do que se segue que tornar esse trabalho acessível para outros cientistas humanos (psicólogos e sociólogos) é algo que provavelmente se mostraria problemático. Ainda assim, acho que não temos opção, a não ser nos esforçarmos por algum tipo de aproximação conceitual, que é o motivo pelo qual eu insisto em me descrever como uma cientista da área de humanas. Eu defendo que o meu modelo unificado é bom tanto para psicólogos quanto para antropólogos, embora eu saiba ser provável sua rejeição imediata pelos psicólogos, pois ele não é passível de ser testado com hipóteses convencionais, no sentido de que ele não pode ser falseado.

Revista Habitus: O que pensar da ideia de *natureza humana*? É possível e válido pensarmos em aspectos inerentes aos seres humanos em geral? Como os estudos sobre ontogenia podem se relacionar com essa questão?

Christina Toren: Sem dúvida, está claro pelo que eu disse até agora que eu não concordo com a ideia de natureza humana. Eu concordo, no entanto, que cada um de nós é, em todos os aspectos, um produto de uma transformação contínua de um passado vivido que nós, de uma só vez, manifestamos e projetamos no nosso presente contínuo. Eu não tenho escolha a não ser atribuir sentido ao mundo e a outras pessoas, e faço isso nos termos das ideias e práticas que eu constituí como *minhas* em função do processo micro-histórico que prossegue fazendo de mim quem eu sou. Eu defendo que este é o caso para cada um de nós.

Revista Habitus: O artigo *O impacto do conceito de homem sobre o conceito de cultura*, publicado no livro *A Interpretação das Culturas*, de Clifford Geertz, exerceu uma grande influência em muitos antropólogos brasileiros na época de sua publicação. O que a senhora acha da forma como Clifford Geertz discute “o que faz os seres humanos serem quem são”?

Christina Toren: Eu tive que ler Geertz também, certamente, quando era estudante, e sua ideia de cultura teve um impacto significativo nos antropólogos do Reino Unido. No entanto, eu não fiquei nem mesmo momentaneamente encantada por ela.

Para mostrar apenas um aspecto, para Geertz “cultura é pública porque o significado o é”. Com certeza isso não pode ser assim. Nós podemos ser irmãos, e podemos viver, digamos, ostensivamente a mesma existência cotidiana e, mesmo assim, apesar da profundidade da história que nós temos em comum, nós diferenciamos essa história em e através de nossas pessoas e, ao fazer isso, constituímos diferentes ideias relacionadas ao que pode ser considerado como *as mesmas* condições vividas. Certamente esse é o caso de mim e dos meus irmãos.

Geertz se refere a “padrões culturais” como “transmitidos” e “herdados”, mas este nunca é o caso. De fato, “transmissão” e “herança” representam problemas reais até mesmo em relação à nossa fisiologia. Basta-se observar os fatos da reprodução sexual, isto para não falar nada sobre as condições epigenéticas do desenvolvimento no útero. Por exemplo, as condições de existência vividas pela minha mãe durante a minha gravidez foram diferentes daquelas que ela viveu durante a gestação de cada um dos meus cinco irmãos. Isso é óbvio, mas é também crucial. Cada dimensão do nosso ser que alguém pode querer abordar - e aqui eu estou me referindo especificamente a mim e aos meus irmãos - é informada por isso. E nós não somos diferentes de ninguém nesse aspecto. A história produz continuidade em função da diferenciação. Isso é uma observação, não um paradoxo. Continuidade e transformação são aspectos uma da outra. Assim, em se tratando de significado, isso não pode ser mais “transmitido” ou “herdado” do que a nossa fisiologia, exceto em seu sentido mais desprendido. Cada um de nós produz significados a partir de significados que encontramos, e isso é tanto um processo de transformação quanto de continuidade.

Em outras palavras, nós podemos ser falantes nativos da mesma língua, mas isso não pode garantir que eu entenda o que você diz, exceto, talvez, se nos confinarmos às declarações demonstráveis mais simples - “o leite está sobre a mesa”, “está chovendo” -, e até mesmo em relação a esses simples usos da língua leva-se tempo para constituir para si o seu significado. Eu me refiro aqui ao aprendizado de crianças de sua língua nativa como um processo no qual cada criança precisa constituir essa língua para si mesma. O trabalho de Tomasello e outros demonstra precisamente esse processo.

Em suma, a ideia de cultura nunca fez sentido para mim, não só por ser escorregadia, mas porque sua contrapartida - *natureza* ou *biologia* - é tida como sendo uma dimensão do ser humano conceitualmente separada, funcionando de acordo com leis completamente diferentes.

Revista Habitus: No texto *Do babies have culture?*, no qual a senhora faz uma resenha de um livro da antropóloga Alma Gottlieb, a senhora diz que, mais do que uma antropologia da criança ou da infância, a senhora se interessa por pensar uma antropologia mais envolvida com a epistemologia, e que tenha as crianças como principais *nativos*, como objetos de estudo legítimos. A senhora pode comentar essa questão, antropologia sobre crianças e antropologia com/ envolvendo crianças?

Christina Toren: De fato, eu sempre argumentei contra a ideia de que o que queremos é uma antropologia da infância. O que eu defendo, no entanto, é a inclusão rotineira de crianças em nossas etnografias, pelo fato de que a pesquisa sistemática com crianças permite ao antropólogo descobrir os processos de conhecimento que dão origem aos conceitos que os adultos usam para descrever a si mesmos e o mundo. Mas esse tipo de pesquisa é revelador apenas na medida em que se baseia em adultos de todas as idades, assim como em crianças de todas as idades. O que você descobre observando bebês e conversando com crianças de cinco anos (por exemplo) não é o que você vai encontrar observando e conversando com crianças mais velhas, adolescentes, adultos, pessoas de meia idade e idosos. Dito isso, a inclusão de crianças nas nossas pesquisas pode nos dar acesso privilegiado a materiais que você não conseguiria por nenhum outro meio. Crianças têm que produzir significados a partir das condições no mundo criado por adultos, e se, como antropólogo, você descobre qual tipo de significado elas estão produzindo e como elas estão fazendo isso, você pode realmente demonstrar não só o processo que constitui as realidades vividas pelas pessoas, mas também sua necessidade histórica.

Além disso, nós podemos usar esse método para compreender e explicar a nós mesmos, assim como outros. Em todo caso, no entanto, é importante assegurar que os métodos de pesquisa incluam um trabalho de campo de observação participante de longa duração e a escrita obsessiva de notas de campo, assim como, posteriormente, na pesquisa, um estudo de corte transversal de crianças das mais jovens o possível até as de 14 anos de idade ou mais. Ainda que você esteja trabalhando “perto de casa”, em, digamos, um bairro de classe média no Rio de Janeiro, um tempo mínimo de 12 meses de trabalho de campo é crucial exatamente porque você como (talvez) um nativo, está mais suscetível de tomar como evidente o que é tido como evidente pelos seus informantes. Então, você precisa fazer o mesmo trabalho que é rotineiramente feito por antropólogos com povos dos quais eles não sabem nada. Em outras palavras, você precisa descobrir sobre parentesco, religião, economia política cotidiana, rituais e comportamentos ritualizados, pessoalidade e socialidade, vida doméstica, educação, e assim por diante. Você precisa fazer esse trabalho inicial para descobrir onde você deve, posteriormente, focar seus esforços de pesquisa sistemática com crianças. Só uma análise social profunda é capaz de descobrir como as relações entre as pessoas estão informando a constituição das ideias ao

longo do tempo. E sim, é uma tarefa difícil, mas, no final, não mais exigente do que qualquer outro empenho etnográfico profundo.

Revista Habitus: É comum que educadores e psicólogos, entre outros, se proponham a estudar os *processos de socialização da criança*. Por que a senhora considera a noção de *socialização* imprópria?

Christina Toren: Cada criança precisa dar significado por si mesma ao mundo habitado. Nos termos mais simples, o que a criança faz (o que cada um de nós faz) é produzir significados a partir dos significados que outros produziram e estão produzindo. Isso é um processo autopoietico - que se auto-cria, se auto-produz, se auto-regula -, no qual significados são inevitavelmente mais ou menos transformados no próprio processo em que são constituídos. Esse processo não seria corretamente caracterizado como *socialização*, o qual implicaria não somente certa passividade daquele que é socializado, mas também uma continuidade mais ou menos não problemática ao longo do tempo.

Revista Habitus: Qual o papel ou a importância que a materialidade, a concretude do mundo, tem na nossa atribuição de significados ao mundo? Além disso, a senhora fala que atribuímos nossos próprios significados a partir de significados dados por outros seres humanos, com as quais entramos em contato no mundo habitado, certo? Como pensar também a influência da materialidade e dos não-humanos em geral nesse processo de atribuição de sentidos e significados?

Christina Toren: Eu sou uma materialista por completo. Para mim, tudo sobre o mundo e sobre o ser humano é material. Assim, quando se trata de deuses, ancestrais, espíritos, almas, fantasmas, bruxas, anjos, santos, demônios, e assim por diante, o fundamental é perceber que a existência dessas entidades é materialmente confirmada pelo mundo. Digo isso porque sei, a princípio, que deve ser assim, ainda que eu, pessoalmente, só possa dar crédito a essas existências de segunda mão, como conhecido pelos meus informantes fijianos, por exemplo.

Eu sou uma racionalista e, como qualquer outra pessoa, eu acho que minhas próprias ideias fundamentais são, de forma auto-evidente, corretas e demonstráveis, do que parece se seguir que os outros devem estar errados. Ao mesmo tempo, como antropóloga, eu sei que outras pessoas estão igualmente certas de que eu estou completamente errada, e de que eles sabem mais. E quanto a todas aquelas pessoas que, por exemplo, têm certeza que existe um espírito humano que, na morte, se afasta para outro domínio? O mundo, materialmente, confirma isso como verdade, ainda que confirme a verdade oposta para mim. E por que não? O mundo habitado é inesgotável em suas possibilidades porque nós habitamos nele, projetamos nele nossas próprias certezas historicamente constituídas, e encontramos sua confirmação. Assim,

por exemplo, eu tenho certeza que uma dimensão da minha mente, que nós podemos caracterizar como inconsciente, se manifesta materialmente no próprio funcionamento do meu corpo - em dores de cabeça, digamos, ou no esquecimento, ou em deslizes da minha língua. Eu defenderia que o inconsciente é materialmente demonstrável. Enquanto isso, muitos neurocientistas e psicólogos cognitivos estão igualmente certos de que eu estou demonstravelmente errada.

Revista Habitus: A senhora ressalta a importância de levarmos em consideração o microprocesso histórico que constitui os seres humanos. Partindo dessa concepção, devemos pensar a história como algo inerente a cada um de nós?

Christina Toren: Sim, de fato. Eu acho que fica claro pelo que eu disse até agora que, para mim, história é o que vivemos e o que manifestamos em todos os aspectos da nossa condição humana.

Revista Habitus: Além de estudos de pós-graduação, a antropologia é ensinada nas universidades brasileiras principalmente por meio de cursos de graduação em Ciências Sociais. Esses cursos são formados por disciplinas das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Considerando que, em muitos de seus trabalhos, a senhora promove um diálogo entre áreas como Antropologia, Psicologia e Epistemologia, o que a senhora pensa dessa aproximação, comum no Brasil, da Antropologia com a Sociologia e a Ciência Política?

Quando não há incompatibilidade nos pressupostos fundadores, é fácil falar além das fronteiras disciplinares. O problema, no entanto, é que os pressupostos fundadores no trabalho das diferentes disciplinas podem ser realmente incompatíveis. Na medida em que esses pressupostos fundadores são evidenciados e discutidos, pode ser possível promover um diálogo. Eu acho, no entanto, que é uma tarefa difícil.

Em relação à graduação, eu aprovo cursos que atravessam as ciências humanas. Quando esses cursos são bem planejados e bem ensinados, eles podem não só dar aos estudantes acesso a ideias que perpassam as disciplinas e aos debates aos quais deram início, como também, com alguma sorte, podem promover tentativas criativas de aproximações conceituais e de pesquisas genuinamente interdisciplinares. Uma última observação: todas as nossas teorias em antropologia são fundadas em uma ideia de mente e de ser humano mais ou menos explícita. Por esse motivo, é importante para nós, enquanto antropólogos, deixar explícitas nossas ideias mais fundamentais. Só quando nós fizermos isso é que teremos a oportunidade de descobrirmos o que é incoerente, o que, afinal, não faz sentido, e o que funciona. 🌀

* Guilherme Moreira Fians é mestrando em Antropologia Social pelo Museu Nacional - UFRJ, e Caio Pereira Lobato é graduando em Ciências Sociais pelo IFCS - UFRJ. Ambos são membros do Comitê Editorial da Revista Habitus.

NOTAS

[1] Meu diploma de Psicologia do University College London foi obtido em 1979. Eu, então, me transferi para a London School of Economics para o meu doutorado (PhD) em Antropologia - começando com o que, naquela época, era chamado de “ano de qualificação”, durante o qual assisti a todas as aulas de graduação que eu pude, assim como às do mestrado e aos seminários do Departamento. Durante os anos de 1980 e 1981, eu me preparei para o trabalho de campo e, de 1981 a 1983, fiz o meu primeiro trabalho de campo, concluindo o doutorado em 1986. Fui nomeada professora (*Lecturer*, professor conferencista) na Brunel University em 1989.

[2] Uma fita de Möbius ou banda de Möbius é um espaço topológico obtido pela colagem das duas extremidades de uma fita, após efetuar meia volta numa delas [Nota dos Tradutores].

[3] Geertz’s “culture concept [...] denotes an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms ...” (1973: 89). Nota dos Tradutores: “denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas” (2008:66).

AN ANTHROPOLOGY BEYOND CULTURE AND SOCIETY: INTERVIEW WITH CHRISTINA TOREN

Interviewed by Guilherme Moreira Fians

Introduction and revision

*by Guilherme Moreira Fians and Caio Pereira Lobato**

The interviewed person in this issue is the anthropologist Christina Toren. Christina is Australian by birth, she graduated in Psychology from University College London and gained her Ph.D in Social Anthropology at the London School of Economics. Currently, she holds a professorial chair at the University of St. Andrews, Scotland.

Her interest in human beings’ complexity and variance took her to study the processes whereby we become who we are. Through a constant interface between Psychology and Anthropology and extensive use of data from her fieldwork in Fiji, Christina has enormously contributed to studies on kinship, hierarchy, rituals, religious conversion and epistemology. She has also been amongst the researchers responsible for legitimating the inclusion of children as informants, alongside adults, and an ethnographic focus on children’s ideas, which has begun to be considered as a proper anthropological object of study.

Toren also has formulated important critiques of the use of concepts like *culture* and *society* in Anthropology. According to her, when we argue in terms of *culture*, we are necessarily invoking the nature-culture dualism and, taking this opposition as given, we are unable to make our informants' categories work analytically in our ethnographies. Among other contemporary anthropologists working in British universities such as Marilyn Strathern and Tim Ingold, Toren makes her own critical effort to dismantle the objectification of society as a taken for granted reality. These are some of the issues discussed in this interview.

Christina Toren is also member of the Editorial Council of Revista Habitus, and had given us this interview by e-mail on May 2013. For a greater view of her work and researches, visit: <http://st-andrews.academia.edu/ChristinaToren>

* * *

Revista Habitus: In your studies in Fiji, you do not only try to understand Fiji, but you also use your fieldwork as a starting point to propose a unified model of the human being. Did you go there with these ideas in mind or did they come along your fieldwork?

Christina Toren: The unified model, as I now think of it, is the end product of my continuing concern to understand and explain how we become who we are. It's the work of years.

Perhaps I should give a very brief account of it here. Its starting point is the question of how we theorise mind. My formulation is as follows: in respect of any one of us, mind is a function of the whole person that is constituted over time in intersubjective relations with others in the environing world. The constituting process is to be understood as at once biological, social, and psychological, such that at any given time, in all aspects of our being, each one of us manifests the history of social relations that continues to make us who we are.

I shall have to continue to think and write about this unified model because there are aspects of it I have yet to explain in detail. For example, I've written somewhere that because, like all other living things, we humans inhere in the world, it is given to us to find out and objectify its aspects as a function of consciousness. The challenge for the human scientist – for the anthropologist in particular – is to demonstrate the historical processes that continue, over time, to give rise to the ontologies and entailed epistemologies that at once unite and differentiate us humans through time and across regions of the world.

I went off to the field in 1981 with straightforwardly theoretical interests concerning the constitution of ideas. In the early 1980s we talked of *the symbolic* as if it was a separable domain. So in my 1986 PhD thesis, for example, where I was examining the Fijian idea that hierarchy is to be taken for granted as fundamental to social organization, I made a distinction

between the use of above/below to distinguish between different planes, and symbolic above/below to distinguish hierarchically between people. I'm amazed, looking back on it, how long I held to this unwieldy and indeed unworkable distinction. When it came to publishing the book derived from the thesis, however, I dropped the distinction entirely because by that time I had realised that it simply confused the issue. I argued for a microhistorical model of learning as a cognitive process, but it was a long way from there to the unified model that I argue for now.

Revista Habitus: What has taken you to do fieldwork in Fiji Islands?

Christina Toren: Chance, really. At the time my son was young and I was especially concerned that my fieldwork site be good for him. I could not justify going to a place where he might catch a serious illness – malaria, for example. So that rather limited my options. Also, at the time I thought that what I wanted to do was going to be very difficult, so I wanted to have in hand good language sources, good studies of kinship and so on, so that I would not have to start from scratch. My supervisor at the LSE was Maurice Bloch, he suggested the Pacific and in the end I chose Fiji. I made the right choice I think. It is a wonderful place, of inexhaustible interest. I was fortunate too in that George Milner (who was later one of the examiners of my PhD) had written an excellent Fijian Grammar for the Bauan language and the book included helpful kinship diagrams. I was working in central Fiji, so this work was tremendously useful to me.

Revista Habitus: Fiji may be considered a place strongly marked by conflicts, as political conflicts – due to dictatorship – and also religious conflicts, derived of the not always harmonious contact among traditional beliefs in ancestors, Indo-Fijians and Fijians converted to Christianity. This considered, how is doing fieldwork in Fiji?

Christina Toren: I do not think of Fiji as a place “strongly marked by conflicts”. Fijians and Indo Fijians have lived alongside one another for over one hundred years and it could just as well be said that there has been remarkably little conflict between them, given what might have been possible. Profound political differences – yes, certainly. Fijians are by law not able to alienate land; land is held in trust, as it were, by clans and other groups who have the use of it but who cannot sell it (a law brought in by the British colonial government). This looks fundamentally unfair from an Indo Fijian perspective because it means they have little or no access to land and have to make a living in the commercial and professional sectors. This can be very difficult indeed and many Indo Fijians have a difficult time. By the same token, it is this law relating to their land-holdings that has saved indigenous Fijians from total impoverishment. Rural Fijians maintain a mixed subsistence and cash economy, where money is always wanting, and the land is the very basis of their lives. They belong to the land and without it they could not live. That said, it is also the case that by and large Fijians and Indo Fijians continue to lead very

separate lives and have very little understanding of one another. Given their very different lived histories, and in the continuing absence of democratic government and freedom of the press, it is difficult to see how, in the foreseeable future, any genuine understanding is to be achieved.

As to religious beliefs well, all the Fijians I know are Christians and for them the ancestors come under the sway of the Christian god and Christianity takes on Fijian forms. There is some apparently developing conflict here, exacerbated by the current political situation, so far as I can tell from a distance, but until recently it was the case that people moved pretty freely between denominations and, despite differences in doctrine and ritual practice, they recognized one another as Christians and as kin. This continues to be true, by and large, even in the face of the competition between the various Christian denominations – Methodist, Pentecostalist, and Catholic, for example – because it is still the case that kinship informs every dimension of the lives of indigenous Fijians and all Fijians are kin to one another. At least this is the case for the Fijians I know anything at all about in town and village and also overseas.

It may interest you to know that the current government has decreed that the term *Fijian* should be an inclusive term referring only to citizenship and that indigenous Fijians should be called *Itaukei*; the conventional English translation for this term is *owner* but it could equally well be translated as *one who belongs*. Certainly this is the indigenous Fijian idea – that you belong to the place that is ancestrally yours, where you have use rights in land you hold in trust. So, for example, if you are an indigenous Fijian, your *true village (koro dina)* is to be found in the *vanaua* (land, place, country) of which you are yourself a manifestation, irrespective of whether you were born in that village or have actually lived there. The ancestral realm is continuous with that of living humans, so ties to land do not just lie in the past, they are lived as present because the ancestors are all still here, inhabiting and continuing to manifest themselves in the places that were theirs in life.

To answer your question: Fiji is a fascinating place to do fieldwork.

Revista Habitus: What are the main theoretical influences of your researches?

Christina Toren: I suppose Volosinov first and foremost – his *Marxism and the Philosophy of Language* was a revelation; it demolishes the Saussurean distinction between *langue* and *parole* and is just superb in respect of its demonstration that meanings are uniquely made – every time. Likewise *The Making of the English Working Class* by E.P. Thompson made me very aware of history as lived.

Piaget was a major influence, in large part because of his realization that to understand humans you have to understand how they arrive at the ideas they hold about the world and one another – i.e. you have to study how children constitute ideas. What made me recognize his genius, however, was his little book *Structuralism* which was one of his last works and from which it is

clear that his cognitive scheme is a *self-regulating transformational system* – it is autopoietic, that is to say self-creating or self-producing. This is indeed the insight of a biologist and it makes Piaget's work wonderfully useable, because it provides for an idea of cognitive development over time as a microhistorical process – an idea I came up with in my PhD thesis. This idea enabled me to deal at once with continuity and change in the ideas and practices of a single person, and in the ideas and practices of different generations, and so to make Bourdieu's habitus operational. I could see when I first read (in 1979) *Outline of a Theory of Practice* that the habitus was not inherently transformational and for this reason could not work but, having rendered it operational, I quite quickly abandoned the idea as unnecessary. I remain grateful to Bourdieu however for his observation that the task of the anthropologist is to understand how people become enchanted by ideas they themselves have made.

The work of biologists Maturana and Varela, which I read in the early 1990s enabled me to think of human autopoiesis *in general* as a microhistorical process, one that takes in every aspect of human being – our genes and our thoughts are through and through historical products. Any given one of us has no choice but to go on and on manifesting our history and making it. And then there is Merleau-Ponty, especially his *Phenomenology of Perception*, which has been tremendously important for me. But perhaps the single most influential writer for me is Proust. I've been reading *In Search of Lost Time* since my early 20s. I've read the whole work three times from beginning to end and since then I now and again pick up a volume and read parts. Proust's depth of understanding of people and time is enthralling and he has an ethnographic eye for detail – for relations between people, for every aspect of their lives, their bodies, their clothes, what they eat, how they move, how they feel, what they think; everything is in Proust.

Revista Habitus: In the book *Key Debates in Anthropology*, edited by Tim Ingold, you take part in a debate in which you defend, together with anthropologist Marilyn Strathern, the obsolescence of the concept of *society*. What criticisms do you formulate of the use of this concept?

Christina Toren: We were arguing that the idea of society is *theoretically* obsolete in the sense that it could not help us to understand people who had no such idea of themselves. An entailed problem, for both of us, was that 'society' carries in its train the idea of 'the individual' – the collectivity characterized as society, the person characterized as individual. Strathern's seminal work in *The Gender of the Gift* argued for the primacy of social relations as an analytical tool and an idea of the Melanesian person as *dividual*, ideas in accord with her brilliant comparative ethnographic analysis of Melanesian ideas and practices. When Marilyn asked me to take part in the 1989 debate I felt honored, for she was a full professor, occupying the Chair of Social Anthropology at Manchester, and I was just a beginner [1].

But I am digressing. The anthropologist's task, as I see it, is to make the concepts we encounter work analytically. In other words, you have to make indigenous concepts do analytical work. You can't do that if you insist on using your own analytical terms, which may indeed seriously distort the ideas and practices on which they are brought to bear. Of course, if you are working with people who take the idea of *society* for granted – as do large numbers of people in the U.K. for instance, or in France, or elsewhere – then it is your task as an anthropologist to find out not only what that term means to people (in other words, to interpret it), but also to show how it comes to be the case that among your informants *society* is taken for granted as self-evidently real, material. To render a term analytical is to show how, for the people who use it, it comes to have a material purchase on the world as lived, such that the world confirms it as real.

Revista Habitus: In some of your writings, you criticize the concept of *culture*. Which would be the main problems brought by the use of this concept in Anthropology?

Christina Toren: I have never found the idea of culture useful. Considered as analytical tools, *culture* and *society* raise rather similar problems; *society* complements the individual, *culture* complements biology. The use of culture as an analytical tool carries in its train the idea that there is another domain – that of biology, or nature – that is its complement or counterpart. Explanations that depend on the idea that humans have an underlying biological nature and an overlaid culture distort what it is to be human. I cannot agree that there is a domain of the universal (biology) and a domain of the relative (culture); this makes no sense to me. Moreover, you will find, once you begin to examine the distinction, that it does not hold. If the capacity for culture is given to us biologically (which it has to be if we are to manifest it), and if it has axiomatically to be distinguished from perception (which it has to be if the biology-culture distinction is to make any sense), then the idea of culture becomes utterly incoherent and is surely not much good as an explanation. The idea has a powerful hold on a good number of people throughout the world, but again it is by no means universal. I recommended above an ethnographic analysis of the idea of *society*. Likewise, I recommend an ethnographic analysis of the idea of culture as used by people who take it for granted. An in-depth study would be able to demonstrate how the idea of culture is constituted and how, in being constituted, it comes to be lived as real.

Revista Habitus: Considering this issue related to the concept of *culture*, what could be maintained, questioned and rethought on the thinking based on Culturalism? And which concepts, ideas or methodological perspective could supplant culture in anthropological studies?

Christina Toren: From my point of view, this issue is simple once you understand that literally everything about humans is a product of history as lived. Every aspect of my being as a

particular person, from my genes to my physiological characteristics, to everything I do and say, to every thought I have had and will have, is the artifact of the transforming history that goes on and on making me who I am. I am a product of a long, long history of social relations that continues to transform me over time from birth to death. I manifest that history in all my physiological characteristics and in everything I do and say and think. My continuity through time is that of a *self-regulating transformational system* – everything about me transforms over time but it does so as a function of an autonomous self-regulating system which has sociality at its core.

It is important to be clear that autopoiesis as self-creation or self-regulation is not to be confused with choice, free-will and agency. We do not make ourselves at will. We humans cannot be human outside relations with others who inform who we are and we are embedded along with those others in an enviroing world. Intersubjectivity is an historical process that provides at once for continuity and change, such that we humans transform the conditions of our existence even as we live them. Once we understand history as lived, it becomes clear not only that we have no need of culture as an analytical category, but also that it gets in the way of our understanding of peoples who do not make use of it.

Revista Habitus: How do you deal with Piaget’s idea of Genetic Epistemology? In general, by and large due to our formation, Brazilian anthropologists are not used to dealing with theories from Psychology...

Christina Toren: As I said earlier, I find Piaget’s ideas essential. His driving interest was to understand how the *necessity* that seems to be given in our categories of time, number, space and so on could be the outcome of a process of cognitive constitution over time, rather than a given function of mind as Kant had argued. He did a brilliant job of demonstrating that people have to *constitute* their ideas of the world. Piaget’s universal model of developmental stages has long been discredited – indeed this was the case in the late 1970s when I was studying Psychology – and we have superb studies that show abilities in newborn babies that would have astounded him. This said, Piaget’s fundamental ideas remain extraordinarily useful: (i) the idea of the scheme as a self-regulating transformational system, (ii) the constitution of the scheme over time as a matter of differentiation through functioning, (iii) the inevitability of this process and the necessity that is its outcome. That babies are born with abilities he saw as emerging much later does not, in itself, discredit his approach; rather it makes development inside the womb and out a faster and more complex process than we had previously been able to recognize. Moreover, Merleau-Ponty’s view that “the body is our general medium for having a world” (1962: 146) accords with Piaget’s insistence on sensori-motor or practical intelligence as the foundation for the development of logical categories. There are a good number of psychologists who might be described as neo-Piagetians.

What I claim for my own work, is that it shows how these ideas can be embedded in a model that recognizes that history is not something external to what it is to be human, but rather that everything about us manifests the historical processes that we live. So, for example, putting these ideas into practice enabled me to reveal precisely how the rural Fijians among whom I worked in the 1980s arrived at the idea that hierarchy is a given principle of social organization. We might do a similar study among, say, middle-class people in the UK or the USA, to uncover the process through which people come to take for granted the idea that democracy is self-evidently the only proper form of government.

Revista Habitus: How can one discuss the opposition of *nature* and *culture* - one of the major questions in Anthropology - from the point of view of a dialogue between Anthropology and Psychology? What can be thought about the many ways as those disciplines, among others like Genetics, deal with this opposition?

Christina Toren: The major problem as I see it is that the nature-culture opposition tends to inform Anthropology in much the same way as it does Psychology. After all, the idea of *cultural construction* is everywhere in our own discipline, is it not? I think I am right in saying that its original source is to be found in academic psychology – at least this is where I first came across it in respect of children in the work of Kessen (1983). It will be apparent, I am sure, that I find theories of *cultural construction* and *social construction* equally unhelpful. If, as I argue, our lived history continually manifests itself uniquely in each one of us, it follows that the genetic dimension of my being is a function of a long, long, long history of social relations, just like every other dimension of what I am. I should point out here that mine is pretty much a lone voice. The social sciences are dominated by cognitivists who have very little difficulty in accommodating to some idea of nature-and-culture (however incoherent) as applicable across disciplinary boundaries. And even dynamic systems theorists and biological phenomenologists like Evan Thompson still hold to an idea of culture as a domain of explanation.

There is, however, an anthropological approach from ethnography that might form the basis of a discussion between anthropologists and psychologists and be used to address the nature-culture distinction. I am referring here to the work of Marilyn Strathern, Nancy Munn, Roy Wagner, Eduardo Viveiros de Castro, Jadran Mimica, Marcio Goldman, Peter Gow, Alexandra Ouroussoff and others who recognize in one way or another that ontology and epistemology are aspects of one another. This is the crucial conceptual move because it enables you to realize that nature-culture is an historically constituted idea of the world and human being.

As I see it, the ethnographic analyses of the anthropologists I am referring to show that the relation between ontology and epistemology is not properly characterized as *dialectical* but rather as apparent – like the *two sides* of the continuous surface that is a Moebius strip, or the presenting face of the perceptual illusion given by a Necker cube which, in presenting itself,

obviates the others. Take *From the Enemy's Point of View*, for example, or *The Fame of Gawa or The Incest Passions*, or *An Amazonian Myth and Its History*, or *How Democracy Works*, or *Wall Street at War*. Each of these superb works demonstrates how ethnography is able to realize and bring home to the reader the historical realities that people live – not as cultural overlays on a biological base, but as self-evidently given to them as real, which does not, of course, in any way rule out scepticism and questioning as entirely possible and indeed likely.

The problem here, of course, is that the work of these anthropologists is often enough taken to be *too difficult* even by anthropologists, from which it follows that making the work accessible to other human scientists (psychologists and sociologists) is likely to prove problematic. Even so, I think we have no choice but to continue to strive after some kind of conceptual rapprochement, which is why I insist on describing myself as a human scientist. I argue that my unified model is good for psychologists as well as anthropologists, even while I know that it is likely to be rejected outright by psychologists because it is not amenable to conventional hypothesis testing in the sense that it cannot be falsified.

Revista Habitus: What one can think about the idea of *human nature*? Is it possible and in what level is it valid to think in aspects inherent to human beings in general? How studies on ontogeny could be related to this question?

Christina Toren: No doubt it is clear from what I've said so far that I do not hold with the idea of human nature. I do, however, hold that each one of us is, in every single respect, a continually transforming product of a lived past that we at once manifest and project into our continuing present. I have no choice but to make sense of the world and other people and I do so in terms of the ideas and practices that I have constituted as *mine* as a function of the microhistorical processes that go on and on making me who I am. I argue that this is the case for every one of us.

Revista Habitus: The article *The Impact of the Concept of Culture on the Concept of Man*, from the book *The Interpretation of Cultures*, written by Clifford Geertz, was a strong influence in many Brazilian anthropologists in the period of its publication. What do you consider of the Geertz's discussion of "what make human beings become who they are"?

Christina Toren: I had to read Geertz too, of course, as a student and his idea of culture had a significant impact on anthropologists in the UK. I was not, however, even momentarily enchanted by it.

To take just one aspect, for Geertz "culture is public because meaning is". Surely that cannot be so. We may be siblings and we may live, say, ostensibly the same day-to-day existence and even so, despite the depth of history we have in common, we differentiate that history in and through

our own persons and in so doing constitute different ideas concerning what might be referred to as *the same* lived conditions. Certainly this is the case for me and my siblings.

Geertz refers to “cultural patterns” as “transmitted” and “inherited” but this is never the case. Indeed “transmission” and “inheritance” pose real problems even in respect of our physiology. [2] To see that this is so, you have only to consider the facts of sexual reproduction, to say nothing of the epigenetic conditions of development in the womb. For example, the existential conditions lived by my mother during her pregnancy with me were different from those she lived during the gestation of each one of my five siblings. This is obvious, but it is also crucial. Every single dimension of our being that one might want to address – and here I am referring specifically to me and my siblings – is informed by it. And we’re no different from anyone else in this regard. History produces continuity as a function of differentiation. This is an observation, not a paradox. Continuity and transformation are aspects of one another. So, when it comes to meaning, it can no more be “transmitted” or “inherited” than our physiology except in the loosest sense. Each one of us makes meaning out of meanings that we encounter, and this is as much a process of transformation as a process of continuity.

In other words, we may be native speakers of the same language, but this cannot guarantee that I understand what you say except perhaps if we confine ourselves to the simplest demonstrable declarations – “the milk is on the table”, “it is raining” – and even in respect of these simplest uses of language it takes time to constitute for oneself what their meaning is. I am referring here to children’s learning their native language as a process in which each child has to constitute that language for him or herself. The work of Tomasello and others demonstrates precisely this process.

In short, the idea of culture has never made sense to me, not just because it is slippery in itself, but because its counterpart – *nature* or *biology* – is taken to be conceptually separable dimension of human being that functions according to quite different laws.

Revista Habitus: In the text *Do babies have culture?* - on which you review a book written by anthropologist Alma Gottlieb - you state that more than in an anthropology of infancy or childhood, you are interested in thinking an anthropology more involved with epistemology, and to have children as the main *natives*, as authentic objects of study. Could you comment on this issue, anthropology about children and anthropology involving children?

Christina Toren: Indeed I have always argued against the idea that what we want is an anthropology of childhood. What I do argue for, however, is the routine inclusion of children in our ethnographies on the grounds that systematic research with children enables the anthropologist to uncover the knowledge processes that are giving rise to the concepts adults use to describe themselves and the world. But this kind of research is revealing only to the

extent that it bears on adults of all ages as well as children of all ages. What you find out from observing babies and talking to five-year-olds (for example) is not going to be what you find out from observing and talking to older children, teenagers, adults, the middle-aged and old people. This said, the inclusion of children in your research can give you privileged access to material you could not obtain by any other means. Children have to make sense of conditions in the world created by adults and if, as an anthropologist, you can find out what sort of sense they're making and how they are doing so, then you can actually demonstrate not only the process that constitutes people's lived realities, but their historical necessity.

Moreover, we can use this method to understand and explain ourselves as well as others. In all cases, however, is important to ensure that the research methods include long-term participant observer fieldwork and the obsessional writing of fieldnotes, as well as, later on in the research, systematic cross-sectional study of children from as young as possible to age 14 or so. Even if you're working "down the road" in, say, a middle class neighbourhood of Rio de Janeiro, a minimum of 12 months fieldwork is crucial precisely because as (perhaps) a native yourself, you are likely to take for granted much of what is taken for granted by your informants. So you need to do all the same work that is routinely done by anthropologists with people whom they don't know at all. In other words, you have find out about kinship, religion, day-to-day political economy, ritual and ritualized behaviors, personhood and sociality, domestic life, schooling, and so on. You need to do this initial work in order to find out where you should later focus your systematic research efforts with children. Only a thoroughgoing social analysis is able to uncover how relations between people are informing the constitution of ideas over time. And yes, it's a tall order, but in the end no more demanding than any thoroughgoing ethnographic endeavour.

Revista Habitus: It is common to have educators and psychologists, among others, studying *children socialization process*. Why do you consider the notion of *socialization* inappropriate?

Christina Toren: Each child has to make sense for him or herself of the peopled world. In the most simple terms, what the child does (what anyone of us does) is make meaning out of meanings that others have made and are making. This is an autopoietic – self-creating, self-producing, self-regulating – process in which meanings are inevitably more or less transformed in the very process of being constituted. This process is not correctly characterised as *socialization* which implies not merely a certain passivity in the one who is socialized, but also a more or less unproblematic continuity over time.

Revista Habitus: What is the role or the importance that materiality, the concreteness of the world, played in your process of making meaning of the world? Besides, you say that we make our own meanings out of the meanings made by other human beings, with which we made

contact in the peopled world, right? How could one think the influence of materiality and non-humans in general in this process of producing meanings?

Christina Toren: I am a materialist through and through. For me everything about the world and human being is material. So, when it comes to gods, ancestors, spirits, souls, ghosts, witches, angels, saints, demons and so on, the fundamental thing is to realize that the existence of these entities is materially confirmed by the world. I say this because I know in principle that it must be so, even though I myself can credit their existence only at secondhand, as known by my Fijian informants, for example.

I am a rationalist, and like anyone else I think my own fundamental ideas are self-evidently correct and demonstrable, from which it would seem to follow that others must be wrong. At the same time, as an anthropologist, I know that other people are equally sure that I am entirely incorrect and they know better. What about all those people who, for example, know for sure that there is a human spirit that at death departs to another realm? The world materially confirms this as true, even while it confirms the opposed truth for me. And why not? The peopled world is inexhaustible in its possibilities because we inhere in it, project into it our own historically constituted certainties, and find them confirmed. So for example, I am sure that a dimension of mind that we might characterize as unconscious manifests itself materially in the very workings of my body – in headaches, let us say, or forgetting, or slips of the tongue. I would argue that the unconscious is materially demonstrable. Meanwhile, many a neuroscientist and cognitive psychologist is equally sure that I am demonstrably wrong.

Revista Habitus: You call our attention to the importance of taking into consideration the micro-historical process that constitutes human beings. Taking this as a starting point, should we think history as something inherent to each one of us?

Christina Toren: Yes indeed. I think that it will be clear from what I have said so far that for me history is what we live and what we manifest in every aspect of our humanity.

Revista Habitus: Besides post-graduate studies, Anthropology is taught in Brazilian universities mainly by undergraduate courses in Social Sciences. These courses are composed of disciplines from areas such as Sociology, Anthropology and Political Science. Considering that in most of your works you promote a dialogue among areas like Anthropology, Psychology and Epistemology, what do you think about the approximation common in Brazil?

Christina Toren: Where there is no incompatibility in founding assumptions, it is already easy enough to talk across disciplinary boundaries. The problem is, however, that founding assumptions in the work of the different disciplines may be truly incompatible. To the extent

that incompatible founding assumptions are made evident and discussed, it may be possible to promote a dialogue. I think it's a tough one though.

In respect of undergraduate education, I approve of courses that range across the human sciences. Where these course are well-designed and well-taught, they can not only give students access to ideas across disciplines and the arguments to which they give rise, but with any luck they might also promote creative attempts at conceptual rapprochements and genuinely interdisciplinary research. One last point: all our theories in anthropology are founded in a more or less explicit idea of mind and human being. For this very reason, it is important for us as anthropologists to make explicit our most fundamental ideas. Only when we do this, do we have an opportunity to find out what is incoherent, what in the end makes no sense, and what works.



* Guilherme Moreira Fians is pursuing a Master's degree on Social Anthropology at Museu Nacional - UFRJ, and Caio Pereira Lobato is a Social Sciences undergraduate student at IFCS - UFRJ. Both are members of Revista Habitus's Editorial Board .

NOTES

[1] My degree in Psychology from University College London was obtained in 1979. I then moved to the London School of Economics for my PhD in Anthropology – beginning with what at that time was called a 'qualifying year' during which I attended all the undergraduate classes I could, as well as Masters and Departmental seminars; during 1980–81 I prepared for fieldwork and from 1981 to 83 I undertook my first fieldwork and graduated with a PhD in 1986. I was appointed as Lecturer at Brunel University in 1989.

[2] Geertz's "culture concept [...] denotes an historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms ..." (1973: 89)